

ILHAS E SOCIEDADES INSULARES



NUPAUB - USP

Antonio Carlos Diegues
(org.)

ILHAS E SOCIEDADES INSULARES

Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações
Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras
Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo

ILHAS E SOCIEDADES INSULARES

Antonio Carlos Diegues (*org.*)

Coletânea de textos apresentados no Seminário:
Sociedades Insulares, organizado pelo NUPAUB-USP
30-31 de julho de 1996

São Paulo
1997



NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa de Populações
Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras - USP
Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo

Comissão Editorial do NUPAUB:

Yvan Breton (Université Laval, Canadá), Patrick Dugan (UICN, Suíça),
Aziz Ab'Saber (IEA-USP), Lourdes Furtado (Museu Emílio Goeldi),
Alex F. Mello (Universidade Federal do Pará) Paulo Sodero (ESALQ-USP),
Paulo Freire Vieira (Universidade Federal de Santa Catarina), Waldir
Mantovani (USP), Simone Maldonado (Universidade Federal da Paraíba),
Antonio Carlos Diegues (coordenador - USP).

Capa:

*Los viajes de Ibn Batuta extraída de
Descubrimiento: Exploración a través de los siglos*
de Eric Flaum (Blume, Barcelona, 1992).

Ilustrações:

no início dos capítulos, extraídas de "Los Hombres
del Oceano" de Pablo Perez-Mallaína e as demais,
de Lídia Costa (p.66), Evandro Costa (p.92) e
Marcelo (p.237), moradores da Ilha Vitória.

Diagramação e Editoração Eletrônica:

Eliane Cristina Santos

Apoio:

Fundação Ford

Endereço NUPAUB:

Rua do Anfiteatro, 181 - Colméia/ Favo 6
Universidade de São Paulo - Butantã
05508-900 São Paulo - SP - Brasil
Tel: 00-55 (011) 818 3425 Fax: 00-55 (011) 813 5819
E-mail: nupaub@org.usp.br



APRESENTAÇÃO

Este volume reúne os trabalhos apresentados no Seminário: "As sociedades Insulares", organizado pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras da Universidade de São Paulo — NUPAUB-USP, nos dias 30 e 31 de julho de 1996. O objetivo do referido seminário foi o de reunir pesquisadores que tivessem estudado os ecossistemas insulares da costa Sudeste-Sul do Brasil, particularmente dentro de uma perspectiva das ciências humanas. Tradicionalmente, as ilhas têm sido objeto de estudo por parte das ciências naturais e da biogeografia, e muito menos por parte das ciências humanas.

As ilhas têm sido uma preocupação recente tanto das autoridades governamentais quanto das universidades e entidades conservacionistas por terem sido objeto de ocupações urbano-industriais que colocam em perigo esses frágeis ecossistemas. De fato, algumas ilhas continentais como a de São Luís e Santa Catarina têm sofrido, nas últimas décadas, uma intensa ocupação urbano-industrial enquanto que ilhas menores têm sido transformadas em propriedades privadas, ocasionando, freqüentemente, a expulsão dos seus moradores. O turismo também tem sido responsável, em grande parte, pela descaracterização da paisagem e das culturas locais. Na tentativa de garantir a conservação desses ecossistemas, também recentemente o Estado tem implantado áreas naturais protegidas, como é o caso de Fernando de Noronha, Abrolhos, Ilhabela, Ilha do Cardoso, entre outras. No entanto, pela legislação ambiental atual, os ilhéus que vivem da pesca e do uso dos recursos florestais são tolhidos em seu modo de vida tradicional, sendo proibidos de retirar madeira para suas canoas e artesanato, de fazer suas roças que garantem sua sobrevivência.

Este conjunto de artigos trata, em sua grande maioria, desses problemas, acrescentando outros, entre os quais a construção e recons-

trução da identidade social e cultural dos ilhéus, a resistência à ocupação de seu território por parte de pessoas vindas de fora, a importância das atividades econômicas ligadas ao mar e a relação entre as comunidades insulares e continentais.

Assim, no primeiro artigo: *As ilhas e arquipélagos tropicais brasileiros: práticas sociais e simbólicas*, A. C. Diegues introduz uma discussão teórica a respeito dos temas considerados importantes na análise das sociedades insulares, entre os quais, as noções de insularidade e ilheidade, a construção das representações simbólicas sobre as ilhas a partir de uma visão dos habitantes dos continentes e das ilhas. O autor enfatiza a ilha tropical como símbolo do mundo selvagem e sua relação com a preocupação da conservação ambiental.

Sueli Ângelo em *As ilhas do litoral paulista: turismo e áreas protegidas* introduz a importância da biogeografia insular e sua importância para a conservação ambiental e para o estabelecimento de planos de manejo. Ela enfatiza ainda os impactos de um turismo não conservacionista sobre o frágil ecossistema insular.

Armando Lisboa, em *Construindo uma identidade insular em um mundo que se globaliza: o jeito manezinho de ser*, toma como exemplo, para sua análise, a expansão urbano-turístico sobre a ilha de Santa Catarina e seus impactos sobre o modo de vida tradicional que tem por base o aporte cultural açoriano.

Maria del Carmen Calvente, através do estudo de três bairros da Ilhabela, no litoral norte paulista, analisa a transformação do território insular a partir do avanço do turismo e das casas de veraneio. Uma das variáveis importantes para explicar a relação harmoniosa ou conflitiva entre os ilhéus e os veranistas é a expropriação ou não por parte destes últimos das praias onde vivem os ilhéus.

Em *As vozes do Bonete: uma face de Ilhabela*, Márcia Merlo analisa as demandas de serviços, como luz elétrica, escola e saúde por parte dessa comunidade insular e a revolta contida ou até explícita contra o poder local pelo não-atendimento de suas necessidades básicas. Ela analisa também os efeitos da modernização e do discurso religioso sobre os ilhéus.

Wanda Maldonado, em *Comunidades caiçaras e o Parque Estadual de Ilhabela*, estuda a ocupação do espaço insular e a apropriação dos

recursos naturais pelos ilhéus e os conflitos existentes entre a administração do parque e a população local.

Em *A Ilha de Monte de Trigo - impressões de viagens*, Luiz F. de Barros estuda o modo de vida dos ilhéus, sobretudo a pesca e a agricultura, sua relação com o continente, utilizando também a técnica das cartas mentais para representar simbolicamente a vinculação entre os moradores e seu território.

Eduardo S. Cardoso, em *Vitóreiros e Monteiros: ilhéus do litoral norte paulista*, faz uma análise comparativa entre os moradores da Ilha da Vitória e de Monte de Trigo, ambas no litoral norte de São Paulo, enfocando algumas especificidade dessas comunidades em relação às do continente.

Em *A Praia do Meio: do homem da costa, do homem da terra. O homem do meio*, Viviane C. Ferreira da Silva estuda as atividades tradicionais dos moradores de Marujá, na Ilha do Cardoso, no litoral sul de São Paulo, enfatizando a pesca e a agricultura. Ela estuda também os efeitos do turismo e da implantação de um parque estadual sobre a comunidade local.

Adrian Ribaric, em *Sítio Artur e os seus — para uma arqueologia da memória*, descreve o cotidiano dos moradores da ponta norte da Ilha de Cananéia, no litoral sul de São Paulo, as mudanças trazidas pelo turismo e pela implantação de áreas naturais protegidas.

Em *O mato e os manguezais na Ilha do Mel: a percepção dos nativos*, Lea Tomaz estuda as representações mentais que os ilhéus constroem sobre a mata e a área natural protegida. Ela enfatiza também as mudanças socioculturais causadas pela vinda de turistas e veranistas.

Esta coletânea apresenta uma diversidade de visões e aportes da antropologia, da geografia, da história e da sociologia sobre o modo de vida em algumas ilhas da região Sudeste-Sul do Brasil. Um projeto do NUPAUB pretende ampliar as pesquisas para as ilhas e as comunidades insulares do Nordeste e Norte do País, marcadas por uma grande diversidade biológica e cultural.

Antonio Carlos Diegues
Diretor do NUPAUB-USP

*Ao professor e amigo
Raul Ximenes Galvão*



ÍNDICE

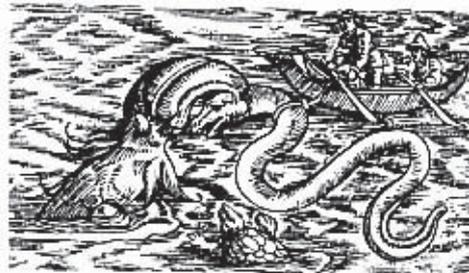
| | |
|---|-----|
| AS ILHAS E ARQUIPÉLAGOS TROPICAIS BRASILEIROS: PRÁTICAS SOCIAIS E SIMBÓLICAS..... | 03 |
| <i>Antonio Carlos Diegues</i> | |
| AS ILHAS DO LITORAL PAULISTA: TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS..... | 37 |
| <i>Sueli Angelo Furlan</i> | |
| CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE ÎNSULAR EM UM MUNDO QUE SE GLOBALIZA: O JEITO MANEZINHO DE SER..... | 67 |
| <i>Armando de Melo Lisboa</i> | |
| ILHABELA: TURISMO E TERRITÓRIO..... | 93 |
| <i>Maria del Carmen M. H. Calvente</i> | |
| AS VOZES DO BONETE, UMA FACE DE ILHABELA..... | 111 |
| <i>Márcia Merlo</i> | |

| | |
|---|-----|
| COMUNIDADES CAIÇARAS E O PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA..... | 125 |
| <i>Wanda Maldonado</i> | |
| A ILHA MONTE DE TRIGO: IMPRESSÕES DE VIAGENS | 139 |
| <i>Luiz Ferri de Barros</i> | |
| VITOREIROS E MONTEIROS: ILHÉUS DO LITORAL NORTE PAULISTA | 157 |
| <i>Eduardo Schiavone Cardoso</i> | |
| A PRAIA DO MEIO: DO HOMEM DA COSTA, DO HOMEM DA TERRA. O HOMEM NO MEIO | 167 |
| <i>Viviane Capezzuto F. da Silva</i> | |
| SÍTIO ARTUR E OS SEUS: PARA UMA ARQUEOLOGIA DA MEMÓRIA | 203 |
| <i>Adrian Ribaric</i> | |
| O MATO E OS MANGUEZAIS NA ILHA DO MEL: A PERCEPÇÃO DOS NATIVOS | 221 |
| <i>Lea Maria Tomaz</i> | |

AS ILHAS E ARQUIPÉLAGOS TROPICAIS
BRASILEIROS: PRÁTICAS SOCIAIS E SIMBÓLICAS

Antonio Carlos Diegues
Universidade de São Paulo

NO BRASIL, assim como em outras partes do mundo moderno, as imagens das ilhas tropicais invadiram os meios de comunicação sendo vistas como últimos redutos do mundo selvagem, lugares paradisíacos para novas descobertas, aventuras e lazer tranqüilo, configurando-se como um dos símbolos mais



claros do exotismo. Essas ilhas, com suas praias de areia branca e seus coqueiros, perdidas nos mares quentes, povoam o imaginário de turistas e viajantes urbanos que aí desejam aportar, a bordo de cruzeiros marítimos que se especializaram em circuitos insulares. Grande parte desses viajantes, em busca do lazer imaginam as populações

nativas insulares como parte integrantes da paisagem, não se diferenciando da vegetação luxuriante. Para eles, os ilhéus são simplesmente parte de um mundo exótico e que vivem num outro tempo histórico, sem os problemas que afligem as populações das grandes metrópoles brasileiras. Para o pequeno grupo de privilegiados que começam a aderir ao ecoturismo, os ilhéus são vistos, freqüentemente, como perturbadores de uma ordem natural imaginada.

No Brasil, os arquipélagos oceânicos Fernando de Noronha e Abrolhos, de acesso controlado por se tratar de Parques Nacionais, são os modelos de ilhas procuradas por uma clientela seleta em busca de aventura, do desconhecido e de paisagens marítimas de grande beleza. Por outro lado, apesar de serem propriedade da União, muitas pequenas ilhas costeiras, sobretudo no litoral norte de São Paulo e do Rio de Janeiro, são apropriadas por uns poucos privilegiados de alta renda, e essa propriedade é considerada um indicador seguro de status e de exclusividade.

Em nosso País, a idéia de ilha-refúgio ou ilha-paraíso conviveu, por longo tempo, com a ilha-inferno, onde foram instaladas, pelo Estado, prisões para detentos considerados de alta periculosidade, como a Ilha Anchieta (SP) e a Ilha Grande (RJ). Para esta última foram levados também prisioneiros políticos nos períodos negros das ditaduras militares do Brasil.

No Brasil, a crescente tendência à ocupação privada de ilhas, sobretudo quando é feita para a instalação de marinas e hotéis, representa um grave perigo aos frágeis ambientes insulares, resultando, na maioria das vezes, na expulsão dos moradores, pescadores e pequenos lavradores. Essa ameaça é tanto mais grave quando pouco se conhece sobre a dinâmica física e sociocultural existentes nesses habitats insulares, pois até hoje não existe pesquisa sistemática sobre o tema.

Existe, no âmbito internacional, um interesse crescente pelo estudo dos universos insulares. Esse interesse crescente não é somente motivado pela importância atribuída por Darwin às ilhas no estudo da evolução das espécies e posteriormente pela contribuição da biogeografia, mas, também, pelo fato de muitas das ilhas, tanto do Caribe quanto da Polinésia, terem se transformado em pequenos países,

com representação política na ONU. Parte desse interesse provém também da maior facilidade em, hoje, se visitar as ilhas oceânicas, tidas como paradisíacas.

Na Europa, o estudo dos ambientes insulares tem se aprofundado ultimamente pela redescoberta dos ilhéus por si próprios, com a afirmação de sua identidade cultural. Essa afirmação ou reconstrução de sua identidade, através da valoração de seu estilo de vida e do seu território, parece estar associada à reação dos moradores das ilhas contra a verdadeira invasão turística que tem levado a uma perda crescente do acesso à terra, comprada pelos veranistas. Essa tomada de consciência de um modo de vida particular, diferente das populações continentais, está associada a um conjunto de representações e imagens que os ilhéus formaram a respeito de seu espaço geográfico-cultural, oriundas de sua insularidade. A esses processos, marcados pela presença de mitos, os geógrafos e antropólogos franceses dão o nome de "*ilheidade*" (*îleité*), distinta do conceito de insularidade que caracteriza os processos relacionados com a distância e o isolamento geográfico e social.

O Brasil, com seus quase 8.000 quilômetros de litoral, apresenta uma variedade de ambientes insulares e arquipelágicos, ainda que em pequeno número, se comparados com países como o Chile. As ilhas mais importantes, sob o ponto de vista de ocupação humana, são aquelas situadas próximas ao continente, como a Ilha de São Luís (MA), a de Santa Catarina (SC), a Ilha de São Sebastião e do Cardoso (SP), a Ilha de Marajó (PA) e Ilha Grande (RJ), entre outras. Algumas outras ilhas pequenas e habitadas são costeiras e situadas a alguns quilômetros do litoral, como a de Búzios, Vitória e Monte de Trigo (SP), enquanto que outras ilhas costeiras são desabitadas, como a de Alcatrazes (SP). Finalmente, existem alguns arquipélagos distantes do litoral e desses alguns são habitados, como o de Fernando de Noronha, enquanto outros são desabitados, como o dos Abrolhos e Trindade-Martim-Vaz.

No Estado de São Paulo, somente no litoral norte, existem 95 ilhas e 20 ilhotas (Angelo, 1989) sendo que as maiores são habitadas. A partir de 1990, em vários congressos realizados em São Sebastião (SP), constata-se uma crescente participação de *caiçaras*, moradores

do litoral, e ilhéus que passam a se constituir em novos atores, saindo de sua invisibilidade social e histórica. Em diversas declarações originadas desses encontros, como a “Carta do Ilhéu” (1990), eles começam a aparecer como um grupo social específico, com modos de vida diferenciados, reivindicando uma maior participação nas decisões governamentais que afetam seu modo de vida, como a transformação dos espaços insulares em áreas naturais protegidas.

Ainda que existam uns poucos trabalhos sobre alguns aspectos socioculturais de moradores de ilhas no Brasil, na maioria dos casos essas populações não são estudadas enquanto habitantes de um espaço geográfico-cultural específico: o insular. Em São Paulo, um dos poucos trabalhos importantes sobre ilhas foi escrito pelo etnólogo Willems, em 1953 (*The Buzios Islands*), analisando a comunidade de ilhéus da Ilha de Búzios, pertencente ao arquipélago de Ilhabela, em São Paulo. Em 1951, o geógrafo Ary França escreveu uma excelente monografia intitulada *A Ilha de São Sebastião*, analisando-a sob os aspectos geográficos, sociais e culturais. Gioconda Mussolini, nesse mesmo período, publicou uma série de monografias sobre alguns temas relativos à Ilha de São Sebastião (*O cerco da tainha em São Sebastião*, 1945 e *O cerco flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a Ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil*). Em 1983, Wilkmann escreveu uma dissertação de mestrado intitulada *O falar caiçara da Ilha de Búzios*, enfocando os aspectos lingüísticos dessa comunidade e em 1993, mais recentemente, ainda sobre ilhas paulistas, Sueli Angelo publicou *As Ilhas do Litoral Paulista* (1989). Maria del Carmen Calvente escreveu *O Território do Azul-Marinho*, analisando as relações entre os ilhéus da Ilha de São Sebastião e os turistas. Em 1996, Diegues apresentou a tese de livre-docência intitulada: *O mundo insular; simbolismo e imaginário*, enfocando em particular as questões simbólicas e da identidade insular nas ilhas do litoral norte paulista, a ilha de São Luís e a de Santa Catarina.

Em 1996, o NUPAUB — Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas, da Universidade de São Paulo - organizou um seminário, *Sociedades Insulares*, em que foram apresentados resultados de pesquisas em andamento, a maioria dos quais trabalhos de mestrado e doutorado, como *A Ilha Monte de Trigo: impressões*

de viagens, de Luiz Ferri de Barros; *Construindo uma identidade insular em um mundo que se globaliza: o jeito manezinho de ser*, de Armando de Melo Lisboa; *Sítio Artur e os seus (para uma arqueologia da memória)*, de Adrian Ribaric; *Vitoreiros e Monteiros: ilhéus do litoral norte paulista*, de Eduardo S. Cardoso e *As Vozes de Bonete: Uma Face de Ilhabela*, de Márcia Merlo.

As ilhas do litoral paulista, sobretudo a de São Sebastião, Búzios, Vitória e Monte de Trigo, são utilizadas neste trabalho como exemplos para a análise de alguns temas relativos às representações que as sociedades continentais e insulares constroem sobre o espaço insular.

A ilha de São Sebastião é a maior delas, com 346 km², separada do continente por um canal de aproximadamente um quilômetro em sua parte mais estreita. Essa ilha foi habitada pelos índios tupinambás antes da chegada dos portugueses que no século XVII aí construíram uma vila. A ilha passou por vários ciclos econômicos que a ligaram ao planalto paulista, tais como o ciclo do açúcar e posteriormente, já no século XIX, o do café, sendo que em ambos utilizou-se mão-de-obra escrava. Com o fim do ciclo cafeeiro, a população voltou à pequena produção agrícola de mercadorias (aguardente, frutas, mandioca) e sobretudo à pesca. Essa ilha passou a ser, na década de 30, um centro importante de pesca, sobretudo da sardinha, mas como resultado do fim dos grandes ciclos agrícolas iniciou-se um intenso processo de migração dos ilhéus para o continente. A partir dos anos 50, essa ilha começou a ser freqüentada pelos primeiros turistas que compraram casas na ilha. Com a melhoria das estradas, a partir da década de 60 e sobretudo com a abertura da rodovia BR-101, na década de 70, o turismo passou a ser uma das atividades mais importantes da ilha, nela vindo instalar-se muitos turistas ricos do planalto. Hoje a população de cerca de 15.000 habitantes, concentrada sobretudo na cidade de Ilhabela, dedica-se ao turismo e à pesca do camarão.

As ilhas de Búzios (247 ha e cerca de 150 moradores), Vitória (20 ha e 44 moradores) e Monte de Trigo (130 ha e 55 moradores) são mais distantes do continente e, em embarcação motorizada, a viagem dura cerca de 2 a 3 horas. Os ilhéus hoje vivem preponderantemente da pesca e da pequena agricultura, sendo sua produção vendida na cidade e município de São Sebastião e Ilhabela. Nessas ilhas não há

casas de turistas, mas existem conflitos com pescadores-mergulhadores profissionais, que, às vezes, realizam aí suas competições. Os ilhéus vivem períodos de isolamento relativo durante os meses do inverno (maio a setembro) quando o mar fica revolto e é difícil entrar ou sair das ilhas.

É importante ressaltar também que as populações insulares, mesmo as das pequenas ilhas habitadas do litoral paulista, não são comunidades isoladas e homogêneas, isentas de conflitos. A diferenciação pode ser vista hoje, por exemplo, nas atividades pesqueiras onde o ilhéu que é proprietário de uma embarcação motorizada compra o pescado dos outros pescadores para levá-los ao mercado, no continente. De uma certa maneira, os outros ilhéus tornam-se dependentes dos raros proprietários de embarcações motorizadas que moram nas ilhas. No caso das populações das ilhas paulistas é importante enfatizar que existe uma grande dependência do mercado, sobretudo do mercado pesqueiro, uma vez que nas últimas décadas a pesca transformou-se na atividade mais importante de produção de mercadoria. Nesse sentido, os ilhéus, em maior ou menor grau, estão imersos no mundo de produção de mercadoria e, portanto, dependentes dos “atravessadores” ou comerciantes para os quais vendem o pescado capturado. O contato com o continente também se faz em busca de serviços médicos. Na Ilha de Búzios, por exemplo, praticamente desapareceram as tradicionais “parteiras”, uma vez que as mães vão aos hospitais do continente para ter suas crianças. Nessa mesma ilha, recentemente, os moradores receberam um gerador que fornece eletricidade durante algumas horas por noite, o que permite a alguns ilhéus terem aparelhos de televisão que os coloca em contato com o resto do País. O contato com outras ilhas e com o continente também se faz na procura de mulheres para casamento. Em Monte de Trigo, por exemplo, existem poucas mulheres em idade de casamento e os jovens saem em busca de companheiras em outras ilhas ou no continente (Cardoso, 1996). O contato com o mundo exterior se faz também através dos grandes barcos pesqueiros que procuram abrigo nas ilhas durante o mau tempo ou aproveitam os dias em que não pescam para jogar futebol com os ilhéus, trazendo também notícias dos outros lugares. No entanto, apesar do contato com o continente, há

períodos, sobretudo no inverno, em que aportar nas ilhas é uma aventura, pois a maioria das pequenas ilhas habitadas do litoral paulista não tem praias. Isso obriga os ilhéus a construir as “estivas” ou verdadeiras escadas de madeira colocadas sobre as pedras de onde são puxadas as canoas que aportam. Às vezes, durante muitos dias, no inverno ninguém entra e ninguém sai das ilhas, e nesse período os ilhéus “hibernam”, como dizem os moradores de Monte de Trigo (Barros, 1996).

Um outro fator de diferenciação é a própria religião. No passado, os ilhéus eram todos católicos, mas hoje em algumas ilhas, como a de Monte de Trigo, há um número crescente de convertidos ao protestantismo. Como os “crentes” não aceitam a veneração de “imagens” de santos, muitas festas católicas estão desaparecendo e com elas formas importantes de solidariedade grupal. Estas, no entanto, reaparecem, de outra forma, entre os “irmãos” ou os convertidos às seitas protestantes.

Assim, o presente trabalho pretende enfatizar as representações sociais construídas pelos ilhéus e pelos continentais, enfatizando os aspectos simbólicos da vida insular, utilizando noções provenientes de várias disciplinas, como a geografia, a antropologia, a psicologia, a história e a literatura, analisando determinados símbolos e imagens relativos ao mar e à ilha.

As Ilhas e o Imaginário Europeu durante o Período das Descobertas

As ilhas e arquipélagos desempenharam um papel importante no período da descoberta do Brasil, sobretudo em sua função de locais de passagem entre a Europa e as Índias, objetivo final das navegações portuguesas do século XVI. Nesse período, o trajeto das Índias estava povoado de ilhas, muitas delas fruto do imaginário dos navegadores. Entre elas, estavam as ilhas bem-aventuradas procuradas pelo frei Brendão, monge irlandês que numa das epopéias célticas (chamadas de inrama) teria encontrado o paraíso terreal, objeto de muitas buscas durante a Idade Média. A descoberta do Brasil participa, de alguma forma,

dessa busca incessante da ilha-paraíso, cuja localização incerta e misteriosa foi se deslocando do norte para o oriente.

Em primeiro lugar poder-se-ia perguntar se o nome Brasil, dado à terra descoberta pelos portugueses, que de início a consideravam uma ilha, não proviria da ilha legendária. Como afirmam Magashi-Airola e de Beer (1994) pode ser que essa ilha legendária, sob o nome de Brasil ou O'brasil, se origine da palavra celta *bresil* ou grande ilha, ou de *brasil*, árvore de onde se retirava tinta vermelha para tingimento.

Ettore Finazzi-Agró, em seu artigo: *A invenção da ilha: tópica literária e topologia imaginária na descoberta do Brasil* (1993) analisa a noção de figura que pode ser atribuída à *Ilha de Vera Cruz*, como inicialmente fora chamado o Brasil. Figura no sentido de lugar que se encontra na confluência de dois espaços: ao mesmo tempo conhecido e desconhecido, real e fantástico, lugar marcado pela ambigüidade. Os navegadores acreditavam que o Atlântico era semeado de fragmentos de um território fantástico, as ilhas, percorridas por navegadores legendários como São Brendão. A Ilha de Vera Cruz situa-se, segundo Finazzi-Agró, na encruzilhada entre o virtual e o real, entre a lenda e a existência, entre o mito e a história, apresentando-se ao mesmo tempo como objetivo de uma descoberta e como produto de uma invenção. O Brasil, tido inicialmente como uma ilha, foi considerado pelos navegadores como um simples ponto de passagem na rota das Índias, nem terra nem mar — um entremeio — negando-se a ele uma consistência territorial continental.

As ilhas do litoral brasileiro desempenharam um papel fundamental no período da colonização brasileira pois nelas foram construídas as primeiras fortalezas e entrepostos tanto pelos portugueses (Ilha de Santo Amaro, Cananéia, Ilhabela, em São Paulo) quanto pelos franceses (Ilha de Vilegaignon, no Rio de Janeiro e São Luis, Maranhão).

As Práticas Sociais e Simbólicas dos Ilhéus: Alguns Temas Centrais de Análise

Uma das questões básicas na análise das sociedades insulares refere-se à sua especificidade em relação a outras formações sociais continentais; isto é, em que as sociedades de ilhéus é distinta das outras que se localizam no continente. Em última análise esses temas centrais gravitam em torno da identidade dos ilhéus e das formas pelas quais estes representam o espaço e a vida insular. Nesse sentido, é fundamental pesquisar as práticas sociais e simbólicas decorrentes da presença impositiva do oceano (*maritimidade*), as noções de espaço, território e tempo insulares e as representações simbólicas do estar e viver numa ilha.

A presença do mar e das práticas sociais que dela resultam é um dos elementos centrais para o entendimento das ilhas e de suas sociedades. Nesse sentido, a *maritimidade*, enquanto resultado de práticas sociais e simbólicas realizadas pelo ilhéu em sua relação com o oceano, é um elemento fundamental para o entendimento da formação e da reprodução social e simbólica das sociedades insulares. Pode-se dizer que a relação ilhéu—mar é também o elemento fundador da *insularidade* e da *ilheidade*. No entanto, sua influência sobre os ilhéus não se dá só de forma direta, mas através das práticas sociais e simbólicas. O mar é visto por algumas sociedades insulares como um obstáculo ao contato com o exterior e por outras como um meio de comunicação. Para as sociedades insulares da Polinésia, por exemplo, o oceano não é visto como uma barreira mas como um caminho para a realização de trocas simbólicas. Os insulares são exímios navegadores e toda sua cultura está baseada nas grandes navegações de milhares de quilômetros entre as diversas ilhas. Já para os ilhéus das Antilhas, com escassos conhecimentos náuticos, o mar era sobretudo uma barreira a ser transposta. Na maioria das vezes o mar é visto ora como fator de contato, ora de isolamento, dependendo do tipo de relação que as sociedades insulares mantêm com o exterior (Fleischman, 1987).

Por outro lado, a maritimidade é um elo de ligação entre as sociedades marítimas estabelecidas no litoral e as insulares. Para Cabantous (1990), sob o ponto de vista da identidade social, as sociedades insulares podem ser equiparadas aos bairros da gente do mar que existem em quase todos os portos do mundo.

Os conceitos de insularidade e *ilheidade* usados neste trabalho como elementos importantes na análise das sociedades insulares e seu espaço são definidos segundo propostas metodológicas de Moles (1982), Péron (1993), Coddacioni-Meisterheim (1989). Segundo esses autores, definem-se:

- *insularidade*, como os fenômenos sociais resultantes do relativo isolamento dos espaços insulares e que podem ser quantificados (distância do continente, etc.);
- *ilheidade*, como as formas de representação simbólicas e imagens decorrentes da insularidade e que se expressam por mitos fundadores da ilha e de sua sociedade. *Ilheidade* diz respeito também ao vivido pelos ilhéus, aos comportamentos induzidos pela natureza particular do espaço insular.

Há necessidade de se distinguir insularidade e isolamento. As ilhas, ainda que parcialmente isoladas, não se desenvolvem em sistemas fechados; vivem ao contrário em ritmos alternados de abertura e fechamento, segundo as formas pelas quais estão ligadas à sociedade continental ampla.

O Território e o Tempo Insulares: as Representações Simbólicas

A ilha, além das representações simbólicas que dela fazem os continentais, é também uma porção de território onde os ilhéus exercem práticas sociais e simbólicas e, portanto, é sempre um território particular, construído.

Dentro dessa perspectiva, a ilha não é somente um espaço sagrado, ligado nas várias mitologias ao início dos tempos (de que se ocupa a análise jungiana), mas é também um espaço historicamente pro-

duzido e continuamente sacralizado por diferentes práticas simbólicas. É também um território produzido socialmente, dentro e fora da ilha, segundo ciclos e práticas econômicas que se alteram continuamente, ainda que, freqüentemente, num ritmo menos rápido que no continente.

a) As Ilhas Tropicais vistas pelos Continentais

As representações simbólicas são, portanto, distintas a partir dos diversos grupos sociais, sejam eles *continentais* ou *insulares*. Para os que moram nos continentes, e sobretudo nas cidades, a atração pela ilha tropical deriva de seus atributos naturais, as praias de areia branca, a água límpida e a vegetação luxuriante. Essas ilhas, ao longo do litoral brasileiro, estão cada vez mais incluídas no roteiro turísticos e nelas se instalam hotéis exclusivos, como o Club Mediterrané, construído na Ilha de Itaparica (BA). Perdida na imensidão do oceano, a ilha tropical pode significar uma outra existência, comparada com a qual a vida no continente teria perdido seu charme e seus segredos. Tudo o que é fora do comum tem aí várias faces, em que predominam o exótico, o maravilhoso, o misterioso e o sagrado, que para serem conquistados exigem uma travessia (Tacussel, 1992). Como afirma Racault (1995), não é necessário que a ilha seja longínqua, nem mesmo de acesso difícil: o importante é que uma fronteira visível marque seus limites, menos como um obstáculo material que como sinal de uma *alteridade*. O que importa é seu distanciamento causado pelo elemento líquido que a rodeia e que alimenta o sonho de uma ruptura com o universo homogêneo das leis e das normas que dirigem a vida da sociedade no continente.

O visitante, para chegar à ilha, deve correr o risco de uma travessia, quase sempre marítima, para enfim encontrar o solo firme. Como afirma Tacussel (1992), mais do que em outras situações, a idéia da travessia entre o continente e a ilha tem um significado que supera a distância geográfica, ganhando um sentido existencial. A chegada à ilha implica sempre numa viagem, num transportar-se a um outro espaço, do qual quase sempre se retorna. O sonho ou a imaginação que suscitam a insularidade estão profundamente associados a esse

distanciamento físico e simbólico da terra, o que, freqüentemente, significa que o tempo ainda não destruiu o espaço e a cultura originais.

Para Lestringant (1995), de uma forma geral, as ilhas são representadas de duas formas: a ilha-mundo e a ilha-monograma. Na ilha-mundo existe, de forma concentrada, a diversidade universal, harmoniosa no caso das utopias, mas marcada por esfacelamentos e divisões, cortada por fronteiras tangíveis quando se observa o grande número de conflitos étnicos e religiosos em muitas ilhas de que são exemplos os conflitos raciais e sociais recentes em Sri-Lanka e Chipre. O espaço reduzido tende então a exacerbar a violência latente das crises, reproduzindo em seu interior os conflitos existentes no continente.

Em oposição à ilha-mundo, fundamentalmente heterogênea e complexa, existe a imagem da ilha alegórica ou lendária que Eric Fougère chama de ilha-monograma. Estas são as ilhas do amor, dos demônios, do paraíso perdido.

As representações simbólicas das ilhas são marcadas pelos extremos; de um lado o espaço paradisíaco, e, de outro, o infernal, o amaldiçoado, a prisão onde criminosos expiam suas penas, em meio às intempéries, o isolamento e a morte, como ocorria na Île de Salut, na Guiana Francesa (Marimoutou, 1995) e no arquipélago de Fernando de Noronha quando ali existia o presídio para onde se mandavam os prisioneiros políticos das várias ditaduras militares brasileiras.

No interior do próprio espaço insular reproduz-se essa dicotomia, pois em muitas descrições, como na feita a São Patrício, na Idade Média, havia na entrada do purgatório uma ilha que comportava duas regiões distintas: uma *civilizada*, bela e agradável onde existia uma igreja e a outra *selvagem* e horrível, abandonada aos demônios. Essa mesma dicotomia, aliás, aparece no conto de Giani Stuparich (1989): *L'isola*, aparecendo de um lado a vila de pescadores, com seu espaço transformado, e, de outro, o costão selvagem. O mesmo ocorre na Ilha de Ouessant, onde no lado oposto à parte habitada existe um costão repleto de escolhos, selvagem, habitado pelas almas penadas dos naufragos dos constantes acidentes marítimos. Também nas ilhas do litoral paulista aparece essa dicotomia entre o espaço habitado, abrigado do vento sul e o espaço selvagem castigado por esse vento impetuoso e considerado lugar de perigo e de naufrágios.

A visão paradisíaca é reforçada hoje pela mídia moderna que vende a ilha como símbolo do *natural*, do *primitivo* e do *único*. Ela torna-se cada vez mais o domínio do que é sonhado, idealizado, como o espaço de liberdade, de prazer, e de aventura para o homem moderno, alienado e pressionado pela sociedade urbano-industrial. Nesse sentido, as ilhas, sobretudo as tropicais, são vendidas pela mídia e pelas empresas de turismo e viagens como o último pedaço do paraíso perdido.

Alguns autores insistem sobre o fato da ilha fazer parte de nosso imaginário talvez como arquétipo, imerso no inconsciente coletivo da humanidade (a desolação da ilha dos Mortos, a vitória sobre a desgraça, como a de Robinson Crusoe). Maria Bonaparte evocava na ilha a imagem arquetípica da mulher, pois sua proteção é de um mundo fechado. Para muitos, o amor está ligado à ilha, como parte do paraíso perdido, à abundância de água e alimento que sacia os naufragos.

Esta representação da ilha construída duplamente pela realidade e pelo mito está associada também ao exílio e à solidão. Neste plano também existe a ambigüidade pois se a ilha é vista como um lugar de proteção, porto e refúgio, é também a promessa do encontro com o outro:

“Ilhas desertas onde a vida longe do mundo hostil retorna às fontes do Éden primitivo, mas são também ruptura com o mundo (como demonstra a dificuldade em se substituir um guarda-de-farol em ilhas). Nesse sentido, solidão, ruptura, reencontro consigo mesmo, relações privilegiadas com o outro se misturam. O mundo próprio do ilhéu se constrói, misturando o real e o mítico (...) Para os continentais, a ilha é o domínio da liberdade, a recompensa após a prova, o domínio do descanso. Nesse sentido, os elementos físicos, materiais e simbólicos fazem parte da identidade insular” (Poirier & Clapier-Valladon, 1987: 54-55).

b) As Ilhas Tropicais vistas pelos Ilhéus

Apesar dos moradores de Búzios e Vitória considerarem o ar da ilha responsável pela alardeada longevidade dos ilhéus, para eles o espaço insular não é necessariamente paradisíaco, à margem das normas vigentes, nem essa projeção fictícia de um outro mundo, mas o lugar

de ancoragem frágil e instável, o lugar de sua vida cotidiana dura e difícil, onde mesmo os serviços básicos de saúde e educação são precários ou até não-existentes. A precariedade dos espaços e da vida insular é também de ordem política, econômica e cultural, onde frequentemente o viver é difícil num território geograficamente limitado, com recursos naturais escassos, muitas vezes esquecido das autoridades do continente, dependente de decisões e políticas definidas fora da ilha. As representações sociais dos ilhéus são, portanto, marcadas pela instabilidade, precariedade e dependência. Como afirma Racault (1995), elas alimentam, por reação, o imaginário invertido que tende a fazer da ilha um centro e uma origem. Transformar imaginariamente o espaço periférico da ilha num lugar central, investi-lo de sua própria história é, muitas vezes, a utopia dos próprios ilhéus.

A análise das representações simbólicas sobre o território é fundamental, pois ainda que os espaços marítimos e terrestres tenham uma base física (mar e terra), eles são também produtos das práticas econômicas e simbólicas dos ilhéus. No território marítimo próximo às ilhas, muito frequentemente, existem *marcas* invisíveis aos estranhos (rochas submersas, por exemplo), indicando locais ricos em peixes que são apropriados individual ou coletivamente. Esses locais, muitas vezes, são conservados em segredo por pescadores marítimos e ilhéus que os encontraram, usando um sistema complexo de localização descrito em vários trabalhos, em muitas partes do mundo (Galvão, 1968; Forman, 1970; Diegues, 1983; Jorion, 1983). Os diversos espaços dentro das ilhas são apropriados de forma diferenciada, tanto técnica quanto social e simbolicamente. Assim, na ilha do Monte de Trigo, os pescadores indicam a presença de um grande número de pedras submersas, consideradas excelentes pesqueiros (Barros, 1996). Alguns deles foram encontrados longe das ilhas e para chegar a eles os pescadores da ilha de Vitória desenvolveram um complexo sistema de localização, usando os picos das montanhas como referência (Cardoso, 1996). Esses pesqueiros são considerados espaços de trabalho masculino, ao passo que as roças de mandioca e as casas de fabrico da farinha são o lugar privilegiado do trabalho das mulheres.

Os ilhéus das ilhas estudadas também têm consciência crescente de sua dependência das atividades econômicas desenvolvidas no continente e tentam se adaptar às mudanças que aí ocorrem. Muitas das informações sobre o preço do pescado, por exemplo, são transmitidas a eles pelos barcos de pesca industrial que aportam freqüentemente nas ilhas ou pelo sistema de rádio, recentemente instalado em Búzios, e através do qual os ilhéus se comunicam com o continente.

Por outro lado, a partir da decadência das atividades tradicionais em várias ilhas, seus habitantes não têm muitas alternativas econômicas, passando a viver da renda conseguida durante três ou quatro meses do ano, em atividades ligadas ao turismo. Nas ilhas do litoral paulista aqui estudadas, no entanto, as atividades tradicionais ligadas à pequena pesca, à agricultura e ao extrativismo são ainda importantes e em alguns casos, como nas ilhas de Búzios, Vitória e Monte de Trigo, se constituem na fonte de renda mais importante dos moradores.

Alguns autores analisaram o impacto das atividades turísticas sobre a cultura e o modo de vida dos insulares paulistas. Calvente (1993), por exemplo, estuda o impacto das atividades turísticas na Ilhabela, mostrando a posição ambígua dos moradores locais em relação ao turismo. Naquelas praias em que os ilhéus puderam conservar a posse da terra, a relação com os turistas é menos conflitiva que naquelas em que eles foram expulsos das praias e suas terras, compradas pelas pessoas de fora.

A Formação da Identidade e a Consciência da Insularidade

A dimensão da *ilheidade* é hoje tão importante como a da insularidade. Esta dimensão subjetiva, mais valorizada pelos habitantes de algumas ilhas, se traduz, em alguns países como a França, por uma reivindicação cada vez mais forte de sua identidade. O meio insular, com um território definido, reforça a noção de lugar. Esse território, antes sagrado pelos aspectos religiosos e lendários, tem hoje uma outra sacralização: a indicadora de novas formas de solidariedade e de relações sociais.

Segundo Péron (1993), ainda hoje, aos olhos dos ilhéus bretões, sua ilha é o centro do mundo. O mundo, situado além de seus limites definidos, é o resto e por isso mesmo marginal, acessório.

Ainda segundo Péron, todo indivíduo que não nasceu na ilha é *estrangeiro*, intruso, pára-queidista. Essa afirmação da identidade em oposição ao resto do mundo, longe de se atenuar, tendo-se em vista o aumento das comunicações, parece se reforçar nas ilhas bretãs, acentuando a tendência ao fechamento dentro da comunidade. Os ilhéus afirmam que, apesar da agitação da estação turística, eles vivem entre eles. Segundo Péron, uma das razões é que o cotidiano insular é vivido de forma distinta do continental, pois material e simbolicamente o espaço insular é diferente por, pelo menos, três razões geográficas: a presença marcante do Oceano, a finitude do espaço que sobrevaloriza tudo o que existe em seu interior e a escala reduzida das ilhas pequenas, onde ainda hoje os meios de transportes são distintos dos existentes no continente. O mar exagera a impressão de separação, mesmo que o continente esteja próximo, pois, com o mar revolto, ainda hoje é difícil sair de certas ilhas, mesmo em caso de necessidade premente, como ocorre em Búzios, Vitória e Monte de Trigo. Nesse sentido, os ilhéus estão mais sujeitos que os continentais aos caprichos do mar. A finitude do espaço diz respeito à territorialidade diferente da continental, pois as ilhas contêm sociedades territorializadas onde os limites são claros.

Muitos pesquisadores (Péron, 1993; Cabantous, 1990) têm realçado a identificação dos *estranhos* com o *outro*, colocando a questão da alteridade, muito importante na antropologia moderna. A psicanálise do inconsciente deu uma grande contribuição à antropologia no entendimento da alteridade e, nesse sentido, a identidade grupal parece estar intimamente ligada à individual.

É possível considerar a territorialidade como um *locus* de negociação entre dois sistemas de representações e da afirmação da identidade: um, organizado em torno da diferenciação e da pluralidade, seria responsável pela *identidade construída*; o outro, organizado em torno da unicidade e da integração, funcionando como produtor da *identidade imposta*, em benefício e através das diversas instâncias do poder.

Nesse sentido, a construção da identidade insular passa pelo contato e pela oposição ao outro, aquele que não é nascido na ilha. Uma sociedade insular muito isolada não tem consciência da insularidade. A entrada em contato com o resto do mundo faz nascer a consciência de se pertencer à ilha, aguça esse sentimento e desenvolve a identidade insular. Por outro lado, o peso do exterior não pode ser excessivo pois nivela os particularismos.

Segundo Péron (1993), nas ilhas bretãs existe um forte sentimento de pertencer ao território insular, renovado ultimamente pelo interesse dos jovens migrantes sobre suas origens insulares. Essa afirmação de identidade é feita não somente pelos moradores, mas também pela *diáspora*, isto é, pelos jovens que saíram das ilhas à procura de trabalho no litoral próximo e que se sentem tão ou até mais ilhéus que os moradores.

Observa-se também que os ilhéus mais ligados às crenças e rituais tradicionais, como festas e procissões, são aqueles que deixaram o lugar há muito tempo, voltando esporadicamente para visitar parentes ou matar saudades. O fervor demonstrado por eles é, de alguma maneira, compensatório da ausência, reconstituindo a "identidade perdida" (Fabre, 1989).

O comportamento dos ilhéus tem mudado e hoje muitos deles não sentem constrangimento ao ser chamados de insulares mas, ao contrário, proclamam suas origens. Antes a identificação era coletiva: nós, os insulares. Hoje ela é individual, como se o reconhecimento pelos outros da originalidade de seu território conferisse a cada indivíduo um privilégio inalienável, como um título de nobreza (Péron, 1993). Alguns autores, como Poirier e Clappier-Valladon (1987), indicam a existência de um núcleo de identidade insular constituído por vários referenciais materiais, históricos e psicossociais e compartilhado pelos nativos de diversas ilhas do mundo.

A importância do espaço é, portanto, fundamental para a construção de um sentimento forte de pertencer. A memória coletiva só pode ter como ponto de partida os elementos fundadores: o mar em torno da ilha, a terra, a água, a viagem. O mar em torno da ilha e a terra vista da imensidão marítima, tal é a configuração física que constitui os elementos materiais e cognitivos da identidade insular. Cada um

leva em si mesmo uma certa representação da toposfera, do espaço onde se insere. Cada um sabe que habita numa montanha mesmo quando os relevos não são visíveis; cada um sabe que habita numa ilha mesmo quando não vê o mar. O espaço fechado da ilha se confronta com o mar perigoso, hostil, mas também um mar protetor para os insulares.

A ilha é mar e também terra. Se o mar é sempre presente nas representações do território, ele o é como fronteira e limite. Habitar uma ilha é viver numa terra irremediavelmente limitada.

A identidade insular muito freqüentemente está ligada a mitos fundadores. A personalidade do antepassado fundador parece ser uma preocupação de muitas comunidades insulares. De onde teria vindo ele? Seria a ilha desabitada antes de sua chegada? Este aspecto mitológico é claramente afirmado por meio de lendas e histórias que se perdem no tempo. Nesse sentido, como afirmam Poirier e Clappier-Valladon (1987) a identidade do ilhéu é construída tanto por referenciais físicos (o isolamento, os limites definidos da ilha) como pela memória coletiva e pela mitologia generalizada, quase arquetípica, que vem do exterior, ampliada pela mídia e pela publicidade. É necessário se reafirmar, no entanto, que a identidade insular não se resume ao fato de se ter nascido numa ilha, mas deve ser analisada como um processo.

França (1951), ao estudar a Ilha de São Sebastião (Ilhabela), no litoral norte de São Paulo, analisa também os efeitos da migração intensa por que passou a ilha na década de 50, com o aparecimento de verdadeiros bairros ilhéus, onde vivem como migrantes na cidade de Santos e São Sebastião, onde ainda reproduziam algumas de suas práticas sociais e culturais. No entanto, persistia a solidariedade dos migrantes com os parentes que permaneciam na ilha, através do envio de dinheiro, da acolhida ao ilhéu quando aparecia para tratamento médico, etc.

Fenômeno idêntico de verdadeira *diáspora* ocorre ainda hoje nas pequenas ilhas do litoral paulista. Cardoso (1996) refere-se à migração dos ilhéus do Monte de Trigo, para Santos, e sobretudo para Bertoga onde se encontram dezenas de "monteiros".

Mesmo no período de esvaziamento demográfico da Ilhabela, França (1951) constatou o sentimento de pertencer à ilha:

"(...) sentimento de pertencerem às comunidades de que participam ou em que cresceram (mais do que em que nasceram) é um fator de coesão nos povoados praianos (...) A solidariedade entre os membros de uma comunidade, principalmente das mais segregadas ou das que reúnem poucos indivíduos ou famílias, embora não regulada por nenhuma organização ou instituição, é fator de equilíbrio e mesmo de certo conformismo com a pobreza" (França, 1951: 94).

Esse sentimento de pertencer à ilha, constatado por França, é, sem dúvida, um fator explicativo para o fato de muitos ilhéus voltarem a viver na Ilhabela depois de passarem certo tempo vivendo no continente. O avanço do turismo e a marginalização cada vez maior dos ilhéus nas décadas posteriores parecem não ter eliminado esse sentimento de pertencer a um espaço diferente dos demais, com populações diferenciadas das demais, como ficou demonstrado no recente *Encontro das Ilhas*, em São Sebastião (1990), onde os ilhéus afirmavam seu modo de vida, sua linguagem diferenciada dos demais caiçaras, moradores do litoral paulista.

Essa noção de *construção histórica da identidade insular* também aparece no trabalho recente de Calvente (1993) sobre a Ilhabela. No discurso dos moradores, como pode-se constatar pelas entrevistas, há uma crescente afirmação de uma certa identidade cultural caiçara. Esta se relaciona, de um lado, a um passado longínquo, idealizado, *idade de ouro*, o tempo da fartura, da solidariedade em que a Ilha provia abundantemente as necessidades dos insulares através da pesca e da agricultura. Essa lembrança positiva contrasta com outra anterior, a do tempo dos escravos, em que os *negros eram judiados*. Desse período resta o medo difuso, entre os mais velhos, de escutar ainda no mato o barulho dos ferros que prendiam os escravos. Há ainda a crença dos tesouros escondidos nos grandes casarões coloniais e que são protegidos por espíritos que ameaçam os que hoje se arriscam a procurá-los.

O pertencer à ilha e à cultura caiçara, por um lado, está ligado também ao território caiçara, à terra, não enquanto propriedade mas

como fonte de recursos naturais sobre os quais a população tinha um grande controle. Por outro lado, essa identidade cultural em construção se revela, no texto, como fruto de conflitos recentes com os veranistas que lhes tomaram as praias, como *locus* de trabalho da pesca artesanal, e também na oposição à forma de implantação da área natural protegida (o Parque Estadual da Ilhabela) que limita suas atividades de subsistência, tanto pesqueiras como agrícolas. Constrói-se então o *nós* em relação aos *outros*, os de fora, turistas que lhes tomaram as melhores terras e também as autoridades do parque. Esse pertencer à ilha, no caso de Ilhabela, precisa, no entanto, ser qualificado. Os moradores da baía de Castelhanos e Sombrio, no lado oposto ao continente, parecem ter mais esse sentimento de “insularidade” que os moradores da faixa mais próxima ao continente. Isso poderia se explicar pelo fato de existir aí uma dupla insularidade: uma que afetaria, de forma difusa, todos os ilhéus e a outra percebida sobretudo pelos moradores mais distantes, cujas praias, perigosas, são voltadas para o oceano aberto.

A criação da auto-identidade caiçara é um processo em construção e teve que superar um período histórico longo em que o estereótipo caiçara, identificado como *indolente, preguiçoso, negador do progresso* era amplamente difundido na opinião pública. Identificando o caiçara ao *selvagem*, ao não-cidadão, ao sem-direitos, era mais fácil ao especulador imobiliário expulsá-lo de seu território, tomando-lhe a terra para implantar o *progresso*, a *civilização*. O morador das ilhas se defronta com um preconceito e com uma exclusão dupla: a de *caiçara* e a de *ilhéu*. Este, para o veranista, sobretudo para o recém-chegado, tem de ser socialmente desqualificado para que a *conquista* da ilha como território do maravilhoso, do paradisíaco possa ser efetuada. O ilhéu é bom *selvagem*, fazendo parte do *mundo natural* somente quando aceita passivamente a expropriação de seu pedaço do paraíso, continuando a fazer parte da *paisagem natural*, enquanto toma conta da terra do novo dono. De *bom selvagem*, habitante do paraíso insular, parte da paisagem idílica com as variadas espécies animais e vegetais, o ilhéu-caiçara passa a ser considerado o *destruidor do Éden*. Nesse caso, o preconceito se torna ideologia que justifica a ação conquistadora. Quando mais recentemente começou a exigir alguns de

seus direitos trabalhistas, direitos ao seu território, passou a ser objeto de retaliações variadas. O reconhecimento recente, cada vez maior, do papel dessa população numa nova visão da conservação ambiental em áreas naturais protegidas, como conservador da biodiversidade, portador de um profundo conhecimento sobre o mundo natural tem, por outro lado, contribuído para uma maior aceitação dessa alteridade. Essa valorização do caiçara, enquanto portador de uma cultura diferenciada, é um processo recente que se intensificou com a democratização da sociedade brasileira e com o reconhecimento dos direitos das novas minorias. Ainda mais recentemente, o caiçara tem ultrapassado a etapa da identidade coletiva para a individual: daí a importância da afirmação do *eu caiçara* que pode ser constatada em congressos recentes realizados em São Sebastião: Congresso dos Povos do Mar (1992), Encontro das Ilhas (1990) e Seminário Internacional dos Povos do Mar e da Mata Atlântica (1994).

No caso estudado, o *ser da ilha*, o vivenciar um território diferente do continental, se superpõe ao *ser caiçara*, portador de uma cultura diferenciada, ou de uma subcultura, ainda que parte de uma cultura mais ampla, no dizer de Willems (1952). O ser nascido na ilha acaba se revelando até na solução mais drástica encontrada por muitos ilhéus para os dilemas com que se encontra: a migração. Ele se traduz no morar nos bairros do continente para onde se transferiam os ilhéus, pela saudade da ilha, pelo desejo de voltar, mesmo que isso nunca se realize.

A identidade insular, na Ilhabela, está associada a lendas que relatam tentativas de descoberta de tesouros escondidos por escravos e mesmo por corsários que teriam usado a ilha como base para ataques a cidades litorâneas, como Santos, durante os séculos XVII e XVIII. A parte sul-sudeste da ilha, com inúmeros escolhos e batida pelo perigoso vento sul, foi palco de inúmeros naufrágios de navios nacionais e estrangeiros, sobretudo nas primeiras décadas deste século. Conta-se que os ilhéus pilhavam os destroços dos navios naufragados, incluindo tecidos e outras cargas valiosas. Segundo lendas e relatos, pilhavam também corpos de naufragos que chegavam às praias, ainda com jóias e pertences. Nesse sentido, os ilhéus de Ilhabela teriam adotado o mesmo comportamento

dos ilhéus da Bretanha, que pilhavam os navios naufragados, julgando que o que vinha do mar lhes pertencia. Segundo certos relatos (Cabantous, 1990; Péron, 1993), alguns desses naufrágios eram provocados por ilhéus que, acendendo fogos em lugares perigosos da ilha, desnorream os pilotos que pensavam tratar-se de faróis de navegação.

Um dos relatos se refere a um ilhéu, morador da parte oposta ao continente, que teria violentado uma jovem náufraga, já morta, antes de roubá-la. Esse ilhéu teria sido amaldiçoado pela náufraga, vindo depois a enlouquecer (Buark, 1992).

Esses relatos remetem-nos à distinção entre a parte habitada, civilizada, da ilha, onde os habitantes se aglomeram e a parte *selvagem* da mesma, onde as normas que regem a vida social são transgredidas. Talvez se possa considerar a área próxima à cidade de Ilhabela e seus arredores já transformados pelo homem como a parte civilizada em oposição à área sul-sudeste, selvagem, pouco habitada, onde os navios naufragam, onde os mortos aportam nas praias e são pilhados e violentados. No entanto, somente uma pesquisa de campo poderia confirmar (ou não) tal hipótese.

É importante também se reafirmar a relatividade dos conceitos de insularidade e ilheidade. Assim, no trabalho de Cardoso (1996), os ilhéus de Monte de Trigo não se consideram “caiçaras”, habitantes da costa e sim “ilhéus”. Da mesma forma, em visita recente à ilha de Búzios (julho de 1996), um dos moradores informou que não reconhecia a Ilhabela enquanto ilha:

“Ela é muito grande, tem lugar onde não se pode ver o mar. Búzios é uma ilha. Do topo ali em cima dá para ver o mar cercando a ilha”.

O mesmo morador enfatizou também a antigüidade do povoamento da ilha, pois no topo do morro teriam sido encontrados vestígios de povoamento por tribos indígenas. No entanto, os índios não eram “criaturas”, termo que reservou aos moradores de religião católica, predominante na ilha. Para ele também não eram “criaturas” os ilhéus que tinham se convertido ao protestantismo.

As Ilhas Tropicais como Símbolo do Mundo Selvagem

A ilha tropical como símbolo de um mundo selvagem em desaparecimento é uma das representações que os continentais constroem sobre o espaço insular.

O símbolo paradisíaco da ilha deserta é reforçado quando se identificam certas ilhas, como Fernando de Noronha e Abrolhos, como últimos redutos da *natureza selvagem*, intocada e que devem ser transformadas em *parques nacionais marinhos*. Esses parques nacionais marinhos são recentes, mas diversas entidades ambientalistas internacionais têm alertado para a necessidade da preservação desses espaços únicos, ameaçados pela degradação do meio-marítimo (poluição por petróleo), pelo turismo avassalador ou menos impactante (turismo ecológico), pela pesca predatória, pela instalação de bases militares, alvos de tiros de exercício militar, etc.

O problema das sociedades insulares nessas ilhas tem se tornado cada vez mais grave, sob o ponto de vista do movimento ambientalista, uma vez que são ecossistemas extremamente frágeis, e que podem ser degradados mesmo por sociedades que até recentemente tinham conservado a biodiversidade e a paisagem insular de forma exemplar. Se, de um lado, existe uma tendência à migração em muitas dessas ilhas, levando os habitantes a se transferir para o continente em busca de melhores serviços (educação, saúde, trabalho, etc.), existe, por outro lado, a ocupação desses espaços por atividades turísticas que transformam profundamente os modos de vida anteriormente existentes.

Parece haver, hoje, uma superposição de símbolos referentes às ilhas: de um lado, a ilha como *paraíso*, espaço de aventura e liberdade, explorada pelo chamado turismo de aventura e, por outro lado, a ilha como *paraíso natural*, transformado também em objeto de consumo pelo chamado turismo ecológico.

O crescente número de ilhas e arquipélagos declarados como *áreas naturais protegidas* revela aspectos importantes das relações do homem moderno com a natureza.

Na tentativa de preservar os espaços insulares mesclam-se razões científicas, como a proteção da biodiversidade, de espécies animais e

vegetais já desaparecidas no continente, com mitos e simbologias de um passado distante. Mais do que as razões científicas, pesam, nesse esforço, os aspectos simbólicos, como a necessidade de compensar uma perda ocorrida num tempo primordial.

É importante se observar que, segundo o preservacionismo proveniente dos Estados Unidos, em meados do século passado, nas áreas naturais protegidas, não pode haver moradores e que, portanto, ao se criar uma unidade de conservação de uso restrito (parques nacionais, estações ecológicas, etc.) os habitantes locais devem ser retirados ou transferidos para outras áreas. Segundo os ideólogos do conservacionismo, a presença humana é necessariamente incompatível com a permanência de uma natureza selvagem (*wilderness*).

Nos casos em que as autoridades permitem a presença dos ilhéus, em áreas protegidas, muitas vezes lhes é negado o acesso a certos espaços considerados de proteção total. Ou ainda, em outros casos, certos grupos ecologistas admitem a presença dos ilhéus, desde que sua cultura e seu modo de vida tradicional permaneçam congelados no tempo. Como vimos em trabalho anterior (Diegues, 1994), essa posição está associada à reconstituição de mitos primitivos, nos quais, depois da expulsão dos primeiros homens, o Paraíso terrestre perdido é desabitado.

Essa posição de área natural protegida sem a presença humana tem gerado conflitos intermináveis com as populações locais que têm dificuldades em aceitar por que turistas ou pesquisadores podem entrar livremente na área natural protegida enquanto eles sofrem limitações em seu modo de vida tradicional (pesca, agricultura, etc.). Esse conflito pode se acentuar ainda mais numa ilha, pois, como se viu anteriormente, existe freqüentemente uma forte associação do ilhéu com o espaço insular em que nasceu e uma igual rejeição aos de fora que pretendem morar aí (a não ser que se ligue a um morador local através do casamento).

Nesse sentido, a criação de áreas naturais protegidas pode ser interpretada como a imposição de um neomito da sociedade urbano-industrial, o da natureza selvagem intocada (*wilderness*) sobre os mitos bioantropomórficos para os quais o homem vive imerso na natureza.

Essa oposição entre o *lugar* e a *área natural protegida* manifesta-se em muitas ilhas brasileiras, transformadas em parques nacionais. A Ilhabela, por exemplo, ao contrário dos turistas que somente a representam como um *paraíso tropical*, com suas praias e florestas, é representada pelos ilhéus-caiçaras como seu território onde se exercem as práticas econômicas, sociais e simbólicas. Esse seu território é hoje um território dividido (como de alguma forma era dividido no tempo das grandes fazendas do café) se contraposto a um passado nem tão longínquo, o tempo da pequena produção comercializada no continente. As praias não mais lhes pertencem e os ranchos de pesca, quando ainda existem, encontram-se encurralados, cercados por outros territórios, como marinas, que pertencem à gente-de-fora. Sua visão também se opõe à dos ricos donos de casa de veraneio, e também à dos administradores do parque para quem a melhoria das estradas ameaça quebrar a tranquilidade do paraíso que foi conquistado aos antigos moradores, mesmo que estes necessitem de estradas bem conservadas, até para transportarem seus doentes e defuntos. Essas visões e mitos diferenciados estão na origem de alianças sociais complexas: os veranistas que já têm casa na ilha se aliam aos ambientalistas para evitar a vinda de novos proprietários de casas; os candidatos à construção se opõem às autoridades ambientalistas que lhes cerceiam a liberdade de construir onde bem entenderem. Os moradores tradicionais são acusados por autoridades ambientalistas de ocupar, de forma predatória, o território onde sempre viveram. Por sua vez, os caiçaras se colocam contra os de fora que dificultam sua reprodução social enquanto grupo social portador de uma cultura viva.

O Fim da Insularidade?

Assistimos hoje à banalização das ilhas, pela relativa facilidade de acesso por barcos e sobretudo aviões, à perda de insularidade e da *ilheidade*, consumidas pela publicidade das agências de viagens e de turismo. Mas o maior mal que atinge as ilhas é o desaparecimento tendencial da própria insularidade. Como afirma Tacussel (1992), elas tornam-se um outro objeto de consumo enquanto a *ilheidade* se consome como simulacro de uma distância ilusória, de uma cultura entendida como folclore ultrapassado, em resumo, como lacuna efêmera da territorialidade *séria* do continente.

No entanto, ainda segundo Boia (1994), a fascinação pelo enigma que envolve as ilhas permanece forte e atual. Ou, como afirma Minerva (1995), o sonho do viajante desiludido, que tudo viu, tudo explorou, a ilha utópica ou a ilha dos bem-aventurados, esses absolutos do imaginário, se refugia, hoje, no mito que cria territórios sagrados na fábula e na canção onde eles ainda possuem todas as conotações positivas e toda sua magia, com a condição, no entanto, que permaneçam apenas no sonho, na promessa, isto é, uma miragem. A ilha mais bela seria aquela que não existe ou é inatingível, como a que foi descrita por Umberto Eco em : *A Ilha do Dia Anterior* (1995).

É importante ressaltar que a perenidade da imagem da ilha como paraíso, desde a Antigüidade até nossos dias, tem quase a dimensão de um mito, de uma volta às origens de um paraíso perdido e que o homem persiste em encontrá-lo, de uma forma ou outra. Como afirma Eliade, o mito é a revelação de um acontecimento primordial que fundamentou uma estrutura do real ou um comportamento humano. Pode-se dizer que o mito da ilha como paraíso não é mais a revelação de *mistérios*, mas tornou-se lenda na medida em que num mundo cada vez mais laicizado.

Conclusões

Antes de tudo é necessário se reafirmar o caráter exploratório do presente trabalho por, pelo menos, duas razões. A primeira diz respeito à sua complexidade, tratando-se de temas que perpassam várias disciplinas no campo das ciências humanas: a Antropologia, a História, a Sociologia e a Psicologia. Isso não é de se estranhar, uma vez que trata-se da análise de relações simbólicas entre o homem e a natureza e, por isso mesmo, difícil de ser analisada por uma única disciplina. A segunda razão de seu caráter exploratório e mesmo inacabado reside no pequeno número de trabalhos empíricos sobre as ilhas brasileiras, sendo que a grande maioria dos mesmos foi feita sobre as ilhas do litoral paulista. Esta segunda constatação leva-me, de imediato, à necessidade de trabalhos de campo sobre algumas das questões que considero fundamentais como: a identidade das populações insulares, seu espaço-tempo, e sobretudo as representações simbólicas que elas fazem de suas vidas num território muito específico.

Quando assinalo a necessidade de um pluralismo metodológico na análise da questão insular, reforço a idéia de que ciências como a Psicologia, sobretudo em suas vertentes psicanalítica e analítica junguiana, podem dar uma contribuição fundamental para o estudo das relações simbólicas entre o homem e a ilha. E é através delas que pode-se constatar a verdadeira polissemia do símbolo-ilha que, apesar de significados que remontam às origens da humanidade, apresenta variantes ao longo da história. Nesse sentido, as diversas culturas continuam a interpretar o significado do símbolo-ilha de maneiras variadas, realçando, em determinados momentos históricos, o sentido do paraíso, da intimidade, do aconchego, da privacidade, da prisão, do enclausuramento. Foi interessante, por exemplo, se observar que enquanto para os gregos o simbólico insular estava ligado à imagem do paraíso, ao jardim das Hespérides, para os romanos a ilha era sobretudo um lugar-prisão.

Se, para a Psicanálise, a imagem da relação homem-mar, a sua ilheidade, foi interpretada, em geral, como uma relação edipiana, para os junguianos, a ilha é sobretudo um arquétipo, uma dessas imagens primordiais que povoam o inconsciente humano. As contri-

buições de Mircea Eliade para a análise do *mito insular* são fundamentais para se entender o conceito de arquétipo junguiano aplicado à imagem insular.

Deve-se também realçar a contribuição semiótica de Moles (1992), realçando a forma universal da ilha, através do conceito de *ilha-ideal* que se assemelha, por outro lado, ao arquétipo junguiano.

Nesses enfoques, a ilha é analisada, fundamentalmente, em seus aspectos a-históricos, na medida em que são imagens que se originam no inconsciente humano e que, portanto, se aplicam a todos os homens, independente de sua cultura ou história.

As ilhas, desde a Grécia antiga, participam do imaginário dos homens, que aí situaram o paraíso perdido, desde então consideradas como lugares de transgressão moral, onde moravam povos excluídos do ecúmeno conhecido. Aquelas que, no entanto, nele se integravam eram consideradas berços da civilização, como ocorria com as ilhas gregas.

Na Idade Média, desde o séc. IX, eram símbolos portadores de múltiplos significados, sendo tidas seja como morada dos anjos decaídos, seja como paraísos terreaux, lugares sagrados e morada dos mortos, como sucedia com as ilhas brancas celtas.

No período medieval mais próximo das Grandes Navegações passaram a fazer parte do *maravilhoso* e *exótico* associados ao Mar Tenebroso, o Oceano Atlântico. Nelas, os navegadores viam monstros e sereias, mas também os selvagens que viviam sem pecado, num paraíso sem história. Por largos anos, após as Descobertas, as ilhas misteriosas, como as de São Brendão, continuaram a povoar a imaginação dos navegadores que se empenhavam em encontrá-las. Se, até o séc. XVII, estavam associadas ao ambiente litorâneo e costeiro malsão, a partir de então, com a transformação da visão europeia sobre as praias, consideradas como novos lugares de tratamento para a saúde, as ilhas começaram também a ser procuradas, seja à cata do exótico seja em busca do repouso. Essa visão intimista foi reforçada pelos escritores românticos do séc. XX que nelas viam a imagem da alma humana cercada pelas tempestades oceânicas. No séc. XX, as ilhas

tropicais são consideradas como símbolos da aventura, do prazer e da natureza selvagem e, como tais, vendidas como mercadoria pelas agências de turismo.

Um outro conjunto de vertentes, sobretudo da *Antropologia*, realça a necessidade de se levar em conta as *práticas sociais* e *simbólicas* para o entendimento das relações existentes entre os ilhéus e seu território e, nesse sentido, as contribuições de Geertz, Sahlins e Godelier são importantes. É interessante se observar que muitos estudos etnológicos clássicos como os de Malinowski, Firth, Mead e outros, foram realizados em ambientes insulares, partindo-se, talvez, do princípio que aí se concentravam as culturas primitivas, com reduzido contato com a civilização moderna e que, portanto, poderiam ser melhor analisadas em sua integridade. Como o interesse primordial desses primeiros etnólogos era fazer avançar sua própria ciência, pouca atenção foi dada ao fato desses povos habitarem um ambiente particular. Um outro motivo era, sem dúvida, a necessidade de fugir ao determinismo geográfico, em voga na época, que enfatizava a dependência das formas organização social em relação às características geográficas do ambiente físico.

Quando utilizo os conceitos de *maritimidade*, *insularidade* e *ilheidade* para explicar o fenômeno insular, estou partindo da noção de práticas sociais e simbólicas dos ilhéus. Isso quer dizer que o estudo da relação entre as sociedades insulares e seu território se processa através de práticas econômicas, sociais e simbólicas e não através do simples isolamento geográfico ou dos endemismos. De fato, a vida social na ilha não se define pelo fato dela estar cercada de água por todos os lados, mas pelas práticas em que estão envolvidos os ilhéus na sua relação com o mar. Nesse sentido, se para algumas sociedades insulares o oceano é considerado um obstáculo para os contatos com as sociedades continentais, em outras, ele é uma via de comunicação. Em alguns casos, em diferentes épocas históricas, o oceano pode ser visto ora como obstáculo ora como elemento facilitador dos contatos, dependendo do tipo de *práticas econômicas* (de mercado ou de subsistência), *de práticas sociais*, onde estão incluídas as relações de parentesco, as capacidades marinheiras dos ilhéus e das *práticas simbólicas*. Estas últimas mereceram uma atenção especial neste trabalho pois a

vida insular, bem como a representação dos *continentais* sobre as ilhas, está marcada pelas imagens e símbolos construídos ao longo da história. Essas imagens e representações são diferenciadas quer se trate do ilhéu ou do continental e das formas de organização social que lhes são próprias, variando também com o tempo histórico. Vários estudos, tanto na Europa quanto na Polinésia, têm mostrado a grande vinculação do ilhéu com seu território, marcado pela presença de fronteiras definidas, mas essas fronteiras não são necessariamente geográficas, mas sobretudo sociais. Em muitos casos, mesmo depois da quebra da insularidade geográfica pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, sobretudo o aéreo, subsiste um núcleo forte de *identidade insular* que freqüentemente tem raízes profundas na tradição. A análise do *tempo* tem sido objeto de atenção particular de alguns outros pesquisadores insulares que têm colocado ênfase nas formas particulares pelas quais os ilhéus percebem a dimensão temporal de sua vivência, quando comparada às dos continentais. Outros estudos têm mostrado como a identidade insular não é um fenômeno a-histórico, mas construído muitas vezes em oposição ao *não-insular*, que, como turista, invade a ilha nos períodos de veraneio. De alguns estudos no Brasil, sobretudo no litoral paulista, pode-se inferir que, em ilhas maiores e próximas ao continente, os moradores não se definem claramente como ilhéus. O contrário parece ocorrer com outras ilhas mais oceânicas, como a de Búzios, Vitória e Monte de Trigo, cujas populações hoje vivem de práticas econômicas, sociais e simbólicas diretamente relacionadas com o mar, através da pesca. No entanto, a falta de pesquisas específicas sobre o mundo insular brasileiro. Abre-se, portanto, a outros pesquisadores um campo, sem dúvida, enriquecedor para uma reflexão interdisciplinar mais aprofundada e enriquecedora.

Bibliografia

- ANGELO, S. 1989. *Ilhas do Litoral Paulista*. São Paulo, SMA SP/Secret. Cultura-USP.
- AUGE, M. 1989. *L'autre proche*, in Segalen, M. *L'autre et le semblable*. Paris, Presses du CNRS.
- BALBI, J. 1989. "Identité culturelle". In: *Idim, Les îles européennes, Corse*, Univ. de Corse.
- BARROS, L. 1996. "A Ilha de Monte de Trigo: impressões de viagem". Trabalho apresentado no Seminário: As Sociedades Insulares, 30 e 31 de julho, NUPAUB-USP.
- BATAILLE-BENIGUI, M.C. 1992. "Pêcheurs des mers, pêcheurs de terre. La mer dans la Pensée tongienne". In: *Études Rurales*, 127/128: 55-73.
- BAYARD, J.P. 1988. *La légende de Saint-Brendan*. Paris, Guy Tréniel.
- BECK, H. 1973. *Folklore and the sea*. Middletown, Wesleyan Univ. Press.
- BONNEMAISON, J. 1991. *Vivre dans l'île: une approche de l'îleité océanienne*. Paris, Orstom.
- _____. 1986. *La dernière île*. Paris, Orstom-Arléa.
- BONNIOL, J.L. 1987. "Micro-insularité et particularisme: approche comparée à partir de cas antillais et seychellois". In: DOUMENGE, J. F. *et alii, Insularité, insularisme*. Bourdeaux, Cret. (Collection Iles et Archipels).
- BOIA, L. 1994. "L'île, lieu de l'étrange". In: *Cahiers e l'Imaginaire*, nº 10.
- BROMBERGER, C. *et alii*. 1989. "Entre le local et le global; les figures de l'identité". In: SEGALIN, M. *L'autre et le semblable*. Paris, Presses du CNRS.
- BUARK, C. 1992. *O triângulo de Ilhabela e seus mistérios*. Mogi das Cruzes, Ed. do Autor.

- CABANTOUS, A. 1990. *Le ciel dans la mer: Christianisme et civilisation maritime, XVI-XIX siècle*. Paris, Fayard.
- CALVENTE, M. 1993. "O território azul-marinho". Dissertação (Mestrado), São Paulo, Depto. de Geografia, FFLCH-USP.
- CARDOSO, E.S. 1996. "Vitoreiros e Monteiros: ilhéus do litoral norte paulista". Dissertação (Mestrado), São Paulo, Depto. de Geografia, FFLCH-USP.
- CARTA DO ILHÉU 1990. *São Sebastião tem alma*, São Paulo, NUPAUB-USP.
- CODACCIONI-MEISTERSHEIM, A. 1989. "Images d'île". In: *Les îles européennes: politiques insulaires*. Corse IDIM.
- DIEGUES, A.C. 1996. "O mundo insular; simbolismo e imaginário". Tese (Livre-Docência), São Paulo, ESALQ-USP.
- _____. 1994. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, NUPAUB-USP.
- _____. 1993. *Povos e Mares: por uma sócio-antropologia marítima*. São Paulo, NUPAUB-USP.
- _____. 1983. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo, Edit. Ática.
- DIEGUES, A.C. & NOGARA, P. 1994. *Nosso lugar virou parque*. São Paulo, NUPAUB-USP.
- ECO, U. 1995. *A ilha do dia anterior*. São Paulo, Record.
- FABRE, D. 1989. "Le symbolisme en question". In: SEGALEN, M. *L'autre et le semblable*. Paris, Presses du CNRS.
- FINAZZI-AGRO, E. 1993. "A invenção da ilha: tópica literária e topologia imaginária na descoberta do Brasil". In: *Rascunhos de História*, 5. Rio de Janeiro, PUC.
- FLEISCHMANN, U. 1987. "Insularité et créolisation: approches théoriques". In: DOUMENGE, J.P.; PERRIN, M. F., *op. cit.*
- FORMAN, S. 1970. *The raft fishermen: tradition and change in the Brazilian Peasant Economy*. Bloomington, Indiana University Press.
- FRANÇA, A. 1951. *A ilha de São Sebastião*. São Paulo, Depto. de Geografia, USP.
- GALVÃO, H. 1968. *Novas cartas da praia*. Natal, Ed. do Val.

- JORION, P. 1983. *Les pêcheurs d'Houat*. Paris, Coll. Savoir-Hermann.
- LESTRINGANT, F. (1995) "L'insulaire des lumières: esquisse introductive". In: RACAULT, J.M. & MARIMOUTOU, J.C. *et alii, op. cit.*
- LISBOA, A. 1996. "Identidade Insular na Ilha de Santa Catarina". Trabalho apresentado no Seminário: Sociedades Insulares, 30-31 de julho de 1996 NUPAUB-USP.
- MALDONADO, S. 1993. *Mestres e mares*. São Paulo, Anna Blumen.
- MERLO, M. 1996. "A vida em Ilhabela reconstruída através da memória". Trabalho apresentado no Seminário: Sociedades Insulares: 30-31 de julho de 1996, NUPAUB-USP.
- MINERVA, N. 1995. "Le cercle magique: stratégies de protection du milieu insulaire dans le mythe et l'utopie". In: RACAULT, J. M. & MARIMOUTOU, J.C. *L'insularité, thématique et représentations*. Paris, L'Harmattan.
- MOLES, A. 1982. "Nissologie ou science des îles". In: *l'Espace Géographique*, n° 4, 281-89.
- MOREL, A. & THIESSE, A. 1989. "Les cultures populaires dans les sociétés contemporaines". In: SEGALIN, M. *L'autre et le semblable*. Paris, Presses du CNRS.
- MORIN, E. 1986. *Conhecimento do conhecimento. Método III*. Lisboa, Publ. Europa-América.
- MUSSOLINI, G. 1945. "O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião". In: *Revista e Sociologia*, 7(3).
- PÉRON, F. (1993) *Des îles et des hommes: insularité aujourd'hui*. Rennes Editions de la Cité-Ouest France.
- _____. 1991. "Spécificité des sociétés insulaires contemporaines: exemples des îles françaises de l'Atlantique et de la Manche". In: *Territoires et sociétés insulaires, Colloque International*. Brest, Minist. de l'Environnement.
- POIRIER, J. & CLAPIER-VALLADON, S. 1987. "Essai sur une problématique de la mythologie et de la psychologie insulaires". In: DOUMENGE, J. P.; PERRIN, M. F. *et alii Îles tropicales: insularité, insularisme*. Bourdeaux , Cret. (Collection Iles e Archipels; n° 8).
- RACAULT, J.M. & MARIMOUTOU, J.C. *et alii*. 1995. *L'Insularité: thématique et représentations*. Paris, Édit. Harmattan.

- RACAULT, J.M. 1994. "Pirates and writers at the beginning of the 18th century: Utopian projects and ideal micro-states in the Indian Ocean". In: *Insula*, ano 3, nº 2, dezembro.
- RIBARIC, R.A. 1996. *Caiçara. Para uma arqueologia da memória*. São Paulo, PUC.
- SAHLINS, M. 1987. *Islands of history*. Chicago, The Univ. of Chicago Press.
- SAHLINS, M. 1976. *Culture an Practical Reason*. Chicago, The Univ. of Chicago Press.
- STUPARICH, G. 1989. *L'Île*. Paris, Éditions Verdier.
- TACUSSEL, P. 1992. "Habiter ses exil(e)s". In: *Cahier de l'Imaginaire*, nº 8.
- THOMAS, K. 1984. *Man and the natural world*. Londres, Penguin Books.
- URBAIN, J.D. 1994. *Sur la plage: moeurs et coutumes balnéaires*. Paris, Edit. Payot et Rivages.
- VERGÈS, F. 1995. "Merveilles de la prise de possession". In: RACAULT, J. M. & MARIMOUTOU, J. C. *et alii, op.cit.*
- WILKMANN, M. 1983. "O falar caiçara da Ilha e Búzios". Dissertação (Mestrado). Campinas, Universidade de Campinas, Departamento de Lingüística.
- WILLEMS, E. 1952. *The Buzios Islands: A Caiçara Community in Southern Brazil*. Seattle, University of Washington Press.

AS ILHAS DO LITORAL PAULISTA: TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS¹

Sueli Angelo Furlan

A PREOCUPAÇÃO com a proteção dos ambientes insulares no Brasil tem uma história que começou há mais de 30 anos. Em São Paulo esta história tem como marco a criação do primeiro parque insular em 1962: o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, localizado no litoral sudeste do Estado. Hoje quase todas as ilhas deste Estado estão abrangidas por algum instrumento de proteção ambiental (Tabela 1). Nos outros Estados há também uma tendência crescente em incluir ambientes insulares em áreas protegidas, dada a natureza peculiar dos ecossistemas insulares. A criação de parques insulares, estações ecológicas ou a aplicação de outros instrumentos legais normativos, tais como o tombamento ou áreas de



¹ Trabalho apresentado no Congresso Internacional sobre Turismo "Sol e Território" julho de 1996.

proteção ambiental, demonstram o reconhecimento da importância da proteção desses ecossistemas. É preciso considerar, no entanto, que embora já existam muitos instrumentos legais para a conservação ambiental de ilhas, as investidas contra as paisagens insulares têm aumentado nos últimos anos, a partir de sua supervalorização econômica, especulação imobiliária e do turismo predatório.

Podemos considerar que, apesar da maior parte das ilhas da costa brasileira terem sido declaradas como áreas protegidas, os instrumentos legais não têm sido perfeitamente adequados para conservar esses ambientes. Soma-se a isso a ausência de políticas públicas no sentido da efetiva implantação das diretrizes de proteção e manejo propostas nos instrumentos legais, sejam eles parques, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental ou tombamento.

No caso de áreas protegidas que prevêm, por lei, a criação de planos de manejo a situação é ainda mais delicada. Em quase todos os estudos para construção destes planos, as características socioantropológicas e ecológicas do ambiente insular não se expressam nem embasam os planos de zoneamento. Isto é bastante claro quando se trata de parques e estações ecológicas implantados em ilhas consideradas pequenas, como as do Estado de São Paulo. Neste artigo pretendemos comentar fundamentalmente estes aspectos, iniciando três perguntas básicas:

- Por que preservar os ecossistemas insulares?
- Como conservar os ecossistemas insulares?
- Como têm sido aplicados os planos de manejo quando se trata do turismo?

Por que Preservar os Ecossistemas Insulares?

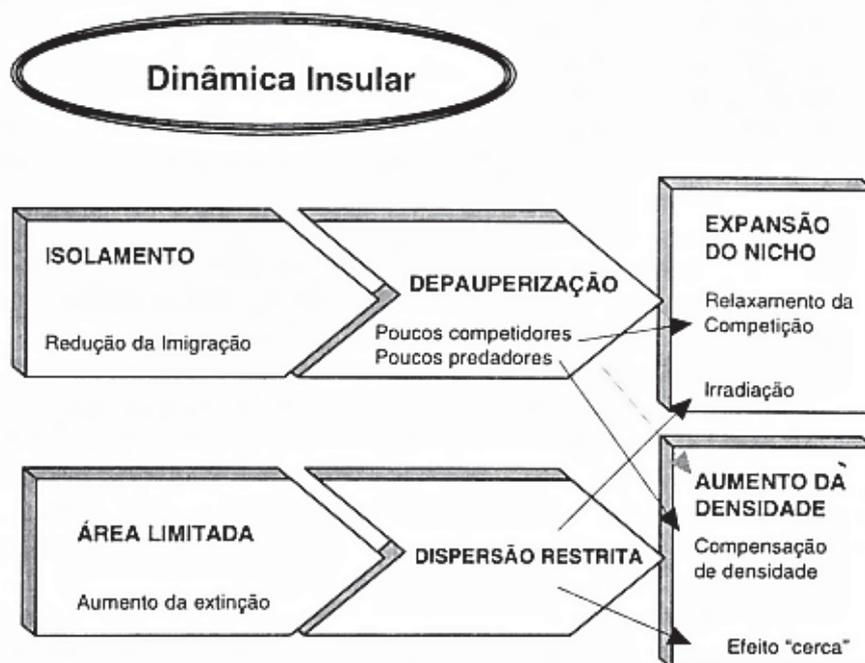
Biogeografia Insular e Conservação Ambiental

A maioria das ilhas cobre um espaço territorial pequeno, quando comparado aos continentes, mas o estudo desses ambientes tem contribuído significativamente com conhecimentos para a conservação de ecossistemas artificialmente fragmentados, tais como parques e reservas continentais. A razão disto é que as ilhas, assim como os topos de montanhas, lagos e cavernas, representam experimentos naturais sobre efeitos do isolamento geográfico na especiação, extinção biológica, na dinâmica de populações biológicas. Os fenômenos da competição, imigração e *turnover* de espécies são marcantes em ilhas verdadeiras. Apesar destes fenômenos não se restringirem a este ambiente, é nele que sua expressão é mais didática.

Cada ilha, independente de seu tamanho e origem, constitui um microcosmo onde é possível determinar fatores que influenciam ou influenciaram a distribuição geográfica de plantas e animais. Porém não é fácil interpretar os dados insulares, pois diferentes dimensões do tempo e espaço estão ali representadas. Por exemplo: ilhas com pequena diversidade de habitats apresentam diferentes respostas ecológicas à condição de isolamento geográfico.

Um dos aspectos mais relevantes da pesquisa insular é a sua contribuição para o entendimento da relação entre biodiversidade e a área insular. Muitos estudos sobre diversidade e área foram realizados nos últimos trinta anos. Esses estudos permitiram a formulação de um modelo geral de dinâmica insular (*fig.1*), que muito tem contribuído na conservação ambiental. Uma das aplicações possíveis destes conhecimentos está presente na conservação de biotas não insulares que se fragmentaram por processos antrópicos. É o caso por exemplo dos estudos sobre fragmentos florestais, efeito de borda, área mínima para reservas e parques, etc. (Ângelo, 1992, 1996).

Figura 1 - COMO CONSERVAR ILHAS?



A base destas pesquisas nasceu na década de 60 com os trabalhos de MacArthur e Wilson que, estudando diferentes ilhas naturais e realizando experimentos laboratoriais, formularam a Teoria do Equilíbrio Insular. Para esta teoria três premissas são importantes:

Existe uma relação entre o número de espécies e a área de uma ilha. Os autores verificaram que ilhas grandes têm, freqüentemente, mais espécies do que ilhas pequenas.

Existe uma relação entre o isolamento geográfico e a diversidade biológica. Ilhas mais isoladas tendem a ter menores taxas de colonização por estarem mais distantes de fontes colonizadoras, como os continentes.

Existe um número de espécies constante para cada ilha.

Ou seja, na Teoria do Equilíbrio Insular, o número de espécies de uma ilha aumenta com o tamanho da ilha e diminui com o aumento da distância de sua fonte colonizadora (fig. 2). Ao mesmo tempo o turnover (ou substituição de espécies) é um processo contínuo, ou seja, o número de espécies que uma determinada área suporta permanece o mesmo ao longo de sua história. O que muda é sua composição.

Esta teoria não foi aceita integralmente pelos biogeógrafos que até hoje testam suas premissas em diferentes situações, inclusive como modelo para dinâmica de fragmentos de ecossistemas terrestres, onde não há isolamento por barreira oceânica e sim por heterogeneidade espacial.

Os problemas mais importantes dessa teoria apontados por diferentes pesquisadores é que muitas ilhas podem não estar em equilíbrio e este fato não guardar nenhuma relação com as taxas de colonização e extinção e sim por razões históricas, ligadas à origem da ilha ou seu processo de ocupação humana.

O tempo e os processos históricos são variáveis de extrema importância na dinâmica insular. O modelo, proposto na teoria, também ignora as diferenças existentes entre as espécies, por exemplo: um bioindicador se comporta de modo diferente do que uma espécie generalista. Uma ave, uma cobra ou um inseto não

possuem as mesmas estratégias ecológicas e portanto influem de maneira muito distinta na biodiversidade insular.

Quanto à área insular, não é apenas o tamanho que importa e sim a variedade de habitat. Por exemplo a Ilha Comprida e a Ilha de São Sebastião, ambas no litoral do Estado de São Paulo, apresentam uma grande variedade de habitats. A Ilha Comprida é uma ilha barreira com ecossistemas predominantemente estuarinos. A Ilha de São Sebastião é uma ilha rochosa que foi um antigo esporão da Serra do Mar, com predomínio de formações florestais.

Portanto um estudo criterioso desses ambientes tem de incluir múltiplos aspectos, desde sua gênese histórica, inventariamento da diversidade, buscando uma compreensão da dinâmica interna de cada ilha. Por isto as generalizações, normalmente empregadas nos planos de manejo de unidades de conservação, são um grande erro quando se trata de estudos insulares.

Como Conservar Ecossistemas Insulares?

1. Padrões Biogeográficos e Processos Insulares

No estudo de ilhas, o que deve interessar quando se fala em manejo? Em princípio um estudo básico de uma biota insular deve considerar que os seres vivos que habitam uma ilha não são o resultado apenas das taxas de colonização e extinção ao acaso. Existem padrões determinados pelas características ecológicas e taxonômicas das espécies que ali sobrevivem. Existem muitos fenômenos de distribuição biogeográfica que são determinísticos, mas no estudo insular é muito importante considerar também os fenômenos estocásticos ou do acaso. Devemos considerar por exemplo que:

Figura 2 - COMO CONSERVAR ILHAS?

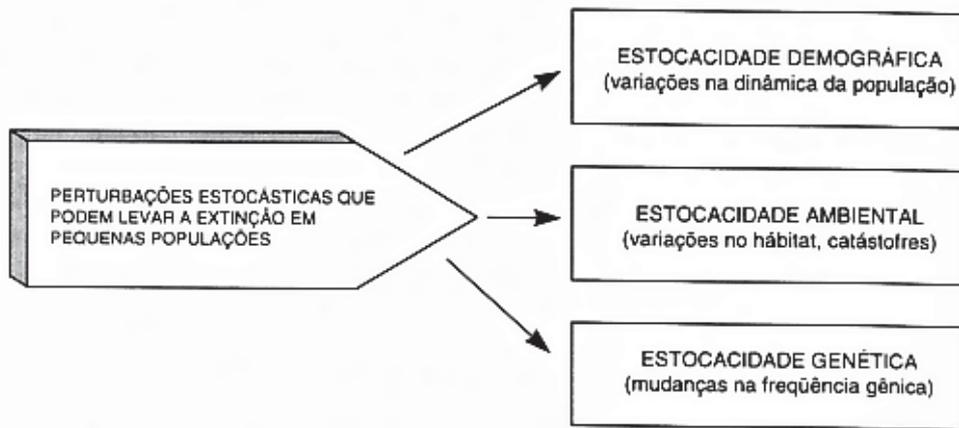


- o fenômeno da extinção sempre está associado à área insular e às taxas de colonização por dispersão, ou mesmo à introdução ativa²;
- através de experimentação e modelagem matemática pode-se demonstrar que alguns fatores que podem levar à extinção de populações pequenas são de origem estocástica (*fig. 3*), tais como:
 - estocacidade demográfica (variações na dinâmica da população);
 - estocacidade ambiental (variações no habitat);
 - catástrofes ambientais (fogo, deslizamentos, desmatamentos);
 - estocacidade genética (mudanças na frequência gênica).

Isto significa que quando mapeamos as formas de vida insular ou suas unidades de paisagem devemos procurar identificar alguns processos típicos de ilhas e suas fragilidades no que diz respeito à conservação como sintetizamos na figura 2. Os inventários podem ser direcionados a revelar o que a informação taxonômica pode estar traduzindo nos diferentes ambientes, como por exemplo as formas que dependem de determinadas características do meio, tais como animais ombrófilos, bioindicadores de umidade (Ângelo, *op.cit.*), etc. Por outro lado, não se pode desconsiderar a história de ocupação humana que influenciou diretamente nesses processos. Nem tampouco deixar de avaliar quais impactos as medidas protetivas terão sobre as comunidades humanas insulares. Em relação aos processos determinísticos e estocásticos é possível aplicar aos inventários alguns en-

² Um exemplo de introdução ativa pode ser ilustrado pelo programa de “repopoamento” da Ilha Anchieta. Uma introdução desastrosa de diferentes tipos de animais, que não faziam parte da biota insular em 1983 levou à superpopulação de capivaras e pastoreio excessivo dos ecossistemas de mata de encosta e restingas. Outros exemplos são os animais e plantas exóticas, introduzidos nas pequenas ilhas.

Figura 3 - EXEMPLO: EXTINÇÃO E PERTURBAÇÕES ESTOCÁSTICAS



saio de modelagem já descritos em bibliografia (vários autores). Sem aprofundar aqui este aspecto poderíamos dizer que num plano de manejo insular é muito importante compreender e distinguir padrões e processos ecológicos, nos estudos prévios.

2. Alguns Pressupostos Metodológicos para Estudo de Ilhas

Em São Paulo, a interpretação das biotas insulares deve considerar que a maioria das ilhas ocupa uma extensão de terras muito pequena, com algumas características comuns a todas as ilhas, como o isolamento geográfico, as ligações continentais pretéritas ou disjunção biogeográfica da Mata Atlântica. Outro ponto central é que, mesmo as ilhas continentais, que surgiram por desligamento do continente-mãe diferem entre si na composição das biotas. Essas diferenças tornam imprescindível a pesquisa e a compreensão dos fatores que determinam ou determinaram a distribuição das espécies nestes espaços isolados. É preciso considerar, na metodologia da pesquisa que fundamentará os planos de manejo, os aspectos socioambientais históricos e ecológicos. Hoje, após quase 30 anos de estudos sobre dinâmica insular, há bons referenciais teóricos para subsidiar estudos voltados para manejo de ilhas. Uma pequena listagem do que se dispõe nesse campo está relacionada no quadro a seguir:

Referenciais teóricos de que se dispõe

| | |
|--|--|
| Sobre origem e composição de biotas insulares | <ul style="list-style-type: none"> • dados paleontológicos • dados sobre composição atual em diferentes regiões • dados em diferentes escalas de tempo e espaço |
| Sobre processos biogeográficos na comunidade insular | <ul style="list-style-type: none"> • turnover • área mínima • simplificação da biota • dinâmica de populações (sobreposição de nicho, diferenciação morfológica, predação, competição) |

Referenciais teóricos de que se dispõe

| | |
|--|--|
| Sobre extensão, aplicação e alternativas | <ul style="list-style-type: none">• dados sobre estrutura das comunidades biológicas• modelagem ecológica• padrões de distribuição estocásticos e determinísticos |
| Sobre a ocupação humana | <ul style="list-style-type: none">• dados sobre as comunidades de pescadores• dados sobre a história de ocupação urbana• dados sobre modificações de habitats e manejo feito por moradores antigos |

Infelizmente, muito pouco ainda se sabe sobre estes aspectos nas ilhas brasileiras, em particular nas ilhas onde já se desenvolvem o manejo. Isto se deve, justamente, às dificuldades de se compreender corretamente o significado da informação e a própria natureza do objeto de pesquisa, mas também à falta de pesquisa e incentivo a estudos insulares no Brasil.

A elaboração dos planos de manejo de Unidades de Conservação Insular poderia ser um bom ensaio para romper com esta lacuna. Há mais de 10 anos um pequeno grupo de pesquisadores vem procurando mostrar como isso poderia ser feito. Infelizmente, ainda não se têm aplicado estas sugestões metodológicas. Sem dúvida, a compreensão da dinâmica insular revelaria à sociedade conhecimentos fundamentais sobre a dinâmica de áreas isoladas e espaços restritos, pois nossas ilhas continentais são aproximadamente equivalentes aos fragmentos ambientais do continente, do qual se separaram. É claro que nem tudo que se observa em ilhas pode ser transposto para o continente, e vice-versa, senão estaríamos cometendo o mesmo erro, mas sabe-se que os fenômenos principais que são estudados em ilhas (competição, imigração, extinção, *turnover*) não estão restritos a elas pois são regra geral para todos os ecossistemas. Nesse sentido o modelo dos possíveis efeitos ecológicos e demográficos da insularidade pode ser testado para fragmentos continentais. Nesse caso, interessa

saber se o isolamento e a área reduzida levaram a uma endemização da fauna ou à sobrevivência de formas generalistas, devido às extinções locais que podem ter ocorrido com a redução da área original. As comunidades insulares, apesar da semelhança com o continente, contêm uma biodiversidade que depende do número de ambientes remanescentes do isolamento da ilha, o que varia em função do seu tamanho, relevo e efeito da ocupação humana. Portanto, é imprescindível que os estudos prévios de inventariamento das características ambientais das ilhas, quando da elaboração do diagnóstico para construção do plano de manejo, se apoiem em pelo menos quatro pressupostos (fig. 4):

- a) As ilhas são fragmentos de biotas com simplificação da biodiversidade (problema geral — como conhecer o que se tem numa ilha e como identificar graus de fragilidade). Neste sentido a fase de diagnóstico ambiental do plano de manejo difere de uma área continental, pois o inventário deve distinguir claramente espécies generalistas de espécies bioindicadoras.
- b) As ilhas são fragmentos da biota e pode ter ocorrido endemismo conforme o tempo de isolamento (o inventário deve destacar as espécies exclusivas e quais as suas restrições ambientais — área de vida).
- c) As ilhas são fragmentos da biota onde a maioria dos ambientes são sucessionais e em mosaicos (as ilhas são minimo-saicos de sucessão ecológica que devem ter uma caracterização particular. Neste sentido é muito importante escolher a melhor escala para mapeamento destes mosaicos. No caso de ilhas brasileiras a melhor escala tem sido a 1:10.000 e 1:5.000).
- d) As ilhas são fragmentos onde predominam as formas generalistas (nas ilhas continentais a simplificação é o processo predominante e por isto deve ter importância no diagnósti-

co ambiental. A indicação de espécies generalistas em estudos de manejo tem sido desvalorizada em função do endemismo. Para ilhas este é o processo dominante e portanto tem de ser valorizado, pois é dele que depende a sucessão).

Como têm sido Aplicados os Planos de Manejo quando se Trata do Turismo?

1. Unidades de Conservação Insular: Planos de Manejo e Turismo Ambiental

As mesmas categorias de Unidades de Conservação (UCs) continentais são aplicadas às ilhas. Portanto, no caso dos Parques insulares que estudamos em São Paulo, a lei que regulamentou o zoneamento de Parques e Estações Ecológicas atribuiu as mesmas categorias de manejo³. A conceituação dessas categorias inspiradas no modelo americano de gestão de unidades de conservação nasceu de experiências com parques continentais e tem como princípios definir espaços de uso público e espaços reservados à conservação e preservação. É uma formulação rígida para definir espaços territoriais cujo critério de aplicação no caso de ambientes insulares não têm levado em conta nenhuma peculiaridade da dinâmica insular. Isto é mais grave quando se consagram zonas de uso que permitem a visitação pública a áreas que para o ambiente insular deveriam ser restritivas. Trataremos disto quando analisarmos o estudo de caso do plano de manejo, em vigor, do Parque Estadual da Ilha Anchieta em São Paulo. Em se tratando de uma imposição legal os Planos de Manejo têm consagrado usos predatórios preexistentes ou tendenciais. Outro fator a se considerar é que o Plano de Manejo, uma vez elaborado, não tem sido

³ O Zoneamento para Parques Nacionais, Estaduais e Estações Ecológicas podem prever as seguintes zonas: Zona Intangível, Zona de Preservação Permanente, Zona de Uso Extensivo, Zona de Uso Intensivo, Zona de Uso Especial, Zona de Recuperação da Paisagem e Zona Histórico-Cultural.

revisto a cada cinco anos como prevê a lei e, freqüentemente, passa a ser o único plano de uso das unidades de conservação. Não se tem investido na elaboração de planos específicos de implementação, tais como plano de visitação e educação ambiental ou ecoturismo.

Quais seriam os passos necessários para se construir uma proposta adequada de plano de manejo insular?

Não seria esta uma pergunta básica que os estudos prévios de caracterização do ecossistema insular deveriam responder?

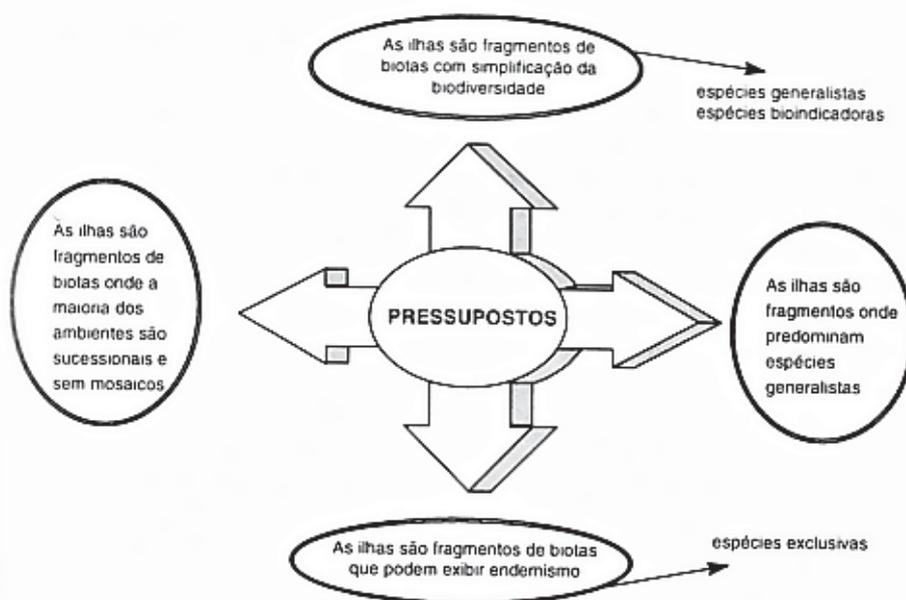
A análise de alguns planos de manejo ou planos específicos voltados para a visitação, educação ambiental ou ecoturismo em UCs insulares, elaborados pelos órgãos governamentais, mostram que, na maioria dos casos, não se considerou a insularidade e sua dinâmica biogeográfica como aspecto mais relevante. Todos os planos de intervenção propostos são falhos ao abordar as ilhas como ecossistemas semelhantes às extensas áreas continentais, aplicando de forma aleatória as categorias de zoneamento previstas para os parques continentais, generalizando dados e até mesmo utilizando a base de dados continentais para inferir sobre capacidade suporte do meio. Muitos planos consagram o turismo espontâneo e predatório preexistente.

O plano de manejo do Parque Estadual da Ilha Anchieta adotou quatro zonas de manejo baseou-se no critério geral de planos de manejo e em metodologias desenvolvidas para áreas continentais.

Algumas falhas graves deste plano estão relacionadas a seguir:

- não segue nenhum pressuposto da biogeografia insular;
- apresenta dados socioambientais fragmentados e não articulados;
- faz mal uso do conceito de Capacidade Suporte Humano;
- considera no zoneamento ambientes inteiros como passíveis de uso.
- não identifica biótopos importantes;
- não analisa os efeitos antrópicos;

Figura 4 - COMO CONSERVAR AS ILHAS?



Planos de Manejo de UCs Insulares

- não sugere nada na cartografia a respeito da história cultural da ilha;
- não apresenta planos de detalhe para aspectos socioculturais e áreas de entorno utilizadas para a pesca.

De fato a ocupação pretérita da ilha revela que não existem zonas primitivas na ilha e portanto o critério de zoneamento está equivocado. Do mesmo modo a zona de uso intensivo engloba ecossistemas importantes que estão erroneamente definidos como substancialmente degradados.

O uso errado do conceito de capacidade suporte por exemplo tem contribuído para orientar a prática de um turismo não conservacionista. Processos como a simplificação da biota, introdução de fauna e flora indesejável têm se acelerado na degradação das unidades de conservação insulares, devido a estratégias adotadas com base em planos falhos. Um estudo criterioso de capacidade suporte humano deve levar em consideração a dinâmica e as limitações do meio combinadas com usos socialmente justos.

Alguns outros exemplos de estratégias mal planejadas podem ser vistos em pequenas ilhas no litoral norte do Estado de São Paulo (Couves, As Ilhas, Monte de Trigo, Búzios, Vitória), que, em São Paulo, também estão inseridas em áreas protegidas. Nestes casos, mais grave ainda é abordagem que reduz o ambiente apenas as componentes naturais. Nesta ótica não há lugar, por exemplo, para aqueles que habitam ou têm nas ilhas fortes vínculos culturais e econômicos. Em algumas avaliações prévias de outros parques insulares no Estado de São Paulo pudemos constatar graves impactos sociais, uma vez que não se considera a importância dos moradores locais nos projetos conservacionistas (*fig. 5*). Nestes casos os impactos sociais das não políticas são perversos.

Outro problema que se tem enfrentado na formulação de estratégias conservacionistas para ilhas é sua precária implantação. Frequentemente a realidade atropela o plano e, na verdade, os instru-

mentos acabam consagrando a ocupação predatória, como por exemplo no turismo. Neste tipo de ação aplica-se apenas alguma maquiagem, como por exemplo melhorando a infra-estrutura de recepção ao turista, mas não lhe oferecendo oportunidades de vivência ou educação conservacionista. O ecoturismo neste campo tem se restringido a caminhadas monitoradas ou não pelo ambiente, mostrando um ou outro aspecto mais conhecido do monitor que muitas vezes é um técnico autodidata que constrói isoladamente uma forma de levar ao visitante alguma informação sobre as UCs. Nos parques insulares o apelo pelo lazer ainda é muito mais forte e incentivado do que o apelo cultural. Uma pesquisa realizada com turistas que visitam, por exemplo, o PE Ilha Anchieta, mostrou que era mais significativo tomar sol e banho de mar numa praia deserta, não havendo maior interesse por sua paisagem geográfica ou sua história. Para muitas pessoas que procuram visitar o Parque o lazer e o conhecimento ainda não se somam. É evidente que muitas razões podem ser analisadas a partir deste comportamento, tais como a falta de orientação prévia, a ausência de monitoramento da visita, o perfil do visitante, etc.

2. Ecossistemas Insulares: Considerações sobre Turismo, Ecoturismo, Naturismo, etc.

Qualquer intervenção humana sobre a natureza tem de responder duas questões preliminares, que são básicas e que definem caminhos distintos na conservação ambiental:

- para a conservação natureza interessa COMO se fará a intervenção;
- para a sociedade interessa QUEM e PARA QUEM se fará a intervenção.

Todo turismo deveria ser ecológico no sentido de que para usufruir da natureza é preciso ter um conhecimento prévio do ambiente a ser colocado à disposição do uso turístico. Todo turismo deveria se pautar no funcionamento da natureza e nos limites ecológicos da

mesma ao projetar infra-estrutura e equipamentos turísticos. Qualquer tipo de turismo tem de se adequar às fragilidades do meio e ser capaz de gerir e controlar impactos ambientais.

Para a sociedade interessa que todo turismo seja democrático no sentido de:

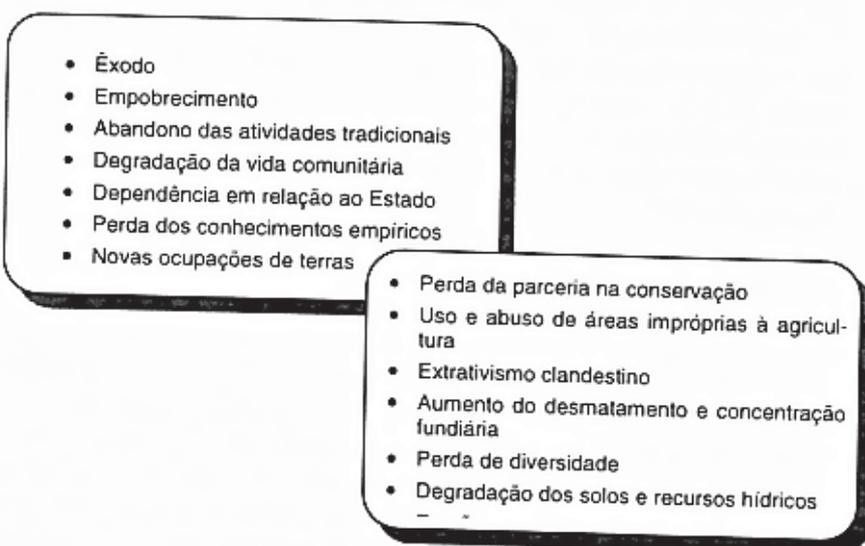
- dar acesso a todas as camadas sociais;
- não isolar espaços privilegiados;
- evitar custos econômicos que se realizem distantes do espaço ocupado pelo turismo;
- dar à sociedade educação e cultura de forma a alimentar a simpatia e respeito pelas gerações futuras (ou seja, meu pedaço não me pertence);
- levar em consideração um programa que implique numa limitação de comodidades e hábitos de consumo desenfreado;
- respeitar os moradores locais.

Ecoturismo: é uma Nova Onda Turística?

Podemos dizer que no Brasil o turismo destrói o turismo por um processo de consumismo da atividade turística.

O ecoturismo é o segmento de turismo que mais cresce no mundo. Representa hoje 8% do mercado global. No Brasil o crescimento é de 30% ao ano (Ecotrip, 1995). Existem no Brasil cerca de 200 agências de ecoturismo (SENAC, 1995). Segundo estudos feitos pelo Senac (*op.cit.*), a maioria do público das agências de ecoturismo tem entre 25 e 35 anos, é formada por solteiros e tem curso superior e aproximadamente 75% são mulheres. Em 1994 "mais de dois milhões de brasileiros pagaram para ter guias que os levassem a lugares inusitados, onde caminham quilômetros a fio, escalam montanhas, descem corredeiras em botes infláveis, dormem em barracas e comem 'Miojo' (macarrão japonês que virou símbolo de acampamentos)" (*Revista Veja*).

Figura 5 - IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DE ÁREAS
INSULARES PROTEGIDAS



Por que este crescimento e quais seriam as diferenças básicas do ecoturismo e o turismo convencional? Na figura apresentamos algumas idéias sobre isto. O ecoturismo deveria ser necessariamente uma atividade de baixo impacto ambiental. Mas quando observamos os dados já citados sobre a pesquisa do perfil do ecoturista vemos que vigora uma conceituação de ecoturismo e de natureza muito divergente. A natureza se coloca como objeto a ser vendido e não usufruído. Muito mais distante está a natureza para ser conhecida e sentida.

Nas unidades de conservação tem se trabalhado o ecoturismo numa aproximação conceitual que se mistura à Educação Ambiental. Muitas estratégias desenvolvidas para programas de Educação Ambiental têm sido adaptadas a roteiros turísticos, tais como visitas monitoradas, palestras de campo, exibição de filmes (no caso de UCs).

De acordo com uma avaliação ainda preliminar das prioridades para implantação de UCs, percebe-se uma forte tendência em priorizar a política de visitação, agora também chamada de ecoturismo. Alguns problemas surgem de imediato. Por exemplo muitos planos de manejo malfeitos acabam sendo a base conceitual e espacial para implantação da atividade turística. Outro problema mais grave é que a visitação tem se tornado uma fonte de renda importante para as UCs que contam com orçamentos exíguos para todas as suas atividades. Isto poderá ser uma ponta de iceberg na questão da captação de recursos e desencadear um processo de mercantilização do ecoturismo indesejável e predatório. Outro aspecto igualmente importante e que desvirtua conceitualmente os objetivos do ecoturismo é a visitação desordenada e sem fundamentação ecológica. Muitos planos de manejo não desenvolveram com profundidade e adequabilidade os planos turísticos, podendo esta atividade ser considerada altamente caótica na atual situação. Um dos aspectos que ainda garante de certo modo o não desencadeamento do caos é o fato de muitas UCs não conterem em seu perímetro as paisagens cujo interesse da indústria do turismo é maior. Aliás muitos projetos de UCs deliberadamente excluíram áreas com este potencial justamente para evitar conflitos com os interesses especulativos.

Tabela 1 - Legislação de Proteção das Ilhas do Estado de São Paulo

| ILHAS | TIPO DE PROTEÇÃO |
|---|------------------|
| De Ubatuba à Ilha de São Sebastião | |
| 1. Comprida | 8 |
| 2. Couves, das | 8 |
| 3. Pesca, da | 8 |
| 4. Selinha, da | 8 |
| 5. Pedra, da | 9 |
| 6. Porcos Pequena, dos | 8 |
| 7. Redonda | 9 |
| 8. Rapada | 8 |
| 9. Negro, do | 9 |
| 10. Pequena | 7 |
| 11. Prumirim, do | 7 |
| 12. Vitória, da | 2, 7 |
| 13. Pescadores, dos | 2, 7 |
| 14. Palmas, das | 5, 7, 18 |
| 15. Cabras, das | 2, 7 |
| 16. Anchieta | 1, 7 |
| 17. Búzios, de | 2, 7 |
| 18. Mar Virado, do | 7 |
| 19. Sumitica | 2, 7 |
| 20. Ponta, da | 9, |
| 21. Maranduba, da | 7, |
| 22. Serraria, da | 2, 7 |
| 23. São Sebastião, de | 2, 7 |
| 24. Galhetas, das (Ilhas) | 2, 7 |
| 25. Castelhanos, do | 2, 7 |
| 26. Tamanduá, do | 7 |
| 27. Lagoa, da | 2, 7 |

| ILHAS | TIPO DE PROTEÇÃO |
|---|------------------|
| 28. Massaguaçu, de | 7 |
| 29. Cabras, das | 2, 7 |
| 30. Prainha, da | 2, 7 |
| Da Ilha de São Sebastião a Bertiooga | |
| 1. Toque, Toque, do | 7 |
| 2. Sapata, da | 7 |
| 3. Gatos, dos | 7 |
| 4. Alcatrazes, de | 7 |
| 5. Ilhas, as | 7 |
| 6. Porto, do | 7 |
| 7. Couves, das | 7 |
| 8. Paredão, do | 5, 7, 18 |
| 9. Cambaquara | 7 |
| 10. Monte de Trigo | 7 |
| 11. Maracujá, do | 7 |
| 12. Monte Pascoal | 7 |
| De Santos a Itanhaém | |
| 1. Santo Amaro, de | 10, 11, 12 |
| 2. Guará | 7 |
| 3. Prainha, da | 7 |
| 4. Prainha Branca, da | 7 |
| 5. Arvoredos, dos | 7 |
| 6. Perequê, do | 7 |
| 7. Mar Casado, do | 7 |
| 8. Cabras, das | 7 |
| 9. Pombeva, do | 7 |
| 10. Moela, da | 7 |
| 11. Aleluia | 7 |
| 12. Mato, do | 7 |
| 13. São Vicente, de | 19 |
| 14. Pau a Pino, do | 7 |

| ILHAS | TIPO DE PROTEÇÃO |
|-------------------------------------|---------------------|
| 15. Bamabé | 19 |
| 16. Palmas, das | 7 |
| 17. Bagres, dos | 19 |
| 18. Urubiqueçaba | 7 |
| 19. Porchat | 19 |
| 20. Sapomim | 19 |
| 21. Queimada Grande, da | 1, 7, 14 |
| 22. Givura | 7 |
| 23. Queimada Pequena, da | 1, 6, 7, 14, 18 |
| 24. Ponta da Aldeia, da | 9 |
| 25. Peruibe, de | 6, 18 |
| 26. Guaraú, do | 7 |
| 27. Boquete, do | 9 |
| De Iguape à Ilha de Cananéia | 4, 7, 15, 18 |
| 1. Ameixal, do | 7 |
| 2. Papagalos, dos | 13 |
| 3. Comprida | 7 |
| 4. Coroa Nova, da | 7 |
| 5. Enseada, da | 7 |
| 6. Grande | 7 |
| 7. Vacas, das (ilhas) | 7 |
| 8. Nanaú, do | 7 |
| 9. Vasa, da | 7 |
| 10. Galdino, do | 7 |
| 11. Rodrigues, do | 19 |
| 12. Cananéia, de | 7 |
| 13. Bandeira, da | 7 |
| 14. Marca, da | 7 |
| 15. Furados, dos (ilhas) | 7 |
| 16. Bom Abrigo, do | 7 |
| 17. Papagalo, do (ilhas) | 7 |

| ILHAS | TIPO DE PROTEÇÃO |
|---|------------------|
| 18. Aceiro Grande, do | 7 |
| 19. São Paulo, de (Ilhas) | 7 |
| 20. Guapará, do | 7 |
| 21. Cardoso, do | 3, 7 |
| 22. Pai-Mato, do (ilhas) | 7 |
| 23. Cambriú, do | 6, 7, 16 |
| 24. Castilho, do | 6, 7, 16, 18 |
| 25. Laranjeira | 7 |
| 26. Timba, da | 7 |
| LEGENDA | |
| Parques Estaduais | |
| 1. Parque Estadual da Ilha Anchieta | |
| 2. Parque Estadual de Ilhabela | |
| 3. Parque Estadual da Ilha do Cardoso | |
| Estações Ecológicas | |
| 4. Estação Ecológica de Juréia-Itatins | |
| 5. Estação Ecológica Tupinambás | |
| 6. Estação Ecológica Tupiniquins | |
| Áreas Tombadas | |
| 7. Tombamento da Serra do Mar e Paranapiacaba | |
| 8. Tombamento da Vila de Picinguaba | |
| 9. Tombamento das Ilhas, Ilhotas e Lajes | |
| 10. Tombamento do Morro do Botelho | |
| 11. Tombamento dos Morros do Monduba, do Pinto ou Toca do Índio e do Icanhema ou Ponta Rasa | |
| 12. Tombamento da Serra do Guararu | |
| 13. Tombamento da Ilha Comprida | |
| ARIE | |
| 14. Área de Relevante Interesse Ecológico/ARIE Ilhas Queimada Grande e Queimada Pequena | |
| 15. Área de Relevante Interesse Ecológico/ARIE Ilha do Ameixal | |

| ILHAS | TIPO DE PROTEÇÃO |
|---|------------------|
| APA | |
| 16. Área de Proteção Ambiental de Cananéia - Iguape - Peruíbe | |
| 17. Área de Proteção Ambiental da Ilha Comprida | |
| Outros | |
| 18. Termo de entrega à Secretaria Especial do Meio Ambiente/SEMA, atual IBAMA | |
| 19. Inexistente | |

Bibliografia

- AB'SABER, A.N. 1977. Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo *Geografia e Planejamento*, 30: 1-27. USP, São Paulo.
- ANGELO, S. 1992. "Distribuição e ocorrência de isópodos terrestres (Crustacea-Oniscidea) em fragmentos de Mata Atlântica insular e continental do litoral paulista". Dissertação (Mestrado), Depto. de Geografia, São Paulo, FFLCH-USP
- ANGELO, S. 1990. "Picinguaba: três décadas numa vila de pescadores do litoral norte do Estado de São Paulo". In: *II Simpósio de Ecossistemas da Costa Sul e Sudeste Brasileira*, volume 4: 96-120.
- _____.1989. Ilhas do Litoral Paulista. Secretaria do Meio Ambiente. divisão de Reservas e Parques Estaduais e Universidade de São Paulo (Depto. Geografia FFLCH - USP), 49 pp.

- ANGELO-FURLAN, S. 1996. "Indicadores biogeográficos em fragmentos de mata atlântica insular e continental e suas possíveis implicações paleoambientais". *Rev. Depto. de Geografia* (10): 13-28.
- ANONYMOUS. 1985. "The First World Conference on Cultural Parks". *Cultural Survival*, 9 (1): 25.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal & Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, (1979). *Plano de manejo: Parque Nacional da Amazônia (Tapajós)*. Ministério da Agricultura, Brasília, DF, 78 pp.
- _____. 1979. *Plano de manejo: Parque Nacional de Sete Cidades.*, Brasília, DF, Ministério da Agricultura, 61 pp.
- _____. 1981. *Plano de manejo: Parque Nacional da Serra da Canastra*. Brasília, DF, Ministério da Agricultura, Brasília, 96 pp.
- _____. 1981. *Plano de manejo: Parque Nacional de Ubajara*. Brasília, DF, Ministério da Agricultura, 145 pp.
- _____. 1981. *Plano de manejo: Parque Nacional da Tijuca*. Brasília, DF, Ministério da Agricultura, 113 pp.
- _____. 1981. *Plano de manejo: Parque Nacional das Emas*. Brasília, DF, Ministério da Agricultura, 90 pp.
- _____. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal & Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza; 1981. *Plano de Manejo: Parque Nacional do Araguaia*. Brasília, DF, Ministério da Agricultura, 103 pp.
- _____. 1981. *Plano de Manejo: Reserva Biológica de Sooretama*. Brasília, DF, Ministério da Agricultura, 70 pp.
- _____. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis; s/d. Unidades de Conservação (folheto de divulgação).
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis; s/d. Centro de Sensoriamento Remoto (folheto de divulgação).
- _____. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis; s/d. Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (folheto de divulgação).

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis; s/d. Parque Nacional da Amazônia (folheto de divulgação).
- _____. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis; s/d. Parque Nacional de Sete Cidades (folheto de divulgação).
- _____. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis; s/d. Parque Nacional de Ubajara (folheto de divulgação).
- _____. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis; s/d. Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (folheto de divulgação).
- _____. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis; s/d. Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (folheto de divulgação).
- _____. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis; s/d. Programa Nacional de Meio Ambiente: Projetos Especiais (folheto de divulgação).
- _____. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Centro Gráfico, Senado Federal, Brasília. 292 pp.
- BROCKLEMAN, W.Y. & DEARDEN, P. 1990. "The Role of Nature Trekking in Conservation: a Case Study in Thailand". *Environmental Conservation*, 17 (2): 141-148.
- BROWN, J.H. & GIBSON, A.C. 1983. *Biogeography*. London. The C.V. Mosby Company, 643 pp.
- CARBONARI, M.P. 1981. "Ecosistema insular: importância de seu estudo". *Caderno Ciências da Terra*, IGEOG-USP, 65 pp.
- CLAY, J.W. 1985. "Parks and People". *Cultural Survival*, 9 (1): 2-5.
- CLOUD, J. 1985. "Forest Resources and Rural Populations in Chiapas". *Cultural Survival*, 9 (1): 21-24.
- DEIHL, C. 1985. "Wildlife and the Maasai". *Cultural Survival*, 9 (1): 37-40.
- DIEGUES, A. C. S. 1993. *Populações tradicionais em unidades de conservação: O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, NUPAUB-USP.

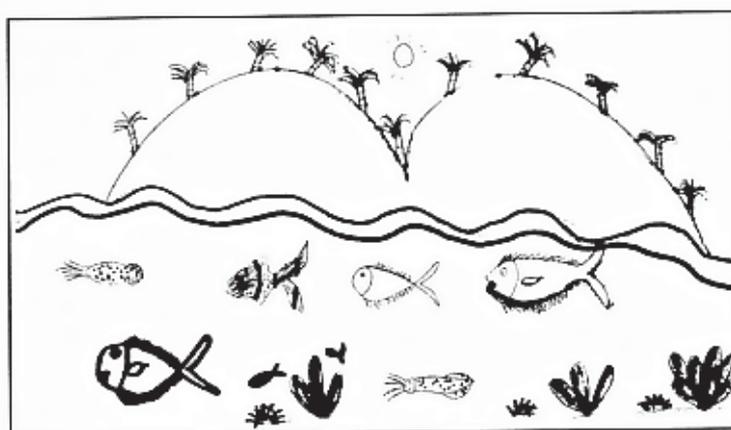
- EHRlich, P.R. 1982. "Human Carrying Capacity, Extinctions, and Nature Reserves". *BioScience*, 15 (2): 331-333.
- EILERS, H. 1985. "Protected Areas and Indigenous Peoples". *Cultural Survival*, 9 (1): 6-9.
- FREITAS, R.O. 1947. "Geologia e petrologia da Ilha de São Sebastião". *Boletim. Fac. Cienc. Let. Univ. São Paulo - Geologia*, 3: 1-244.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. 1992. *Atlas da evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados do domínio da Mata Atlântica no Estado de São Paulo no período 1985-1990*. São Paulo, Fundação SOS Mata Atlântica - INPE.
- GHIMIRE, K. 1993. *Parques e populações: Problemas de sobrevivência no manejo de Parques Nacionais na Tailândia e em Madagascar*. Trad. Cristina Adams. São Paulo, NUPAUB-USP (Série Documentos e Relatórios de Pesquisa; 3).
- _____. 1991. *Parks and People: Livelihood issues in National Parks Management in Thailand and Madagascar*. United Nations Research Institute for Social Development, Discussion Papers 23.
- GÓMES-POMPA, A. 1971. "Possible Papel de la Vegetación Secundaria en la Evolución de la Flora Tropical". *Biotropica*, 3 (2): 125-135.
- GRAZIANI, M.N. & CÔRREA, E.M. 1986. *Coletânea de Legislação Ambiental. Instituto de Terras, Cartografia e Florestas*. Paraná, Governo do Estado do Paraná, 383 pp.
- HAFFER, J. 1982. "General Aspects of the Refuge Theory". In: PRANCE, G. T. *Biological diversification in the tropics*. New York, Columbia University Press, pp. 6-24
- IF - Instituto Florestal do Estado de São Paulo .1993. *Inventário Florestal do Estado de São Paulo*. São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 199 pp.
- MACARTHUR, R.H. & WILSON, E. 1972. *Geographical Ecology Patterns in the distribution of species*. Princeton University Press, 269 pp.
- MACARTHUR, R.H. & WILSON, E. 1967. "The Theory of Island Biogeography". In: MAY, R. M. *Monographs in Population Biology* n. 1. Princeton University Press.

- MACARTHUR, R.H. & WILSON, E. 1963. "An Equilibrium Theory of Insular Zoogeography". *Evolution*, 17 (4): 373-387.
- MACARTHUR, R.H. *et alii*. 1973. "The Effect of Island Area on Population Densities". *Ecology*, 54: 657-658.
- MARTIN, L.; SUGUIO, K. & FLEXOR, J.M. 1983. "Le quaternaire marin du littoral brésilien entre Cananéia (SP) et Barra de Guaratuba (RJ)". Apresentado no *International Symposium on Coastal Evolution in the Quaternary*. São Paulo, 296-331.
- MILANO, M.S. 1985. "Parques e reservas: uma análise da política brasileira de unidades de conservação". *Revista Floresta*, 15 (2): 4-9.
- MUELLER, P. 1973. "The Dispersal Centers of Vertebrates in the Neotropical Realm". *Biogeographica*, vol 2. The Hague, W. Junk.
- _____. 1973. "The Dispersal Centers of Vertebrates in the Neotropical region". *Stud. Neotr. Fauna*, 7: 173-185.
- PELLEGRINI FILHO, A. 1991. "Ecologia, cultura e turismo: potencialidades e limites". São Paulo. Tese (Livre-Docência), Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 186 pp.
- REDFORD, K.H. & ROBINSON, J.G. 1985. "Hunting by Indigenous Peoples and Conservation of Game Species". *Cultural Survival*, 9 (1): 41-44.
- SECRETARIA ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE. Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (1986). *Programa de Gerenciamento das Unidades de Conservação*. Brasília, 34 pp.
- SERRA-FILHO, R., CAVALLI, A.C. & GUILLAUMON, J.R. 1975. "Levantamento da cobertura vegetal natural e do reflorestamento no Estado de São Paulo". *Boletim Técnico do Instituto Florestal*, São Paulo, 11:1-53.
- SHAVER, C.M. 1985. "National Park Values and Living Cultural Parks". *Cultural Survival*, 9 (1): 51-53.
- SILVEIRA, J.D. 1952. *Baixadas litorâneas quentes e úmidas*. São Paulo, USP. (Boletim 152. Cadeira de Geografia; 8).
- SIMBERLOFF, D.S. & ABELE, L.G. 1982. "Refuge Design and Island Biogeography Theory: Effects of Fragmentation". *Am. Nat.* 120: 41-40.
- _____. 1975. "Island Biogeography Theory and Conservation Practice". *Science*, 191.

SMA (Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo) (1992) *Programa de Educação Ambiental do Vale do Ribeira*. Governo do Estado de São Paulo (Série Educação Ambiental).

SMA (Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo) (1987). *Mapa Florestal*, por Gonzaga de Campos. São Paulo, Ed-fac-similar.

VAZ, P. 1993. "A legislação florestal e a Mata Atlântica: o início de um caminho". *Alternativas*: 13-16. AS-PTA, São Paulo.



CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE INSULAR
EM UM MUNDO QUE SE GLOBALIZA:
O JEITO MANEZINHO DE SER¹

Armando de Melo Lisboa
Universidade Federal de São Carlos

A terra produz quase tudo o que é necessário para viver, sem que se dêem ao trabalho de cultivá-la.

Antoine Pernetty
(relato de uma visita à Ilha de Santa Catarina em 1763)

Ascensão e Crise do Modo de Vida Ilhéu



É QUASE lugar-comum a afirmação de que o processo de ocupação do litoral catarinense responde a uma razão político-militar (não se organizando, portanto, em função da produção colonial) da Coroa Portuguesa visando assegurar o domínio territorial do sul da colônia e seu acesso ao Prata. Sem dúvida, no Brasil meridional, e mais fortemente na Ilha de Santa Catarina (ISC), estruturou-se uma sociedade com um modo de vida ímpar, estabelecendo-se uma economia diferenciada do modelo colonial hegemônico (latifúndio

¹ Uma versão ampliada deste texto foi publicada no livro: *Uma cidade numa ilha*. (Florianópolis, Insular, 1996).

escravista-monocultor), ainda que subsidiária do mesmo. Mas não se pode esquecer que Desterro¹ serviu aos projetos coloniais ibéricos desde os primórdios da presença européia na América como entreposto privilegiado de abastecimento das embarcações na rota entre Rio e Buenos Aires. Além disto, a atividade baleeira de todo litoral catarinense (com auge no segundo quartel do século XVIII) representou uma forte relação desta província com os grandes capitais portugueses (Silva, 1992).

A sociedade ilhoa é resultado de um amálgama que aglutina diversos componentes (indígena, vicentino-caboclo, açoriano, negro), podendo-se nela reconhecer a presença de dois circuitos básicos que constituem a economia local, o de auto-suficiência (doméstico/comunitário) que abrangia a maior parte da população, e o circuito monetário/urbano (restrito aos poucos funcionários da capitania, aos militares, alguns comerciantes e artífices). Estes dois circuitos não existiam de forma pura, pois, além de interagirem intensamente, estavam imbricados dentro da própria unidade familiar. Apesar desta simbiose, até meados do século XX havia uma clara dicotomia socioeconômico-espacial entre os núcleos de colonização (formados a partir da chegada das famílias açorianas em meados do séc. XVIII), situados no interior da ilha (onde predominava o circuito não monetário), e o centro urbano da capital (com predomínio do circuito monetário).

No circuito monetário pode-se distinguir vários ciclos econômicos, os quais muitas vezes coexistem temporalmente: o baleeiro, o militar, o portuário, o administrativo, o comercial, o cafeeiro (e atualmente o turístico e da construção civil). De modo geral, em cada ciclo deste os ilhéus têm sido marginalizados com a desarticulação de seu modo tradicional de vida pelas monoculturas dominantes que, quando se esgotam, propicia que se retomem as atividades tradicionais com intensidade. Cada ciclo deste tem um grande impacto no crescimento da cidade, propiciando um acúmulo gradual de alterações.

Já o circuito comunitário foi mais ou menos permanente até meados do século XX, oscilando em função da dinâmica do circuito mo-

¹ Em 1894 Desterro passou a se denominar Florianópolis.

netário. O circuito doméstico, não totalmente subordinado ao mercantil (no qual se sustentavam as elites locais), tinha uma grande importância econômica (em termos de abrangência), gerando uma economia local relativamente auto-suficiente e com intensa atividade exportadora, possibilitando inclusive que a ISC chegasse a ser, ainda que brevemente, o principal centro brasileiro produtor de farinha de mandioca.

O *modo de vida ilhéu*² consistia então na articulação entre estes dois circuitos, os quais, nos primórdios do núcleo urbano, conviviam no mesmo território, além de se encontrar de forma diária na praia do mercado, onde os pequenos produtores chegavam com suas pequenas embarcações e

“diretamente vendiam os gêneros que traziam ... - a farinha, os legumes, as frutas, as caças, os peixes” (Cabral, apud Peluso, 1991: 327, **negrito nosso**).

Desta complexa interação entre estes circuitos decorria a provisão da existência no modo ilhéu de vida, a qual se dava fundamentalmente através da *pequena produção ilhoa*, ou seja, pela conjunção da pesca com a agricultura (policultura associada a uma incipiente pecuária e criação de animais domésticos) e a produção artesanal rural (num contexto espacial de pequenas propriedades, trabalhadas com mão-de-obra familiar, com ocorrência generalizada de terras comuns como suplemento da propriedade individual), articulada com o comércio e o artesanato urbano. A economia local tinha uma certa pujança, sendo Florianópolis, pela sua privilegiada condição portuária, o pólo aglutinador da economia de todo litoral catarinense até o final do século XIX.

Na pequena produção ilhoa ainda não há a subordinação do valor de uso ao valor de troca. Nela constata-se que a policultura permanece apesar das pressões por uma agricultura comercial monocultora mais lucrativa. Isto transparece no relato de Langsdorff de 1803:

² Um modo de vida não se reduz apenas às práticas materiais, mas também é composto pelo conjunto de suas crenças, festas, linguagem, signos. Entretanto, reconhecendo que a vida social é uma unidade indissolúvel, não é propósito deste trabalho analisar a dimensão cultural-simbólica da existência ilhoa.

“Existem muitos peixes, mariscos e caranguejos de uma espécie grande, mas que são caros, em relação aos outros alimentos, porque quase todos os moradores da costa pescam para seu sustento próprio e pouco vendem” (apud Berger, 1984).

Em geral quando se designa uma atividade econômica como de subsistência, se deprecia a mesma, pois este conceito induz a pensar que se trata de uma existência menor. Os intelectuais têm designado como “pobres” a maior parte da população ilhoa - em geral porque não dispunham de dinheiro. Trata-se de uma forma preconceituosa que desvaloriza seu modo de vida e as formas produtoras de valor de uso, considerando-as ineficientes. Estes “pobres” aqui não eram indigentes, estando desprovidos, sim, mas do sentimento de insegurança. Sem querer idealizar a condição social do pequeno produtor independente, dono dos seus meios de produção, entendemos que o olhar iluminista ignora que a “economia de subsistência” produziu um razoável excedente comercializável, gerou modos de vida mais eqüitativos, e mais adequados ao ecossistema na medida em que desenvolveu a policultura e não a monocultura mercantil. A economia do camponês-pescador, portanto, era extremamente diversificada e multifacetada, compondo um mosaico de atividades e de relações de produção.

A condição insular de relativo isolamento físico da ISC em relação ao continente (do qual dista aproximadamente 800 metros em seu ponto mais próximo) reforçou o caráter autônomo de uma economia local estruturada fundamentalmente sobre o binômio mar (setores pesqueiro — com grande importância para a pesca da baleia e seus derivados até início do século XIX — e portuário) — agricultura, com uma significativa produção artesanal semi-industrial (com inúmeros engenhos, teares, curtumes, alambiques, olarias, produção de embarcações, utensílios domésticos, etc.).

O traço predominante do modo ilhéu de vida em Desterro (nesta fase que antecede a modernização) é seu caráter paroquial, comunitário. Isto foi constatado por F. H. Cardoso e O. Ianni ainda nos anos 50 quando da realização de pesquisa sobre a questão racial em Florianópolis:

“Encontramo-nos diante de uma comunidade rural-urbana, isto é, de uma ordem social cujas camadas guardam ainda caracteres do passado”.

A produção material da vida do ilhéu se fazia, além do uso dos espaços comunais, através de relações de reciprocidade proveniente das atividades pesqueiras e da prática do mutirão característico do trabalho no engenho, bem como das relações de cooperação existentes para construir suas casas, igrejas e engenhos.

Reconhecer a existência de um ethos comunitário presente na vida social de Desterro e nos diversos povoados do interior da ISC não significa que ela está isenta de valores individualistas e mercantis, os quais permeiam e dialogam com este ethos. Não estamos falando de uma sociedade igualitária, pois a mão-de-obra escrava na Ilha não era desprezível, embora em escala menor que em outras regiões do Brasil, gerando aqui um padrão cultural tradicionalista que, em relação aos negros, era altamente preconceituoso e discriminador (Cardoso e Ianni, 1960; Pedro, 1988). Coexistia com os padrões de reciprocidade uma significativa diferenciação social, a qual originou-se, entre outros motivos, da desigualdade na distribuição dos lotes para os colonos. As relações de parentesco, articuladas com as relações de compadrio intrínsecas à vida comunal, se entrelaçam com estas assimetrias (fazendo com que a reciprocidade se processe de forma desigual — levando à criação de “dívidas permanentes” por parte dos mais carentes), criando laços que não apenas evitam atritos maiores entre estas camadas sociais, como também impedem a emergência de cooperativas, de *“uma economia baseada na ajuda mútua, no trabalho conjunto de toda a comunidade”* (Santos, 1971). De resto, isto é uma resultante do modelo colonizador fundado sobre uma concepção monofamiliar de pequena propriedade.

Apesar de seu porto ser o centro comercial de Santa Catarina ao longo do século XIX (perdendo a primazia para São Francisco e Itajaí já nos anos 1896-1900), a economia da capital, vislumbrada de uma perspectiva crematístico (mercantil)-industrial, caracterizou-se (a partir do final do século XIX) como um núcleo não dinâmico, “estacionário”— isto é, sem uma dinâmica expansiva-industrializante. Isto se evidencia especialmente quando em contraste com as novas

áreas de colonização alemã que, iniciadas no litoral catarinense em torno da metade do século XIX, já na virada do mesmo apresentavam crescente prosperidade econômica³. Por que não ocorre o desenvolvimento industrial em Desterro? A resposta a esta questão exige a consideração de muitos fatores endógenos e exógenos à sociedade local.

A análise minuciosa de Singer (1976) e Seyferth (1990) permite perceber que a associação entre artesanato e indústria é, em geral, um mito. Na região de colonização alemã foi o controle pelo capital mercantil (o qual servia também como “casa bancária”) da vida econômica local que possibilitou que somente os comerciantes tivessem capacidade de acumulação suficiente para iniciar outras atividades⁴. Originários de uma sociedade já em processo de industrialização, “os artifices acabaram sendo, na verdade, os operários especializados nas indústrias” Seyferth (1990). Já na Ilha de Santa Catarina tanto ocorria a comercialização direta do excedente da pequena produção doméstica (em função de que o transporte da mesma para o mercado da cidade é feito em geral pelo mar pelo próprio produtor), dificultando o surgimento de um “dono” da vida econômica local, quanto a dependência do comércio local do Rio de Janeiro, o que impedia uma maior capitalização (Hübener, 1981).

Aqui não se forma o empresário schumpeteriano em virtude de que boa parte da sua elite se reproduzia pelo controle que suas famílias exerciam sobre os cargos públicos estaduais e federais em função de ser Desterro a sede administrativa da Província de Santa Catarina desde 1738. Campos (1991) aponta ainda que, influenciados pelo comportamento aristocrático dos governantes e comandantes militares, a classe comerciante local adquiriu hábitos consumistas, dissipando o que acumulava.

³ Deve ser considerado que os projetos de colonização açoriano e alemão diferem completamente tanto com relação ao diapasão tecnológico ocorrido entre meados de século XVIII e meados do século XIX, quanto ao espírito dos mesmos (o primeiro conduzia-se por um modelo militar-portuário, o segundo por uma concepção industrializante).

⁴ Souto (1980) acrescenta que os imigrantes tinham mais facilidade de acesso ao comércio de importação-exportação em relação aos empresários nacionais.

Fator importante para a estagnação da economia local foi o lento desaparecimento do porto a partir do início do século XX, o que é explicado por Lago (1988) devido à evolução tecnológica das embarcações (que, com o aumento da potência dos motores, vão ampliando o calado dos navios, tornando inviável a manutenção da atividade portuária em Florianópolis) e à abertura do Canal do Panamá em 1914 (uma vez que Desterro era parada quase obrigatória dos navios que seguiam do Atlântico ao Pacífico).

Diversas são as causas do melancólico declínio da economia ilhoa⁵. Porém aqui é fundamental reconhecer que na gênese deste modo de vida estava uma inadaptação do colono europeu ao meio tropical, um ecossistema de mais alta diversidade biológica que desconheciam totalmente. Isto gerou práticas agrícolas que levaram ao esgotamento progressivo do solo, ao contrário dos indígenas que estavam plenamente adaptados ao ambiente americano. Esclarece ainda Lago (1988) que os europeus vieram para cá não como silvicultores, mas como agricultores. Daí o não desenvolvimento de uma economia florestal, mais adequada à “vocação natural” desta terra.

A Fase Desenvolvimentista ou da Moderniza o

Paralela   decadência da atividade portuária progressivamente foi se consolidando a condi o de Florianópolis como centro administrativo de Santa Catarina, a qual permitiu que, “indiretamente, a cidade se beneficiasse do desenvolvimento econômico geral do Estado” (Cardoso, 1960). Se a condi o de capital no mínimo impediu a regressão econômica (como ocorreu com os municípios vizinhos de Tijucas e Laguna), seus efeitos, porém, quase não se faziam sentir nas comunida-

⁵ Realça-se a permanente expropria o do excedente a que eram submetidas as atividades rurais na ISC. Os desmandos da Coroa (o confisco de g neros alimentícios para as fortifica es militares, “a tributa o excessiva e irracional, ou a política contra as manufaturas a partir de 1785”, Cardoso, 1960), recrutamentos, sobre elas recaíam mais intensamente. Outro fator foi o parcelamento indiscriminado do solo. Daí decorre a insuficiência da acumula o desta pequena produ o independente que, a partir do último quartel do século XIX, passa a sofrer a concorrência dos núcleos de coloniza o alemã implantados entre a Ilha de Santa Catarina e o Planalto.

des do interior da ISC, as quais ainda formavam no início dos anos 70 um “*sistema cultural fechado*” que vive em função de uma cultura tradicional “*ligada diretamente àquela vigente na Europa, no século XV*” (Santos, 1971). O relativo isolamento terrestre propiciou as condições necessárias para a preservação prolongada do jeito maneizinho⁶ de ser até recentemente.

A construção da primeira ponte (a Hercílio Luz, inaugurada em 1926) insere-se dentro de uma estratégia que deflagrou o processo de modernização da capital visando mantê-la na Ilha (pois então se debatia fortemente a transferência da mesma para o interior). Inicia-se então uma profunda modificação na estrutura da cidade de Florianópolis, particularmente o loteamento de chácaras, processo caracterizado por Moretto (1993) como da “*transformação da terra em mercadoria*”.

O ímpeto modernizante em SC se acentua com os ventos desenvolvimentistas que sopraram vigorosamente no País no final dos anos 50, perfazendo um segundo surto modernizante no qual em Florianópolis se cria a Universidade Federal de Santa Catarina no início dos anos 60; eletrifica-se a zona rural da ISC a partir de 1964; e, na segunda metade desta década, faz surgir a televisão na capital; constrói a BR-101 e o aterro que resultou na avenida Beira Mar Norte.

A fase desenvolvimentista representou a hegemonia do circuito mercantil (isto é, a progressiva integração da economia local na economia capitalista de mercado) e conseqüente desestruturação da economia de auto-suficiência dos “pobres” (do circuito não mercantil): estes são transformados em mão-de-obra marginalizada⁷. Especialmente isto traduziu-se na expulsão e segregação dos pobres para cada vez mais longe: os morros, para o continente, para os municípios vizinhos. Alguns ilhéus, quando podem, mesclam suas ativida-

⁶ A expressão “maneizinho” recentemente deixa de ser uma forma pejorativa para se referir à população do interior da ISC e se torna expressão positiva da identidade local.

⁷ A pequena navegação costeira já nos anos trinta tinha-se tornado inviável devido a normas federais que passaram a regular as atividades marítimas. A partir dos anos 60 a política de incentivos fiscais privilegiou exclusivamente a pesca industrial, a qual, apoiada por uma tecnologia sofisticada inacessível ao pequeno pescador, gerou uma volumosa (e predatória) apropriação dos recursos marinhos extremamente danosa para a pesca artesanal.

des, cada vez mais restritas de “subsistência”, com o emprego no serviço público ou na construção civil.

Neste processo destacamos ainda a expropriação do espaço comunal terrestre que ocorreu com mais intensidade no último quarto de século, levando ao desaparecimento quase total do mesmo, vital para a sobrevivência do pequeno produtor, principalmente dos mais despossuídos. Portanto, nas últimas três décadas é que se aprofunda o processo de generalização das relações mercantis na ISC.

Define-se nos anos 70 o aglomerado urbano de Florianópolis, resultante do processo de conurbação que forma uma única malha urbana entre os municípios de Florianópolis, Biguaçu, São José e Palhoça, impedindo que se conceba Florianópolis como “uma cidade isolada” (Silva, 1978), mas sim como município pólo de toda região - na qual vislumbra-se uma nítida divisão econômica regional: a área industrial concentra-se em S. José, o setor de serviços na capital, enquanto que a atividade primária marcadamente em Biguaçu e Palhoça.

Florianópolis teve um crescimento vertiginoso nos últimos trinta anos, com sua população passando de apazíveis 97.800 habitantes em 1960 (58% no meio rural) para 254.900 em 1991 (94% urbana). Este fenômeno ocorre ainda mais intensamente em toda a área conurbada de Florianópolis, onde se registra no mesmo período um aumento populacional de 228% (de 151.000 para 497.000 habitantes). Deixamos de ser aquela cidade descrita por Srour e Fontana em 1981 como “*acanhada entre Porto Alegre e Curitiba*”, sofrendo de um “*complexo do marginal*”.

A transferência da sede da Eletrosul, em meados dos anos 70, do Rio de Janeiro para a ISC veio ratificar a condição de Florianópolis como uma cidade marcadamente terciária (34% dos servidores públicos estaduais de Santa Catarina aqui estão concentrados). O grau de informalização na economia local, apesar da difícil mensuração, é sem dúvida elevado, o que compromete a confiabilidade da maior parte dos dados econômicos da região.

A Criação da “Vocação Turística”

O turismo em Florianópolis não é um fenômeno acidental (apesar das suas belas condições naturais), surgindo no bojo do processo de “planejar o desenvolvimento”, quando os planos governamentais vislumbram nos anos 70 a possibilidade de explorar o potencial turístico de SC (e de Florianópolis em particular). A partir de então gera-se uma política pública de desenvolvimento turístico, na qual o Estado passa a garantir a implantação da infra-estrutura local necessária para a expansão desta atividade. A “vocação turística” beneficia-se da condição da cidade ser capital de Estado, pois demanda grandes investimentos públicos que, por esta condição, aqui mais facilmente se efetivam.

Nos anos 80 ocorre a consolidação do turismo - não apenas como *um dos*, mas como o *fator* realizador da “aspiração ao desenvolvimento” de Florianópolis. O caminho para a internacionalização da ISC já está pavimentado: em campanhas publicitárias vendem-na como “capital turística do Mercosul”.

A pressão dos empresários do setor turístico sobre os recursos públicos, a ponto de transformar o turismo em “alternativa preferencial de desenvolvimento econômico para o espaço local”, provoca uma certa mistificação do mesmo, apresentado como “atividade redentora” da economia local, como “panacéia” para nossos males em função dos seus “generosos efeitos redistributivos” sobre o conjunto da população local. Apesar da sazonalidade, o turismo cada vez mais faz parte da realidade local. Hoje estamos vivendo o apogeu do boom (ou melhor, vivemos uma “febre turística”) de um ciclo econômico marcado pela monocultura do turismo que, como os ciclos anteriores, desarticula e marginaliza a pequena produção independente.

Mas toda monocultura é perversa. O turismo deve ser visto como uma atividade complementar, fazendo parte da nossa “vocação”. É mais que óbvio, porém, que devemos evitar a monocultura do turismo pois fragiliza e instabiliza a economia local, deixando um grande vazio fora da temporada, impedindo inclusive que seus eventuais

benefícios se irradiem sobre a mesma. Esclarece Lins (1995b) que o efeito multiplicador do gasto turístico sobre a renda de uma região é *"tanto maior quanto mais capaz se mostra o sistema econômico para atender a demanda"* de bens e serviços proveniente do turismo.

Já são muito conhecidos os efeitos disruptores sobre as sociedades locais advindos do turismo de massa. Sem dúvida não podemos culpar o turismo por estes efeitos, pois o mesmo é apenas um catalisador de um processo mais amplo em andamento. Porém, também não resta dúvida de que o turismo acelera este processo, atuando como indutor-desagregador das atividades tradicionais.

Aqui o turismo se desenvolve em função do cenário natural litorâneo privilegiado, atraindo um turista que busca Florianópolis apenas para espalçar nas praias numa relação puramente mercantilizada, e não para entrar em contato com o povo e com a cultura ilhoa. Constata-se que

"os aspectos de valorização e preservação da cultura de origem açoriana, embora lembrados constantemente por pesquisadores, foram considerados secundários perante o ímpeto do consumo das praias" (Vaz, 1991).

Ora, cada vez mais se sabe que a diversidade biológica não subsiste sem a diversidade cultural. Portanto, o que temos atualmente neste boom turístico é um processo autofágico - *"a cobra comendo seu próprio rabo"*... — que se alimenta dos *"atributos locais e ao mesmo tempo contribui para sua destruição"* (Lins, 1994).

Os diversos projetos turísticos de padrão internacional representam uma espécie de *"turismo de enclave"*, pois visam

"atender uma demanda de consumo privado de camada média e alta, sem alterar significativamente o quadro de carências das comunidades ali sediadas, e sem valorizar um aproveitamento mais racional dos recursos locais" (Ferreira, 1992).

Trata-se tanto da *"descaracterização da natureza como bem coletivo"* (Moretto, 1993) quanto da descaracterização cultural, da produção de um sítio turístico diferenciado e, portanto, de um espaço social segregado. Esta transformação da natureza em mercadoria na perspec-

tiva de um lucro fácil tem sido feita com voracidade, desconsiderando a existência de estreitos limites insulares. Isto compromete a própria mercadoria principal, a natureza, apontando, num futuro próximo, para a “inviabilização da atividade turística” (Moretto, 1991).

Os estudos sobre os impactos do turismo em Florianópolis constata-ram as péssimas condições que são características marcantes no trabalho vinculado a esta atividade nesta cidade, presentes no “caráter temporário da ocupação da mão-de-obra”, na grande rotatividade nos empregos, no “subassalariamento” e na “carência de regulamentos trabalhistas”. Ocorre uma “polarização social no usufruto do turismo”, sendo que os benefícios do mesmo não atingem a todos da comunidade. Sem a alternativa de acesso à terra e vivendo numa situação de subemprego sazonal, a população nativa vai inchando a periferia miserável da capital, somando-se ao fluxo migratório advindo de outras regiões.

Estimulados por uma política fiscal-creditícia (especialmente via BRDE — Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) que beneficiou investimentos hoteleiros na região, grandes capitais nacionais e estrangeiros rapidamente aqui se instalaram (em especial nas praias), sinalizando a elevada margem de lucros que se obtém nesta atividade, e significando a médio prazo fluxos financeiros para fora da região. O grande fluxo de recursos proveniente do turismo é altamente concentrado, sendo que a forma principal de se distribuir os mesmos, evitando que sejam drenados para fora, é através de uma ação tributária, “desde que o poder público se capacite para cobrar o que deve ser cobrado” (Lins, 1995a). Entretanto, isto ainda não se procedeu pois, conclui Lins, não há em Florianópolis “articulação direta entre crescimento do turismo e arrecadação de impostos”.

A rápida e caótica transformação das comunidades ilhoas primeiro em balneários turísticos, e agora em bairros da cidade, tem um caráter perverso, sendo esta “febre” turística hoje o vetor indutor da economia local de maior impacto socioambiental. Os atuais balneários-bairros repetem o que já ocorreu nos velhos balneários da cidade, hoje já completamente descaracterizados como sítios turísticos e de lazer. O turismo não resulta ser uma “indústria sem chaminés”, mas traz graves impactos que comprometem a sustentabilidade de

Florianópolis. A fragilidade característica de todo ecossistema insular agrava a ruptura dos delicados ambientes locais. As políticas desenvolvimentistas, ao negar a continuidade do uso comunal dos recursos, levam à expropriação destes espaços comunais (processo de acumulação primitiva que por aqui se processa especialmente a partir dos anos 60), subsidiando a apropriação dos mesmos particularmente pelos empreendimentos turísticos. Isto gera o desenraizamento das populações tradicionais do seu entorno natural-comunitário e seu conseqüente empobrecimento.

Tem Futuro Florianópolis?

As chuvas do último natal (490 litros por m³) estabelecem um novo recorde brasileiro de chuvas em 24 horas. O recorde anterior era também de Florianópolis (de novembro/1991). Isto significa que aqui temos com freqüência chuvas intensas e excepcionais que geram enchentes em qualquer lugar deste mundo, inclusive em uma ilha, bem como acarretam enorme erosão caso as águas caiam diretamente sobre um solo desflorestado. Isto define limites (como também aponta a vocação) para o padrão de ocupação territorial da região: qualquer uso indevido do território (como a construção de aterros e rodovias que se transformam em verdadeiros diques) agravará os problemas decorrentes destas condições climáticas.

No arquipélago onde se situa a Ilha de Santa Catarina ocorre um raro encontro de correntes marítimas frias e quentes, o que aumenta a diversidade da vida deste ecossistema. Os mais austrais mangues (que por definição são berçários da vida) de significativa importância no litoral atlântico estão aqui situados. Esta região é local de passagem, abrigo e reprodução inclusive de seres migratórios transcontinentais. Baleias sabiamente escolheram nosso litoral para acasalar nos meses de inverno. A raríssima "baía dos golfinhos" que se proclama existir em Fernando de Noronha encontra aqui um paralelo pouco estudado, protegido e tão pouco explorado turisticamente de forma adequada.

Num plano biosférico discute-se “que desenvolvimento pode suportar o planeta”. A questão para nós é mais simples, mas nem por isso menos complexa: “que desenvolvimento pode suportar Florianópolis?”. A resposta inicia com a percepção de que nossa “vocação” econômica é definida pela nossa herança e pelo que queremos ser. A identidade nunca é perene, pois está sempre em transformação — como afirma Brecht, temos de, *“partindo da tradição, levá-la adiante”*. Portanto nosso futuro está nas decisões que tomarmos nos próximos anos para viabilizar nossas aspirações de forma compatível com nossas possibilidades. Planejar significa estabelecer limites, ainda mais aqui em Florianópolis, situada em um ecossistema rico e frágil. A expansão urbana em um ambiente insular tem limites óbvios. O que são os limites? São “pontos de não retorno”, ou seja, limiares que, uma vez ultrapassados, provocam uma deterioração irreversível no equilíbrio da vida na área em questão.

O conceito de “capacidade de suporte” advindo da ecologia natural exerce forte atração sobre aqueles que estão a pensar os limites naturais que a ISC coloca para o “desenvolvimento”. Porém faz-se necessário algumas precauções, pois corremos o risco de “biologizar a desigualdade social”, tornando os ecólogos em neomalthusianos.

Diferentemente dos outros animais e plantas, o consumo exomático de energia e matéria da espécie humana não está sujeito a instruções genéticas, nem a sua distribuição espacial depende apenas dos limites ecossistêmicos (*“as migrações de aves se realizam sem pas-saportes nem vistos”*, Martínez Alier, 1991). Não existe uma solução técnica (tecnocrata, portanto) para o problema da determinação de qual a população ideal para um território. No caso da ISC, inclusive, trata-se de uma ilha próximo ao continente e a ele ligada umbilicalmente por três pontes, o que a transforma num sistema aberto a contínuos inputs energéticos provenientes de outros ecossistemas. Não dá para chegar a nenhum número mágico, ou, como afirma Martínez Alier, *“não há forma de escapar de juízos éticos”* neste debate.

Sabemos que, mantido o padrão de crescimento populacional verificado na última década pelos Censos Demográficos, a população da região conurbada de Florianópolis dobra a cada 19 anos, e a da capital a cada 25 anos, o que significa, obviamente, duplicar a atual

densidade demográfica média de Florianópolis de 565 hab./km² (a não ser que pensemos em aterros mirabolantes). Aproximadamente 1/3 da ISC é urbanizável (estando a cidade espremida entre os morros, mangues, restingas, dunas e o mar) o que na prática multiplica por 3 aquela densidade média. Portanto, caminhamos rapidamente para padrões de ocupação espacial próximos das grandes metrópoles.

Sem dúvida que na equação do equilíbrio sociedade—natureza desta Ilha o vetor demográfico tem seu peso, mas a variável fundamental reside no tipo de “desenvolvimento” (ou “padrão de acumulação”) que se processará, e, por sua vez, isto depende dos nossos valores, da nossa cultura. Diferentes padrões tecnológicos implicam diferentes taxas de consumo e contaminação dos recursos naturais. Se se trata de manter um comportamento individualista-consumista (com base no automóvel particular), parece claro que já estamos atingindo os níveis de insuportabilidade.

Ora, o atual padrão de crescimento urbano de Florianópolis não decorre de suas próprias forças produtivas, mas é proveniente de impulsos em sua maioria exógenos (não originários da sociedade local e sobre os quais a cidade tem pouco controle direto), tais como: crescimento econômico de Santa Catarina; o aparato público estadual-federal aqui concentrado; os serviços de alto nível (em educação, saúde, tecnologia). O fluxo turístico, em particular, o qual também está vinculado a variáveis completamente aleatórias (condições climáticas, taxa de câmbio), depende também de uma conjunção de fatores internos (infra-estrutura, custo de vida na capital — que sabe-se ser um dos mais altos do País, afetando principalmente o turismo nacional), especialmente da identidade ilhoa, ou seja, uma singular interação natureza-cultura.

No momento a tendência que se impõe é a de manter a estratégia expansionista da capital (e de seu aglomerado urbano, hoje a região de maior urbanização de Santa Catarina) e tentar “pegar o trem da história” apostando todas as fichas no turismo (tendo ainda um pólo de alta tecnologia como atividade complementar). Nesta perspectiva de crescimento sem limites, onde o desenvolvimento da cidade é entregue à “mão invisível” do mercado, se inserem a manutenção da capital na ISC (o que implica continuar privilegiando-a na aplicação

dos recursos públicos estaduais e federais em detrimento do interior desassistido — como a construção da quarta ponte ...); a prioridade ao transporte individual com a conseqüente duplicação das rodovias e continuidade-ampliação dos aterros, aeroporto ...; e medidas para fortalecer e ampliar o setor turístico na Ilha.

No longo prazo, porém, tal estratégia gerará a ampliação dos problemas sociais (em conseqüência do fluxo migratório advindo do interior carente de infra-estrutura pública), o desenvolvimento desigual é intrínseco ao progresso modernizante; acarretará a formação de “ilhas tecnológicas” mais articuladas com o exterior que com a economia local, subutilizando nossa população; a descaracterização do modo de vida ilhéu (e a perda da nossa identidade); e o comprometimento do delicado equilíbrio dos nossos ecossistemas. O desenvolvimento, portanto, não gerará o bem estar almejado mas a degradação da qualidade de vida local.

Podemos dar um basta a este processo autofágico. Quanto mais a cidade for para si, compatível com sua identidade e os recursos aqui existentes, mais garantiremos a qualidade de vida das gerações atuais bem como o futuro dos nossos netos. Não podemos continuar a ir cegamente para o futuro, nem voltar para trás. Está na hora de pensar e planejar a cidade de um outro jeito, coerente com nosso jeito maneirinho de ser, de combinar o novo com o antigo, a tradição com um padrão ambientalmente avançado de desenvolvimento que não degrade a qualidade de vida e respeite as paisagens e as áreas verdes aqui reunidas pela natureza de uma forma sem igual.

Portanto, faz-se necessário reconhecer a necessidade de se analisar uma estratégia alternativa, ou seja, limitar o crescimento de Florianópolis. Para isto devemos rever o conceito de progresso-desenvolvimento; compreender a singularidade local e afirmar a sua identidade; reconhecendo a condição insular da maior parte de Florianópolis, apontar quais os limites que temos para a ocupação humana na Ilha; reestruturar a economia ilhoa conforme nossas vocações; desconcentrar as inversões públicas, priorizando o interior do Estado.

Temos claro que a afirmação da identidade nunca é absoluta, pois somente se faz possível na relação com outras identidades. Neste sentido *“nenhuma identidade pode ser pensada ou estabelecida (...) como*

um mero ensimesmamento" (Quijano, 1992). Não se trata de ilhar ainda mais uma sociedade que já está situada em uma ilha, mas de ampliarmos nossos horizontes para além da restrita perspectiva crematística, da asfixiante razão unidimensional do capital, de ousarmos pensar uma sociedade que, articulada globalmente, reinsira-se nas teias da vida que a sustenta, permitindo uma maior harmonia das pessoas consigo mesmas, entre si e com o ambiente em que vivem.

É possível uma outra direção que construa uma cidade democrática sob a base de uma sociedade cada vez mais polarizada? Trata-se de pensá-la materialmente, isto é, considerar as possibilidades de estratégias de desenvolvimento local que redirecionem a economia e permitam reconfigurar a cidade. Se a monocultura turística tem se mostrado maléfica, além de sazonal, se a fase do empreguismo público já passou e não serve mais de "alavanca" para o nosso desenvolvimento, se aqui consensualmente não cabem as "indústrias com chaminés", se a indústria de alta tecnologia não abre perspectivas para a maioria, o que nos resta? Nosso problema básico não é de buscar novos recursos, mas rever a subutilização dos nossos principais fatores produtivos até hoje amplamente subutilizados, ou seja, nossas tradições, nosso povo (pobres em sua maioria), nosso mar. A perspectiva da crescente auto-suficiência relativa do campo da economia popular coloca uma possibilidade para quebrar a lógica destrutiva que preside a sociabilidade contemporânea, aproveitando oportunidades que se abrem em face ao processo de globalização e reestruturação produtiva.

A evolução socioeconômica de Florianópolis é de uma sociedade que se afasta progressivamente do mar - os aterros das Baías Sul e Norte representam a consolidação desta tendência. Essa segunda estratégia busca reequilibrar a harmonia sociedade-natureza, recuperando a relação histórica do ilhéu com o mar (Lins, 1994). Nesta direção trata-se de recuperar e apoiar as atividades tradicionais, recuperando onde for possível os ecossistemas, e de investir no potencial de aquicultura local (cinturão azul de Florianópolis), nas microempresas, no transporte marítimo e no ecoturismo, combinando a valorização econômico-cultural das nossas localidades com a conservação dos recursos naturais (não canalizando os recursos públicos

exclusivamente para grandes obras), fortalecendo uma economia de base endógena. Lembra o prefeito S. Grando, ao defender a criação de um "pólo náutico na Ilha", que

"nossa vocação turística vem do mar, deve ao mar, depende do mar. Nossa cultura com suas bruxas e lendas vem do mar (...) aliás, do nosso e d'além mar (...). E inspiram-se no mar nossas músicas e nossas festas. (...) A generosidade do mar é tão imensa quanto ele. Há por isso que exaltá-la, como tanto já se fez, mas acima de tudo que aproveitá-la, o que ainda não se fez" (in *Diário Catarinense*, 09-05-94).

Fortalecer a proteção e o uso comunal dos recursos do mar⁸ é um dos caminhos para assegurar sua exploração racional⁹. O capital natural aproveitado comunitariamente pode voltar a ser a base da produção da riqueza de grande parte da população¹⁰. "A forma básica de degradação ambiental" advém, para Illich (1984), da usurpação do espaço comunal, processo que transformou o entorno natural de bem comum em "recursos produtivos" apropriados privadamente, impedindo a autonomia local das comunidades. Afirma Illich que a luta pela defesa do que resta dos bens comuns constitui "a tarefa pública crucial para a ação política" dos próximos anos.

Porém, frente à globalização já não há mais lugar para "ilhas" isoladas. Mas também não se trata de se submeter a mesma passivamente. Para compreender o significado do modo de vida ilhéu no futuro da ISC sem cair seja numa posição folclorista conservadora (que quer embalsamar as tradições), seja na tecnocrática-desenvolvimentista (que afirma a inevitabilidade de sua extinção), precisamos situá-lo na lógica da reprodução capitalista vigente na Ilha.

O caráter ambíguo do capitalismo ilhéu — onde, em contradição com os fortes interesses imobiliários, uma fração da burguesia tem

⁸ "No Japão, é proibida, para as grandes empresas, a pesca no litoral onde existem municípios com comunidades de pescadores" (Dowbor, 1994: 56).

⁹ A localidade de Enseada de Brito (Palhoça), junto à Baía Sul, é hoje a maior micro-região produtora de mexilhões da América Latina graças a um projeto de aquacultura ali implantado pela UFSC, o qual atinge também grande parte do litoral catarinense.

¹⁰ Esta é a perspectiva da Reserva Extrativista da Costeira do Pirajubaé situada na ISC, a primeira reserva extrativista marítima do Brasil.

interesse na conservação dos recursos naturais e possivelmente até na preservação das tradições que proporcionam atrações exóticas aos turistas — demonstra que não há um destino inexorável das forças produtivas que dissolveria as culturas tradicionais.

Não é apenas a dinâmica do turismo que se alimenta da identidade ilhoa que permite brechas para que não se complete a destruição do modo de vida ilhéu, mas também a resistência do mesmo (caso da farra do boi, tradição que revigorou quando foi reprimida policialmente em meados dos anos 80). Portanto este modo de vida com sua linguagem, costumes, atividades, objetos produzidos continuarão sendo símbolos da nossa identidade, ainda que seu lugar nas relações sociais não seja mais o mesmo. Sobras das formas de organização comunitária permanecerão, ainda que subordinadas e resignificadas. É o que podemos constatar com a Renda de Bilro, cuja produção artesanal foi reativada devido à demanda de objetos “típicos” pelos turistas, porém não mais em seu papel original de entretenimento (de lazer feminino), mas como valor de troca (Beck, 1983). Neste final de século a realidade é cada vez mais híbrida, não existindo culturas “não contaminadas”.

Muitos dos grandes grupos econômicos que investem no turismo podem estar seriamente preocupados e até comprometidos com a preservação socioambiental de Florianópolis. Porém o problema não reside em se afirmar se os agentes econômicos privados têm ou não um comportamento perverso, mas na subordinação da sociedade local ao mercado, resultando em uma cultura organizacional centrada no curto prazo que promove um verdadeiro canibalismo econômico. E isto ocorre caoticamente dentro dos estreitos limites que caracterizam o espaço local.

Se não queremos nos autodestruir, nem construir uma sociedade apartada, temos de pensar a ISC dando prioridade a manutenção do seu equilíbrio vital e, em conseqüência, a manutenção da qualidade de vida. Em outras palavras: trata-se de recolocar a economia no seu lugar, de reinseri-la na teia das relações socioambientais onde deve estar subordinada. Caso contrário, seremos devorados pelo “moinho satânico” de um mercado insaciável.

A sociedade local não pode ter uma atitude passiva diante da estruturação do seu aparelho produtivo. Podemos ter capacidade de defender os interesses locais e não nos deixar invadir pelas monoculturas cíclicas. As recentes transformações na matriz espaço-tempo da organização social se por um lado aprofundam processos de exclusão social, por outro também permitem a possibilidade de um “desenvolvimento endógeno”, de uma organização mais autônoma da economia local”. Políticas locais e regionais podem sustentar “uma estratégia de desenvolvimento regional” (Storper, 1990). Os sistemas produtivos locais que emergiram vigorosamente com a atual reestruturação produtiva têm sua dinâmica fundada na identidade comunitária local, em redes de cooperação horizontal de pequenas e médias empresas situadas em espaços de forte tradição artesanal, baseando-se “em iniciativas predominantemente locais e em interações fortes entre a economia e a sociedade” (Courlet, 1993).

A Prefeitura deve ultrapassar a preocupação com a cosmética urbana, e, junto com uma ação cidadã, formular estratégias locais de “desenvolvimento”. Podemos, sociedade local, formular nossa própria “Agenda XXI”.

“Nada impede um município de tomar em suas mãos a dinamização das próprias atividades produtivas” (Dowbor, 1994).

A perspectiva do “poder local” (“capacidade de autotransformação econômica e social” - Dowbor, 1994) não é mais uma panacéia, mas deve atuar com outras transformações correlatas. Esta capacidade depende, fundamentalmente, da emergência de uma ação cidadã (Lisboa, 1993, 1994); do surgimento de um espaço público comunitário regido não por uma compreensão de cidadania tutelada ou assistida, mas de cidadania emancipada; da reforma do “Estado

¹¹ Harvey (1993: 145), alertando que a tendência da flexibilização no mercado de trabalho tem significado uma desorganização do movimento operário, aponta também que “a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (...) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não como apêndices do sistema produtivo”.

burocrático, corporativo e monopolístico, em favor de um Estado permeado pelas iniciativas da sociedade civil” (Genro, 1994); exigindo um amplo leque de alianças, uma ação concertada entre os diferentes atores sociais.

Sabemos que não temos forças suficientes para mudar os atuais macroprocessos de degradação. Nossas próprias forças locais não bastam. Simultaneamente à afirmação identitária, faz-se necessário que também estabeleçamos alianças com parceiros globais que regenerem a perversa relação local-global, em especial com outras cidades situadas em ilhas ou em ecossistemas semelhantes aos nossos.

Portanto este final de milênio recoloca a possibilidade de um “desenvolvimento local”, o que para nós significa rever e revitalizar o modo de viver tradicional. Está aí a oportunidade de transformar em “vantagem” o que por muito tempo foi considerado sinal de “atraso”. As relações afetivas de pertencimento a uma comunidade sobrevivem, não se conseguindo romper totalmente com a solidariedade comunitária. Trata-se de fortalecer as iniciativas comunitárias, valorizando as forças e os recursos locais. Este é o lugar do modo ilhéu de vida na era da informática.

O campo da “economia popular” (também denominado de setor de “economia social” ou de “economia solidária”) surge como uma possibilidade, como um “outro circuito” econômico diferenciado do mercantil e do estatal, não caminhando para o desaparecimento. O que caracteriza esta “economia popular” não é a condição de informalidade (o descumprimento das obrigações legais não é exclusivo dos produtores informais, nem a eles pode ser atribuída a responsabilidade maior pela evasão fiscal). Não estamos falando da “economia informal”, mera “sombra” da economia de mercado (imprescindível para sua expansão econômica pois não contabiliza inúmeros custos), e sim da produção-reprodução material da sociedade fora das relações mercantis com base no trabalho vernacular¹² (autônomo) e em uma cultura de solidariedade.

¹² Illich (1988) designa com este termo as atividades não motivadas pelas idéias de troca, não sujeitas ao mercado e a controles burocráticos, por meio das quais as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas.

As ocupações urbano-rurais autônomas organizadas não capitalisticamente (sem separação nítida entre capital e trabalho, não havendo, em conseqüência, o predomínio do assalariamento) que ocorre em geral na pequena produção dos pobres, podem, se apoiadas tecnológica, financeira e politicamente, vir a se constituir em uma "outra economia" que, não obstante ser inicialmente marginal em relação à contabilidade econômica mercantil, é de massa. Hoje não cabe mais se procurar "incluir a todos" na economia de mercado pois o excedente de mão-de-obra no grande circuito econômico moderno é cada vez mais estrutural (deixando de ser um "exército de reserva"). Mesmo o pertencimento ao mesmo não é garantia da inclusão social (da cidadania). Em verdade esta "economia popular" é mais antiga (como já constatamos na pequena produção ilhoa), pois os pobres sempre trabalharam e sobreviveram. Somente agora é que se a "descobre" porque ela era incompreensível para os parâmetros da razão econômica estabelecida: como é possível que aqueles "tão pobres" lograssem constituir uma economia operando com baixa produtividade recursos tão limitados — inclusive aqueles que as empresas tinham descartado como obsoletos, ineficientes - e sem acesso ao crédito?¹³

Quais são os limites de ocupação humana na ISC? Quais as atividades que podem sustentar a vida de uma forma harmônica com a natureza local? Entendemos que o futuro da Ilha (e da região conurbada de Florianópolis) depende fundamentalmente da afirmação da identidade cultural-ambiental da mesma (a qual sempre estará em construção, pois encontra-se permanentemente resignificada por um mundo cada vez mais interdependente), da população local ter consciência de que vive numa ilha e de que tipo de ilha vive. Preci-

¹³ Fazemos ressonância com a proposição de Martínez Alier — se bem que reenquadrando-a numa dinâmica urbana - que, ao criticar a economia moderna desde uma perspectiva dos pobres da terra, formula a tese da emergência de um neo-narodnismo ecológico: "novas formas de vida coletiva que, a partir de velhas e novas culturas, incorporem novos modelos viáveis e igualitários de reprodução econômica para todo o mundo" (1991). Martínez Alier enquadra as lutas dos pobres pela sobrevivência (onde buscam manter o uso comunal dos recursos naturais fora da economia mercantil) como lutas ecológicas (contribuem para um uso racional, não predatório, dos mesmos).

samos refletir sobre o significado de habitar numa ilha¹⁴, o qual foi assim brevemente captado por Lins (1994a):

“a condição insular significa mais do que habitar um território limitado cuja forma geográfica principal é o entorno aquático. Esta condição parece envolver uma metáfora de ruptura em relação ao exterior que, como sugerem alguns estudos, estimula a busca e, também, contribui para o aprofundamento do sentido de espiritualidade (Bonnemaison). É como se ‘as sociedades ilhoas tentassem ultrapassar a ruptura geográfica por uma viagem no mesmo lugar, por uma busca interna tão mais profunda e vertiginosa, haja vista que esta intervém num espaço estreito e atormentado. O homem das ilhas se evade do seu espaço pela aventura do espírito (...), cavando na profundidade do local’”.

“A influência daqueles aspectos sobre a formação socioespacial da ilha não parece negligenciável. Ainda mais porque trata-se, aqui, de uma condição insular ‘aprofundada’: não veio de um arquipélago o principal grupo constituinte da formação local? A própria distribuição dos colonos no espaço de destino, na forma de uma trama onde os núcleos criados parecem ‘ilhas’, talvez não seja estranha à metáfora de ruptura que a condição insular anterior certamente representava. O formato da ocupação, como um ‘arquipélago’ de localidades, parece inclusive estar na base da manutenção do universo mitomágico açoriano. Nas palavras de Cascaes, ‘aqui [as] (...) superstições existiam devido à falta de comunicação entre as pessoas’”.

Hoje tomamos emprestado dos nossos filhos este pedaço do planeta de beleza singular. Os graves conflitos socioambientais desafiam a presente geração a construir uma cidade-capital exemplar. Precisamos legar aos netos dos nossos netos uma sociedade que se insira harmonicamente no seu entorno. Para isto carecemos de uma postura de humildade de todos nós, mas especialmente dos administradores deste pedacinho de terra. Precisamos enfrentar o desafio de gestar uma concepção de cidade adequada às peculiaridades insulares e únicas da etnoecologia da região de Florianópolis.

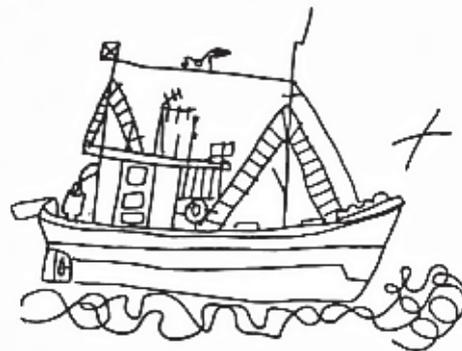
¹⁴ Penso que este sentido possa ser melhor compreendido pela literatura e pelas artes, do que pela produção acadêmica. Possivelmente aqui estamos no limite da nossa reflexão.

Bibliografia.

- BECK, A. (coord.). 1983b Trabalho limpo: a renda de bilro e a reprodução familiar. Florianópolis: UFSC.
- BERGER, P. (comp.). 1984. *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC - Assembléia Legislativa.
- CAMPOS, N.J. 1991. *Terras comunais na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis, Ed. da UFSC - FCC.
- CARDOSO, F.H. & IANNI, O. 1960. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- COURLET, C. 1993. "Novas dinâmicas de desenvolvimento e sistemas industriais localizados (SIL)". *Ensaio FEE*, 14(1), pp. 9-25.
- DOWBOR, L. 1994. *O que é poder local*. São Paulo, Brasiliense.
- FERREIRA, F.C. 1992 "Turismo e desenvolvimento urbano". Florianópolis. Dissertação (Mestrado), Depto. de Sociologia, UFSC.
- GENRO, T. 1994 "Um projeto para um programa". *Folha de S. Paulo*, 11-11-94.
- HARVEY, D. 1993. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- HÜBENER, L.M. 1981. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis, Ed. da UFSC.
- ILLICH, I. 1984. "El silencio como bien comun". *Integral*, 55.
- _____. 1988. "La nueva frontera de la arrogancia: la colonización del sector informal". In: *Alternativas II*. México, Joaquín Mortiz - Planeta.
- LAGO, P.F. 1988. *Gente da terra catarinense*. Florianópolis, Ed. da UFSC-FCC - Ed. Lunardelli - UDESC.
- LINS, H.N. 1995b. *Economia política do turismo: apontamentos sobre Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC (mimeog.).

- LINS, H.N. 1995a. "Economia e turismo (transcrição de seminário)". *Boletim do CECA/SC*, 26.
- _____. 1994. *Turismo na Ilha de Santa Catarina: desenvolvimento e sustentabilidade*. Florianópolis, UFSC. (mimeog.)
- _____. 1994a. *O regaço na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis, UFSC. (mimeo)
- LISBOA, A.M. 1994. "Crise, ação cidadã e reconstrução social". *Atualidade Econômica*, 6 (21).
- _____. 1993. "Mais além do Mercado. Mais além do Estado". *Textos de Economia*, 4 (1).
- MARTÍNEZ ALIER, J. & SCHLÜPMANN, K. 1991. *La ecología y la economía*. México, Fondo de Cultura Económica.
- MORETTO NETO, L. 1993. "A atividade turística e o desenvolvimento sustentado". Florianópolis. Dissertação (Mestrado), Depto. de Geografia, UFSC.
- PEDRO, J.M. et alii. 1988. *Negro em terra de branco. Escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- PELUSO JR., V.A. 1991. *Estudos de geografia urbana de Santa Catarina*. Florianópolis, Ed. da UFSC.
- QUIJANO, A. 1992 "Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru". *Estudos Avançados*, 6 (16).
- SANTOS, S.C. 1971. "A zona rural da ilha de Santa Catarina". In: *Ensaio sobre sociologia e desenvolvimento em Santa Catarina*. Florianópolis, Edeme.
- SEYFERTH, G. 1990. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília, UnB.
- SILVA, C.M. 1992. *Ganchos/SC. Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira*. Florianópolis, UFSC.
- SILVA, E.L. 1978. "O desenvolvimento econômico periférico e a formação da rede urbana de Santa Catarina". Porto Alegre. Dissertação (Mestrado), UFRGS.
- SINGER, P. 1976. *Economia política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense.
- SOUTO, A.C. 1980. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina*. Florianópolis, CEAG.

- SROUR, R. & FONTANA, R. 1982. "A síndrome de Florianópolis". In: SROUR, R. *A política dos anos 70 no Brasil*. São Paulo, Econômica Editorial.
- STORPER, M. 1990. "A industrialização e a questão regional no terceiro mundo". In: VALLADARES, L. & PRETECEILLE, E. (coord.). *Reestruturação urbana*. São Paulo, Nobel.
- VAZ, N.P. 1991. *O centro histórico de Florianópolis*. Florianópolis, FCC Ed./Ed. da UFSC.



**ILHABELA:
TURISMO E TERRITÓRIO**

Maria del Carmen M. H. Calvente



A ATIVIDADE turística tem desencadeado importantes transformações na organização do espaço, transformações que são claramente observadas no litoral brasileiro. Um dos temas relacionados, estudado em vários trabalhos, aborda os impactos sociais e ambientais decorrentes da atividade turística. Esta atividade ocorre, na maior parte das vezes, em conflito com outras maneiras de ocupar o mesmo espaço, e vai afetar uma população concreta no seu território.

Este trabalho está relacionado a uma dissertação de mestrado (Calvente, 1993), na área de Geografia do Turismo, que estudou a população caiçara de Ilhabela e sua transformação. Apresenta os conceitos utilizados ao referir-se ao território e ao turismo; faz um pequeno levantamento histórico de como a po-

pulação caiçara de Ilhabela foi criando seu território; e, através de trabalho de campo e entrevistas com a população de três bairros/praias, estuda a transformação e até perda desse território, esperando ser uma contribuição ao interesse pelo tema que, entretanto, deve resultar num planejamento para a atividade turística mais consciente de suas contradições.

Território

O conceito de território tem sido alvo de discussões entre os geógrafos. Silva (1986) coloca o território, entre outros (espaço, habitat, paisagem, região, área, população etc.) como categoria fundamental para o conhecimento geográfico. A população vive em um território, do qual tem domínio e posse. Para o autor, o território é a primeira concretude do lugar: são as relações sociais de produção num lugar apropriado da natureza ou de outros pela conquista.

Souza (1995) considera que o território é, fundamentalmente, definido pelas relações de poder. Apesar das ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço serem importantes para a gênese ou manutenção de um território, a questão principal são as relações de poder naquele espaço, portanto as relações de domínio. O território tem sido usado freqüentemente, na Geografia, com referência ao Estado Nacional, mas o autor faz uma ressalva: territórios existem em diversas escalas, de uma rua a territórios internacionais. O território não é um substrato, mas um campo de forças. E o substrato material a ser territorializado não precisa sequer ser o solo, mas pode ser, por exemplo, o mar.

O presente trabalho fala sobre o território de uma população específica, na Ilha de São Sebastião, no município denominado Ilhabela. Estuda a perda desse território, portanto a perda do domínio sobre o espaço, trazida, neste caso concreto, pela penetração da atividade turística na segunda metade do nosso século, com particular importância a partir da década de 70. Mas, antes, é necessário uma breve análise de como este território foi criado.

O Território de Ilhabela: um Território Caiçara

A Ilha de São Sebastião encontra-se no litoral norte do Estado de São Paulo, dentro do município arquipélago de Ilhabela, sendo a maior ilha do conjunto, com 346 km². É recoberta, na sua maior parte, pela floresta tropical de encosta, a mata atlântica, com abundância de pequenas bacias hidrográficas no relevo escarpado, contando com mais de 400 ribeirões encaichoeirados, características que lhe dão, na concepção atual, um grande potencial turístico.

Não foram encontradas, através da pesquisa bibliográfica, informações seguras a respeito dos indígenas terem habitado a Ilha de São Sebastião. A parte continental da região era ocupada por membros do grupo tupinambá que, reunidos na Confederação dos Tamoios, defendem-se e atacam os estabelecimentos portugueses próximos ao porto de Santos, retardando a colonização portuguesa da Capitania de Santo Amaro, dentro da qual localizava-se a ilha.

A colonização européia no litoral norte deve ter começado na primeira década do século XVII, os portugueses estabelecendo-se primeiro na Ilha, por esta representar um ponto estratégico na luta contra os indígenas. Várias sesmarias foram concedidas e fundaram-se engenhos de açúcar e cachaça, assim como culturas de fumo, anil, arroz e mandioca. Barcos portugueses, aportados no canal de São Sebastião, faziam o comércio entre a produção local e os produtos que eram adquiridos, como tecidos, carne seca e vinho.

No século XIX a economia era agrária, baseada no trabalho escravo. Nesse século, a Ilha chegou a ter mais de 10.000 habitantes e da diversidade cultural e étnica surgira uma população característica, denominada caiçara. Escreve França (1951: 92):

“Na Ilha, como na costa continental, torna-se impossível precisar a influência correspondente do português e do índio na formação da etnia caiçara. Esta resultou dos mais antigos caldeamentos raciais e contactos de culturas, que tiveram de palco as colônias ou feitorias litorâneas. Inexistem, porém, pesquisas que permitam qualquer orientação segura nesse campo, tornando-se, impossível, remontar à origem dos cruzamentos nas primitivas sociedades litorâneas”.

Marcilio (1986: 40), no seu estudo de demografia histórica de Ubatuba, relata o seguinte:

“Pelo mar chegaram os primeiros conquistadores e segundos povoadores: de Portugal e Ilhas, mas também da África ou dos portos da própria colônia. Vieram também europeus de variada procedência e em todas as épocas. Os índios remanescentes, que conseguiram sobreviver ao etnocídio do século XVI ou que não escaparam para as montanhas ou outras Capitânicas, tiveram que assimilar-se logo aos novos-vindos. Uma simbiose biológica, social e cultural que permitiu a permanência e a sobrevivência de uns e de outros”.

Esta diversidade de culturas associou-se de uma forma dinâmica, num território específico, com características físicas já bastante conhecidas pelos indígenas, assimilando a roça de mandioca e a utilização de plantas medicinais, encontradas até hoje. Mas o projeto dominante para a ocupação da região estava baseado na monocultura: primeiro, de cana-de-açúcar, que é substituída, no século XIX, pela monocultura de café.

A cultura cafeeira foi de extrema importância para o litoral norte do Estado de São Paulo. Mesmo com a proibição de tráfico de escravos, estes continuavam chegando à Ilha, pois pequenos portos (como o Sombrio) eram utilizados como desembarcadouros clandestinos. A mão-de-obra escrava era abundante, e a explicação para esta abundância está relacionada com a crueldade do sistema escravagista: os africanos que chegavam adoentados pela terrível travessia e não suportariam com vida a subida da Serra do Mar, feita a pé, eram vendidos no local a valores abaixo do mercado. Vários quilombos foram fundados, por africanos tentando resistir ao jugo e produzindo para o autoconsumo.

Atividades de subsistência garantiam a sobrevivência da população local: pesca, agricultura e caça. As relações econômicas que então existiam no Brasil eram totalmente voltadas para fora: as regiões produtivas não tinham comunicação entre si, apenas com o exterior, através dos mecanismos de importação-exportação. A cultura de café entra em decadência, e é promulgada a Abolição da escravatura: ocorre um êxodo na Ilha de São Sebastião, e a população cai para

quase 7.000 pessoas. Retornam os engenhos de cachaça, única atividade local da época que não era de subsistência.

Os portos de São Sebastião e Ubatuba, sem a produção cafeeira, são abandonados pelas embarcações regulares, que passam a dirigir-se até Santos. Utilizando as ricas matas existentes, inicia-se na Ilha a construção das canoas de voga, que lembram embarcações indígenas, feitas em um único tronco, e que passam a ser comercializadas com outros locais.

Por volta da segunda década deste século ocorre a instalação de imigrantes japoneses na Ilha, trazendo inovações no sistema de pesca: redes de cerco e barcos a motor. A pesca costeira com finalidade comercial atrai também os homens nativos, e vários povoados de pescadores caiçaras surgem nas pequenas planícies litorâneas.

Hoje, uma questão bastante polêmica é o que é "ser caiçara". A princípio, o termo caiçara sugere uma contraposição ao urbano, o caiçara sendo o morador tradicional do litoral. Mas, ocorrendo uma rápida transformação do espaço litorâneo, as atividades urbanas estão coexistindo com essa forte autodiferenciação e, se em alguns momentos, a denominação caiçara é usada apenas para os nativos que praticam as atividades tradicionais, esta utilização é uma visão externa do que é ser caiçara.

O trabalho de campo, através de entrevistas, mostrou que caseiros, funcionários públicos e professores, por exemplo, declaram-se caiçaras como uma forma de resistência, como um fortalecimento de territorialidade com relação àquele espaço. É uma manifestação orgulhosa, principalmente dos mais velhos, uma declaração de identidade cultural, de pertencer ao território.

Para compreender esta visão de "ser caiçara" interna, é importante compreender a cultura como processo dinâmico, em constante mutação, um aprendizado das relações entre o homem e o seu meio. A cultura e o território transformam-se juntos, na própria estratégia de sobrevivência. Portanto, hoje não se pode procurar como cultura caiçara a de 50, 40 ou 30 anos atrás, antes da penetração do turismo, porque a transformação do espaço é acompanhada pela transformação da cultura.

A cultura caiçara surgiu no processo histórico de colonização do litoral, quando este era visto como um espaço de trabalhadores, desvalorizado pelos europeus e pelas classes dominantes. Foi no litoral que se refugiaram os que não aceitavam o sistema colonial. Na Ilha surgiram vários quilombos. Eram homens e mulheres que tiveram de aprender a sobreviver com os recursos próprios da região, inclusive com os indígenas, e em alguns momentos ficaram bastante isolados do sistema produtivo.

Foi a abertura da estrada de rodagem São Sebastião—São Paulo que trouxe os primeiros e poucos turistas que chegavam nas férias de verão ou inverno e feriados prolongados, desencadeando o processo de urbanização da região, com o aparecimento das segundas residências e uma melhoria no equipamento urbano do antigo núcleo (a “vila”).

Na sua tese sobre a Ilha de São Sebastião, defendida em 1951, França faz uma interessante descrição do início da atividade turística:

“(...) habitantes do planalto, principalmente da Capital, aparecem por ocasião de férias ou feriados para curtos períodos de repouso. Seu número não tem cessado de aumentar nos últimos anos, principalmente na área urbana de Ilhabela. Este pequeno povoado está conhecendo uma transformação importante, com a construção de residências modernas, pertencentes a capitalistas do planalto. Por outro lado, durante curtos períodos dos meses de dezembro e janeiro, ou julho, é comum a sua população de pouco mais de quatrocentos habitantes, ver-se acrescida por forasteiros em número equivalente ou mesmo superior. Seus 3 hotéis e as habitações do elemento local, que então costumam hospedar veranistas, superlotam-se. Até em abrigos provisórios ou barracas armadas na praia instalam-se os que procuram desfrutar de alguns dias de repouso, na bela estância. As casas comerciais auferem então os melhores lucros, não deixando de exagerar os preços” (p.149).

Turismo

O turismo, até o século XIX, era uma atividade realizada por poucos e privilegiados. É no nosso século que a atividade turística passa a ser cada vez mais popular e importante na organização do espaço, estando relacionada ao processo de urbanização e de separação no co-

tidiano do tempo de trabalho e de não-trabalho, que pode ser de ócio, lazer e turismo.

O conceito de turismo aqui utilizado abrange o tempo de não-trabalho com o deslocamento do lugar da residência e o consumo no local de destino, estando diferenciado do lazer por este ser realizado localmente. Segundo Elias:

“Como turismo entendemos as atividades de ócio desenvolvidas fora do domicílio habitual e que produzem intercâmbios econômicos. Esta definição congrega distância do lugar de residência, necessidade de alojamento e hotelaria e, por outra parte, tudo o relacionado ao ócio, como são as atividades, esportes, manifestações culturais e outras. Não esquecendo que pode dar-se também um movimento de pessoas que gera riqueza motivado pela própria atividade profissional. Temos, portanto, três elementos claros, que são:

- *alojamento - manutenção*
- *atividades - ócio*
- *negócio*
- *rentabilidade econômica”* (p. 105).

Nesse espaço turístico criado, a natureza passa a ser uma mercadoria, e lugares com aparência natural garantem uma evasão do mundo do trabalho; a fuga disciplinada do espaço cotidiano para o espaço turístico aparece como capaz de trazer bem-estar, reproduzindo a condição de homem dividido (trabalho-lazer), generalizada na sociedade atual. Ao mesmo tempo que se controla o tempo de não-trabalho, aparecem mecanismos capazes de tornar a atividade turística uma outra fonte de acumulação do capital, que passa a tornar-se cada vez mais importante.

O Litoral como Recurso Turístico

A idéia generalizada de que praias e o mar são atrativos turísticos aparece há menos de dois séculos: Corbin (1989) mostra que até o século XVIII as representações do mar européias eram marcadas por uma leitura puritana da Bíblia: o mar era o grande abismo,

algo terrível, que só passara a existir após o Dilúvio Universal, sendo povoado por monstros que se entredevoravam.

Os europeus que aqui chegavam, até o século passado, traziam uma série de preconceitos com relação ao espaço litorâneo, sendo este visto como um espaço perigoso e objeto de repulsa. Conforme Madrugá:

“Era aí que se refugiavam e concentravam os fugitivos do sistema de colonização, concentravam-se índios que não integravam-se ao sistema de produção e de vida dos caribás (brancos) e os negros fugitivos do sistema escravista aqui instalado” (1992: 57).

Com os progressos nas pesquisas realizadas pela oceanografia, que diminuem os mistérios do oceano, e com as mudanças teológicas, quando a teologia passa a ver o mundo exterior como uma bênção dada por Deus aos homens, censurando os que não se maravilhavam perante o espetáculo da natureza, a visão européia dominante é modificada: o oceano passa a representar um lugar de beleza e perfeição.

Viajantes isolados passam a ser estudiosos dos dialetos, costumes, flora, fauna e morfologia do litoral. Com o Romantismo, a praia passa a ser um local de contemplação e encontros sociais. Cresce o interesse de pintores, escritores e outros pelo litoral: aparece o turista, massificando as práticas de viagens. A praia deixa de ser um espaço de trabalho, desvalorizado (algumas sedes de fazenda chegaram a ser construídas de costas para a praia, no próprio litoral norte de São Paulo), passando a representar um alto potencial turístico para os poucos turistas existentes, inicialmente, e, atualmente, para a grande quantidade de usuários da atividade.

O espaço turístico é criado através de valores sociais que, difundidos pela publicidade e meios de comunicação, acabam impondo aos indivíduos representações do espaço fortemente enraizadas pelos interesses econômicos. Os elementos, tanto naturais quanto históricos ou artísticos, só vão ter valor em função do modo de pensar dos usuários. Mas, com a atividade turística feita com o objetivo de lucro imediato, os próprios recursos começam a ser destruídos. Esse é o

caso de hotéis, localizados à beira-mar, que jogam o esgoto na praia, dentro de um processo analisado por Rodrigues (1992), da seguinte maneira:

“... os espaços turísticos evoluem pelo processo de ‘ondas’ de ocupação que são ditadas pela moda ou produzidas pelo consumo do espaço, levando à sua degradação e, portanto, à destruição dos recursos que os engendraram. Aqui se coloca o problema da segregação espacial da demanda, principalmente nos espaços turísticos do litoral. (...) Os núcleos anteriores, considerados degradados, perdem o valor de mercado e são ocupados por elementos das camadas sociais menos favorecidas ou por população fixa. Este processo é constatado com bastante nitidez no litoral do Estado de São Paulo, a título de exemplificação” (p.76).

O espaço que vai ser utilizado para a atividade turística é um espaço que, freqüentemente, já possui uma organização anterior, e assim podem ocorrer conflitos entre os diferentes projetos com relação ao mesmo espaço. O caso da Ilha de São Sebastião mostra a complexidade deste processo, e como a atividade turística pode ser também parte do projeto da população local, desde que esta não perca totalmente seu território.

Transformações no Território de Ilhabela

O trabalho de campo foi realizado em três bairros da Ilha: Curral, Armação e Saco da Capela. São bairros que contavam, ainda, com uma população caiçara representativa, ao mesmo tempo que estão na área mais urbanizada do município, a área do canal de São Sebastião, onde se localiza o ferry-boat e o antigo núcleo urbano. Cada um desses bairros está localizado numa das pequenas planícies litorâneas, tendo a mesma denominação da praia correspondente.

Todas as moradias foram visitadas, sendo feita uma entrevista por residência, mas diversificando o papel do entrevistado na família, o sexo e a faixa de idade. No roteiro havia questões com relação ao espaço próximo, usando os conceitos de transformação e permanência; questões com relação ao turismo, com relação ao Parque, com

relação à pesca e atividades agrícolas; e uma questão perguntava qual manifestação da natureza ou atividade marcava o tempo, no decorrer dos meses do ano, permitindo a elaboração de um calendário vivencial para cada bairro.

A permanência destas pessoas no seu território está ligada às questões que podem ser separadas em três temas: 1) como vai ocorrer o desenvolvimento da pesca, principalmente da pesca artesanal, sendo a atividade pesqueira ainda extremamente importante para a população caiçara; 2) as questões trazidas pelo discurso conservacionista e pela implantação do Parque Estadual de Ilhabela; e 3) à forma do desenvolvimento da atividade turística no litoral. Os dois primeiros temas serão abordados de uma forma breve, e o terceiro é o objeto de discussão deste trabalho, sendo que todos os três estão relacionados.

Hoje a pesca artesanal está bastante dificultada, pelo fechamento das praias por residências de veraneio muradas, e uma boa parte dos pescadores não mora mais nas pequenas planícies, ocupando as encostas. Um outro problema encontrado é a dificuldade de extração de madeiras para o fabrico das canoas, madeiras que podem estar na área do Parque. Dificuldades bastante citadas pelos pescadores são a época do defeso, que não está adaptado à realidade regional e a diminuição do pescado, causada por impactos ambientais: pela pesca predatória e por derramamentos de petróleo no mar.

As leis conservacionistas relativas ao mar não são respeitadas por todos, faltando a infra-estrutura necessária às instituições para exercer uma fiscalização efetiva, e os pescadores queixam-se da lei não ser respeitada pelos grandes armadores ou pelos que possuem poder econômico. Um outro problema encontrado é o controle da produção de pescado pelos atravessadores, e nos próprios municípios produtores o pescado tem um preço alto para a população local. Pode ocorrer, inclusive, da população terminar adquirindo pescado congelado vindo das centrais de abastecimento dos grandes centros urbanos. Na valorização da pesca artesanal, aparece o trabalho de Diegues (1989), que tem atuado em encontros no município vizinho de São Sebastião, com a participação de alguns caiçaras de Ilhabela, defendendo a importância e viabilidade deste tipo de pesca.

O mesmo quadro com relação às leis conservacionistas ocorre na terra: falta infra-estrutura para a fiscalização. Aproximadamente 80% da Ilha é área do Parque Estadual de Ilhabela, uma outra parte é área tombada e o restante deveria estar protegido pela Lei do Uso do Solo Municipal. Se existem alguns grandes projetos embargados pelo Parque, sempre vai ser a maioria pobre, o morador local, um alvo mais constante e fácil para as ações punitivas. A Lei do Uso do Solo tem sido utilizada, de acordo com o relatado, como instrumento de poder pelas administrações municipais. O decreto do Parque, da década de 70, foi feito sem levar em consideração o morador local; representando, para a população nativa, uma invasão de um território utilizado há várias gerações.

Há duas maneiras possíveis de encarar a questão da população local em áreas de conservação. Uma maneira, a mais fácil, é pensar na população local como o principal inimigo da conservação e ter como projeto retirar essa população ou pensar em educá-la para obrigá-la a conservar. Uma outra maneira, com certeza a mais complexa, é pensar nessa população local e sua necessidade de sobrevivência dentro do mesmo processo histórico que trouxe a destruição ambiental sem precedentes encontrada hoje, e encarar essa população como composta por sujeitos ativos, que podem participar, com seu conhecimento e territorialidade, num diálogo pela conservação daquele espaço.

É importante ressaltar que, no litoral norte de São Paulo, neste século, o grande impacto ambiental foi trazido pela chegada do equipamento turístico. Não há como questionar a necessidade de conservação, mas esta necessidade não surgiu porque os caiçaras ocupavam o território de maneira tradicional, e sim pela lógica da cultura urbana e a procura de espaços turísticos, que se transformaram em mercadorias de alta rentabilidade.

O Território e o Turismo

Com o turismo, ocorreu um processo acelerado de valorização das terras e de especulação imobiliária. Estas terras passaram a ter valor de troca (tradicionalmente, tinham apenas valor de uso) e no início

do processo muitas posses foram vendidas por valores mínimos, sendo que os caiçaras estavam pouco habituados às relações capitalistas ou a conviver com valores monetários, pois quase todas as necessidades eram satisfeitas pela produção familiar. O turismo penetrou como especialização, e outras atividades econômicas (como a pesca), passaram a ser abandonadas e até consideradas entraves à modernização, inclusive pelos poderes públicos locais.

As posses que continuaram nas mãos das famílias caiçaras foram diminuindo e aumentando de valor, os que ficaram sem terra passaram por um processo de proletarização e, como mão-de-obra barata, piorando as condições materiais de existência, ao mesmo tempo que aumentava a informação e o apelo com relação aos bens de consumo.

As comunidades caiçaras passaram a ficar concentradas em determinados locais. Mesmo nestes locais, na maior parte dos casos a faixa à beira-mar foi vendida e cada vez mais os pescadores, morando nas encostas, sofreram dificuldades para transportar o equipamento de pesca até à beira-mar, pois as residências de veraneio são construídas muradas, diferentemente das residências tradicionais.

Era esse o quadro geral quando o trabalho de campo foi realizado, durante os anos de 1990 e 1991. Nos três bairros escolhidos, a diferentes distâncias do centro urbano, observou-se diferentes etapas do processo de transformação ou urbanização. O impacto do turismo nas três comunidades (Cural, Armação e Sacó da Capela) tem aspectos heterogêneos. Para toda uma comunidade estudada a atividade turística era encarada como fator bastante positivo: são os que mantiveram a maior parte das terras. Já para as famílias caiçaras dos outros bairros, que na quase totalidade passaram por um processo de proletarização, o assalariamento e a sazonalidade da atividade turística ocasionou, segundo declarado, uma piora na qualidade de vida, principalmente na alimentação, sendo que a urbanização criou também necessidades que antes não existiam e que não são satisfeitas com o salário. As vendas das posses no passado próximo por valores irrisórios são recordadas e comparadas com os valores de mercado atuais.

Pensando no conceito de território, já discutido, além de relacionar territorialidade com ligações afetivas e de identidade (que os caiçaras possuem em alto grau), é necessário incluir também as relações de poder espacialmente delimitadas. Durante muito tempo a Ilha de São Sebastião foi um território de caiçaras: isso não significa que não ocorriam transformações no espaço ou na sociedade, mas que os caiçaras possuíam poder (mesmo que relativo às condições da sociedade abrangente) com relação àquele espaço. E o trabalho de campo vai mostrar que a atividade turística é considerada positiva pela população local quando esta mantém o território e negativa quando ocorre o inverso.

Ilhabela passou a ser atingida pelo fluxo do turismo de massas na década de 70, tendo ocorrido a construção de estradas melhores, a popularização da posse de automóveis, já tendo sido instalado o ferry boat para travessia do continente para a Ilha e vice-versa. Passou então a ser procurada, principalmente por usuários de maior poder econômico, que queriam espaços turísticos mais privativos, característica relacionada ao fato do município ser insular. Depois de duas fases de monocultura (café e cana-de-açúcar), os caiçaras de Ilhabela viviam, na maioria, da pesca artesanal e de atividades de subsistência como a roça. O valor comercial das terras era pequeno e, rapidamente, começou um processo de violenta especulação imobiliária.

No litoral norte, nesse momento alvo de uma destruição ambiental sem precedentes, ocorre pressão de grupos ambientalistas e são criados Parques Estaduais, inclusive o Parque Estadual de Ilhabela. Ao mesmo tempo que são limites para a especulação imobiliária, para os caiçaras esses Parques representaram a perda do território: aumentou a impossibilidade material de praticar atividades tradicionais como a roça e a caça, sendo que estes limites também foram surgindo na beira-mar: as novas residências construídas muradas, fechando o acesso à praia e dificultando a pesca. Além da impossibilidade material ocorre também uma mudança cultural: a pesca artesanal e a roça deixam de ser atividades atrativas para os mais jovens.

No bairro do Curral os caiçaras tinham mantido a maior parte das terras, praticamente de toda a área da estrada até a cota de 200m de altitude (onde se inicia a cota-limite do Parque). Criaram pequenas

atividades comerciais que permitiram uma apropriação de parte da renda gerada pela atividade turística: campings, restaurante, sorveteria, bar e armazém. O acesso à praia ainda era fácil, pois a entrada para os campings era aberta, não estava murada. Ainda existia uma casa de farinha, atividade tradicional; e as novas residências eram construídas cada vez mais subindo as encostas, a cada filho ou filha que formava nova família. A atividade profissional mais comum ainda era a de pescador artesanal e os próprios pescadores declaravam-se beneficiados pelo turismo, pela venda de pescado diretamente ao consumidor por um valor maior. Das 42 residências de moradia existentes, apenas 9 eram de famílias migrantes. Como estes caiçaras mantiveram a maior parte da terra, a valorização trazida pelo turismo também os beneficiou. Neste bairro todos os entrevistados referiam-se à atividade turística como algo positivo para a comunidade, apesar da perda de pequena parte do território (à beira-mar). É importante ressaltar que esse era o quadro em 1990: através da observação é possível constatar que hoje já aumentou o fechamento da praia e a venda de terras para não-caiçaras.

Já nos outros dois bairros, onde os caiçaras tinham passado por um processo de proletarização, o assalariamento e a sazonalidade do trabalho na atividade turística são referidos como trazendo uma piora na qualidade de vida. A venda das posses da terra por valores baixos era sempre lembrada nas entrevistas e o turismo e os turistas bastante criticados, numa relação antagônica.

Na Armação, as famílias caiçaras moravam nas encostas, tendo como única exceção a família proprietária da salga de peixe. O acesso à praia estava praticamente fechado, pois todas as residências entre a estrada e o mar estavam muradas. A situação da comunidade era bem diferente da do Curral, havendo ocorrido uma série de conflitos ligados ao território: a construção de um complexo hoteleiro, na década de 80, ocasionou, segundo relatado, o incêndio criminoso de uma residência, o fechamento da única passagem para um conjunto de residências localizadas no alto da encosta (que depois foi aberta por ordem judicial) e a contratação de homens armados que circulavam pelo bairro. Na beira-mar, a única passagem pública para a praia era bastante estreita e

os pescadores começaram a passar com seus equipamentos de pesca pelo gramado de uma residência de veraneio, sendo que o proprietário desta residência tinha dado ordens para que a caseira proibisse a passagem. Neste bairro ainda existia uma maioria de pescadores.

O Saco da Capela, último bairro trabalhado, fica bem próximo ao centro urbano do município, sendo um bairro com características bastante urbanas, não apresentando dados que o determinem como um território caiçara. O processo de transformação pela atividade turística é mais antigo em duas décadas que nos outros dois bairros. Ocorreu, na verdade, uma segregação espacial dentro do bairro: os caiçaras ficaram concentrados principalmente em duas ruas. No bairro anterior, Armação, muitos dos homens entrevistados ainda desejavam voltar para a pesca, sendo que aqui esta atividade não era mais citada como uma possibilidade futura. No Saco da Capela foram encontrados apenas 6 pescadores artesanais, sendo que os migrantes representavam quase metade da população residente no bairro. Apareceram relações de conflito entre caiçaras e trabalhadores migrantes, territoriais e também pela disputa pelos mesmos empregos. Os pequenos empresários do bairro e proprietários de casa de veraneio pareciam preferir a mão-de-obra migrante (pelo menos um empresário declarou isto claramente, alegando que o caiçara é muito independente, não estando habituado a ser assalariado) e, dos 50 caseiros, apenas 11 são caiçaras. Um dos traços positivos salientado na atividade turística, a de gerar empregos para a população local, mostra aqui ser contraditório: após um determinado tempo, estava ocorrendo a escolha de migrantes para os empregos criados.

Conclusão

O conceito de território tem importância fundamental para o entendimento de um dos aspectos do fenômeno turístico: seu impacto sobre a população local. Claramente, o estudo de campo feito mostra que a manutenção de, pelo menos, parte das terras, possibilita à essa população uma transformação em que o turismo pode tornar-se uma

alternativa econômica. A questão principal, então, passa a ser colocada da seguinte maneira: quais as possibilidades concretas para que a população local mantenha a terra, dentro da valorização rápida que o turismo traz.

Pensar no turismo como atividade econômica única, como estava ocorrendo na Ilha de São Sebastião, pode ter os mesmos efeitos desastrosos da monocultura: é fundamental conciliar a atividade turística com outros tipos de atividades, garantindo trabalho e produção durante todo o ano, de uma forma diversificada.

Esta conclusão está relacionada aos efeitos territoriais e sociais, observados através do trabalho empírico, que podem ser sintetizados da seguinte maneira:

- 1) a transformação do agricultor/pescador caiçara em proletário ou pequeno comerciante;
- 2) a transformação do valor de uso da terra em valor mercantil;
- 3) a violenta especulação imobiliária;
- 4) os caiçaras perdendo o território à beira-mar, primeiro através da venda das posses e depois pela construção de residências de veraneio muradas;
- 5) a dificuldade de emprego decorrente do abandono de outras atividades e da sazonalidade da atividade turística.

Fugindo da apologia da atividade turística, ou do simples destaque para os seus aspectos negativos, defende-se que estas questões devem ser levadas em conta por todos os estudiosos do fenômeno turístico, assim como no seu planejamento e execução, na necessária preocupação com a população local.

Bibliografia

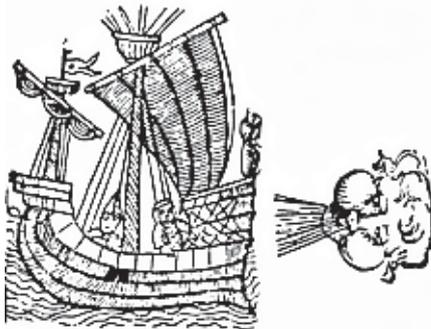
- CALVENTE, M. DEL C. M. H. 1993. "No território do azul-marinho - a busca do espaço caiçara". São Paulo. Dissertação (Mestrado), Depto. de Geografia, USP
- CORBIN, A. 1989. *O território do vazio - a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo, Companhia das Letras.
- DIEGUES, A.C. (org.) 1989. *Pesca artesanal: tradição e modernidade*. São Paulo: Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP/F. FORD/UICN.
- ELIAS, L.V. 1993. "*Patrimonio etnográfico y turismo rural*". In: VALCARCEL-RESALT, G., VINUESA, M.A.T. & CAVA, L.E. (coord.). *Desarrollo local, turismo y medio ambiente*. Cuenca, Excma. Diputación Provincial de Cuenca.
- FRANÇA, A. 1951. "A Ilha de São Sebastião - estudo de geografia humana". São Paulo. Tese (Doutorado), Inst. de Geografia, USP.
- MADRUGA, A.M. 1992. "Litoralização: da fantasia de liberdade à modernidade autofágica". São Paulo. Dissertação (Mestrado), Depto. de Geografia, USP.
- MARCILIO, M.L. 1986. *Caiçara: terra e população. estudo de demografia histórica e da história social de ubatuba*. São Paulo, Paulinas/CEDHAL.
- RODRIGUES, A.A.B. 1992. "Enfoque geográfico do espaço turístico - algumas reflexões". *Revista do Departamento de Geografia*, 6, FFLCH-USP.
- SILVA, A.C. da 1986. "As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico". In: SANTOS, M. & SOUZA, M.A.A.D. (coord.). *O Espaço Interdisciplinar*. São Paulo, Nobel.
- SOUZA, M.J.L. de. 1995. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C. & CORRÊA, R.L. (org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

AS VOZES DO BONETE,
UMA FACE DE ILHABELA

Márcia Merlo
Mestranda da PUC-SP

"A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos narradores anônimos (...)"

Walter Benjamin



res anônimos" conhecemos uma realidade diferente da nossa ou complementar, através da sabedoria popular.

Muitas vezes os livros não contêm a explicação de todas as coisas e uma pesquisa empírica trabalha com dados atualizados e por mais que muitos conceitos tenham sido elencados em teorias abrangentes,

a voz daquele sujeito que sente e tem opinião sobre o desenrolar dos acontecimentos não é ouvida, até por ser considerada supérflua. Sentimentalismos à parte, mas as vozes da consciência através de experiências vividas podem revelar significados, uma vez que percebe-se doses de realidade dentro do imaginário humano.

Outro fator importante é o ir e vir na relação teoria-prática; quando olhamos para o real estamos embuídos de conhecimentos a priori e temos, por vezes, a negação ou a exaltação de elementos que colocam à prova nossas teses ou que acrescentam tantas outras informações. Quer dizer, nossa bagagem teórico-metodológica tem sua comprovação na prática, assim como nos auxilia na compreensão da realidade. No caso da Teoria da Memória parte-se do pressuposto que estaremos reconstruindo uma realidade através das lembranças dos sujeitos envolvidos num trabalho de interpretação, uma vez que entende-se o passado evocado a partir de mobilizações da vida presente, ou seja, uma leitura do passado à luz dos acontecimentos ou vivências atuais. O que move uma pessoa recordar determinados fatos do passado são as preocupações com o presente; ausência ou presença de algo ou alguém; sentimentos submersos que podem vir à tona no ato de lembrar ou provocar o esquecimento — silenciando vozes, apagando imagens, fruto de lembranças traumatizantes e desintegração de grupos, podendo assim impedir a preservação da memória.

No Bonete, uma comunidade caiçara da Ilha de São Sebastião, existe um desejo de modernizar, de desfrutar do progresso através de possíveis melhorias na estrada, de visitas periódicas de equipes médicas e odontológicas no Posto de Saúde, de uma escola que ofereça mais cursos aos jovens e adultos, da instalação de luz elétrica e conseqüentemente a ampliação de meios de comunicação no local, que hoje resume-se em um rádio de propriedade particular. Reivindicações estas de toda a comunidade, que ora aparece como uma revolta contida ou explosiva contra o poder local e alguns turistas, ora como um desânimo generalizado diante da impotência financeira e/ou psicológica.

Como pesquisadora percebi com um certo estranhamento a influência da religião evangélica na comunidade com mensagens acerca

de uma nova vida e da verdadeira sabedoria contida na palavra de Deus. A comunidade possui três igrejas distintas, as quais diferenciam-se pelas opções dos fiéis.

As vozes do Bonete

“O Bonete não é uma comunidade isolada, o Bonete é uma comunidade abandonada” (nativo — 69 anos).

Ao repensar nos dados recolhidos no Bonete vêm à mente a chegada na comunidade. Algo marcou à primeira vista e que mais tarde seria compreendido nas falas daquele povo. Fora o cenário encantador, algumas indagações colocavam-se na observação do barco em direção à praia — onde está o povoado e como seremos recebidos? Ao longe tudo o que se vê é uma igrejinha, dois ou três telhados, uma chaminé. As árvores escondem aquela comunidade de 90 casas, muitas delas aglomeradas em uma única rua que faz uma curva e sai do outro lado da praia; outras tantas espalham-se entre os morros ao fundo. Das 90 casas, 50 são de moradores do Bonete e as outras são construções mais recentes de veranistas.

É claro que o distanciamento das casas acontece em função das marés mas é como se quisessem ficar incógnitos, só visíveis aos conhecidos ou acolhidos. O mar é um elemento naturalmente seletivo, não entra nem sai ninguém quando a maré está alta e o mar “grosso”, e quando o mar está bom é preciso ser bem-vindo para entrar no Bonete. O código entre eles é: “se for conhecido a gente vai à bordo, senão fica lá mesmo”.

Evidencia-se a diferença de tratamento dos boneteiros às novas pessoas na comunidade, segundo a fala do professor:

“Eles tratam diferente uma pessoa que chega para ajudar daqueles que vêm passear. Se você for denominado um turista qualquer eles não recebem bem, até fazem desfeitas, mas se você é uma pessoa que vem para ajudar a comunidade daí eles tratam muito bem, dão peixes, verduras, feijão, conversam...”

A chegada ou a partida da canoa é sempre uma atividade coletiva. Faz parte do cotidiano do Bonete os gritos de aviso na sua chegada. É aquela correria para a praia e com muita rapidez e força os homens puxam as canoas para os ranchos, começam a descarregar mercadorias e comentar sobre as notícias do lado de lá.

Quando solicitados para contar a história da comunidade, os informantes sempre referiam-se às questões atuais em primeiro plano, já que as preocupações do momento movem suas atenções. A noção do progresso aparece como o melhorar de vida; possuir eletrodomésticos; ter acesso à tecnologia; não estar alheio ao mundo; não se sentir isolado. Quando comparam locais que possuem o progresso, enquanto referência do que visualizam para Bonete, falam em São Sebastião e, às vezes, Santos. A cidade de São Paulo não aparece como exemplo, mas como um espaço distante, desconhecido, incompreensível e violento. Especialmente, não se sentem cidadãos de Ilhabela, referem-se ao centro de São Sebastião, como se Ilhabela fosse à parte. Cruzando os depoimentos (aqui transcritos como falado), percebemos que se sentem isolados, encarcerados em função do abandono e do descaso, dos quais a comunidade responsabiliza o município de Ilhabela (a política local), os turistas e os ambientalistas, que possuem um senso de preservação incompatível com o desejo de modernizar e melhorar os serviços assistenciais aos moradores do Bonete. Fala-se em preservação mas por caminhos opostos, um exemplo disto está no relato deste senhor:

"(...) muito turista que tem barco não quer estrada. Não querem, na Ilhabela não querem, nem o prefeito. Dizem que estraga aqui o nosso sossego. Nós queremos estrada, luz; a gente quer comprar uma geladeira não pode comprar, uma televisão (...)" (nativo — 71 anos).

A comunidade sobrevive, em parte, com atividade produtiva de subsistência. Há nos quintais ou em terrenos mais afastados uma roça em que trabalham homens e mulheres, mas principalmente as mulheres e de onde retiram parte de seus alimentos; entre os produtos cultivados encontram-se: feijão, mandioca, milho, cana, caju, banana, manga, maracujá, pêssego, laranja, tomate e algumas folhas

como alface, couve, etc. Às vezes, perdem suas colheitas com o ataque de saúvas. Também culpam a Florestal pelo impedimento de derrubada de mata. Segundo eles, às vezes torna-se necessária ao cultivo. Dizem ainda que se a Florestal levasse em conta o conhecimento dos nativos e valorizasse o senso de preservação que possuem seria melhor para os dois lados, já que muitas denúncias de devastação e de construção indevida surgem deles próprios. Todos vêem a Florestal como autoritária e hesitam em falar qualquer coisa a respeito da comunidade até que se comprove que você não pertença ao Parque.

Do passado ainda usam as tradicionais casas de farinha — unidades produtivas de farinha caseiras, com instrumentos como: pilão, moenda, raspadeira, forno, tipiti, timpopeba (objetos de cipó, bambu, palha feitos artesanalmente), balaios de armazenamento, etc. Outra atividade produtiva local e comercial é a pesca, mas como dizem os velhos pescadores:

“Antigamente existia muita tainha, muita mesmo, bastante. Pescava com 2 cercos... Agora não tem, não tem porque esses grandes barcos, esses grandes pescadores, vão esperar o peixe na boca da Barra, vai saindo, vão matando, não tem como chegar por aqui”.

Como antes, ainda utilizam-se da técnica da salga de peixes para estocagem em épocas de chuvas e de baixa safra.

No Brasil “progresso” é pensado em termos da lógica do Capital e não do “homem”. Assim os nativos de Bonete vivem uma contradição — desejam a tecnologia que atenda suas necessidades, e no entanto criticam a tecnologia da sociedade industrial.

Entre uma e outra conversa o passado vai aparecendo num misto de fartura e miséria. Fartura quando associado com a produção, com as posses, com a unidade e respeito aos costumes, aos mais velhos; miséria quando se olha para os que possuem hoje na comunidade as pequenas lanchas, geladeira ou televisão a gás, ou ainda ao luxo de algumas casas de turistas construídas em seus antigos terrenos, nas quais tornaram-se, em grande parte, os caseiros. O tal “progresso” está ali ao lado ou na fala dos filhos do lugar que saíram em busca de

mercado de trabalho e voltam com novos valores e entre eles estão os evangélicos. Num dos trabalhos de campo foi possível observar um acontecimento que comprovou essa busca. O movimento na praia era intenso, assim como os ânimos estavam alterados. Era contagiante a alegria dos boneteiros diante da chegada do material para a instalação do gerador movido por uma turbina hidrelétrica. Pediam para registrar as imagens, queriam que escrevesse nos jornais sobre a chegada da “civilização”. Um deles me disse:

“É um povo que viveu anos e anos, quase 100 anos, aí em trevas; então, ver brilhar uma luz, acho que é um caso histórico, um evento que o povo não vai esquecer, tenho certeza disso. (...) Eu não acredito, em pleno século 20, que nós estamos, Ilhabela tão falada (...) isolar esta comunidade, uma comunidade de mais de 90 casas, quase 300 hab. Eles isolaram isso aqui, porque isso não é um lugar isolado, isolado é Búzios, é Vitória, é onde se você não puder ir pelo mar, você não tem como chegar. Mas aqui não, se você não puder ir pelo mar, você tem a trilha” (nativo — 44 anos).

Na instalação da luz aparece um conflito entre o nativo e o turista, assim expresso nesta fala:

“Quem precisa de luz é a comunidade que mora aqui, que precisa do dia-a-dia da luz; matar um pescado e ter onde gelar, ter um soro de cobra guardado (...) e outras coisas mais. Pode ter um freezer comunitário no Posto de Saúde, na escola para guardar merenda para as crianças; a merenda aqui é péssima porque não tem geladeira, não tem onde guardar a carne, o frango pra melhorar a merenda das crianças. O turista não, o turista não quer ver este lado, não quer ver esta parte, quer ver só o bem-estar dele para passar um final de semana e ir embora e acabou” (nativa — 38 anos).

Não para por aí. Se no passado a vida era possuir uma canoa, estar reunido com os velhos para escutar o conhecimento apreendido de geração para geração, ou ainda, estar no mar para mais uma longa viagem de canoa a remo até Santos para vender a cachaça produzida em seus engenhos, as frutas colhidas de seus pomares, ou mesmo a lenha que levavam até São Sebastião; hoje eles querem mais, querem: iluminar as ruas, televisão, geladeira, chuveiro e ferro elétricos, máquina de lavar roupas, estrada, escolas, etc. Mas ao mesmo tempo

temem uma invasão turística, com a provável expulsão dos nativos e a apropriação do que resta de suas propriedades. Esse dilema é relatado por um dos velhos que mostrou manter uma memória acesa do passado e para confirmar o que fala sempre refere-se aos avós como os contadores de histórias:

“(...) a gente tem aquele receio é porque quando eles entram já sabe como fazem (...) Se eu moro aqui, se ele comprar um lote de terra atrás de mim (...) ele vai me apertando, me aperta, ele vai me apertando, vai apertando até o caminho que eu passo, (...) aí ele vai chegar pra mim e ‘olha você quer vender esse lote aqui?’; ‘Ah, isso aqui eu não vendo não’; (...) aí lhe promete uma coisa, lhe promete uma casa, lhe promete comprar um terreno (...) tal e tal. Vendo! Vendo pra ele, então o que ele fez aqui já vai fazendo com outro (...). A mesma coisa aconteceu em Ubatuba. Ubatuba tinha liberdade (...) os pescadores moravam em suas casinhas lá e tinham liberdade de ir pra praia, pescar, trabalhar e tudo. Aí quando eles foram comprando, comprando, comprando, fecharam tudo e os pescadores perderam tudo” (nativo — 76 anos).

Outros apegam-se a explicações menos materiais e demonstram preocupações mais ao nível da representação, como é o caso do puxador da ladainha cantada em latim na tradicional Novena de Santa Verônica:

“Essa tradição não vai acabar, enquanto eu viver, não vai acabar. Uma das poucas que resta aqui nesse pedacinho pra cá. De Indaiaúba pra cá é única. Só não acabou em São Pedro, na Praia Grande e a Congada em Ilhabela. (...) Olha uma coisa vou te falar, se acabar a Festa de Santa Verônica aqui no Bonete, vai ser um transtorno muito feio, assim como aconteceu em Indaiaúba. Em Indaiaúba acabaram como a festa e desabou tudo. O pessoal foi saindo, outros morreram e daí pra frente. Só aque!a tristeza, só sei que se acabar..., Deus me livre, mas tenho fé em Deus que não ac. ‘ha. A gente não deixa acabar” (nativo - 54 anos).

Politicamente, a comunidade não apresenta nenhuma organização. Em épocas de eleição aparece um ou outro candidato para conseguir votos, segundo os depoimentos dos boneteiros. A comunidade conta com cerca de 100 eleitores e todos os informantes requisitados mostraram criticidade ao processo eleitoral, à situação política, evi-

denciando em suas críticas os discursos demagógicos e o descaso às necessidades locais. Não há uma liderança efetiva nem um intermediário, como o inspetor de quarteirão encontrado em alguns pontos da Ilha até a década de 70, encontrado em diversas lembranças. Em casos de emergência as pessoas unem-se em famílias, igrejas ou como um todo, mas, no cotidiano, parece que as igrejas começam a criar lideranças em torno dos templos: “Assembléia de Deus” e “Brasil para Cristo”. Foi feito um abaixo-assinado reivindicando energia elétrica, melhoria das estradas e assistência médica, liderado por um membro da Assembléia de Deus.

A igreja católica, a mais antiga na região, mantém uma atividade anual no dia 9 de julho — Festa de Santa Verônica, tradicional no Bonete, e vem perdendo sua força devido à divisão dos fiéis e à morte dos mais velhos que sustentavam essa manifestação cultural. Os depoimentos demonstram o caráter mobilizador que tinha a festa entre moradores de Ilhabela — era um ponto de encontro, um motivo de peregrinações de caiçaras de todo o canto da Ilha, de canoa ou a pé. No relato de um nativo católico — 69 anos, os velhos tempos eram repletos de atividades festivas, assim diz:

“Os bailes aconteciam todos os finais de semana. Aí depois começaram aparecer as religiões, o povo já foi se desviando. Um lugar desse, pequeno, tem 3 igrejas, 3 religiões! Católica, Brasil para Cristo e Assembléia. Ainda tem um senhor. aí que toca viola (...) ele andava até nos Búzios fazendo versos. (...) Mas tudo no mundo acaba...”.

Todos falam que as religiões não dividem, mas cada um defende sua posição social ou religiosa. Os católicos lamentam a bagunça que virou a Festa de Santa Verônica, recordam os bailes, a procissão, as canções, as ladainhas, uma tradição que virou atrativo turístico e que perdeu seu foco entre novas imagens e valores. Já os crentes explicam que possuem a verdadeira palavra de Deus e por isso estão com a verdade e não podem deixar de dizê-la. A festa tornou-se um acontecimento conflitante para o Bonete, primeiro porque nem sempre os turistas respeitam os costumes locais criando revolta entre os mora-

dores e depois este acaba sendo mais um motivo para o acirramento entre as expressões religiosas.

Não há presença de padre e nenhum tipo de celebração na igreja católica, fora as tradicionais novenas; já as outras igrejas, instaladas na comunidade por volta de 40 anos, mantêm semanalmente cultos com pastores-colaboradores formados na comunidade e contam também com a presença periódica de um pastor missionário. Nestes cultos lêem a Bíblia, fazem testemunhos e discutem o trabalho de conversão de novos membros à igreja. Este trabalho demonstra sua eficácia junto à comunidade e a cada dia novos fiéis engrossam os cultos das diversas igrejas crentes espalhadas por toda Ilhabela. Parece que só na Ilha de Vitória não há membros dessas igrejas e o pastor da Assembléia de Deus expressou o desejo de chegar lá. Em uma parte de seu relato diz:

“(...) nós temos cultos devocionais. (...) Nós aqui somos os dirigentes daqui da Congregação, nós temos o nosso pastor regional e temos nosso pastor presidente de todo o Ministério, em toda a Baixada Santista (...). Está nossa igreja aqui, as igrejas evangélicas, Assembléia de Deus, é verdade. Eu, aqui, foi misericórdia de Deus; sou um pastor evangelista aqui da região e quero chegar até a Ilha da Vitória, se Deus quiser, levando a mensagem da palavra de Deus” (pastor — 64 anos).

Continuando seu relato, o pastor enfatiza alguns termos muito encontrados entre os boneteiros convertidos:

“A verdadeira sabedoria nós sabemos que pela palavra de Deus, como já em tempos passados, e diz a palavra de Deus que a ciência multiplicaria nos fins dos tempos, e nós estamos vendo a tecnologia, nós estamos vendo a tecnologia, nós estamos vendo, tudo isso é pelo homem. (...) Não é suficiente, é o complemento e o homem e a mulher são dotados de sabedoria de Deus, mas a verdadeira sabedoria é o temor, está vendo, para quê? Talvez o homem com tanta sabedoria, a mulher com tanta sabedoria e caminhando para ser preso em uma cadeia de fogo. No entanto, que uma pessoa por muito humilde, está vendo, que seja, mas aceitando Jesus Cristo que é a verdadeira sabedoria, está vendo, ele vai morar num lugar maravilhoso, não é, para nunca mais sofrer eternamente” (pastor).

Poderíamos ler esse discurso como a busca de uma nova existência, não lembrar o passado para esquecer certos sofrimentos ou ainda para aceitar uma nova hierarquia que não existia até então na comunidade. Destacar-se, seja pelo discurso religioso, pelo comportamento moral e pela ascensão social, lê-se trabalho, está presente na retórica dos crentes, assim como a necessidade de justificar que a religião não impede a cooperação de todos em casos de necessidade, mostra o quanto essa questão inquieta o Bonete.

Segundo o relato de uma nativa evangélica:

“A religião é pra comunidade. A Bíblia não condena, a Bíblia explica a você como trabalhar melhor ainda com a comunidade, ter mais sabedoria, ter mais cautela e a gente que tem uma visão melhor das coisas, se Beltrano ou Ciclano falou uma palavra meio áspera, qual é o seu dever? É ficar quieto, é superar, foi num momento de ira, depois acalma tudo e tudo se encaixa (...). A Bíblia ensina isso. E é dessa maneira que a gente costuma trabalhar, porque precisa ter a união de todos” (nativa - 38 anos).

Outra questão surpreendeu-me: a dificuldade em retirar histórias do passado. Somente quando recorri às histórias de vida e após adquirir a confiança da comunidade é que surgiram assuntos diversos e não faltaram versos recordados dos antigos pasquins criados entre desafios e acontecimentos cotidianos. Se antigamente era tanto sofrimento como falam ao menos brincavam muito mais com a vida.

Pude então perceber que eles não esqueceram totalmente o passado, mas é um tempo que não pode voltar e diante do novo não querem lembrar. Preferem olhar para o presente, os problemas imediatos assumem o tempo dos jovens e também da maioria dos velhos. Por outro lado, são os evangélicos que lideram, em grande parte, o movimento de renovação material no Bonete, instalam cantinas e mercearias para atender a comunidade e os turistas, assim como lideram a conquista do gerador e começam a discutir seriamente a formação da Sociedade Amigos de Bairro para fortalecerem suas posições no atendimento de suas reivindicações.

Conclusão

“Uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação” (Maurice Halbwachs).

Olhar para o Bonete e ouvir as vozes de seu povo, ou para Ilhabela como um todo, é perceber uma sociedade que vive uma situação contraditória: de um lado dá-se o desenraizamento, de outro tem-se ainda certas atividades tradicionais aliadas aos valores do passado.

A perda da memória pode ser causada pela homogeneização do mundo, que de fato não existe totalmente, uma vez que guarde-se as devidas proporções às manifestações locais, e portanto pode-se encontrar traços do passado embutidos nas relações cotidianas. Quer dizer, o fato de não lembrar pode conter o ressentimento pelo passado perdido e por uma busca de harmonia e afirmação do grupo em uma nova religião.

Compreende-se com os relatos e observações que apesar da desintegração gradual ocorrida pelo êxodo, gerador da decomposição dos grupos, assim como a morte dos ancestrais conhecedores de costumes e tradições, antigos mestres e contadores de histórias, outros fatores surgem como agentes transformadores: a diversidade religiosa com o pentecostalismo, a presença do turista e a ideologia do progresso que separa econômica e socialmente os membros da comunidade.

A evocação das lembranças remete-se ao tempo presente, é uma sociedade do presente, em que os jovens desconhecem o passado. A perspectiva de um futuro próximo dá-se fora da comunidade, num processo de ruptura, mesmo porque não há um mercado de trabalho local que absorva a mão-de-obra e paira um negativismo para possíveis melhorias no futuro; muitos pensam em abandonar o lugar na procura de algo melhor. O turismo absorve uma parcela da mão-de-

obra ociosa nas altas temporadas mas está longe de ser uma atividade altamente rentável para a população de Ilhabela como um todo.

E ainda assim estamos diante de uma comunidade que, como poucas em Ilhabela, mantém o maior grupo de moradores, originalmente caiçaras e, no entanto, o passado parece não ser mais o mediador de atitudes. O presente é movido por ações religiosas e por um desejo de prosperidade, ainda que essa modernização requeira uma preservação, não das tradições, mas dos grupos e dos indivíduos pertencentes a eles.

A religião aglomera e separa simultaneamente. O espírito comunitário de outros tempos abre espaço ao jogo de palavras em que cada grupo ou indivíduo disputa o poder da verdade bíblica e da razão moral. Mas, graças à necessidade de preservação há resistência. A solidariedade impera e a comunidade sobrevive em momentos difíceis, ela se recompõe para continuar existindo. A resistência, a criatividade e a invenção da população da Praia do Bonete pode ainda ser um exemplo em Ilhabela.

Alguns relatos recolhidos entre os boneteiros demonstram a resistência através de atitudes espontâneas, como a ocorrência no último verão em que as crianças apareceram em casa com seringas e "camisinhas" usadas entre outros lixos deixados pelos turistas na praia. Para dar uma lição nos tais "embarracados" alguns jovens nativos foram até a trilha espreitá-los, lá deram-lhes uma boa surra, fizeram-nos voltar à praia e recolher todo o lixo e só depois foram liberados. Outro caso aconteceu com um político de Ilhabela que aparecia no Bonete em época de eleições. Uma certa vez ficaram sabendo que o sujeito havia comentado que "boneteiro vota em troca de pão e churrasco", aceitaram o churrasco por ser a carne um alimento raro entre eles, mas no meio da festa acabou voando churrasco na cara do homem. E, para finalizar, contaram-me de um turista que resolveu ficar pelado no meio da festa de Santa Verônica e acabou apanhando até das velhinhas.

COMUNIDADES CAIÇARAS E O PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA

Wanda Maldonado
PROCAM-USP*

O Parque Estadual de Ilhabela



O PARQUE ESTADUAL de Ilhabela localiza-se no município de Ilhabela, Litoral Norte do Estado de São Paulo, há 220 quilômetros da capital. Com área de 27.025 hectares, o Parque ocupa cerca de 80% da área do Município, abrangendo parte da Ilha de São Sebastião, onde os limites são definidos pelo encontro com as áreas de marinha e cotas altimétricas de 100m e 200m, e a totalidade das demais ilhas, ilhotas e lajes que compõem o arquipélago.

Criado em 20 de janeiro de 1977, o Parque protege vegetação de Mata Atlântica, vegetação de restinga, campos de samambaias, campo gramíneo e áreas cultivadas, inclusive desativadas (Ângelo, 1989). Encontra-se em seu interior a fauna típica deste tipo de vegetação, com alguns exempla-

* Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo.

res presentes na lista de animais em extinção, como a jacutinga e o macuco, e a ocorrência de endemismos, como o cururuá.

Uma das principais características do Parque é o seu caráter insular — trata-se de um Parque-arquipélago. Tanto do ponto de vista da conservação, quanto do manejo, este é um aspecto a ser considerado.

As leis que incidem sobre o Parque, além de seu decreto de criação, são a Lei no 4.771/65 (Código Florestal), o Decreto 25.341/86, que regulamenta os Parques Estaduais Paulistas e a Resolução Estadual no 40 de 06/06/85, de Tombamento das Serras do Mar e de Paranapiacaba.

O Código Florestal prevê a criação de parques estaduais "*com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos*".

A criação de uma unidade de conservação leva em consideração aspectos biológicos, físicos e cênicos. A definição dos limites obedece critérios cartográficos, muitas vezes distantes da realidade factual. No caso do Parque Estadual de Ilhabela, a definição se dá por cotas altimétricas. Assim, comunidades com características idênticas situam-se no interior ou no entorno dos limites do Parque. Legalmente, o status entre estes dois tipos de comunidades — localização no interior e no entorno do Parque — é diferente.

Como de praxe no estabelecimento de unidades de conservação ambiental, não houve qualquer consulta à população, caracterizando-se uma intervenção do Estado no território ancestralmente ocupado por sociedade tradicional, no caso os caiçaras. Com legislação restritiva quanto à permanência da população no interior de seus limites ou quanto ao aproveitamento de seus recursos naturais, a criação do Parque provocou uma série de conflitos. Cerceados na reprodução do modo de vida, marcado fundamentalmente pela relação direta com o meio natural, através de atividades econômicas como a pesca, a agricultura e a coleta vegetal, e das representações simbólicas, os caiçaras foram marginalizados no processo de implantação do Parque. Considerados como depredadores do ambiente em que viviam — até então bastante conservado, o que provocou a criação da unidade de conservação — foram proibidos de desenvolver suas atividades econômicas e culturais.

A atuação do Estado é dúbia em relação ao problema: ora impera a omissão quanto à permanência da população no interior do Parque, ora a repressão na proibição do cultivo de pequenas roças e na extração de madeira para a confecção de canoas, atividade fundamental para a sobrevivência dos pescadores artesanais locais.

Comunidades Caiçaras

Dados do Censo Demográfico da Fundação IBGE (1991) apontam a existência de 13.750 habitantes no município. Destes, cerca de 220 habitavam a Ilha de Búzios, cerca de 40 a Ilha da Vitória e outros quase 600 habitantes residiam em lugarejos afastados dos principais acessos na Ilha de São Sebastião chamados, no município, de “comunidades isoladas” (Instituto Florestal, 1992).

São três as ilhas habitadas: São Sebastião (33.593,0 ha), Búzios (755,0 ha) e Vitória (221,3 ha). A Ilha de São Sebastião encontra-se a 1,76 km da costa, Búzios a 24,09 km e Vitória a 37,97 km (Angelo, 1989).

A Ilha de São Sebastião, sede do município, tem na sua face voltada para o Canal de São Sebastião, onde os limites do Parque são definidos pela cota de 200 m, a área urbanizada com os equipamentos comuns a uma cidade de pequeno porte: pequenas indústrias, comércio, serviços e concentração de maior número de habitantes. Também é a área onde se desenvolve a atividade turística, com grande número de residências de veraneio. Nesta porção localizam-se os três bairros — Armação, Curral e Saco da Capela — estudados por Calvente (1993). A paisagem passou por grandes alterações em relação àquela descrita por França (1951). Com o aumento da atividade turística e a conseqüente valorização dos espaços próximos às praias, os caiçaras passaram por um processo de “internalização”, também comum no litoral continental. Neste processo, o território caiçara passa a ser um território dividido, com todos os conflitos possíveis e necessários à resistência cultural. Assim, bairros mesclam moradias caiçaras e de veranistas em graus diferenciados, mas também de caiçaras e migrantes de baixa renda, como é o caso do Morro dos Mineiros, inicialmente formado

para abrigar os migrantes trazidos para atuar na construção civil a partir da década de 70, e hoje habitado também por caiçaras.

Outra realidade encontramos nas chamadas "comunidades isoladas". Em levantamento realizado pela equipe técnica do Parque Estadual de Ilhabela, finalizado em 1992, foram estudadas 15 comunidades caiçaras na Ilha de São Sebastião. São consideradas isoladas pela população urbana em função da precariedade dos acessos por terra: Jabaquara (ao norte) é ligada por estrada de difícil locomoção; Bonete (ao sul) é ligada por estrada que nos últimos 9 quilômetros transforma-se em trilha de difícil acesso; Castelhanos (a leste) tem como acesso uma estrada que atravessa o Parque, de conservação bastante complicada. As demais comunidades são acessíveis apenas por mar.

Das 15 comunidades estudadas, três localizam-se no interior do Parque: Saco do Sombrio, Praia da Figueira e Saco das Tocas. Talvez a questão mais marcante desta diferença legal de localização resida no fato de que a existência do Parque inibe a especulação imobiliária para fins turísticos, garantindo, ainda que contraditoriamente, a permanência dos moradores na área. Observa-se que área como o Bonete, onde a definição dos limites do Parque se dá pela cota de 100 m, tem intenso comércio de terras, com venda ou simplesmente perda de posse pelos moradores, construção de residências de veraneio, alteração substancial da paisagem e conseqüente perda de território. Nesta área observou-se que o primeiro "lote" a ser vendido é aquele destinado à roça, quando esta localiza-se fora dos limites do Parque. A conseqüência primeira deste processo é a maior dependência de alimentos industrializados, fato revelador da perda de autonomia destas sociedades. Dados do Diagnóstico (1992) mostram o cadastramento de 44 residências de moradores e 15 residências de veraneio. Observações *in locu* no decorrer de 1996 apontam para a existência de cerca de 100 edificações, com alterações no padrão construtivo, incluindo a construção de muros e cercas. Outra alteração significativa é a existência atual de cercas de arame em lotes, característica inexistente em 1992.

Em outras áreas é possível observar um processo mais incipiente de expropriação. Jabaquara, Poço e Indaiaúba, por exemplo, são áreas em que os caiçaras não mais detêm as posses e são mantidos como

empregados dos atuais proprietários. Por se tratar de áreas com poucos proprietários de largas faixas de terra, algumas das quais ainda não construídas, observa-se pouca alteração da paisagem e a distinção em relação ao padrão de construção típico caiçara fica por conta de antigas sedes de fazenda, nos dois primeiros casos. Indaiáuba e Enchovas foram apropriadas por uma única pessoa, cada uma, acontecendo, no primeiro caso a manutenção das famílias caiçaras como empregados; no segundo, houve a saída das famílias, atualmente residentes na Topolândia, bairro pobre de São Sebastião, município vizinho.

Na Baía dos Castelhanos, voltada para o mar aberto, composta pela praia de mesmo nome, além das praias Mansa e Vermelha, por um lado ocorre o mesmo fenômeno: os caiçaras, em grande parte, não detêm a titulação das áreas. Em outros casos existe demanda judicial acerca do assunto. A Praia Vermelha assemelha-se à Praia da Indaiáuba. Na Praia de Castelhanos, com população de cerca de 60 moradores, a situação legal das titulação de terras se repete com o agravante da existência de loteamentos e projetos de futuros condomínios. A ocupação desta área pelos "proprietários" dos lotes provocaria grande alteração na paisagem, com conseqüências danosas ao ambiente e à cultura caiçara.

Outras comunidades voltadas para o mar aberto guardam semelhanças com as localizadas na Baía de Castelhanos. A exceção fica por conta da Praia da Figueira, Saco do Sombrio e Saco das Tocas, todas englobadas integralmente pelo Parque.

As Ilhas de Búzios e da Vitória apresentam semelhanças entre si e distinções em relação à Ilha de São Sebastião. Uma diferença marcante refere-se à dimensão reduzida, fator fundamental para a compreensão da maneira como se desenvolvem no local as relações com o meio natural. O fato de encontrarem-se integralmente abarcadas pelo Parque produz aquela dubiedade colocada anteriormente na relação do Estado com estas comunidades: a aplicação da lei faria com que os moradores das ilhas de Búzios e Vitória não pudessem ter qualquer tipo de cultivo, por exemplo. Consideradas pelos moradores como "áreas da marinha", inexistem os conflitos fundiários com pessoas externas às comunidades. A ocupação é quase que exclusiva de caiçaras. Embora estejam mais afastadas do continente que a Ilha de São

Sebastião, convém observar que, nesta, as comunidades caiçaras localizam-se principalmente na face voltada para o mar aberto, havendo, então, similaridade em relação à distância.

Ocupação do Espaço e Apropriação dos Recursos

A organização do espaço nas comunidades caiçaras não tem, *a priori*, qualquer relação com a propriedade da terra mas, antes, com a destinação que lhe é dada. Espaço de moradia é de uso privado, isto é, espaço da família. As residências localizam-se, em geral, em áreas planas, longe das influências da maré e, dentro das possibilidades, dos ventos. Também as roças são espaços de produção familiar. Localizam-se, em grande parte, distantes das moradias, próximas ao sopé dos morros. Os ranchos de pesca são construções rústicas para a guarda da canoa e dos apetrechos de pesca de cada família, mas o espaço em que é construído é de uso comunitário, posto serem os mais adequados à atracação e estarem protegidos dos ventos. De resto, os espaços são de uso coletivo. Espaço de trabalho também se confunde com espaço de lazer: o mar, onde ocorre a lida diária, tem em seu limite — a praia —, o espaço de brincadeira das crianças e jovens; os moradores reúnem-se após o almoço para "jogar prosa fora" à sombra de uma árvore na praia e, ao mesmo tempo, costuram as redes sofridas das várias pescarias. No caminho de um lado a outro — uso coletivo — há a árvore de propriedade de um deles. Da mata é retirada a madeira para a canoa ou para o artesanato, os frutos para a alimentação e uma infinidade de plantas que curam diversos males.

O território caiçara é amplo: engloba a residência, inclusive o quintal (geralmente sem cercas), a mata e o mar. O território é onde moram, trabalham e se divertem. É onde vivem.

Nesse espaço de vida, o conhecimento ancestral, transmitido de geração à geração aos "escolhidos", garante a utilização de espécies vegetais, por vezes combinadas com produtos de origem animal, como a banha de lagarto teiú, para a cura de muitas doenças. Em várias comunidades são citados os detentores deste saber que associ-

am ao poder das plantas uma série de rituais mágicos e religiosos como benzeduras e simpatias.

Begossi (1989) em estudo sobre os tabus alimentares dos moradores da Ilha dos Búzios, constata a não utilização do teiú na alimentação e seu uso freqüentemente citado para fins medicinais. Considerando que "uma parte fundamental da medicina destas populações está baseada em substâncias químicas encontradas nos recursos disponíveis no ambiente" aventa a "hipótese da drogaria", explicação para a não utilização de determinados animais e plantas para o consumo alimentar, posto sua importância para os processos de cura.

O poder terapêutico de algumas espécies de plantas utilizadas na cura é de conhecimento geral, de domínio público. Este, podemos apresentar no quadro abaixo. Outros, são de conhecimento exclusivo daqueles que os manipulam, segredo guardado a sete chaves.

MEDICINA CASEIRA

| NOME | FINALIDADE | MODO DE USAR |
|------------------------------|--------------------------------------|-------------------|
| abuta | pós-parto, abortivo, dor de estômago | chá |
| arruda | benzimento, cólica | chá |
| cambará | tosse | chá |
| canema (erva de Santa Maria) | vermes | macerada |
| capim santo | gripe, calmante | chá |
| carqueja | fígado, estômago, reumatismo | chá |
| cedro | coceira | banho com a casca |
| chapéu de couro | sangue, reumatismo | chá |
| cidrão | pressão alta, calmante, machucado | chá |
| cipó de São João | torcicolo, dor no corpo | emplastro |
| cipó de pacova | dor de estômago | chá |
| embaúba | pressão alta | chá do broto |
| erva-baleira | antiinflamatório, anti-reumático | macerada |

| NOME | FINALIDADE | MODO DE USAR |
|-----------------|-----------------------------|---------------------------------|
| gervão | febres e males do fígado | xarope da raiz |
| guaco | picada de cobra | amassado com querosene |
| hortelã do mato | vermes | chá |
| losna | estômago | chá |
| mandacaru | picada de cobra | sumo do talo espremido e socado |
| mandioca | gripe | chá da folha |
| melissa | dores, calmante | chá |
| mentruz | contusão | macerado |
| pariparoba | furúnculo, anemia, amarelão | chá |
| picão | estômago, fígado | chá |
| pluméria | picada de cobra | cozida, emplastro |
| sabugueiro | sarampo | chá |
| sete-dor | estômago | chá |
| tapicirica | ferida | macerado |

Fonte: Ilhabela: *Diagnóstico Sócio-Econômico e Ambiental* (adaptado).

A Pesca

A pesca é a principal fonte de renda destas populações. É a única fonte de renda de 48% das famílias; 12% tem, além da pesca, sua renda proveniente da comercialização do artesanato; 6% aliam a pesca aos serviços e 14% têm sua principal fonte de renda na aposentadoria como pescadores (Instituto Florestal, 1992). Ou seja, 80% das famílias têm na pesca a sua subsistência, de forma direta ou indireta.

A pesca caracteriza-se por seu pequeno porte, com utilização de equipamentos bastante rústicos. As modalidades de pesca variam de acordo com as espécies a serem capturadas. Algumas espécies são pescadas de mais de uma maneira, de acordo com o local de pescaria.

A enchova, a pescada e a corvina são capturadas através das redes de espera. A garoupa é pescada por linha ou rede de espera. A corvina, através de rede de espera ou de fundo. A lula é capturada através da garatêia ou zangarelho. O cação, a tainha, o chalerete, a espada, a cavala, o carapau são capturados através dos cercos flutuantes. Seja qual for a modalidade de pescaria, a canoa é o principal meio para sua realização. As canoas são confeccionadas a partir de um tronco de madeira, revelando uma arte ancestral que poucos dominam — os chamados canoieiros. Tida pelos pescadores como o único tipo de embarcação a resistir às condições adversas do mar na região, sendo inclusive resistente ao desembarque nas costeiras, consiste um dos principais conflitos entre a comunidade de pescadores e o Parque. As ilhas de Búzios e da Vitória não mais possuem árvores em condições de ser aproveitadas para sua confecção. A Ilha de São Sebastião tem a maior porção de seu território destinado à preservação permanente. A área externa ao Parque já não possui exemplares possíveis de utilização para a confecção de canoa. Madeira para canoa, apenas dentro do Parque. Uma solução paliativa ao problema foi a concessão de autorização pelo Instituto Florestal para a retirada de árvores caídas por causas naturais para a finalidade de confecção de canoas, a partir de 1994. Neste mesmo ano foi iniciado levantamento para dimensionar a necessidade de canoas pelos pescadores, bem como a quantidade atualmente existente e a perspectiva de duração das mesmas, com vistas a um possível manejo de espécies nativas. Após interrupção, o levantamento está prestes a ser retomado dentro do Plano de Ação Emergencial do Parque.

A organização do trabalho na pesca se dá principalmente sob forma de parceria, prioritariamente entre membros da mesma família: pais, filhos e aparentados. O resultado da pescaria é dividido em partes, descontados os custos de manutenção, óleo e gelo; os proprietários da embarcação e da rede ganham uma parte a mais. A comercialização do pescado é uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos pescadores. Sem condições de conservação do peixe pelo fato de residirem em local sem energia elétrica — a salga de peixes é realizada hoje exclusivamente para consumo — ficam à mercê dos intermediários quando da entrega do peixe em São Sebastião, Caragua-

tatuba ou mesmo Ilhabela. Em algumas comunidades, a primeira intermediação é realizada por um pescador local, proprietário de embarcação maior, com motor mais potente, que compra o pescado dos demais e o revende às peixarias. Outro sistema bastante comum é o compromisso de venda firmado entre os pescadores e os intermediários, quando estes financiam antecipadamente o óleo combustível e o gelo para conservação do pescado, restando aos pescadores a exclusividade de venda ao preço que convier ao comprador, descontando-se, neste momento o que foi antecipado, também com preço estabelecido pelo intermediário.

O assédio das embarcações que realizam a pesca de parelha de arrasto é outro grande problema enfrentado pelos pescadores das ilhas. Não é raro o pescador ter sua rede de cerco danificada por estes barcos. Além disto, a parelha é tida como altamente danosa ao ambiente provocando a diminuição do pescado junto à costa e obrigando os pescadores a pescar cada vez mais distante e limitando a pesca às embarcações que possuem motores mais potentes.

A Roça

O sistema de roça tradicional consistia no aproveitamento de determinado espaço durante algum tempo. Quando o solo dava sinais de esgotamento, outra área era aberta para roça, ficando a primeira a "descansar". O aparecimento de vegetação de capoeira era o sinal de que aquele solo estava recuperando sua capacidade produtiva, estando novamente apto para o plantio. Os moradores apontam dois fatores principais para o abandono deste tipo de manejo: a venda de áreas anteriormente utilizadas para roças a pessoas de fora da comunidade que proíbem seu uso para este fim e a criação do Parque Estadual de Ilhabela, cujos limites restringem as áreas para plantio. A agricultura é uma atividade em franco declínio nas várias comunidades, com produção restrita ao consumo. Em geral são espaços familiares cultivados principalmente por mulheres e homens mais velhos, onde são plantados a mandioca e o feijão. A mandioca é transformada em farinha que, junto ao feijão e ao peixe, formam a

base da alimentação caiçara. Embora a farinha de mandioca seja produzida apenas para o consumo, eventualmente é vendida aos visitantes, ou mesmo levada para a Vila de Ilhabela, em pouca quantidade, mas com aceitação e preços garantidos.

Os dois fatores apontados pelos moradores quanto ao espaço de suas roças concorrem, com certeza, para o abandono da agricultura, uma das principais atividades de subsistência. Entretanto, Mussolini (1980: 249) já aponta o abandono da agricultura na década de 40 no Saco do Sombrio, em função do sucesso do cerco flutuante como modalidade de pesca e a importância que esta atividade econômica passou a ter para a população local, possibilitando, inclusive o acesso a bens industrializados.

O Artesanato

O artesanato é outra manifestação cultural que demonstra a ligação do caiçara com o meio natural. A matéria-prima é extraída da mata, obedecendo a um manejo conhecido pelos artesãos, que escolhem a madeira ou a fibra na fase adequada da lua, de maneira que sua qualidade seja assegurada e sua reprodução garantida. Em geral são produzidos utensílios que antigamente serviam exclusivamente para o uso doméstico e pessoal ou para atividades como a pesca e a caça. Atualmente gaiolas, balaios, gamelas, colheres de pau, cestos, esteiras e miniaturas de embarcações são vendidos por lojas da região para os turistas apreciadores do estilo "rústico", gerando alguma renda, principalmente na entre-safra da pesca. Também na comercialização do artesanato é comum a presença do atravessador, algumas vezes membro da própria comunidade. A atividade artesanal é principalmente das mulheres nas épocas em que "se mata muito peixe". Aos homens cabe, em alguns casos, a obtenção da matéria-prima. Quando a "pesca fracassa", é maior a dedicação da comunidade à produção do artesanato e mais significativa a renda oriunda de sua comercialização.

RECURSOS NATURAIS UTILIZADOS PARA O ARTESANATO

| NOME | UTILIZAÇÃO |
|-----------------|---|
| antimopeba | remo, barquinhos |
| aroeira mansa | tinta para redes |
| bambu | cesto, balaio, construção de moradia |
| bataiá | canoa |
| baculba | remo |
| canela preta | construção de moradia, cerca |
| capoporoca | canoa |
| cedro | canoa |
| chorão | tinta para redes, construção de moradia |
| cipó cabloco | amarração, cestos |
| cipó nó de cão | corda |
| coairana | canoa |
| embiruçu de asa | construção de moradia |
| figueira branca | canoa |
| ingá | canoa |
| jacatirão | construção de moradia |
| maçaramduba | canoa |
| sibipiruna | remo |
| tingupeva | cesto, balaio, tipiti |

Fonte: Ilhabela: Diagnóstico Sócio-Econômico e Ambiental (adaptado).

Conclusão

A característica de insularidade do Parque Estadual de Ilhabela o diferencia das demais unidades de conservação, também da Mata Atlântica, existentes no Estado de São Paulo. O aspecto insular, seja do ponto de vista geográfico, seja no campo das representações simbólicas elaboradas pelos seus moradores, não tem sido levado em consideração na criação ou na gestão destes espaços públicos.

A provisoriade em que se encontram as sociedades tradicionais, cuja permanência no interior ou no entorno das unidades, com algum tipo de utilização dos recursos naturais, é tolerada pelo Estado, remete para a necessidade de compreensão da dinâmica cultural na relação com o Parque e de formulação de mecanismos de participação destas sociedades na gestão da Unidade de Conservação.

É importante observar que, do ponto de vista da conservação, a atividade turística apresenta maior potencial de degradação que a presença das populações caiçaras. A ocupação do espaço pelo turismo é responsável pela transformação da paisagem com alteração substancial de seu uso.

A escala de utilização dos recursos naturais pelas comunidades caiçaras é fator fundamental a ser considerado. A exploração seletiva de algumas espécies, como a madeira para canoa, há de ser passível de manejo. E o manejo deve considerar a comunhão entre o conhecimento técnico-científico e o conhecimento empírico dos ilhéus.

É crescente o reconhecimento de que a existência de sociedades culturalmente diferenciadas representa fator importante no universo da globalização. "Mais importante, ainda, existe uma consciência crescente de que a diversidade ecológica deve caminhar *pari passu* com a diversidade cultural e que uma depende da outra" (Diegues, 1994). O desafio consiste em criar mecanismos de participação efetiva dos membros destas sociedades na gestão das unidades de conservação.

Encontra-se em início de formulação o Plano de Gestão do Parque Estadual de Ilhabela. Em sua fase inicial prevê-se a elaboração de um plano de gestão emergencial. Posteriormente haverá o Plano Diretor do Parque. Em todas as fases está prevista a participação das comunidades caiçaras na discussão de seus problemas e na busca de soluções que aliem a conservação ambiental à manutenção e desenvolvimento do modo de vida desta população. Ao Instituto Florestal caberá demonstrar que é séria a proposta de participação da comunidade e oferecer respostas às questões mais prementes, como a destinação de áreas para as roças familiares e a autorização para a retirada de algumas espécies vegetais, de acordo com proposta de manejo a ser elaborada. A participação das comunidades caiçaras no processo de

elaboração e implantação do plano estará, com certeza, condicionada aos primeiros resultados.

A conservação do ambiente natural é, certamente, do interesse das comunidades caiçaras. É a garantia primeira de permanência de seu território, elemento básico de sua existência e reprodução física e cultural.

Bibliografia

- ÂNGELO, S. (coord.) 1989. *Ilhas do litoral paulista*. São Paulo, SMA/Secretaria da Cultura.
- BEGOSSI, A. 1989. "Tabus alimentares na Ilha dos Búzios, uma comunidades de pescadores". In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR 3, *Pesca Artesanal: Tradição e Modernidade*, PPCAUB/IOUSP/F.FORD/UICN, SP.
- CALVENTE, M.C.M.H. 1993. "No território do azul-marinho — a busca do espaço caiçara". São Paulo. Dissertação (Mestrado), Depto. de Geografia, USP.
- DIEGUES, A.C. 1994. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, NUPAUB-USP.
- FRANÇA, A. 1951. "A Ilha de São Sebastião — estudo de geografia humana". São Paulo. Tese (Doutoramento), Depto. de Geografia, USP.
- INSTITUTO FLORESTAL 1992. *Ilhabela: diagnóstico sócio-econômico e ambiental*. São Paulo (Relatório Interno).
- MUSSOLINI, G. 1980. "Cultura caiçara". In: *Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara*. São Paulo, Paz e Terra.

A ILHA MONTE DE TRIGO: IMPRESSÕES DE VIAGENS

Luiz Ferri de Barros
Mestre em Educação pela
Universidade de São Paulo



O MONTE DE TRIGO é uma das ilhas isoladas do litoral norte do Estado de São Paulo, situada na costa sul do município de São Sebastião, ao meio caminho entre São Sebastião e Bertioga, na altura das praias de Juqueí e Barra do Una, afastada cerca de 12 quilômetros do continente.

A ilha tem a forma aproximada de um vulcão, sendo de conformação arredondada, apresentando uma área de cerca de 1,3 km². A topografia é bastante inclinada, sendo poucos os locais planos e atingindo o ponto culminante a altitude de 289m. A vegetação é tropical úmida, com presença de Mata Atlântica, campos de samambaias e campos gramíneos. A costeira é rochosa e não há praias.

Nos primórdios, segundo os monteiros, a ilha era habitada por “gente ruim”, na expressão deles, “índios ruins” e piratas. Para ilustrar este fato, relatam que os antigos encontraram, no topo da ilha, ossos humanos ao lado de muitas conchas de diversos tipos de marisco e um vaso de cerâmica (o que atribuem aos índios) e também que grande número de ossadas humanas foram encontradas em tocas da costeira (o que atribuem a massacres promovidos por piratas). Como é inevitável, alguns relatam a existência de tesouros, embora, com franqueza, devo dizer não ter certeza do quanto este relato, no caso, seja referente a um conteúdo autêntico do imaginário dos ilhéus ou o quanto tenha sido um relato que alguns me apresentaram na tentativa de manipular o meu próprio imaginário. Há também um relato dando conta de que para a ilha, em determinada época, teriam sido mandados homens para lá cumprir pena de isolamento.

O início do povoado é relatado por intermédio de um mito de origem. Um irmão morava com uma irmã em um lado da ilha e outro irmão com outra irmã no outro lado, sem que se conhecessem. Um dia se encontraram e, então, um casou com a irmã do outro e assim formaram-se os dois primeiros casais, dos quais todos são descendentes. Creio que este mito tem função normativa de estabelecimento do tabu do incesto.

Apenas um dos pescadores entrevistados apresentou uma versão de natureza histórica e não mítica para a origem do povoado. Em meados do século XVIII, segundo ele, um morador de Boracéia, uma praia da costeira vizinha, teria ido morar na ilha e depois construído uma casa e levado a família e outros com ele.

O Monte de Trigo, no *tempo dos antigos* era palco de uma vida bastante mais intensa e diversificada.

Ali havia as canoas de voga (os mais velhos recordam-se da existência de três delas remanescentes até a década de 40/50), com dois remos de voga e três de pá e dois panos, a *mesena* (de ré) e o *traquete* (de proa). A bordo destas canoas os homens realizavam viagens de pescaria que incluíam idas aos Alcatrazes e à Lage de Santos. O povoado comerciava com Santos, e para lá seguiam também as canoas de voga carregadas de peixe salgado, laranja, batata, café, pimenta, mandioca — tudo isto cultivado na ilha.

Havia também na ilha duas grandes festas anuais, a de São Benedito e a de São Sebastião, que duravam três dias e para as quais vinha muita gente de terra de diversas praias da região. Os moradores mais velhos atribuem à “*chegada dos crentes*” a extinção destas festas tradicionais. Também não existe mais na ilha a igreja de São Benedito que é o padroeiro do povoado.

É presente a noção de que ocorreu um despovoamento da ilha. Alguns se referem a isto dizendo que hoje deveria haver ali “*umas duzentas pessoas*” se não tivessem saído de lá diversas famílias de moradores ao longo do tempo.

Quando se compara a realidade da comunidade hoje existente no Monte de Trigo com os relatos a respeito do “*tempo dos antigos*” afloram imediatamente à memória as palavras de Gioconda Mussolini in *Aspectos da Cultura e da Vida Social no Litoral Brasileiro*, obra escrita antes da modificação do litoral pelo avanço da atividade turística¹:

“A primeira impressão que se tem do litoral — com exceção de uns poucos pontos, em número mínimo com relação à extensão da costa, como Recife, a Baixada Fluminense, Santos, etc — é de que a vida ali foi simplificada em seus elementos culturais e, em comparação com o passado, reduzida a ponto pequeno. Talvez seja este o aspecto que mais cause a impressão de decadência. É como se se vivesse do que sobrou de outrora, tendendo-se, em geral, antes a empobrecer estes restos que a lhes acrescentar novos elementos”.

Em agosto de 1994, havia na ilha 47 moradores, residindo em 11 casas. Das 11 casas habitadas, em apenas 6 moravam “famílias estruturadas”, com a presença de pai, mãe e filhos. Cinco casas eram habitadas apenas por homens, solteiros, viúvos ou com a família residindo no continente.

É marcante o desequilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres. Dos 47 habitantes recenseados em 1994, 30 eram homens e apenas 17 mulheres. Este desequilíbrio determina a existência de um grupo de jovens adultos solteiros que se comportam de maneira particular. Vinte e cinco moradores declararam-se ca-

¹ Gioconda Mussolini. *Ensaio de Antropologia indígena e caiçara*. São Paulo, Paz e Terra., 1980. p.223

tólicos e 22 declararam-se *crentes*. Nesta ocasião, havia 12 crianças entre 7 e 16 anos inscritas na escolinha da ilha.

As casas existentes são todas de madeira. Não há banheiro em nenhuma delas, nem água ou luz. A escola é a melhor construção existente na ilha. É a única casa que tem banheiro e água encanada. É também a única construção pintada.

As casas são parcamente mobiliadas, havendo algumas em que não há sequer mesa e cadeiras, condição que determina que as refeições sejam feitas com os pratos postos ao chão e as pessoas ficando sentadas no chão ou acoradas.

Embora a pesca de arrasto e principalmente a prática de pesca submarina por veranistas sejam fatores que tenham reduzido muito a quantidade de pescado capturado pelos monteiros, sua principal dificuldade hoje é relativa à questão da comercialização. Mesmo levando para terra quantidades relativamente pequenas de peixe — e às vezes são quantidades pequenas mesmo — têm dificuldades para comercializar.

Ultimamente tem ocorrido que percorrem a região peruas, vindas de Bertioiga ou de São Sebastião e Ilhabela, vendendo peixes e isto diminui-lhes ainda mais o mercado local. Eles não têm volume de pesca que viabilize vender fora de Barra do Una ou Jukeí, esporadicamente em Boracéia ou Barra do Saí. Tem acontecido, então, que até o pouco que pescam por vezes não conseguem vender.

Não raras vezes, vendem peixe a prazo, para receber, dali a uma semana, quinze dias ou mais. Quando recebem em cheque, exceto no caso de pequenos valores, abaixo de R\$ 30,00, não têm onde descontar sem que isto lhes custe algo, como a obrigatoriedade de gastar no mínimo a metade do valor do cheque junto ao comerciante que faça o desconto. Além da pesca, há uma incipiente atividade de artesanato.

À exceção de pequenas hortas que têm sido cultivadas nos últimos meses, a partir de estímulos do pessoal do Projeto São Sebastião Tem Alma, e de esporádicos plantios de algumas fruteiras ou coqueiros, a agricultura não é mais praticada na ilha. Praticamente nada é plantado, nem mesmo a tradicional mandioca. Isto é justificado pelos ilhéus com a explicação de que a ilha está infestada de ratos que destroem qualquer plantação que se faça. Segundo eles, os ratos se instalaram no Monte de Trigo por ocasião da construção da escola (há

cerca de dez anos), tendo sido trazidos junto com o carregamento do material de construção. Indagando-se a respeito de que providências tinham sido tentadas para resolver este problema, apurou-se que nada foi feito pois foram desaconselhados por um agrônomo a utilizar qualquer tipo de veneno. De fato há ratos na ilha, no entanto não estou certo a respeito de até que ponto a infestação seja a razão efetiva do abandono da agricultura.

Do tempo dos antigos, restam na ilha diversas árvores frutíferas, alguns pés de café e uma roça de cana cuja produção eles aproveitam. Da mata existente eles realizam a extração de diversos frutos nativos.

As mulheres desenvolvem as atividades domésticas relativas à cozinha, lavagem da roupa e limpeza da casa, busca de água e eventualmente busca de lenha. No entanto foi relatado que no *tempo dos antigos* as mulheres pescavam e também participavam da agricultura.

A base da alimentação é dada pelo arroz, feijão e farinha, comprados no continente, e a *mistura* é o peixe, normalmente *ensopado* (cozido na água com sal) ou frito. Paçoca de cará (cará cozido socado no pilão pelas mulheres) constitui-se no “pão” local e o café por vezes é adoçado com garapa, o que chamam de *café-de-cana*.

Mariscos, moluscos e crustáceos constituem a reserva alimentar em épocas de pouco peixe. Peixe seco, *escalado* e salgado, e algumas galinhas criadas no terreiro são outra forma de reserva alimentar. Sabiás-pretos, cotias, lagartos ou *raposas* (gambás), constituem-se em alternativa alimentar bastante apreciada, embora a caça hoje não seja praticada regularmente.

Dentre os crustáceos comumente capturados está o guaiá — e sua captura é chamada de *assobiá guaiá*. *Assobiá guaiá* é algo que merece uma pequena descrição:

Para a captura do guaiá é necessário que a maré esteja baixa e é necessário preparar-se uma isca. A isca é preparada amarrando-se firmemente um pedaço de peixe, preferencialmente o panaguaiú, a uma vareta de bambu de cerca de um metro. Munido da vareta com a isca e com uma cesta para guardar os caranguejos capturados, o catador de guaiá chegará bem à beira da água e enfiará a isca pelas frestas das pedras, onde se abrigam os guaiás. O guaiá se enganchará na vareta e o catador, com um rápido puxão da vareta, arrancará o

caranguejo para fora da fresta e o pegará com a mão livre, o que exige muita habilidade, tanto para conseguir pegar o guaiá (às vezes no ar) quanto para não ser ferrado pelas garras do caranguejo. A curiosidade maior de catar guaiás fica por conta do assobio. Durante toda a captura o catador fica assobiando para chamar os caranguejos, sendo assegurado que se não se assobiar os guaiás não sairão das frestas. Esta atividade pode ser desenvolvida tanto pelos pescadores em época de pouco peixe, quanto pelas mulheres ou crianças².

Os monteiros, assim como outras comunidades caiçaras, não são coletivistas. São solidários entre si e se auto-ajudam uns aos outros com frequência nas atividades do cotidiano; possuem áreas de usufruto coletivo, consideradas de propriedade comum, como é o caso da roça de cana remanescente do *tempo dos antigos*, mas, igualmente, o componente individual é tão intensamente presente que se manifesta inclusive na existência da propriedade privada e individual de árvores específicas, até mesmo de algumas que estão plantadas nas áreas consideradas de propriedade comunal. Uma pessoa é dona de uma árvore pelo fato de a ter plantado, por tê-la recebido como herança ou por tê-la comprado de um dono anterior.

Até mesmo as rampas de acesso das canoas às pedras (o que justamente se constitui no porto) são consideradas propriedades privadas, embora sejam utilizadas comunalmente. Quando um pescador dono de uma rampa pára de pescar, em função da idade, por exemplo, ele pode vender o seu porto para um outro.

Não há qualquer documento de propriedade das terras e nem o aforamento da ilha. No entanto, há limites das propriedades de cada um em torno das residências, de conhecimento e acordo verbal entre eles.

Restrita a comunidade, até recentemente, a ter somente uma canoa motorizada, de propriedade do pescador mais velho em atividade, para realizar as viagens de acesso ao continente, a partir de 1994 este

² Assobiá guaiá é uma técnica de captura também utilizada em comunidades de pescadores de tradição açoriana. (Vide Arlete Assumpção Monteiro "O trabalho como agente de educação". Dissertação (Mestrado), PUC-SP, 1986, p.169 para descrição da captura de guaiás em Araçá, Santa Catarina).

fator tem sofrido modificação, havendo hoje 3 ou 4 barcos a motor no Montão, embora com freqüentes problemas de manutenção.

Só o tempo poderá demonstrar como o fato de hoje existirem diversas embarcações motorizadas afetará o relacionamento social entre os membros da comunidade e que outras modificações possam ocorrer em virtude do fato de que um número maior de monteiros, inclusive as crianças, têm estado no continente com maior freqüência.

As três principais fontes de conflitos internos na comunidade são a pesca (principalmente quando um pega as iscas para a pesca de linha na rede do outro), as mulheres (dado o desequilíbrio entre população masculina e feminina) e a bebida (visto que há os que se excedem em álcool, principalmente entre os jovens adultos solteiros).

Na ocorrência de um conflito mais grave, quando o clima de hostilidade não arrefece, persistindo a ameaça de novos embates e o risco da briga premeditada e armada, entra em cena a figura da mãe. Dentre as três mulheres mais velhas da comunidade há uma senhora que é atualmente a principal mãe, tendo tido, aos 54 anos, dezoito filhos.

A mãe se põe, então, a esconder as armas. Facas, garfos, facões, foices, tudo cortante que estiver a seu alcance ela recolhe e esconde para evitar a briga armada, para que não se derrame o sangue da família, ao mesmo tempo em que constantemente mantém a “turma do deixa-disso” em permanente vigilância dos contendores.

E esta é a forma pela qual o conflito se desvanece e a briga armada não se estabelece: não pela inexistência de armas, posto que a qualquer um seria impossível recolher todas as armas da ilha, inclusive porretes, *bicheiros* e pedras, mas pela força do gesto simbólico da figura da mãe, desempenhando a desesperada e nobre função de guardiã das armas.

Existem diversos estudos mencionando o uso abusivo de álcool entre pescadores. Minha pesquisa no Monte de Trigo, entretanto, constatou que também entre os homens do mar está se difundindo o uso de outras drogas, tais como a maconha e a cocaína.

Entre os que fazem uso excessivo de álcool no Montão, há os que fazem uso de outras drogas também, chegando a situações de dependência caracterizada.

De um caso estudado, verifiquei que o início do processo de droga-adicção deu-se aos quatorze anos de idade. De imediato surge a questão de como isto se tornou possível para um adolescente morador de uma ilha a mais de 10 quilômetros de distância da costa. A resposta é simples: foi a presença dos *lancheiros*, pescadores embarcados em sardinheiros e camaroeiros que vêm à ilha, descendo para pegar frutas e cana ou jogar futebol, que propiciou primeiramente a iniciação de alguns meninos ilhéus em drogas.

Explorando o assunto, colhi depoimentos de que é comum na região, oriundos desde Santa Catarina até o Rio de Janeiro, encontrarem-se pescadores embarcados que fazem uso de drogas. Também se relata que o uso de drogas entre jovens caiçaras ao longo de toda a costa é hoje bastante disseminado.

Esta questão das drogas é muito apropriada para perceber-se que não se pode falar em isolamento da comunidade ilhoa sem que ao mesmo tempo se faça a precisa caracterização deste isolamento.

Autores que discutem o conceito de insularidade são claros a respeito do sentido real que deve ser atribuído ao isolamento quando se está tratando do estudo de comunidades insulares. Para eles, a definição-limite de ilha seria dada por um isolamento absoluto que não existe na realidade e isto impõe a necessidade de analisar-se a comunidade ilhoa em função de suas relações com o exterior. Como afirma Mercier:

*“se a ilha absoluta não existe é porque as ilhas reais estão em contacto com o exterior. Há, portanto, no caso das ilhas, um jogo de contrastes instrutivo: o seu isolamento marítimo forma um pano de fundo que põe em evidência a importância das relações que as ligam ao mundo em redor”*³.

Entre os monteiros, a audiência constante de rádio (e de televisão quando há baterias na ilha) permite que as crianças acompanhem as canções da moda em São Paulo e que os adultos mante-

³ G. Mercier. “Étude de L’insularité. Rapport du Theme 1. Territoires et Sociétés Insulaires”. *Colloque International. Ministère de L’Environnement et de la Prévention des Risques Technologiques et Naturels Majeurs*. Brest, França, 1989. (mimeog.), p. 424.

nham-se informados sobre o noticiário nacional e que quase todos acompanhem as novelas.

Durante uma das minhas viagens à ilha, os homens adultos estavam comentando a morte de Mathias Machline numa queda de helicóptero, nos Estados Unidos. Também presenciei conversas sobre o nível de armamento militar em posse dos traficantes cariocas e discussões sobre os candidatos às eleições gerais de 1994, além de diversos outros temas presentes no noticiário da época.

O crescente contato dos monteiros com o mundo exterior, via rádio e televisão, via suas idas cada vez mais freqüentes ao continente, à medida em que diminui seu isolamento do resto da sociedade, constroi, no entanto, não só o caminho da dissolução do que resta de tradicional em sua cultura, transformando-os em cativos da própria ilha, como aumenta sua consciência a respeito de sua própria pobreza e exclusão.

Ao mesmo tempo, as vertiginosas transformações por que passam as comunidades praianas do litoral na vizinhança da ilha, em ritmo de "globalização" muito mais veloz, aumentam cada vez mais as diferenças culturais entre os monteiros e os habitantes do continente. A imigração para o continente deixa de ser uma opção para a melhora de vida.

Constitui-se praticamente num chavão dizer que as sociedades tradicionais de cultura iletrada são sociedades de "tradição oral". Com isto pretendendo-se estabelecer que a forma principal de transmissão cultural, de geração a geração, seja dada pela palavra. Se parte da cultura ancestral assim é transmitida, outra parte, não menos importante, é adquirida por meio bastante diferente.

Em muitas das atividades de pesca e de artesanato, a transmissão cultural não se dá apenas por via oral, não sendo correto caracterizar, neste particular, a comunidade do Montão como sendo uma sociedade de "tradição oral". Antes valeria dizer que é uma comunidade em que muito do aprendizado se desenvolve por uma de tradição "visual" e de participação no que se refere à transmissão cultural de certos tipos básicos de saberes relacionados às atividades econômicas.

Estas formas de aprendizagem são tão naturais e informais que os agentes do ensino (e principalmente os da aprendizagem) mal se dão

conta do processo e é muito comum que ao se indagar como alguma pessoa aprendeu tal ou qual habilidade, a resposta a se obter seja: “Aprendi sozinho”.

O aspecto visual da aprendizagem — a observação e imitação — também já foi salientado por Jorion a respeito do conhecimento tradicional dos pescadores da ilha de Houat, na França⁴.

O aspecto da participação nas atividades, ao lado do ouvir os mais velhos, como forma de aprendizado da sabedoria do pescador é destacado por Diegues⁵, tendo sido bastante discutido por Monteiro⁶.

No que se refere aos conhecimentos sobre a natureza em geral, particularmente ao mar e ao tempo, mas também a muito do saber pescar, grande parcela do conhecimento tradicional consiste do que se tem chamado de conhecimento não conceitualizado e de intuição.

Visão, audição, olfato, sentido de equilíbrio e capacidade de perceber o tipo de balanço do mar são sentidos extraordinariamente desenvolvidos nos monteiros. Todas as percepções que estes sentidos lhes proporcionam geram sinais que permitem interpretar o tempo, o mar e os peixes. Isto que se chama de intuição, na realidade, é dado por um desenvolvimento de todos os sentidos naturais a um nível que não é conhecido pelos que são da cidade. E talvez apenas pelo fato de que os teóricos não disponham destes sentidos aprimorados ao ponto de perceber os fenômenos que o homem do mar percebe é que estes conhecimentos sejam chamados de “não conceitualizados”: para o monteiro, por exemplo, é perfeitamente claro o conceito de que o *terralão perequeano*, vento que se percebe antes de chegar, pelo olfato, pelo cheiro de mangue vindo do Perequê, na ilha de Santo Amaro, a 30 ou 40 quilômetros de distância, indica a vinda da *viração*, o tempo de chuva que vem de terra. *Catinga de formiga* indicará também vento que irá chegar; o tipo de ruído e movimentação dos animais ou uma nuance de coloração no céu, numa dada posição do horizonte, podem indicar o tipo de chuva, ou ... quantos tipos de

⁴ P. Jorion. *Les Pêcheurs d'Houat — Anthropologie Economique*. Paris, Hermann, 1983, p.11.

⁵ A.C.S. Diegues. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo, Ática, 1983, p. 185.

⁶ A.A. Monteiro. *O trabalho como agente de educação* (op. cit.).

sinais não existem? Um número infindável destes sinais assim como de outros tipos de conhecimentos tradicionais “intuitivos” têm nomes específicos, da mesma forma que os esquimós têm mais de cem palavras diferentes em seu idioma apenas para designar diferentes tipos de neve e outras tantas para descrever conformações glaciares específicas⁷. A cultura caiçara e a própria comunidade dos monteiros apresenta grande riqueza vocabular para expressão de seus conhecimentos tradicionais. Como cada vocábulo representa um conceito ou um conjunto complexo de conceitos inter-relacionados, parece-me inadequado considerar o conhecimento tradicional como sendo um conhecimento “não conceitualizado”.

A respeito de palavras especialmente significativas utilizadas pelos monteiros vale citar a expressão de que se valem para referir-se às ocasiões em que estão fora da ilha, no continente — especialmente se “ilhados” no continente, quero dizer, se impedidos de regressar ao Montão em virtude de mau tempo ou falta de embarcação. Eles dizem que *hibernam*. Para qualquer ilhéu, estar fora da ilha é como estar fora da vida, numa dimensão diferente de tempo e consciência.

De forma aparentemente paradoxal, o ilhéu em terra, por motivo que não de sua vontade, sente-se confinado. O’Peicin esclarece estes sentimentos:

“O ilhéu vivendo fora do contexto de sua comunidade nativa, fora de seu território familiar, pode sentir falta de sentido para sua vida (...) Fora de casa o ilhéu sente-se alienado na sociedade. (...) O ilhéu necessita constante reafirmação de que a ilha está lá e está viva (...) Por causa da vastidão de seu espaço o ilhéu pode temer o confinamento no continente (...)”⁸.

A escola no Monte de Trigo existe há cerca de trinta anos. Há dez anos foi construída, pelo Estado, a escola hoje existente. Durante vários períodos ela ficou desativada por falta de professor, inclusive recente-

⁷ Fred Bruemmer. *Les saisons de l’esquimau*. Montreal, 1974. (Le Cercle du Livre de France Ltée)

⁸ Diarmuid O’Peicin. “An enquiry into the semiotic nature of man and his insular space”. *Territoires et Sociétés Insulaires. Colloque International. Ministère de L’Environnement et de la Prévention des Risques Technologiques et Naturels Majeurs*. Brest, 1989. (mimeog.).

mente. Neste último longo período de desativação ficou sem funcionar por quatro anos em virtude de haver sido “*extinta pelo Estado*”.

Desde 1993, a Prefeitura, por intermédio do “Projeto São Sebastião Tem Alma”, voltou a abrir a escola, que é, então, mantida pelo município que cobre os salários de dois funcionários, contratados como serventes (marido e mulher, nativos da ilha, ela, com escolaridade de quarta série é merendeira e ele, com sétima série, é o professor leigo). A Prefeitura fornece ainda merenda, livros, material didático e uniforme.

Entretanto, o professor é muito pouco assíduo na atividade de dar aulas e os alunos não são assíduos na frequência às aulas que são dadas.

Prevalece uma situação de desinteresse recíproco entre os alunos e o professor, alimentando uns a desmotivação dos outros, enquanto a comunidade fica alheia à inoperância da escola.

Ao contrário do que dá a entender matéria publicada no *Jornal Povos do Mar*⁹ de maio de 1996, a situação educacional no Monte de Trigo é catastrófica. Não está sendo garantida sequer a oportunidade efetiva de uma alfabetização consistente para todas as crianças da ilha.

O “*Projeto São Sebastião tem alma*” tem desenvolvido algumas iniciativas de assistência à comunidade, entretanto insuficientes.

Embora haja da parte de alguns ilhéus um certo reconhecimento do trabalho que se tenta desenvolver, outros, no entanto, referem-se ao pessoal do Projeto São Sebastião Tem Alma demonstrando insatisfação.

Segundo a minha avaliação, esta insatisfação com relação à assistência recebida não arrefecerá facilmente — e isto não se deve apenas a eventuais falhas que possam se cometer na condução das iniciativas. Ocorre que a carência de recursos, o nível de pobreza e a falta de perspectivas dos habitantes da ilha hoje é de tal ordem que, para que haja qualquer possibilidade de efetiva melhora das condições de vida dos monteiros, seria necessário uma atuação em escala muito maior.

⁹ “O Projeto SOS Educação (...) desenvolvido desde 1991, em Montão de Trigo (...) tem criado subsídios para a organização de um método diferenciado de ensino, voltado às comunidades litorâneas isoladas, que servirá de base para as outras regiões semelhantes no país”. *Jornal Povos do Mar*. Ano II, nº 17, p.4. (Publicação oficial do *Projeto São Sebastião Tem Alma*).

Cartas Mentais

A utilização da técnica de cartas mentais para o estudo de aspectos das populações insulares adotada por Péron¹⁰, na França, chamou-me atenção pela riqueza de informações objetivas e simbólicas que pode propiciar.

Com o objetivo de verificar a possibilidade de utilização da técnica de cartas mentais entre caiçaras, com pouca escolaridade, ou nenhuma, realizei testes de aplicação durante minhas viagens de pesquisa ao Montão de Trigo. Constatei que as cartas podem ser utilizadas e permitem a obtenção de dados muito importantes para o desenvolvimento de pesquisas sociais e ambientais e que algumas adaptações na forma de aplicação que se utiliza na Europa são interessantes¹¹. Minha conclusão quanto à utilização das cartas mentais é que elas podem ser muito úteis tanto para a formulação ou confirmação de hipóteses de pesquisa quanto como instrumentos auxiliares em levantamentos de campo com finalidade de inventário de recursos ambientais. As duas cartas a seguir apresentadas foram desenhadas por um mesmo sujeito, Alfredinho, um monteiro na época com 19 anos, alfabetizado porém sem maior nível de escolaridade.

Carta de Pescador

Solicitado a “desenhar sua ilha”, Alfredinho apresentou uma “carta de pescador”, aquele tipo de representação espacial que privilegia totalmente os espaços pesqueiros. Disto se denota que os pesqueiros e a pesca representam para ele, de fato, as principais características e atributos da ilha, assim como que ele se vê fundamentalmente como pescador. É interessante constatar que as representações em primeiro plano dos pesqueiros correspondem, em alguns casos, a lages e parciais submersos, alguns a 25m de profundidade e que não são, portanto, visíveis para quem da superfície olhe para a ilha.

¹⁰ F. Peron. *Des Îles et les hommes — L'insularité aujourd'hui*. Ed. de la Cité, 1993.

¹¹ Utilizar papel formato grande. Acompanhar o desenho tomando notas dos dados e histórias que naturalmente vão aflorando. Solicitar mais de um desenho ao mesmo sujeito.

Também é de destacar que, embora tendo representado a ilha como ela é vista do horizonte, Alfredinho estava desenhando os pesqueiros ao longo de todo o perímetro, de tal forma que parte das pedras e lages representadas, como se estivessem todas do mesmo lado da ilha, encontram-se do outro lado. Com isto se destaca que, acompanhando o seu desenhar, em período de cerca de uma hora, pode-se realizar um levantamento inicial de todos os locais importantes para a pesca local.

Destaco, finalmente, que ele não considerou completa a carta antes de nela incluir um coqueiro. Daí a importância que se destaca aqui, mais uma vez, da figura do coqueiro como elemento simbólico quase que indissolúvel da representação da ilha tropical.

Carta Relacional

Após a feitura da “carta de pescador”, solicitei a Alfredinho que desenhasse o povoado da ilha. A carta então apresentada é do tipo que se denomina “carta relacional” — aquela em que o sujeito retrata, por meio de sua representação espacial do local, relações sociais existentes na comunidade.

As casas habitadas por famílias foram representadas tendo em torno quintais; as casas habitadas por homens solteiros foram representadas sem quintais. Uma das casas, onde mora o pai do chefe da família da casa ao lado, foi representada como pertencente ao mesmo quintal da casa ao lado. Os quintais representam aqui não configurações físicas da geografia do povoado mas as *células* de convivência social.

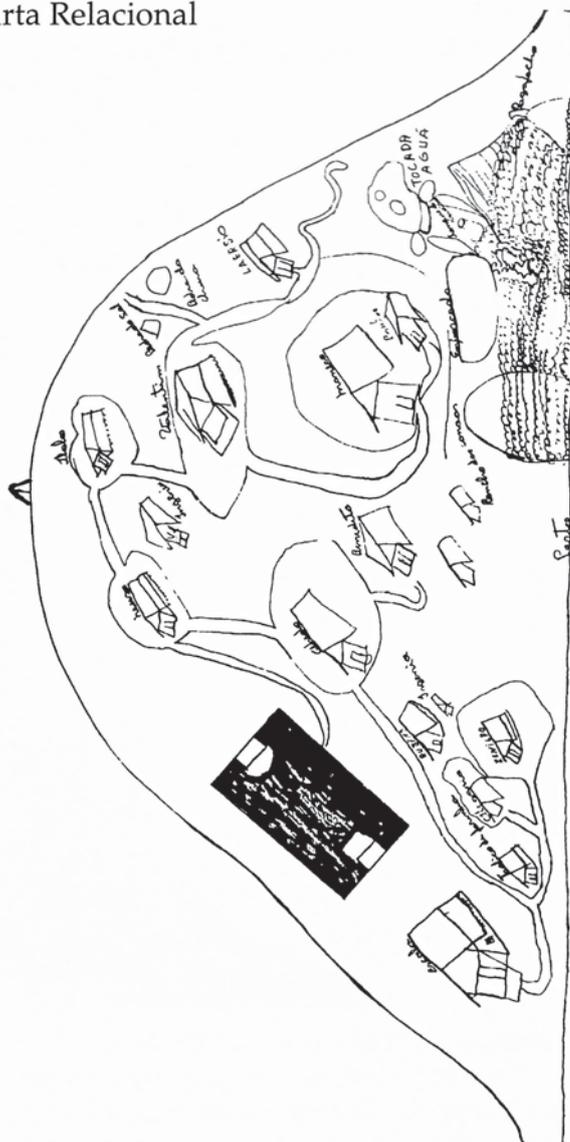
A escola da ilha foi representada sem quintal.

O *tempo dos antigos* foi representado pelo *tráfico* de farinha, hoje em desuso. A dimensão mítica da cultura do povoado surgiu na carta mental pela indicação das Pedras do Sol e da Chuva, às quais se atribuem propriedades míticas quanto à previsibilidade do tempo.

O campo de futebol foi destacado como muita ênfase, tendo sido o único item para o qual o sujeito se utilizou de régua e lápis colorido

(verde) para desenhá-lo com a máxima perfeição possível. Este capricho representa tanto o gosto que os monteiros têm pelo futebol, “a única diversão da ilha”, quanto o orgulho que têm de seu campo, conhecido por tantos quanto, pescadores embarcados, navegam por aqueles mares.

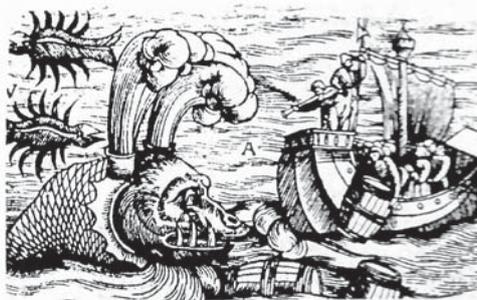
Carta Relacional



VITOREIROS E MONTEIROS:
ILHÉUS DO LITORAL NORTE PAULISTA

Eduardo Schiavone Cardoso

Mestre em Geografia Humana
pela Universidade de São Paulo



As ILHAS VITÓRIA e Monte de Trigo situam-se no litoral norte paulista. Vitória distancia-se cerca de 38 km da costa, localiza-se a leste da Ilha de São Sebastião e pertence ao município de Ilhabela. Monte de Trigo situa-se na costa sul do município de São Sebastião,

pertence a este município e distancia-se pouco mais de 10 km do continente na altura da Praia de Barra do Una.

Vitória conta com uma população de pouco menos de 50 habitantes enquanto que o Monte de Trigo é habitado por cerca de 55 moradores. Estes números variam à medida que existe uma mobilidade

muito grande das famílias de ilhéus. Assim, famílias inteiras se deslocam temporariamente para outras localidades, retornando à ilha após um certo período de tempo. Estes deslocamentos são gerados por várias razões, tais como casamentos, empregos, motivos de saúde, entre outros.

A ocupação destas ilhas é centenária. No Monte de Trigo os moradores mais idosos apontam para o ano de 1777 como o primeiro registro de uma construção na ilha, enquanto que na Vitória o primeiro ocupante é possivelmente quatro gerações anteriores ao do morador mais idoso da ilha que conta hoje com mais de 75 anos.

Existem indícios de que as ilhas tiveram ocupações mais antigas, representados por restos de utensílios encontrados pelos ilhéus do Monte de Trigo e por um provável sambaqui presente na Ilha Vitória.

Pelas suas especificidades e pela distância em relação a costa, as comunidades de ilhéus são comumente tratadas, pelo senso comum, pelas políticas públicas e pela imprensa em geral, como isoladas. Um dos objetivos deste trabalho é mostrar o contrário.

Inserindo os Ilhéus em Alguns Processos de Conjunto

É possível contextualizar as comunidades de ilhéus em dois processos mais amplos, que interferem diretamente na produção e reprodução de seus modos de vida: a questão pesqueira e a questão da ocupação do espaço litorâneo.

Com relação à primeira questão, as comunidades de ilhéus situam-se dentro do que alguns autores denominam de pequena produção mercantil, são comunidades de pescadores-agricultores e de pescadores artesanais (Diegues, 1983). Como tais, fazem parte do conjunto de trabalhadores do pescado que produzem mais de 50% do pescado brasileiro, gerando mais de 70% da riqueza do setor pesqueiro (IBGE, 1990/1991).

Como pequenos produtores, foram aliados das políticas pesqueiras nacionais, que nos anos 60 e 70 injetaram recursos no fortalecimento do chamado segmento empresarial da pesca e que culminou

com o acirramento do conflito pela disputa dos recursos pesqueiros, à medida que as frotas empresariais passaram a atuar nos espaços de produção dos pequenos pescadores. Ainda como pequenos produtores, estão sujeitos às malhas do mercado, que no processo de intermediação acaba por reduzir sobremaneira o preço do pescado.

Com relação à ocupação do espaço litorâneo e em especial o litoral norte paulista, o que se observa é um processo de mudança acentuada, em especial nas últimas três décadas, de um espaço da pequena produção agrícola e pesqueira, para um espaço urbanizado e com forte incremento turístico. Neste processo, as antigas comunidades e os bairros rurais se transformaram, algumas se dissolveram, outras se urbanizaram e algumas ainda mantêm os padrões de ocupação anterior, como é o caso das duas ilhas em questão. Entretanto, mesmo estas últimas acabam sofrendo as conseqüências do avanço do processo turístico e imobiliário sobre o litoral, como a pressão sobre suas terras e a concorrência com a pesca esportiva, por exemplo.

Assim, estas comunidades se defrontam com pelo menos três formas do avanço do capital: o capital industrial na pesca que concorre pelos recursos, o capital comercial que subordina a sua produção e o capital turístico e imobiliário que acaba engendrando novos usos e conflitos ao ocupar o seu espaço. Podemos ainda falar da questão da preservação ambiental que incorporou os territórios ilhéus em Unidades de Conservação, como no caso da Ilha Vitória, ou em um corpo legislativo restritivo, como no caso do Monte de Trigo.

Antes de isoladas, estas comunidades estão integradas em um processo mais amplo que as exclui, mesmo dos mais básicos direitos, e acaba sendo o responsável pelos baixos níveis de qualidade de vida presente nessas ilhas, que se reflete na baixa escolaridade e nas condições precárias de saúde, nutrição, saneamento e habitação.

Integradas, guardam porém suas especificidades, suas singularidades que se manifestam no seu sistema de propriedade, no uso que fazem dos recursos naturais e na produção e reprodução de seus modos de vida.



Algumas Especificidades das Comunidades de Ilhéus

O Sistema de Propriedade

Os ilhéus de Vitória e Monte de Trigo são posseiros com uma ocupação já centenária. Já possuíram o aforamento das ilhas, figura jurídica que determina quem possui a concessão de uso das ilhas, mas este foi perdido. No Monte de Trigo veio uma pessoa de fora "engamelou e pegou os papéis", conforme relato de um de seus moradores.

Mesmo sem a titulação, a condição de posseiros lhes garante a permanência na ilha, que reconhecidamente possui uma ocupação já bastante antiga. Tentativas de grilagens já ocorreram e tanto a Marinha como a administração do Parque Estadual da Ilhabela que incorpora a Ilha Vitória, intercederam resguardando as comunidades.

Os ilhéus entretanto guardam uma singularidade enquanto posseiros. As casas, os terreiros, os portos e ranchos de pesca e as plantas são posses individuais ou familiares, enquanto que o restante da ilha é um território de uso comum, de onde extraem os recursos florestais e onde qualquer ilhéu pode abrir uma roça. As roças estão restritas à Ilha Vitória, uma vez que no Monte de Trigo ocorreu um processo de abandono da agricultura conforme veremos a seguir.

Na Ilha Vitória o lugar da roça é escolhido pelo ilhéu que assim adquire o direito de uso deste espaço.

A existência de um território de uso comum, dentro do contexto do litoral norte paulista, é uma modalidade de uso do espaço presente, quiçá, somente nas ilhas e que deve ser resguardada, inclusive frente aos processos de intervenção do Estado na criação de Unidades de Conservação.

O Uso dos Recursos Naturais

O mar, a mata e as roças. São estes os espaços onde os ilhéus exercem seu trabalho e onde se relacionam com os recursos naturais.

A pesca é praticada nas seguintes modalidades: pesca de linha (corrico e linha de espera), pesca de rede (rede de cerco, boiada e de fundo), espinhel, zangarelho e cerco flutuante que está presente apenas na Ilha Vitória. A pesca pode ser praticada individualmente na pesca de linha e nas pequenas redes, por duplas ou trios nas redes maiores e até por turmas de cinco pescadores nas despescas do cerco flutuante.

A produção estimada é de cerca de 1 a 2 toneladas/mês para o Monte de Trigo e de cerca de 2,5 a 3 toneladas/mês para a Ilha Vitória, sendo que os ilhéus utilizam-se de mais de 40 espécies de pescado nas suas capturas.

É através da pesca que os ilhéus obtêm a principal mercadoria com que se relacionam com o mercado e o pescado é vendido para as peixarias do litoral, atinge mercados mais distantes como o da capital paulista e pode ser vendido diretamente aos turistas nas épocas de veraneio.

O espaço da pesca dos ilhéus é restrito ao entorno das ilhas e em apenas algumas ocasiões os ilhéus de Vitória que possuem canoas a motor e botes motorizados, largam suas redes ou suas linhas em espaços "por fora da ilha", em viagens de uma ou duas horas em mar aberto.

Das matas insulares os ilhéus se utilizam de diversas madeiras para a construção de casas, ranchos e estivas, utensílios como game-las, canoas, cabos de ferramentas e algum artesanato que vendem ao continente. Fibras vegetais são utilizadas para o trançado de tapetes e bolsas, cascas de árvores são empregadas nas tinturas das redes e frutos são empregados na alimentação demonstrando a intimidade que os ilhéus têm com os recursos florestais.

Além das espécies nativas, os ilhéus se utilizam de uma grande quantidade de espécies exóticas, introduzidas ao longo das gerações no ambiente insular. São espécies destinadas a várias finalidades: alimentar, medicinal, tintorial e ornamental. Nem sempre a introdução de espécies exóticas é bem-sucedida e no caso da Ilha Vitória a introdução da taquara japonesa tem sido bastante problemática, uma vez que esta espécie está tomando conta de grandes áreas da ilha.

As roças consistem na terceira modalidade de uso dos recursos naturais dos ilhéus e está presente apenas na Ilha Vitória. No Monte de Trigo a especialização na pesca, fatores internos à comunidade e recentemente a introdução acidental de ratos na ilha, levaram ao abandono dos cultivos.

Na Vitória as roças são abertas em pequenas quadras onde são cultivadas espécies como abóbora, mandioca em duas variedades, batata, feijão, feijão guandu e hortaliças que são consumidas na própria comunidade.

O beneficiamento da produção é representado pela secagem do feijão e pela produção da farinha de mandioca em casas de farinha constituídas de instrumentos artesanais.

A Produção e Reprodução do Modo de Vida Insular

Como modo de vida entendemos a forma como os indivíduos são, como produzem, o que produzem, que representações constroem (Marx & Engels, 1984; Godelier, 1981). Neste sentido podemos falar de um modo de vida insular que é reforçado pela própria identidade de ilhéus que os moradores de Vitória e Monte de Trigo constroem em oposição aos caiçaras da costa.

Algumas características deste modo de vida podem ser apontadas: uma divisão do trabalho baseada no sexo: aos homens cabe o serviço da pesca e às mulheres cabe o trato da casa e da família, enquanto que o trabalho nas roças e no artesanato une homens e mulheres; a introdução muito cedo das crianças no mundo do trabalho e uma infância curta, em especial para as meninas do Monte de Trigo; um grande conhecimento empírico dos recursos naturais e uma estreita relação com os ciclos da natureza o que produz uma forma singular de lidar com o tempo e com o espaço; e a construção de uma teia de relações com os espaços além ilha que lhes garante a sua reprodução física e social.

A reprodução deste modo de vida esbarra em questões internas e externas às comunidades de ilhéus. Alguns conflitos no interior das comunidades dificultam as relações cotidianas dos ilhéus e envolvem questões como o acesso e o uso da água, a captura, o transporte e a venda do pescado, entre outras. A reprodução da família muitas vezes se concretiza com parceiros e parceiras de fora da ilha. A reprodução enquanto pequenos produtores de pescado passa pelo mercado e pelas disputas com outras modalidades de uso dos recursos pesqueiros, tais como a caça submarina e a pesca predatória, que representam disputas territoriais e apontam para uma espacialização do mar, construída pelos ilhéus e que vem sendo apropriada, de maneira conflituosa, por outras formas de uso dos recursos.

Outros fatores dificultam o cotidiano dos ilhéus, como a ausência de serviços regulares de saúde, os baixos rendimentos auferidos com a venda do pescado, ausência de escolas formais, sendo suprida por ações informais de ensino levadas a cabo por ONGs como o "*Projeto Cultural São Sebastião tem alma*" ou pelas próprias prefeituras locais,

entre outros fatores que culminam com os baixos níveis de qualidade de vida destas populações, que em alguns casos vislumbram na saída da ilha uma perspectiva para melhoria de vida.

Conclusão

Para concluir, podemos resgatar a questão inicial: como tratar, como querem alguns, estas comunidades como isoladas?

- O avanço imobiliário e turístico pelo litoral traz novas modalidades de uso do espaço que esbarram com aquelas construídas pelos ilhéus.
- A pesca empresarial disputa recursos e territórios com os ilhéus.
- O mercado do pescado subordina o resultado de seu trabalho.
- O Estado, ainda que isolando-os dos serviços essenciais, enquadra seus territórios em um corpo legislativo restritivo provocando reordenamentos em seus espaços.
- E, finalmente, os ilhéus constroem seu não-isolamento na produção e reprodução de seus modos de vida.

Bibliografia

- ÂNGELO, S. (coord.) 1989. *Ilhas do litoral paulista*. São Paulo, SMA/SP.
- CALVENTE, M. DEL C.M.H. 1993. "No território do azul-marinho a busca do espaço caiçara". São Paulo. Dissertação (Mestrado), Depto. de Geografia, USP.
- CARDOSO, E.S. 1996 "Ilha Vitória: para além do paraíso". *Boletim Paulista de Geografia*, 74.
- CARDOSO, E.S. 1996. "Vitoreiros e monteiros: ilhéus do litoral norte paulista". São Paulo. Dissertação (Mestrado), Depto. de Geografia, USP.
- DIEGUES, A.C. 1983. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo, Ática.
- GODELIER, M.A. 1981 "A parte ideal do real". In: CARVALHO, E.A. (org.) *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo, Ática (Grandes Cientistas Sociais; 21).
- IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1991 *Estatística da pesca 1989*. Rio de Janeiro, FIBGE, v. 10, n. 2.
- _____ 1990 *Estatística da pesca — 1989*. Rio de Janeiro, FIBGE, v. 10, n. 1.
- ILHÉU CAIÇARA 1996 "Uma luta pela qualidade de vida". *Relatório de Atividades julho-dezembro de 1995*. São Sebastião (relatório interno).
- MARX, K. & ENGELS, F. 1984 *A ideologia alemã teses sobre Feuerbach*. São Paulo, Ed. Moraes.
- VARJABEDIAN, R. "Diagnóstico ambiental ilha Vitória e Monte de Trigo". In: *Projeto Cultural São Sebastião tem alma*. Projeto.

A PRAIA DO MEIO: DO HOMEM DA COSTA,
DO HOMEM DA TERRA. O HOMEM NO MEIO*

Viviane Capezzuto F. da Silva
Mestranda da PUC-SP



MARUJÁ É UMA vila de pescadores, localizada na Ilha do Cardoso, situada no município de Cananéia, no litoral sul do Estado de São Paulo, na divisa com o Estado do Paraná.

A Ilha do Cardoso localiza-se no centro de um sistema estuarino-lagunar (extensa rede de mares interiores, rios e mangues) e possui onze comunidades que no total perfazem cerca de 371 habitantes.

A Ilha é bastante montanhosa, com vegetação predominante de Mata Atlântica, e com espécies animais que são indicadores do alto grau de preservação do ambiente. A costa leste é rica em praias e trechos rochosos. Na costa de mar interno predominam os manguezais, formação característica de toda a região estuarina-lagunar.

* Trabalho de iniciação científica apresentado a CAPES-PUC em 1990.

Na face voltada para o mar aberto encontram-se imensas praias arenosas, dunas e afloramentos de rochas. Nesse local, indo em direção ao Estado do Paraná (sudoeste), o relevo vai sendo suavizado dando lugar a uma extensa restinga onde se localiza uma comunidade de pescadores. O Marujá: é esta vila que estou priorizando como universo empírico do meu trabalho:

“[Este nome] “Marujá” foi esse pessoal que compraram as terra aí que puseram, que o finado Humberto e o finado Hugo foi, que arrumaram Marujá aqui que era Praia do Meio. Arrumaram Marujá, mais o lugar é Praia do Meio... aqui o lugar antigo” (DonaVirgínia, dez/88)¹.

A partir de agora, vou utilizar o nome de Praia do Meio para nomear a comunidade apreciada.

Essa vila localiza-se praticamente na porção central da Ilha do Cardoso, e se encontra no meio da Ilha com comunicação tanto para o mar de fora (oceano) quanto para o mar de dentro (laguna). Aí vive o homem da costa e o homem da terra; o homem do meio, o homem no meio — o caiçara-ilhéu.

Para desenvolver esta análise da comunidade realizei viagens de campo em dezembro de 1988, janeiro e julho de 1989 quando fiz o levantamento da população e mapeamento das unidades domiciliares.

Visitei todas as casas da vila, conversei com pelo menos um morador de cada casa. Realizei duas entrevistas em profundidade; a primeira com uma senhora viúva que vive sozinha, Dona Virgínia Rodrigues, a segunda com o Senhor Ezequiel de Oliveira, pescador, agente do Posto Rural de Saúde do Marujá.

Percorrendo a vila pude observar a existência de 35 residências. Algumas casas se duplicam. Muitas vezes, quando um filho se casa, continua morando com os pais. Para isso, aumentam-se os cômodos e as construções crescem horizontalmente em várias direções.

As famílias possuem, em média, três pessoas; hoje o número de moradores da Praia do Meio é de cento e quinze habitantes.

¹ A transcrição das falas é literal, não me preocupei em enquadrá-las às regras da gramática oficial.

Na face voltada para o mar aberto encontram-se imensas praias arenosas, dunas e afloramentos de rochas. Nesse local, indo em direção ao Estado do Paraná (sudoeste), o relevo vai sendo suavizado dando lugar a uma extensa restinga onde se localiza uma comunidade de pescadores. O Marujá: é esta vila que estou priorizando como universo empírico do meu trabalho:

“[Este nome] “Marujá” foi esse pessoal que compraram as terra aí que puseram, que o finado Humberto e o finado Hugo foi, que arrumaram Marujá aqui que era Praia do Meio. Arrumaram Marujá, mais o lugar é Praia do Meio... aqui o lugar antigo” (Dona Virgínia, dez/88)¹.

A partir de agora, vou utilizar o nome de Praia do Meio para nomear a comunidade apreciada.

Essa vila localiza-se praticamente na porção central da Ilha do Cardoso, e se encontra no meio da Ilha com comunicação tanto para o mar de fora (oceano) quanto para o mar de dentro (laguna). Aí vive o homem da costa e o homem da terra; o homem do meio, o homem no meio — o caiçara-ilhéu.

Para desenvolver esta análise da comunidade realizei viagens de campo em dezembro de 1988, janeiro e julho de 1989 quando fiz o levantamento da população e mapeamento das unidades domiciliares.

Visitei todas as casas da vila, conversei com pelo menos um morador de cada casa. Realizei duas entrevistas em profundidade; a primeira com uma senhora viúva que vive sozinha, Dona Virgínia Rodrigues, a segunda com o Senhor Ezequiel de Oliveira, pescador, agente do Posto Rural de Saúde do Marujá.

Percorrendo a vila pude observar a existência de 35 residências. Algumas casas se duplicam. Muitas vezes, quando um filho se casa, continua morando com os pais. Para isso, aumentam-se os cômodos e as construções crescem horizontalmente em várias direções.

As famílias possuem, em média, três pessoas; hoje o número de moradores da Praia do Meio é de cento e quinze habitantes.

¹ A transcrição das falas é literal, não me preocupei em enquadrá-las às regras da gramática oficial.

Além das casas, existe uma escola (Unidade Educacional e Assistência à Comunidade-UEAC), dois hotéis, duas *chibocas*², um bar, um Posto de Saúde que atende mais sete comunidades vizinhas, um campo de futebol e uma barca que duas vezes por semana vem de Iguape passando por Cananéia trazendo pão, mantimentos, pessoas. Há também por volta de vinte e três casas de turistas que aparecem vez por outra nas férias de verão.

Não existe energia elétrica na Ilha. Há geradores no Núcleo Perequê do PEIC (Parque Estadual da Ilha do Cardoso) antigo CEPARNIC (Centro de Pesquisas Aplicadas de Recursos Naturais da Ilha do Cardoso) e no Balneário do Marujá.

Em 1962 a Ilha do Cardoso foi transformada em Parque Estadual por reunir condições especiais quanto a sua origem e formação geológica, presença de vários ecossistemas diferentes e grande riqueza de fauna e flora. Além do que, abriga sambaquis (provavelmente os vestígios dos tupiniquins que habitavam ou visitavam a laguna quando chegaram os colonizadores portugueses em Cananéia). Na região as denominações “casqueiro”, “ostreira” e “concheira” servem de sinônimo.

Quando a Ilha foi transformada em Parque Estadual, muitos moradores migraram da região, pois, legalmente, surgiram restrições à derrubada da mata, trazendo, como consequência disso, a impossibilidade do desenvolvimento da agricultura, da construção de canoas, etc.

A grande parte da população local era anteriormente de agricultores-pescadores: a agricultura era a atividade econômica principal, e a pesca, como atividade comercial, era praticada apenas durante a safra da tainha (maio, junho e julho), de resto era para o consumo. Havia também, em número menor, os indivíduos que viviam somente da pesca. Com a decretação do Parque, os agricultores se vêem impossibilitados de praticar sua atividade econômica tradicional, e a maioria deixa o local vendendo suas posses por preços irrisórios ou abandonando-as. Neste momento a especulação imobiliária se implanta com força e os terrenos e casas dos proprietários nativos são

² Nome dado pelos moradores da região aos bares ou vendas com variedades de produtos que vão desde arroz, feijão e pinga até lápis, cigarro e acessórios para o lampião. A *chiboca* é também o ponto de encontro dos moradores.

vendidos por quase nada. Este contingente populacional mora atualmente nos bairros mais pobres de Cananéia e, geralmente, em precárias condições.

Outros moradores ficaram. Resistiram, ou porque dominavam a pesca e assim conseguiram sobreviver, ou, então, porque não viam sentido em abandonar suas casas.

Com relação à decretação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso vale a pena destacar alguns pontos. A proibição do uso da mata prejudicou os moradores locais, pois a preservação do lugar se deve aos nativos, que sempre se relacionaram com a mata; por outro lado, a criação do parque freou a especulação imobiliária na região. Ao tentar conversar com o neto do loteador do local, hoje turista, sua resposta, quando indagado a respeito da existência de propriedades particulares no Parque Estadual, foi: “As coisas estão nas mãos do advogado, o governo desapropriou e está em processo de indenização”.

As casas, hoje em dia, estão sendo construídas basicamente de bloco de pedra; as coberturas são de telhas de amianto, o madeiramento ainda é feito com madeira local. Recebem um acabamento de cimento e são geralmente pintadas de cores claras. As janelas de algumas são de alumínio; porém, a maioria é de madeira. As casas mais antigas são de tijolo (havia uma olaria na Ilha perto da vila), ou de madeira; e são cobertas, de telhas de cerâmica ou palha. As construções são completadas com madeiras trazidas pela maré, e que encostam, ou “acostam”, segundo os caiçaras.

A pesca é a atividade econômica predominante na Ilha. Há também o extrativismo de plantas ornamentais. Quase todas as comunidades da Ilha do Cardoso desenvolvem a lavoura de subsistência³.

As influências indígenas sobre as atividades pesqueiras nos é evidenciada através de certos instrumentos de pesca tais como: o “puçá” do tupi pi'sá (peneira de rede cônica, com círculo de arame ou de madeira na boca, para apanhar camarões, pitus, siris, peixes, etc.), as linhas de “tucum” do tupi tuku 'má (palmeira de cujas grandes folhas se extrai uma fibra forte que serve para tecer redes e principal-

³ No final do texto, o leitor encontrará um glossário de palavras nativas.

mente a própria canoa (embarcação feita de um tronco cavado), o meio de transporte mais utilizado pelos moradores da região.

Pode-se dizer que Marujá já se caracteriza como um pólo turístico. Na década de 50, aproximadamente, a Praia do Meio foi loteada e passou a chamar-se Balneário do Marujá e Balneário Lindo Mar, de proprietários diferentes. Dessa forma, foi demarcada e catalogada no Registro de Imóveis de Cananéia. Muitos moradores venderam suas posses e outros “ganharam” terrenos dos novos “proprietários” a fim de tomar conta das casas de veraneio. Segundo um morador local (o único que me mostrou escritura registrada em cartório), existem no Marujá mais de 500 proprietários com contratos cadastrados no Registro de Imóveis de Cananéia. Este morador, por sinal, era corretor de imóveis na época, e afirma ter vendido muitos terrenos do Balneário. Pude observar a planta deste Balneário e nela, constava, entre outros; áreas de caça, pesca, esportes náuticos em áreas tradicionais de agricultura, caça e pesca da população nativa.

Praia do Meio: do Homem da Costa, do Homem do Meio. O Homem no Meio

O Espaço da Vida, da Morada. O Espaço do Trabalho

*“O lema do molusco seria então: é preciso viver
para construir sua casa e não construir sua casa
para viver nela”*

Gaston Bachelard (in: *A Poética do Espaço*)

Tradicionalmente a Ilha do Cardoso era o espaço da caça, da pesca e da roça. Uma boa parte dos moradores da Praia do Meio nasceu na Praia da Lage, praia que se localiza na Ilha, porém é mais isolada. Os moradores mudaram para a Praia do Meio pois, segundo eles, esta tem mais recursos: transporte, atendimento médico, mantimentos, turismo. A barca que transporta os moradores à Cananéia tem como ponto de parada, na Ilha, a Praia do Meio, e

desta forma, para a maioria dos moradores das vilas vizinhas, a Praia do Meio é o meio de transporte para a cidade.

A Praia do Meio tem uma saída pelo mar e outra pelo canal (laguna); a distância média entre as duas águas é de, aproximadamente, 600 metros. Desta forma, a vila possui as duas águas: a salgada na costa e a salobra (salgada e doce) no canal. Todas as casas têm a frente voltada para o canal, e estão geograficamente mais próximas dele. É pelo canal que chega a barca e é nele que fica o porto. O elemento que envolve a casa é a água doce.

Este dado remete-nos à G. Bachelard que fala da supremacia imaginária da água das fontes sobre as águas do oceano. Diz ele que a água doce é a verdadeira água mítica e a mitologia do mar pode ser uma mitologia primitiva:

“Para a criança que escuta o viajante, a primeira experiência do mar é da ordem da narração. O mar propicia contos antes de propiciar sonhos. Portanto a divisão psicologicamente tão importante entre o conto e o mito não é bem feita, no tocante à mitologia do mar. Sem dúvida os contos acabam por juntar-se aos sonhos; os sonhos acabam por alimentar-se muito magramente dos contos. Mas os contos não participam realmente do poder fabulante dos sonhos naturais; os contos do mar menos que qualquer outro, pois as narrativas do viajante não são psicologicamente verificadas por aquele que escuta. Não adianta mentir quem volta de longe. O herói dos mares sempre volta de longe; volta de um além; nunca fala da costa. O mar é fabuloso porque se exprime primeiro pelos lábios do viajante da mais longínqua viagem.. Ele fabula o distante. Ora, o sonho natural fabula o que se vê, o que se toca, o que se come.”

(Bachelard, 1989:159).

O Turismo — a Freguesia Litorânea —o Parque

“Decididamente, faço pouco caso dos grandes portos de mar. Detesto toda essa alvenaria com que se enfeita o mar. Nesse labirinto de quebra-mares, molhes, diques e pontas e eclusa o oceano desaparece como um cavalo sob os arreios (...). Quanto menor o porto, maior o mar.”

Vítor Hugo

A Praia do Meio é reserva para uns, Parque para outros, morada para todos. O decreto de criação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso se refere explicitamente aos atributos favoráveis ao turismo que a Ilha possui; reconhecendo, desta forma oficialmente, o seu uso para tal fim: ainda que as condições de higiene e infra-estrutura da Praia do Meio não comportem o número de visitantes na temporada.

A Ilha é isolada para, desta forma, receber o turista. Todos os habitantes da Praia do Meio, direta ou indiretamente, fazem uma incursão pelo turismo na vila, durante o verão. Alugam seus cômodos, vendem banhos ou servem refeições.

Algumas tendências de análise defendem, como método de preservação das culturas tradicionais “isoladas”, seu isolamento total. No limite, para estes pesquisadores, seus objetos devem ficar isolados em laboratórios, para testes, para que “a cultura não se desfaça”. Qualquer contato externo seria prejudicial, a desarticulária. Não podemos deixar de assinalar que a cultura está em constante movimento: nenhum pescador, pelo fato de receber turistas em sua casa, e com isso ganhar dinheiro bastante para que possa sobreviver, deixará de ser pescador. A vivência material e simbólica de uma determinada cultura não se perde, certamente se transforma.

O Cerco da Pesca

“O oceano, recipiente líquido dos monstros, é um mundo condenado em cuja obscuridade se entredevoram as criaturas malditas, é o que se vê no fascínio experimentado pela criança quando vê pela primeira vez um peixe pequeno ser devorado por um grande.”

G. Durand (In: A. Corbin, *O território do vazio*).

Há autores que afirmam que a pesca é uma atividade tradicional na região, herdada pelos antepassados indígenas desde as técnicas de captura, formas de conservação do pescado, etc. Para outros, a pesca é uma atividade econômica recente na região. Entre a primeira e a segunda afirmação, a verdade é que hoje se pesca na Praia do Meio, e esta atividade é ainda fonte de sobrevivência de muitas famílias.

Os pescadores estão vinculados a uma espécie de Associação de Pescadores, a Colônia de Pescadores de Cananéia Apolinário de Araújo — Z-9 — e nela estão inscritos 27 pescadores da Praia do Meio (dados de julho/1988). Esta espécie de associação foi durante anos presidida por interventores e está vinculada à SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, hoje IBAMA). A Colônia de Cananéia atualmente está nas mãos dos pescadores que desenvolvem um árduo trabalho de conscientização com os companheiros da pesca. Antes o pescador era obrigado a se filiar à Colônia, hoje existe apenas a obrigatoriedade do pagamento de determinadas taxas de licença.

Os pescadores como um todo não podem se organizar em sindicatos independentes por ser habitantes da costa, cuja legislação se pauta pela segurança da União. São “libertos” (como dizem na comunidade), mas são cercados pelo controle federal.

Praticamente tudo o que se pesca na Praia do Meio é vendido em Cananéia. Diante da pergunta: “Para quem vocês vendem ...?”, a resposta é sempre a mesma: “Sou liberto, vendo para quem pagar melhor.” O pescador artesanal (pequeno produtor independente) tem autonomia sobre o seu produto (preço, controle de qualidade, horário de trabalho, local de pesca).

Quanto à questão do surgimento da pesca como atividade comercial na região, vale a pena destacar um trecho do trabalho do professor F.A.A. Mourão, no qual ele coloca a idéia de que a pesca na região passa de uma atividade econômica de subsistência e complemento da renda para uma atividade econômica comercial, substituindo a lavoura:

“Da herança lusitana, além de técnicas, registramos o próprio nome que dão à faina pesqueira, ‘matar peixe’, expressão portuguesa antiga, que oferece bem a conotação da pesca à época, isto é, uma atividade coletora, tal como a caça, com significação, portanto, diferente da que atribuímos hoje à pesca... O quadro social, no início do nosso século, caracterizava-se, por uma população rural que vivia, principalmente, em torno de uma economia de troca, que, como já vimos, era apenas uma atividade supletiva de reforço da dieta, ou, então, representava um complemento da renda como no caso da tainha

A pesca que a princípio apenas atraiu uma meia centena de famílias aos poucos começou a atrair maiores contingentes, não só pela facilidade com que à primeira vista lhes surgia a possibilidade de dispor de numerário, como ainda ante as dificuldades de comercialização dos produtos da lavoura” (1971: 31).

Os utensílios de pesca, tais como as canoas e os remos, são feitos pelos próprios pescadores; há os que se destacam pelas suas habilidades. A matéria-prima são as madeiras que a mata oferece. As canoas estão diminuindo pois não se pode derrubar árvores e os pescadores se vêem muitas vezes obrigados a comprá-las. Atitude muitas vezes adiada, pois é dispendioso comprar uma canoa, tendo em vista o lucro da pesca artesanal. Já as grandes empresas de pesca continuam atuando na região; desde os arrastões de parelha (espécie de grandes redes que vão presas com cabo de aço em dois grandes barcos e limpam o fundo da água e apanham desde o filhote do peixe até o peixe adulto), até as grandes frotas camaroeiras. Nestas grandes embarcações muitas vezes estão os operários do mar (pescadores artesanais independentes que passaram a ser empregados, perdendo desta forma sua autonomia). Pescadores da Praia do Meio, no entanto, continuam independentes, donos de seus instrumentos e autônomos em relação a hora de trabalhar.

Para se construir uma canoa, a madeira mais resistente é a canela, porém se encontram canoas feitas de arapaçu, guaperuvu, calvi, cedro, óleo, figueira e guaricica (que não são muito boas para este fim), canela negovira, timbuva. Já os remos são confeccionados de guacá (ou guaica), maçaranduba, tubucuva, tambetaru, folha larga, guaquareana, cupiúva, pindaúva, guairana, canela, sassafrás, guanandi — madeiras à disposição na mata, que variam segundo sua resistência, qualidade e de acordo com o que a mata oferece.

Com as restrições impostas pelo Estado, a confecção de canoas (meio de transporte e ferramenta de trabalho da população) se vê ameaçada e D. Maria do Carmo Barbosa relata:

“Meu marido quase morreu fazendo canoa no Iririu, em divisas com jagunços... O governo dá de comer a eles, a mim não dão, eu preciso dar de comer pros meus filhos ... Desses tempo quase que todo mundo teve que ir embora, andou prá Cananéia em reunião e tudo. A marinha queria só para eles, pra fazer um negócio na praia de guerra... queriam tirar.. o Estado se meteu,... era avião aí todo dia dando volta,... tinha dia que passavam e quase batiam na casa, tudo da marinha. Agora é da União. Eles não querem que planta... eles não querem que a turma faça casa. Se não fosse esse negócio de proibir casa, Marujá seria uma vila grande. Tomaram as terras que eram do meu sogro ... escrívão passava escritura e vendiam”.

Numa das viagens ao campo participei de uma “despeca”, que é a retirada do peixe do cerco.

O cerco é uma armadilha para capturar peixes feita de estacas bem juntas (Taquara Mirim ou de Licha), fincadas no leito do canal, apoiadas em varões (que os moradores chamam de “moirão”) que entram por ele adentro. A Taquara Mirim é uma espécie de taquara que só rebrota de dez em dez anos, por isso hoje as cercas estão sendo feitas de Taquara de Licha que é uma espécie bem mais fácil de se encontrar. Há pescadores que já estão construindo cercos de tela galvanizada ou de plástico, mas na Ilha como um todo ninguém ainda se arriscou. Para se construir um cerco, precisa-se de mais ou menos cinco pessoas para colocá-lo na água (assentá-lo no fundo), exige-se cálculos das correntes de água, de prumação.

Para tecer o cerco, apóia-se as taquaras no “tendar” (uma espécie de mesa onde o tampo é substituído por paus paralelos) e, com a ajuda de uma cambicho ou bilro, vão se tecendo as “palhas” (taquaras).

Na água, rodeando as taquaras fincadas no chão, uma rede impede que o peixe escape do cerco.

Para a “despesca” (que ocorre a cada duas ou três semanas), duas ou três pessoas vão de canoa até o cerco, duas delas sobem no cerco e com a rede de “cambaú” (rede de mais ou menos dez braças com dois grandes paus paralelos, os “talões”) que percorre o fundo do interior do cerco, vai-se encantoando o peixe até que os dois talões se encontrem (cada talão é manejado por um homem) e puxa-se o fiel (fio que amarra a rede e impede que os peixes escapem); desta feita, os talões da rede que estavam verticais em relação ao fundo da água são trazidos para a posição horizontal e então abrem-se os talões formando assim uma espécie de cone e apanham-se os peixes que são jogados um por um na canoa. O cerco é uma espécie de aquário construído no canal, onde os peixes entram e não mais conseguem sair. Existe um fio também chamado de fiel como o anterior que acompanha o diâmetro do cerco e o mantém de porta aberta. Esta porta é formada de varetas muito próximas umas das outras, que se abrem quando o peixe penetra na armadilha e se fecha à sua passagem. No momento da despesca desarma-se este fiel impedindo-se, assim, qualquer fuga do peixe. O cerco é a geladeira do caiçara.

Basicamente os peixes mais abundantes são: a tainha, no inverno (de maio a julho) e o parati, no verão. Há também muitos outros “peixes de cerco” como o robalo (muito valorizado comercialmente), a carapeva, a pescada, que “dão” basicamente o ano todo.

Não se sabe bem ao certo por quem foi introduzido o cerco na região, alguns dizem ter sido os pescadores de Santa Catarina (“Catarina” ou “Catá”) Os pescadores catarinenses que dominam o conhecimento da pesca, segundo os moradores, invadiram a região em busca de peixes e foram exercendo sua influência sobre as técnicas de pesca presentes na Ilha.

Com relação à culinária, além do peixe seco, que é alimento tradicional do local, vale destacar o peixe “sarpresado”. Abrem os peixes, pelas costas, tiram as tripas, deixam as “galhas” (guelras e escamas),

alanham e retalham os peixes para penetrar o sal, deixa-se secar e prepara-se como quiser. É uma influência portuguesa. Na Ilha da Madeira preparam o peixe salpresado (isto é, o peixe com o sal preso).

A Caça Reserva(da)

Atividade tradicional, a caça faz parte da dieta do morador da praia do Meio.

Era a comida de festa ou o prato principal da refeição do mutirão,

“Me lembro em domingo gordo de carnaval de eu ir caçar e trazer porco, paca, cateto, cozer em panela de ferro grande com quatro pés (carne picada com pimentado-reino, cominho... naquele época tinha cominho!” (D. Virgínia 12/88).

A partir da criação do Parque, a caça se torna uma atividade transgressora. Em lugar do cominho, é temperada com pitadas de proibição.

Nos mutirões de roça, de “cavação” (preparo da terra para o plantio), de “bateção” de arroz (descascar o arroz) servia-se carne de caça seca (guardada até três meses):

“Eu ajudava ele em todo jeito... é ajudava a lancear, fazia mundéu, nós ia fazer mundéu. Mundéu para empilhar caça, carreiro da caça. Punha um pau grande assim no carreiro, e cerca por cá... e cerca por lá, põe um armador no meio, é eu fazia, é... . Pegava paca, tatu, tudo quanto era caça” (Dona Virginia 12/88).

O único mateiro da Praia do Meio que diz ter sido quem abriu as trilhas dos morros da Ilha do Cardoso, foi vigia florestal, mas desistiu, pois não gostava de ter que ficar “implicando com os outros”; e foi também apanhador de botos vivos para mandar a Santos, quando trabalhava na Secretaria da Agricultura. Diz que, antigamente, levava um mês na mata:

“Fazia rancho e fazia ‘aprontamento’ para passar no mato um ou dois dias”.

No mato tem jacutinga, jacu-pema, jacu-guaçu, quati, porco do mato, bugio, macuco, paca, tatu, raposa: tudo para comer. Alguns animais são capturados com armadilhas (o mundéu por exemplo), e outros com espingarda.

A caça é a técnica de captura mais incorporada na população local: a pesca é primeiramente uma atividade, de subsistência, de coleta e não uma atividade comercial, como já foi anteriormente discutido. A descrição da retirada do peixe do cerco confirma:

"Faz o cerco, deixa lá, vai pegando o peixe, quando vê que tá com bastante peixe aí vê e busca, tem que caçar com a rede" (Dona Virgínia, 12/88 - negrito meu).

O "trato" com a caça depois de morta (a higiene e forma de preparo do animal abatido) obedece à regras precisas e varia de acordo com o tipo, idade e com a forma pela qual o animal foi capturado.

Estas regras fazem parte de um conhecimento secular do caçador e obedecem a uma seqüência de atos altamente ritualizados.

A caça faz parte da vida cotidiana do caiçara, mais ainda do caiçara-ilhéu. Há de se considerar que o espaço geográfico numa Ilha é limitado, aumentando assim a necessidade de se diversificar as formas de sobrevivência. A finitude do espaço sobrevaloriza tudo o que existe em seu interior.

O caiçara da Ilha do Cardoso, que por sua vez é ilheu, é também morador de uma Unidade de Conservação do Estado, portanto, recai sobre ele uma legislação muitas vezes proibitiva e cheia de interditos. Daí surge um caiçara-ilhéu morador de parque.

A caça é uma atividade proibida por lei (é um crime inafiançável), porém, não parece ser clara para o caiçara a razão desta proibição. É uma regra que surgiu de fora. É interessante observar que alguns caiçaras até têm um discurso contra a caça, mas o que nos parece é quase uma boa vontade de acreditar nisso sem necessariamente acreditar.

Na prática da caça está a idéia de se apoderar, de se apossar do animal abatido. Além disso, a caça é uma atividade onde o caçador se apodera do espaço onde ele vive, é uma forma de se obter poder e de reafirmar este poder. Reconhecer a trilha do animal, colocar a armadilha no caminho do bicho, prever o momento exato e o rastro por onde

o animal vai passar, saber a hora apropriada para aquela determinada caça, planejar estratégias para trazer a caça abatida para casa, etc. Além do caçara se reconhecer como dono do espaço, ele se reconhece como pessoa; dono de seu trabalho e livre para obter alimento e viver.

Pela legislação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, os caçaras não perdem a terra, continuam vivendo lá, mas perdem o direito de trabalhar nela, de retirar dela o que ela sempre lhe deu. Terá talvez que se pensar numa relação entre modo de vida caçara e legislação oficial dos Parques, de forma que espaços possuidores de riquezas e de belezas naturais sejam preservados e a população nativa possa continuar vivendo e sobrevivendo neste mesmo espaço.

Os Artesãos

“Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual”

Walter Benjamin

A confecção dos cestos, balaios, tipitis (cesto de palha, onde se põe a massa espremida no feitiço da farinha de mandioca), dos cochos e peneiras que também são utensílios da produção da farinha e o entalho das redes, são tarefas eminentemente masculinas. No tempo em que permaneci no campo pude observar homens tecendo, tresmalhando, entalhando, lichando e plainando. As peneiras de Manuel Barbosa, as panelas de ferro de Janguinho, os cestos do João Cubas. Os entalhes de rede com Pedrinho, Haroldo e Amoldo e o tecer cerco do Dito.

As utilidades dos cestos são múltiplas: no uso doméstico servem para o armazenamento de mantimentos, mas possuem também função estética (adorno). Os cestos trazem o peixe da pescaria, e nele

carregam-se as tralhas nas caminhadas de uma comunidade a outra. Se a confecção é basicamente masculina, seu uso é generalizado. E cumprem também, entre as crianças uma função lúdica. Observei-as brincando com cestinhas presenteadas pelos avós — confecções singelas, miniaturas revestidas de profundo carinho.

As redes de pesca e os remos são mais usados pelos homens, mas não de forma exclusiva; algumas mulheres se queixam por não poder ir pescar com os maridos devido aos empecilhos impostos pelos cuidados com os filhos e com os afazeres domésticos.

Antigamente se tecia toda a rede de pesca, além de confeccionar os fios, que eram obtidos a partir de folhas de tucum (uma palmeira encontrada principalmente na parte montanhosa da Ilha, da qual a partir da folha curtida na água tirava-se fio e “cochavam” — torcer o fio para fazer redes). Posteriormente usou-se o fio de algodão, e hoje usa-se o fio trançado de nylon e grilon que é o “mais pesqueiro” pois o fio de nylon e o “fio tecido dá mais trabalho para remendar quando estraga com galho e craca” (Pedrinho, 12/88).

Hoje em dia se compra a rede em partes — o tresmalho (a rede de pesca composta de três panos, dos quais o do centro é o mais largo e de malha mais cerrada) separado, e o trabalho do tecelão consiste em entalhar a rede, isto é: remendar os panos, ou então aumentar ou reformular algumas de suas partes antes de entalhá-la. A agulha para tecer as redes ainda é confeccionada por alguns pescadores; e de Pitaguara que é a madeira, mais resistente para se fazer as agulhas. Encontram-se à venda agulhas de plástico bem mais frágeis, segundo os informantes.

A confecção dos cercos fazem também parte do mundo masculino (tal qual descrevi em “O Cerco da Pesca”) e é importante lembrar que o tecer é precedido pela busca e escolha da taquara no mato, que será posteriormente tratada, separada e descascada.

Numa visita à casa de um morador, observei curiosas painéis, feitas de bóias de navio. São de ferro, redondas e possuem uma estrutura também de ferro por onde passam as cordas. Essas bóias encostam na praia trazidas pela maré. Com o auxílio de uma lima, o Senhor João Evangelista Alves (Janguinho) tirou tampas desta estrutura esférica, construindo assim resistentes painéis que aguentam a

quentura do fogão à lenha e fazem um delicioso feijão. Janguinho faz também vassouras de tiguera (um capim que cresce logo após à colheita) muito caprichosas. Janguinho é um dedicado artesão e um verdadeiro narrador. Uma frase de W. Benjamin ilustra a personalidade de Janguinho quando diz que o narrador é

“o homem que poderia deixar a luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida” (p. 221).

O Sr Elíseo Ramos era o fazedor de remos da Praia do Meio, e faleceu em 1988. Conversei com sua esposa Dona Olívia Maria Ramos e juntas fomos lembrando o trabalho do artesão.

Seu Elíseo fazia talheres de brajaúva, miniaturas de caxeta. Remos de maçaranduba, guairana, guaca, tabucuva, cupiúva, folha larga, pindaúva e outras mais. Ia longe à procura das madeiras; saía às quatro horas da manhã e voltava às três horas da tarde. Algumas madeiras estavam ficando muito difíceis de ser encontradas como por exemplo a maçaranduba (precisava andar muito para achá-la). O “finado marido” de Dona Olívia vendia muitos remos na temporada (os turistas gostavam muito); vendia quatro dúzias para lguape no barco. Segundo Dona Olívia, o que mais demorava era achar a madeira. Ela afirma: “Se Elíseo tivesse o corte em casa fazia até meia duzia”.

Para trabalhar na madeira Elíseo usava cepilho grande e chato para alisar; plainas de ferro “piquiticas” para alisar também. Trabalhava com goiva (espécie de formão). Tinha o machado para derrubar a árvore. A maioria dos seus instrumentos de trabalho era ele mesmo que confeccionava. Com certeza todos os pescadores do local têm pelo menos um remo feito pelo mestre Elíseo.

Nos momentos em que confeccionavam seus objetos, os homens me contavam histórias e lembravam de acontecimentos passados com muita facilidade. São esses os narradores. Simultaneamente o fio tecia a trama e parecia retirar da memória dos artífices lembranças recônditas.

Roça - o Tráfico da Farinha

O tráfico é como se chama todo o aparato da produção da farinha: a casa da produção.

Praticamente todas as famílias trabalham em uma casa de farinha; algumas casas possuem o tráfico. Pude observar alguns abandonados. Existe um determinado grupo de pessoas (em média 2 a 5 pessoas — sempre os mesmos), que juntos usam o mesmo tráfico.

No plantio da mandioca, organiza-se o “juntamento”, que se inicia com o trabalho de preparação do solo, desde a roçada do mato, a queima e limpeza, até a preparação do “murundu” onde serão plantadas as “ramas”. Assim como na preparação do solo quanto na plantação, a produção da farinha é uma atividade comunitária. Uma casa de farinha é utilizada por mais de uma família.

Vale a pena lembrar que a comunidade estudada é tradicionalmente agricultora, a pesca como atividade econômica comercial é mais recente.

A partir da permanência em campo, através dos encontros, conversas e entrevistas percebe-se nas falas dos moradores que a agricultura é uma atividade comercial do passado.

“Arroz socava prá vendê de sacaria em Araçatuba, Rio Vermelho, Varadorzinho... os grileiros perigoso tomaram tudo, comprava as posse de qualquer um” (João Evangelista Alves 01/89).

“Fazia capuava no Iririu. Tinha um ranchão grande lá. Parava pra lá só nos tempos de fazer a plantação e depois vinha pra cá. Vendia, no Ariri... Ararapira, arroz, milho (banana nesse tempo não tinha valor os animal comia). Agora arroz em casa não tem quem compre. Agora é fazenda, fazendeiro pro interior que chamam” (Maria do Carmo Barbosa 07/89).

A fala de Dona Maria do Carmo Barbosa ilustra o fato e ilumina outras questões importantes em torno da roça. Para discutir agricultura esbarra-se na questão da terra, da posse da terra e conseqüentemente do grileiro. Discutir roça é falar de propriedade, propriedade privada. A fazenda é uma denominação do outro (no caso o morador de fora que provavelmente não faz parte da população nativa) e é recente.

Como um dos objetivos deste trabalho é resgatar a história da comunidade através da memória, as falas dos moradores são indispensáveis e além de confirmarem certas hipóteses, avançam para reflexões pertinentes.

Se antes a agricultura era uma atividade comercial, hoje em dia se restringe a uma atividade de subsistência.

O *tráfico da farinha*, como é chamada a casa de farinha na região ainda conserva no nome, o sentido comercial. A palavra tráfico significa comércio, negócio.

Inicia-se o preparo. “Colhe a mandioca, raspa com a concha e faca e lava bem lavado aquela mandioca.” (Manuel Eurico)

Na “sevadeira” senta uma mulher que vai ralando a mandioca numa espécie de lâmina de metal serrilhada que se encontra ao longo de uma roda ou “bulandeira” que faz a função de um ralador. Sevadeira serve para designar a mulher que seva e (ou) a roda usada para sevar a mandioca. Com o auxílio de uma manivela “o homem fica virando a roda ‘pro jeito’ (sentido) da sevadeira” (Manuel Eurico). A mandioca ralada (massa) cai em uma espécie de vasilha de tronco escavado semelhante a uma pequena canoa (o coxo).

Do coxo a massa vai para o tipiti que é um cesto cilíndrico que fecha, onde a massa será espremida (da água que escorre, separa-se a goma que se transformará em polvilho). O tipiti é feito de cipó. Sua origem é indígena, *ty piity* em nhengatu vem de *typii* que significa apertado, espremido.

Coloca-se o tipiti no gorne que fica no burro, uma alavanca de madeira presa a uma árvore que com auxílio de pedras o pressiona. Tirada a massa do tipiti coloca-a em uma gamela ou coxo apoiado em um cavalete, dissolvendo-a. Com a ajuda de uma peneira (feita de taquarinha do mato) coa-se a massa.

Depois de tudo coado na peneira, coloca-se esse produto no torrador — uma estrutura de cimento que funciona como um forno e que em cima possui um tabuleiro de cobre (onde vai secar a massa). Neste tabuleiro com o auxílio de uma pá redonda fica-se mexendo (quase que o tempo todo) essa massa. Depois de torrada, está pronta a farinha que novamente vai para o coxo onde esfria.

Nas várias etapas de transformação da mandioca em farinha, cujas e gamelas são largamente utilizadas. Depois de fria a farinha é armazenada em sacos de farinha ou em latas.

A alimentação básica dos moradores consiste em arroz, feijão, peixe e farinha de mandioca. Faz-se roça de milho, feijão e arroz para subsistência. A horta é feita pela grande maioria, mas a terra por ser muito arenosa dificulta uma boa colheita. A terra é adubada com esterco de galinha. Hoje em dia planta-se alface, couve, almeirão, cebolinha, batatinha, pimentão; culturas que aguentam o calor do sol.

As derrubadas ou queimadas são proibidas hoje em dia, visto que em um Parque a plantação não é autorizada. Muitos moradores então, têm de fazer suas roças escondidas, pois a fiscalização em cima dos moradores é eficaz.

A criação de galinhas está aliada à roça, pois delas adquire-se o adubo; quase todas famílias possuem galinhas. O milho hoje em dia está caro e a proibição da roça dificulta ainda mais a sua plantação. Por estas razões que as galinhas estão diminuindo.

Na culinária desenvolvida a partir da mandioca cumpre ressaltar algumas receitas, tais como: o "beiju", feito de três partes de massa da mandioca (antes de virar farinha) e uma de fubá que vai para o forno (de fazer a farinha) sobre folhas de bananeira; a "berereca" que é feita com a mandioca deixada de molho na água, ralada e colocada no tipiti para espremer, a massa que fica dentro é para o beiju, a água que se extrai da massa é a goma. Para se preparar a berereca, junta goma, mandioca ralada e enxuta, sal, cheiros (canela e erva doce socadas), um pouco de água, a fim de que fique mole. Cobre-se o forno com folha de bananeira, fazem-se os bolos assando-os de um lado e depois do outro. Tiram-se da folha da bananeira, e, a seguir, cortam-se e põem-se para torrar. A "coruja" é preparada com a mesma massa da berereca, só que os bolos são assados na brasa e enrolados em folha de bananeira.

Farmacopéia

O levantamento que se segue foi realizado na viagem de campo de julho/1989, a partir das informações diretas, prestadas pelos moradores, mantendo suas falas originais. Os nomes, entre parênteses, indicam as autoras das receitas.

- barriga empanzinada/empanadura
 - Chá de erva-doce.
- broncodilatador
 - Chá de gervão, pode misturar chocolate também (o chocolate é a gema batida com o açúcar) (Elza e Rafael).
 - Simpatia com mordida de cobra (Maria José).
 - Chá de folha de fortuna com mel e canela (Maria José).
 - Raiz de puaia com poejo (Maria B. Rodrigues).
 - Poejo com mel (Maria D. Xavier).
 - Chá de folha de manga. Põe a folha para ferver com a água e açúcar. Deixo apurar bastante e fica que nem xarope — toma quente — não pode tomar água fria ... sei lá porque, é mania dos mais velhos (Maria M. Neves).
 - Poejo cozido e fervido com açúcar.
 - Lamedor (que nem xarope) da folha da manga.
- dor de cabeça
 - É bom folha de mostarda feito emplasto. Folha amarela de goiaba. Coloca um pouco de álcool na folha e põe na cabeça (Maria José).
 - Folha da vaga (folha redonda, cheia de corte — folha bonita). Murcha um pouquinho no fogo e arruma na cabeça. Põe por baixo de um pano e amarra um pano.

- calmante
 - Chá de laranja (M. D. Xavier e Maria José).
- doenças infantis
 - Erva-doce, noz moscada e pixilim (farmácia), ralava, amornava num pouco de água e dava para o filho da gente.
- gás preso
 - Erva-doce (Maria D. Xavier).
- cobra
 - Erva de largarto:- soco, o sumo tudo junto espreme sumo dá um copo. Prende galinha com rede para o lagarto embolar (João Cancio).
- disenteria e ou diarreia
 - Chá de pitanga e brotinho de goiaba (folha brotando) (Diva, Maria Dias Xavier, Maria Mendes).
 - Folha de pitanga, broto de araçá, brotinho de goiaba (é pra apertar os intestinos (Glória).
 - Sal feito ferver na água e um pouquinho de açúcar, apura bem vai dando ... fazer o modo de soro. Se for um litro de água é pra deixar meio litro (fervendo até secar). Ferver e dar a metade é o modo do soro que fica arruma folha de aruda cozida com três folhinhas de erva-piolho.
- diurético
 - Erva pedra, cabelo de milho, folha de abacate.
- para dente mole
 - Casca de goiaba , casca de araçá , casca de arueira , casca de vacupari (tem muito no mato, tem sementinha amarela, tem tempo que dá, não é sempre) Ferve tudo e fica de cores (Maria B. Rodrigues).

- dor de estômago
 - Capitiu, bate a sementinha dele bem batidinha torra e põe na água morna (Glória das Neves).
- dor
 - Pixilim (macho) e noz moscada (femea), “rela” e faz o chá (Maria B. Rodrigues).
 - Capim cidró e erva-de-Santa Maria, soca com sal e faz um emplasto (Maria D. Xavier).
 - Chá de laranja (Maria D. Xavier).
 - Endro, erva-doce, camomila e goma do guaná (fazia aquele polvilho dele (Maria José).
- emplasto para dor
 - Mostarda arrumado feito emplasto e põe na sola do pé. Numa dor arde e queima a carne, sapeca a carne (Glória das Neves).
 - Erva de baleeira com álcool.
- febre
 - Pimenta cumbari (quando tá madura é vermelhinha bem pequena) tomava a pimentinha e moía bem moída e fazia um mingau e tomava (Maria José das N. Cubas).
- ferida
 - Goma do guaná, fazia aquele polvilho dele para lavar ferida. “isipela” (Maria José das N. Cubas).
 - Erva do bicho (“arruma” também no cordeá) (Maria José das N. Cubas).
- fígado
 - Carqueja (o pessoal de fora procura bem). É uma folha grande e tem de folha miúda (Maria D. Xavier e Maria M. Neves).

- Boldo (Maria B. Rodrigues).
- Chá e xarope erva de barereçô.
- gripe
 - Nhá butitana, barereçó, folha de limão, de laranja, erva pedra, rosa branca, por só numa mistura, o *cordeá*
 - Pimenta cumbari tem no barro, mas na areia não vai de aumento.
 - Poejo com mel (Maria D. Xavier).
 - Chá de folha de laranja grande para tomar com comprimido (AAS, etc. ...) (Maria M. Neves).
 - Chá de folha de limão.
- hepatite
 - Chá de picão e pico pico (Maria D. Xavier).
- machucadura
 - Santa Maria (soca com sal e faz um emplasto) (Maria D. Xavier).
- doenças femininas
 - banho de mulher de parto (pós-parto)*
 - Folha de algodão , folha de pitanga e abuto, rala para fazer queimada com açúcar e um pouco de pinga (Maria B. Rodrigues).
 - quando tá demorando
 - Faz banho de sabão quente, de erva (pé de galinha e outra que não me lembro).
 - para mulher com dor de regras*
 - Endro, torra e faz o chá.
 - Endro, erva doce, pixilim (pode fazer o chá com um ou com quatro noz moscada).

- Chá de pixilim e noz moscada, um casal de fruta que compra na farmácia, muito cheiroso (Maria B. Rodrigues).

pós-parto

- Abuto, cene e maná. Fazia uma queimada. Queimada com açúcar, com pinga ou água. Punha pixilim e moscada e tomava de copada na dieta depois de ter filho. Bom pro sangue e para limpar por dentro também (Maria B. Rodrigues).
 - Banho de erva do bicho com sal torrado (Maria B. Rodrigues).
 - Banho de folha de algodão (Maria B. Rodrigues).
 - Banho com sal torrado (Maria Barbosa).
- útero descido de mulher
 - Tomar banho com flor de girassol: faz um ano que está assim fazer um banho com uma flor, se fazem dois com duas, e assim por diante.
 - pressão alta
 - Capim cidró (Maria D. Xavier).
 - prisão de ventre
 - Boldo (Maria M. Neves).
 - purgante
 - Barereçô ("rela" a cabecinha dele, faz a macinha e toma) (Glória).
 - rim
 - Folha de abacate, cabelo de milho, quebra pedra, raiz de sapê e mais uns outros tipos de ervas junto (Ivalina) e (Elza e Rafael).

- Uma garrafada com folha de abacate, erva pedra, raiz de sapê, cabelo de milho, erva tostão e graminha (Glória das Neves).
- banho para urina
 - “Picon” e erva piolho (Maria B. Rodrigues).
- para dor de urina -
 - Erva piolho. Banho e chá.
- sangue e forteza do sangue
 - Receita de abuto, cene e maná em pós-parto (Maria B. Rodrigues).
- sarampo
 - Na recuperação tomar banho de erva do bicho (Maria José das N. Cubas).
- vermes
 - Raiz de milome (Maria B. Rodrigues).
 - Hortelã (Maria D. Xavier).
 - Erva Santa Maria soca e depois tira aquele sumo, coar e arrumar com leite e dar toda manhã (criança ou adulto pode tomar) (Maria José das N. Cubas).
 - Milome (cipó que tem no mato: meu pai tirava na mingunte “Tudo de remédio é bom tirar na mingunte”. Por que tira-se na mingunte? (Viviane). “De certo que é para fazer efeito.” (Maria José das Neves Cubas).
 - Milome “rela” e põe na água morna (Glória Neves).
 - Erva do bareceçô (Maria D. Xavier).

Considerações Finais

“O homem não é parte integrante do meio ambiente, o homem é a razão do meio ambiente.

A preocupação do Parque, da ecologia, do meio ambiente deve estar voltada em primeiro lugar para o ser humano que é a razão... Depois é lógico que a gente vai preservar todas as outras coisas: a aplicação dos recursos naturais, a extração do recurso natural de forma racional para beneficiar o homem sem depredar o meio. Garantindo esse meio para que todo mundo possa sobreviver. É essa a visão de Parque que eu tenho.” (Ezequiel de Oliveira 07/1989).

A roça, a pesca, a caça, a produção da cultura material, as atividades relacionadas com o turismo, entre outras, definem a vida na comunidade e garantem a coesão do grupo.

A despesca do cerco feita por dois ou três pescadores, o ajuntamento para se fazer a roça, o Tráfico de Farinha usado por várias pessoas, nos mostram tradições que ainda sustentam a vida comunitária.

Esta coesão é abalada pela criação do Parque, com a expulsão (por questões de terra) de algumas famílias e pelo turismo, a questão que se coloca diz respeito aos limites da interferência na vida comunitária.

Na descrição da festa do padroeiro, onde a imagem do santo é carregada a cada ano por um morador insere-se também o leilão de galinhas que realiza-se da seguinte forma: todos os moradores assam suas galinhas que serão doadas ao leilão. No momento determinado, todas as galinhas são colocadas a leilão. São dados os lances pelos sujeitos cheios de apreensão, tensão, alegria e furor. O desfecho se dá de tal forma que praticamente todos, e porque não dizer todos, acabam arrematando pelo menos uma galinha no leilão. Se formos pensar pelo número de galinhas que cada um deu de prenda e o número de galinhas que cada um levou para sua casa, veremos que o número é praticamente o mesmo. A quantidade de galinhas que cada um doa ao leilão é a mesma que cada um arremata no leilão. A troca de galinhas tem um sentido simbólico, coloca de uma forma ou de outra

todos unidos desfrutando igualmente. A redistribuição das galinhas reafirma a coesão do grupo. O mesmo pode-se observar na divisão da costa para a pesca:

“Isso é uma coisa boa que nossos antepassados fizeram. Eles tinham um acordo de dividir a praia porque se todo mundo fosse pescar de forma desorganizada, uma pessoa poderia passar a rede onde já tinha sido passada. ... Então um poderia pegar muito e outro não pegar nada, então houve um acordo de dividir a praia em pedaços e cada equipe iria lancear no seu pedaço de praia. ... só que ainda tem um detalhe: como, do meio da pesca para o fim, o peixe acumula mais perto das pedras, no fim da praia, então há um revezamento do pedaço da praia. Por exemplo, hoje aqui é uma turma, depois ela passa para o meio, depois ela passa para lá ... e vai revezando. E hoje continua do mesmo jeito; se uma equipe não vai pescar no seu pedaço de praia, fica sem pescar, pode ter tainha quanto tiver, ninguém pesca.” (Ezequiel de Oliveira).

Nas formas de mutirão que hoje aparecem representadas, pelo *ajutório* ou *ajuntamento* que são os auxílios mútuos, o beneficiado de hoje certamente é o beneficiador de manhã.

Este circuito de trocas fundamenta a união e esta advém da coesão do grupo, que se vê presente nestas múltiplas formas de permuta e circulação.

Com relação ao Parque Estadual que se instala sobre esta realidade, considerações merecem ser feitas. O Estado unifica. A lei que ele imprime é tendenciosa, ele supera (no plano teórico) a comunidade, e se no seu discurso as diferenças devem ser garantidas, porém a prática não nos mostra o mesmo. Ele vem para igualar e redefinir, de acordo com seus interesses, o uso do espaço, que, na maioria das vezes, não são os da comunidade.

Passemos agora para o turismo. Noventa e sete por cento dos moradores da Praia do Meio são pescadores. A pesca é hoje em dia, nesta região, a atividade econômica mais importante. Com alguns percalços — como o controle da polícia florestal na documentação, averiguação e quitação das taxas, verificação na catalogação do barco, conferência das licenças de pesca, enfim, seguindo todo o aparato do controle burocrático.

O turismo se apresenta hoje na Praia do Meio como uma atividade econômica ascendente, meio desordenada e que acabou por envolver os moradores locais.

Todos, de uma forma ou de outra, se relacionam com o turismo: desde o sujeito que pesca para o turista, passando pelo que abriga o turista em sua casa, vende banhos (campista), aluga o seu terreno para armarem as barracas; até o indivíduo que vai ao bar somente para observar o turista.

Alguns até afirmam que uma cultura tradicional pode se dissolver ao entrar em contato com a modernidade, com os meios de comunicação de massa e no limite com o mundo outro, o mundo de fora.

A Praia do Meio em certos aspectos é uma comunidade isolada: não há luz elétrica na vila, o acesso à Ilha é difícil. De qualquer forma esta dicotomia entre urbano e não urbano é nebulosa. Segundo Marianne Mesnil:

“cada vez se pode distinguir menos o rural do urbano, as crenças e os hábitos, as formas de organização “auto-orientadas” tradicionais, das formas dirigidas da cidade industrial, cujo centro de decisão excede a cada núcleo urbano. Vivemos num sistema produtivo “supra-urbano”, que substitui a oposição entre campo e cidade por um reordenamento econômico, político e cultural homogeneizado” (Canclini, 1983:131).

Nesse instante as definições de cultura de Néstor Garcia Canclini se fazem necessárias. O autor afirma que:

“Cultura é a produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou elaboração simbólica das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social, ou seja, a cultura diz respeito a ‘todas as práticas e instituições delicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido’ ... A cultura não apenas representa a sociedade, cumpre também, dentro das necessidades de produção do sentido, a função de reelaborar as estruturas sociais e imaginar outras novas. Além de representar as relações de produção, contribui para a sua reprodução, transformação e para a criação de outras relações” (op cit. , p. 29-30).

O turismo na região é inevitável e progressivo. Evidente que algumas medidas devam ser tomadas no que se refere a infra-

estrutura, transporte, saneamento básico. Mas não acredito que a população local se descaracteriza através do contato com este outro. Os indivíduos não são submissos ou passivos o suficiente para se deixarem levar por outras formas de pensar, agir, falar, e se o fizerem é porque assim o escolheram. O turismo é uma forma alternativa de sobrevivência e esta tem sido a forma que alguns optaram para sobreviver. Citando N.G. Canclini:

“O que deve ser resolvido em primeiro lugar não é saber se é conveniente preservar as formas tradicionais mesmo que isso os mantenha na miséria, sofisticar os procedimentos e melhorar as suas qualidades para competir com a indústria ou transportar os seus desenhos tradicionais para objetos fabricados com tecnologia recente.

A decisão fundamental é permitir uma participação democrática e crítica dos próprios artesãos, criar condições para que estes a exerçam. Uma política cultural que pretenda servir às classes populares deve partir de uma resposta insuspeita a esta pergunta: o que é que se deve defender: o artesanato ou os artesãos?” (op cit., p.141).

A luta consiste em que a categoria de pescadores se organize, lute e reivindique mudanças. As leis não são feitas para eles, no limite, as leis devem ser mudadas através de pressão. Os próprios pescadores mais do que ninguém sabem o melhor para eles. Este trabalho procura constatar uma realidade, resgatar a memória histórica desta comunidade, articulando tudo isso à cultura material produzida por eles de modo a poder compreender o modo de vida caçara.

“Em povoados onde a crise do velho modelo de produção agrícola empobreceu os camponeses, ou onde a escassez de chuva agravou essa crise, como em Patamban e Ocumicho, o artesanato emerge como a alternativa econômica que permite a um grande número de camponeses a permanência no campo. As peças de artesanato adquirem assim um papel destacado na vida cotidiana e contribuem de modo duplo para reforçar a identidade cultural: por tratarem-se de objetos, técnicas de produção e de desenhos que estão enraizados na própria história destes povos e porque fazem com que seja possível a manutenção da união das famílias indígenas em torno da vida comunitária” (op cit., p.93).

No caso da comunidade estudada, a criação do Parque no seu início trouxe crise para os agricultores. Hoje em dia as famílias que resistiram e lá ficaram são, de uma certa forma, beneficiadas por leis de proteção do Parque. Assim, como o artesanato para as populações descritas por Canclini emerge como a alternativa econômica que permite a um grande número de camponeses a permanência no campo, o mesmo se dá com o turismo para os habitantes da Praia do Meio. Ele também pode fazer parte da identidade cultural, pois existe na comunidade quem perceba que o turismo garante a manutenção da união das famílias, e garante a permanência delas no local.

Acreditar que um determinado grupo com características culturais semelhantes possa se dissolver pela penetração do turismo (ou tantos outros agentes externos, na verdade, o turismo não é mais assim tão externo) acredito ser uma posição paternalista e etnocêntrica, teorias da salvação de culturas. Ora, as culturas de populações tradicionais não precisam ser salvas, resguardadas e ou protegidas; precisam sim ser vistas tais quais as outras tantas. Precisam de espaço político tal como todas, pois elas com certeza sabem o que fazem, quando fazem e por que o fazem.

O turismo surge como um novo ciclo econômico que vai alternando e ou coincidindo com a pesca. O turismo é a nova safra que aparece como um grande aliado dos caiçaras-ilhéus rearranjando seu dia-a-dia.

Todas as atividades tradicionais descritas no decorrer do texto, desde o tráfico da farinha, a despesca do cerco, o leilão de galinhas, a farmacopéia, o artesanato, podem e já são usados de uma certa forma para atrair os turistas despertando muito mais interesse e prazer aos que vem visitar a Ilha.

As particularidades da Ilha podem se associar à necessidade global da preservação, procurando construir assim um novo modelo de Unidade de Conservação que, antes mesmo de conservar uma determinada área, possa compreender e conviver com as especificidades das pessoas que lá vivem.

GLOSSÁRIO

- **Acento:** certidão (de casamento). Documento (D. Virgínia 12188)
- **Ajuntamento** ou juntamente: reunião de pessoas para fazer alguma atividade comunitária. Ex.: juntamente para fazer roça.
- **Ajutório:** ajuda, auxílio. Uma variação de mutirão.
- **Alanhar:** fazer corte nos peixes para penetrar o sal.
- **Arrumar:** misturar, colocar junto: "Arruma também no cordeá" (efusão de ervas). Maria José das Neves Cubas.
- **Asas do peixe:** guelras
- **Assinatura:** sobrenome. "Era um japonês chamado Eduardo, a assinatura dele que eu não sei". Gloria das Neves 07/89.
- **Aterentar:** "Aterentou minha cabeça agora". Esquecer, atrapalhar-se, se perder nas idéias. Maria B. Rodrigues. 07189.
- **Avana:** abanar.
- **Baleeira:** embarcação miúda, com proa e popas finas e elevadas.
- **Barraqueiros:** campistas, turistas que montam barracas.
- **Beta:** "rede de puxar com beta". Cabo para puxar, corda comprida (10, 15, 20 braços).
- **Bucha:** "como mais uma bucha". Elza falou para o filho Rodrigo. O sentido seria: coma mais uma garfada, mais um pouco.
- **Buissa:** arapuça. Maria Bernardina Rodrigues, 07/89.
- **Braça:** unidade de medida muito usada pelos pescadores da região, corresponde à distância entre os dois braços de uma pessoa abertos transversais ao corpo. Uma medida que na verdade varia de braço para braço. Diz se: "Minha braça tem... metros".
- **Bulandeira:** a roda que gira e rala a mandioca

- **Burro:** armação de madeira (onde se coloca o tipiti com a massa da mandioca para espremer, secar e fazer a farinha) que utiliza pedras para melhor pressionar o tipiti.
- **Butim:** o produto da caçada, produto de um saque.
- **Buzano:** uma espécie de um verme que dá na mamoeira que fica na água, destrói a madeira.
- **Caniço:** vara (Manuel Barbosa, 22/07).
- **Capuava:** acampamento de agricultores longe de casa (Ezequiel 12/88).
- **Charquear:** temperar (Dona Laura P. Rodrigues 07/89).
- **Coa:** "peixe coa", passa pela malha da rede, escapa (Paulo Rodrigues 07/89).
- **Cordeá:** efusão com várias ervas. "Quando põe todas as misturas, o chá é quando é só uma" (Maria José das N. Cubas).
- **Coroa:** baixio persistente ou temporário produzido por aluviões, nos estuários e no baixo curso dos rios e lagoas; croa, croinha (Dicionário Aurélio).
- **Coxo:** uma espécie de canoa pequena que serve como depositário, onde se coloca a mandioca depois de ralada para secar. Local onde cai a mandioca ralada pela roda da Sevadeira.
- **Despescar:** retirar o peixe que fica preso no cerco.
- **Enlear a borracha no dedo:** Paulo Mendonça descrevendo um curativo.
- **Entalhar:** emendar os panos da rede de pesca e colocar na corda os chumbos e as bóias.
- **Escalar o peixe:** abrir o peixe pelas costas sem tirar as galhas.
- **Espia a porta do cerco:** por onde o peixe entra e não mais consegue sair.
- **Fornear farinha:** pôr a mandioca ralada (depois de seca) para assar no forno próprio de cobre.
- **Galha:** guelras do peixe (guerras).
- **Gorne:** mesa do Burro para enxugar a massa da mandioca, onde põe o tipiti.

- **Idade:** identidade. "Foi robado a minha idade" (Glória das Neves 07/89).
- **Lancear:** jogar a rede na água a fim de pescar. "Fui lancear ontem à noite e não deu nada", pescar com rede.
- **Lera:** buraco, cova para plantar o raminho, galho ou semente.
- **Lidar com o peixe:** limpar o peixe, preparar o peixe. "Pescá, lidá e fritar o peixe" (Elza 12/88).
- **Lote:** terreno padrão do local que possui 12 metros de frente por 35 metros de fundo.
- **Mundéu:** armadilha para caça.
- **Mutirão** (do tupi moti'rō): auxílio gratuito que prestam uns aos outros os lavradores, reunindo-se todos os da redondeza e realizando o trabalho em proveito de um só, que é o beneficiado, mas que nesse dia faz as despesas de uma festa ou função. Este trabalho pode ser a colheita, ou queima ou roçado, ou plantio, ou taipamento ou construção de uma casa (Dicionário Aurélio).
- **Murundu:** covas. "Faz um murundu com a enxada" (Manuel Eurico Mendes 07/89).
- **Nassa:** cesto de pescar.
- **Panagem:** parte da peneira que não é o arco (Manuel Barbosa 07/89).
- **Pinchar:** morgar de preguiça, derrubar (a casa), p. a mata (cortar a mata), p. a rede (gogar a rede).
- **Pixinho:** peixinho.
- **Quadra:** quadra de maré, lua boa (Salvador M. das Neves).
- **Rama:** mandioca boa para fazer farinha. Broto de mandioca que planta.
- **Rebojo:** chuva que começa e não tem parada. "O céu fica branco, a chuva não passa, olha no horizonte está tudo branco (Elza 12/89).
- **Rede de caloá:** rede de mais ou menos vinte braças de lance de terra. Formada de dois paus grandes paralelos que arrematam a rede nas suas extremidades, nas outras duas extremidades tem o chumbo que fica no fundo da água e as bóias que ficam em cima.
- **Rela:** rala, de ralar.

- **Sapo:** um mutirão mais curto, onde o dono tem menos despesa se trabalhar menos.
- **Sarpresa:** peixe sarpresado com sal, depois de retalhado o peixe coloca-se sal, para fazer uma espécie de peixe seco chamado peixe sarpresado.
- **Sassafrás:** madeira que se faz remos e também curte na pinga.
- **Sevadeira:** a roda usada para sevar a mandioca, mulher que sevar a mandioca.
- **Tecido:** as taquaras emendadas formam um tecido que irá formar o cerco.
- **Tiquera:** mato que nasce depois que tira a plantação da roça (Maria do C. Barbosa).
- **Tipiti:** uma espécie de cesto de cipó que trança por cima para colocar mandioca ralada para secar.
- **Trainera:** "rede grande de arrodia fora" (de pescar no mar de fora - oceano). (Tonico 07/89).
- **Viça:** "viça o abacateiro" - solta a folha e dá flor (Antonio Cubas. 07/89).

Bibliografia

- BACHELARD, G. 1989. *A água e os sonhos*. São Paulo, Martins Fontes.
- BENJAMIN, W. sd. *Obras escolhidas - magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense.
- CANCLINI, N.G. 1983. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo, Brasiliense.
- CORBIN, A. 1989. *O território do vazio*. São Paulo, Companhia das Letras,.
- MOURÃO, F.A.A. 1971. "Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo, um estudo de Sociologia diferencial". São Paulo. Tese (Doutoramento), USP.



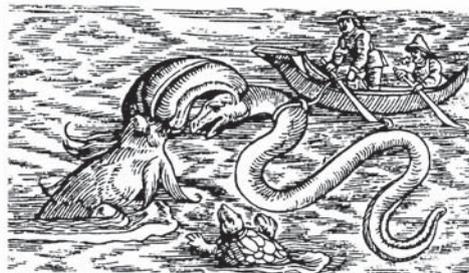
SÍTIO ARTUR E OS SEUS :
PARA UMA ARQUEOLOGIA DA MEMÓRIA

Adrian Ribaric

Professor de Antropologia da PUC-SP

Imperceptibilidade

SÍTIO ARTUR ou “Barra do Subaúma” é um pequeno vilarejo aparentemente esquecido no meio do escuro manguezal que domina as margens do Mar Pequeno, nome que aqui dão a este trecho da laguna existente entre Iguape e Cananéia, no litoral sul do



Estado de São Paulo. Isolados por terra, precisam cerca de uma hora de avoadeira para cobrir os poucos mais de vinte quilômetros que os separam de Iguape, cidade mais próxima. Não há luz elétrica, água potável ou esgoto, a única televisão está conectada a uma bateria, dessas de automóvel e por essa razão só é ligada eventualmente algumas horas, à noite

Vivem da pesca, da coleta de ostras e mariscos e de pequenos serviços que prestam aos turistas. À noite fazem fogueira, conversa e cantoria. O mangue, estas seis casas e as vinte pessoas que as habitam são os personagens escolhidos para representar neste momento, uma parcela significativa do universo insular do litoral paulista. Em sua singela singularidade, os pescadores artesanais da Barra do Subaúma interpretam não apenas o seu destino particular, como encarnam paradigmaticamente, inúmeras faces das que compõem a trajetória caiçara.

Esta vila está encravada na margem interna da Ilha Comprida, entre as de Ubatuba ao sul e Vila Nova ao norte, região de extensos manguesais e restingas. A paisagem é espetacular. Estamos na Zona de Vida Selvagem da APA da Ilha Comprida, lugar que, apesar de intensamente modificado pelo homem, a vida se manifesta em todas as suas formas com exuberância e em profusão.

O complexo estuarino-lagunar, é composto por um impressionante sistema de rios, baías e diversos tipos de ilhas formadas paralelamente a linha da costa, como uma milenar barragem de sedimentos, que represa as águas continentais, graduando sua dissolução nas oceânicas. São cerca de dez mil hectares de águas salobras para onde afluem cardumes oceânicos de todo o sudoeste do Atlântico, atraídos pela prodigiosa quantidade de plâncton produzido nesta feliz conjugação de mangues, floresta e jundu, que oferecem alimentação e abrigo para suas fases de reprodução e de desenvolvimento.

Estas planícies de sedimentação marinha, moldadas por gerações de cordões litorâneos formam um verdadeiro labirinto de canais e braços de mar, entremeados de ilhas e gamboas¹. Lugar de insularidade certamente incomum, para muitos talvez imperceptível², já que difusa, não marítima, uma região onde freqüentemente confundimos o que é ilha, ou continente. Mas nem por isso menos “real” ou interessante³.

1 *Op. cit.* (p. 13)

2 . São Paulo (Sec. do Meio Ambiente). “Ilhas do Litoral Paulista”.. 1989:33.

3. E portanto, e pelas mesmas razões, estamos em uma região de continentalidades também imperceptíveis.

Ao longo desta faixa interna da Ilha Comprida encontravam-se até há dez anos, quatro comunidades insulares de pequenos pescadores-lavradores onde viviam cerca de quarenta pessoas. Destas, Pombeva já não existe mais, sua população foi embora e suas terras loteadas (a ordem dos fatos não terá sido sempre esta, mas também o foi). As outras, como o sítio Artur, mantiveram-se como puderam, da pequena pesca lagunar e, hoje principalmente, em atividades ligadas ao turismo. Mesma paisagem e destinos que encontramos em praticamente todas as vilas lagunares.

Na Ilha de Cananéia (ilha totalmente interna ao sistema lagunar), encontramos as comunidades de Prainha, Guarapari, Estaleiro, Agrossolar, São Paulo Bagre, Guacici, Piçarro, Paratiú, basicamente antigas vilas de pescadores-lavradores que, vivendo hoje do turismo, urbanizam-se rapidamente. Há cinquenta anos, além destas, encontravam-se as comunidades de Coqueiro, Saguaçu, Acaraú, Brocuinha, Castelhana, Cocaia e Baixio.

A Ilha do Cardoso, situada ao sul de Cananéia, tornou-se ainda no século XVII, pela quantidade e qualidade de água e terras disponíveis e principalmente pela possibilidade de exploração de ouro, prata e "casqueiros", num dos lugares mais procurados desta região. Hoje, após mais de um século de refluxo econômico, é lugar quase que exclusivo do caiçara de subsistência. A decadência da lavoura e da exploração mineral acentuaram as dificuldades de locomoção e sobrevivência de sua população.

A pequena pesca artesanal e o atendimento ao turismo são praticamente as únicas atividades econômicas das comunidades desta ilha. O extrativismo comercial de farinha de ostra (dos vinte e cinco sambaquis ali encontrados) há muito deixou de ser feito, como também mais recentemente o de plantas ornamentais que era exercido em Lajes e Morretinho. Há dez anos, todas estas comunidades mantinham, em diversos graus, suas lavouras, de subsistência, principalmente naquelas como Costão dos Andrades por exemplo, localizadas em terras boas para a agricultura. Hoje reduzidas quando muito a pequenas roças de mandioca, autorizadas e fiscalizadas pelos órgãos ambientais.

Ao sul desta ilha localizam-se três comunidades de pescadores artesanais: Marujá, Enseada da Baleia e Pontal do Leste, na região da restinga que se estende até a fronteira do Estado com o Paraná. Balneário Marujá, antigo Porto do Meio, como o próprio nome já antecipa, está bastante influenciada pelo movimento turístico que ali se estabelece durante as temporadas⁴.

Turismo, o Vírus

Sítio Artur resume-se a seis casas dispostas em duas “ruas” transversais: quatro de alvenaria, duas de madeira. A água de seus poços é salobra, só é usada para “a limpeza”; a “de beber” tem que buscá-la nas minas existentes no continente. Fossas e lampiões. Na área comum ficam a bodega do seo Artur, os dois trapiches onde guardam os barcos que não estão em uso imediato: as redes, motores e demais apetrechos de trabalho, e o portinho, pequena praia barrenta de dois metros e meio de extensão e mais metro e meio de barranco onde amarram suas canoas.

Sete adultos homens. Todos pescam na laguna: camarão, pescada, parati, robalo, parú e inúmeros outros durante o verão, e tainha no inverno. Durante os meses de novembro a março principalmente atendem ao turismo, seja alugando suas lanchas, seja como guias de pesca ou vendendo camarões vivos para servirem de iscas para os pescadores esportivos que infestam esta região.

Embora com freqüente desdém do turista e da importância que estas atividades têm no seu cotidiano como secundárias ou eventuais (“só quando não tem mais nada para fazer”), torna-se cada vez mais evidente e inegável a relação de dependência que vem sendo estabelecida entre eles (pescadores e turistas). Uma situação que o dramático empobrecimento dos estoques lagunares contribuiu para visibilizar e, de certa forma, acelerar. Principalmente durante o verão quase todo o seu tempo ou

4. Os moradores desta vila de vinte e nove famílias, estimam que durante os picos da temporada de verão (o reveillon, a “semana santa” ou o carnaval), acorram àquelas praias mais de mil pessoas.

esforço produtivo, está voltado diretamente em atendê-lo. O bar do Artur é ponto obrigatório para quem passa por ali.

Mesmo quando estão pescando para comer ou vender, preocupam-se em capturar iscas vivas. Não se trata da simples venda de excedente, uma vez que para este fim o camarão é diferente (menor que aquele pescado para alimentação), o que exige um material, um esforço de pesca e uma estratégia de mercado específicos. Um deles, o Telmo, além disso mergulha para coletar ostras “de fundo”, que vende para hotéis e restaurantes de Iguape ou para seus fornecedores.

Essa atividade, assim como as demais coletas mangais, está profundamente prejudicada e ameaçada pelas mudanças ambientais provocadas pelo novo processo de dessalinização desta parte da laguna.

Estes pescadores deixaram há décadas a condição “clássica” da pequena produção rústico-mercantil, na qual a pesca aparecia como atividade meramente acessória e complementar, fornecedora secundária de subsistência e troca, com calendário subordinado ao das outras atividades como a lavoura e a produção de cal.

A decadência da lavoura aliada ao aparecimento de um crescente mercado consumidor para os frutos da laguna e a constante modernização dos meios de produção (barcos, redes, motores, gelo...) possibilitaram que a pesca fosse se tornando uma atividade cada vez mais se não exclusiva, especializada e contábil. Tornaram-se, talvez sem o saber, em pescadores-artesanais⁵.

Hoje assistimos a mais um momento desta interminável metamorfose. A diminuição dos estoques lagunares após décadas de intensa exploração (do aumento da poluição, da degradação dos criatórios...),

5 Onde a marginalização econômica permitiu uma articulação (muitas vezes perversa), entre o “capitalismo” e uma cultura tradicional estruturada dentro de padrões mínimos, de subsistência, ou da “pequena produção rústico-mercantil”. Entre tradição e sobrevivência. As culturas da tradição não são sobrevivências pré-capitalistas como já “foi” comum imaginá-las. Antes disso são formas intersticiais, dependentes e, embora marginais, integrantes do fluxo civilizatório. Os trabalhos dos professores Mourão (1967, 1971), e Diegues (1973, 1981), - detendo-nos apenas entre os pescadores -, mostram claramente como o aparecimento da figura do pescador artesanal no litoral sul de São Paulo é um acontecimento relativamente recente, ocorrido dentro da esfera da economia de mercado, mas nem por isso menos “tradicional”.

o crescimento de uma nova demanda que oferece a estas pessoas a possibilidade de exercerem uma atividade menos sacrificada e mais garantida, vai aos poucos propondo/impondo ao caçara um outro cotidiano, um outro calendário, específico e com dinâmica própria. Vai surgindo desta forma um outro tipo ideal de pescador, o pescador-prestador de serviços, conhecedor dos hábitos e características de sua nova presa, cuja safra espera tão ansiosamente como as de outrora. A do turista.

Insinua-se desta maneira para todo o litoral o ciclo econômico da atualidade. Não apenas ao criar demandas econômicas ou reorganizando a ocupação deste território mas também, e principalmente, transformando, contaminando, formas tradicionais de construção e imaginação da natureza com códigos ocidentalizados e, portanto, já mercantilizadas e fetichizadas da sociedade urbana contemporânea.

Assistimos nas últimas décadas à verdadeira explosão do turismo como fenômeno de massa. Multidões urbanas abandonam sazonalmente os ambientes degradados onde vivem, migrando a lugares predeterminados onde esperam fruir de imagens e sensações extraordinárias em espaços naturais ou culturais diferenciados, capazes de recompô-las do cotidiano estressante e alienante a que estão sujeitas nas cidades.

O turismo surge como opção econômica concreta e viável para diversas regiões que haviam se mantido marginalizadas dos núcleos mais dinâmicos da sociedade urbano-industrial e que, por este motivo, preservaram-se, tornando-se espécie de depositárias ou de suposta memória histórico-cultural (cidades antigas ou manifestações folclóricas, por exemplo), ou de uma natureza que imaginamos pura e natural.

Sob influência do turismo inúmeras localidades que se mantinham estagnadas há décadas, muitas delas reduzidas ao seu ponto mínimo, no limiar da anomia e desaparecimento, estão sendo reocupadas por um intenso processo urbanizador de gentes e lugares.

Guacici, Pombeva, Laje, Papagaio, Algodual, Saguazu, Acaraú, Brocuanha, Catelhano, Cocaia e Baixio são hoje apenas nomes, antigas lembranças das vilas de outrora, como provavelmente o serão

amanhã Costão dos Andrades, Trapandé, Prainha, Estaleiro, Coqueiro, Morretinho, Retiro e Piçarro⁶.

O litoral vai sendo ocupado por hotéis e casas de veraneio, multiplicam-se as “chácaras de fim de semana” e os clubes de pesca. O caiçara expulso de seu território não tem mais onde roçar, onde deixar suas canoas e redes, onde desembarcar. Se ele volta à praia, agora o faz como prestador de serviços. Os antigos trapiches tornaram-se bares; suas roças e rocios, suas matas ou tornaram-se bairros e loteamentos, ou então ecossistemas feitos intocáveis ao dispor da fruição turística.

No entanto, da mesma forma que ocorreu com os demais ciclos econômicos regionais, o turismo vem se tornando no principal veículo/ agente de comunicação através do qual estas pessoas isoladas em seu rústico cotidiano tomam contato com informações e padrões de comportamento, criando necessidades, acrescentando, acumulando capital cognitivo.

Por certo pervertem-se neste processo os fundamentos identitários de construção da natureza, que vai se tornando exclusivamente em fonte de recursos a serem apropriados. A praia, desta forma, passa a ser vista (e assim é transformada), como fonte de lazer e prazer, mesmo que seja para os outros.

No universo caipira, a praia (e neste sentido muito mais as ilhas), sempre foi considerada como o mais desprezível dos lugares. Só vivia ali o caboclo mais miserável e centrífugo, que não havia conseguido se estabelecer nem mesmo nas capuavas bravias do interior, e que encontrava neste território do vazio o espaço para sua sobrevivência e reprodução.

Estes mesmos lugares, hoje objeto de desejo, são agora avidamente procurados e especulados como espaço privilegiado de descanso e lazer. Alan Corbin nos mostra em seu belo (e já clássico) texto a longa trajetória da praia, da beira mar no imaginário ocidental, desde a antigüidade e na Idade Média, quando era vista como o lugar dos dejetos de um mundo desconhecido e assustador (o oceano), tor-

6 . Tendência apontada por Renato Rivabem Sales em “Aspectos da Pesca Artesanal na Região Lagunar de Iguape e Cananéia”. 1988.

nar-se aos poucos, a partir da Renascença, no espaço da saúde, da beleza e do lazer.

Na sociedade contemporânea, mídia, estas imagens se amplificam ao absurdo, especificando-se definitivamente. À praia estão associadas imagens de eterna juventude, de mentes sadias em belos corpos queimados de sol. As ilhas tornaram-se lugares paradisíacos, espaço para prazeres exclusivos e sofisticadas fantasias. Imagens mercantilizadas que são insistentemente veiculadas como objetos de consumo ao dispor dos gostos de classe.

Na Ilha Comprida, por exemplo, quase toda a população dedica-se de alguma forma ao atendimento ao turista. Mesmo naquelas comunidades tipicamente de pescadores artesanais lagunares, a pesca nos moldes rústico-mercantis está se tornando claramente atividade complementar, de refluxo. Ainda mais se levarmos em consideração que as “temporadas” coincidem com as “safras” mais esperadas pelo caçara pescador.

Na praia desta ilha, esta tendência já está totalmente configurada. Não há mais vestígios da antiga paisagem de trapiches e mandiocais. Apenas um enorme balneário que ocupa, caoticamente, quase toda a orla oceânica. Praticamente desabitada até o início deste século, Ilha Comprida é, hoje, retalhada em mais de duzentos e trinta mil lotes⁷, município autônomo, com prefeitura, impostos e burocracia próprios. Gentes de todas as partes mudaram-se para lá em busca de “serviço”, quer como caseiro, empregada doméstica, pedreiro ou balconista.

O mesmo ocorre aqui, no mangue. Um dos tipos mais comuns de turistas em toda esta região é o pescador esportivo. Figura recorrente desta paisagem, que afluem aos milhares atraídos pela piscosidade destes mares e pela natureza selvagem que a região ainda oferece. Pedrinhas, São Paulo Bagre, Ubatuba são alguns exemplos de grande parte das vilas voltadas para o interior da laguna que, apesar de não estarem à beira-mar, conseguiram integrar-se ao fluxo cinético do turismo.

7. Embora o texto citado da SUDELPA fale em duzentos e oitenta mil, optou-se pela estimativa que aparece no Macrozoneamento de 1990.

Como aqui em Sítio Artur. De uma forma geral sua situação melhorou sensivelmente na última década. Apesar da precariedade geral percebe-se uma certa tranqüilidade, ou uma felicidade tranqüila que envolve todos por aqui. As crianças estão "limpas" e "arrumadas". As lanchas são relativamente novas e estão em bom estado. As "prateleiras do Artur" estão sempre cheias. Riso fácil e franco dos adultos.

A legislação ambiental restritiva, independente de todas as críticas que possamos tecer, tanto quanto a sua aplicação como a sua conceitualização, ao menos conseguiu amenizar a disputa fundiária que há dez anos era, sem dúvida, a maior ameaça para a continuidade destas comunidades. Este fato não passou "em branco". O próprio discurso ambientalista, abominado até então pela maioria como mais um argumento "do povo da cidade" para privá-los de utilizar suas terras como bem entendessem, foi de certo modo incorporado ao seu discurso.

A preservação ambiental não é mais vista apenas como empecilho ao seu desenvolvimento, ao seu acesso a modernidade (no sentido que eles dão ao termo, isto é: ao consumo, ao conforto), mas agora também como garantia a sua sobrevivência. O que não quer dizer, no entanto, uma adesão incondicional às teses preservacionistas, pelo contrário. Não conseguem entender, por exemplo, porque não podem mais manter suas roças, suas trilhas, seus bichos. Seus lugares. Os diversos caminhos que percorriam seu território (até as roças e rocios, aos casqueiros, a praia) foram sendo gradativamente abandonados pela comunidade até desaparecer, hoje totalmente recuperados pela vegetação. Ilharam-os.

No entanto, caiçaras, riem-se gaiatos de multas e fiscais.

Caiçaridades

“...ao perceber, pelo paladar ou pela diferença na densidade da água, os vestígios de água doce, parte do cardume se aproxima do estuário, faz alto durante dois ou três dias, evoluindo do mar para a praia, até investir a abra da costa...Uma vez decidido penetrar, marcham em coluna cerrada, em direção às águas salobras ou doces, dispersando-se em pequenos cardumes pelas lagoas e rios.”

O inverno representa para eles um período de refluxo. Acabou a época mais intensa do turismo e com ela a possibilidade de exercer atividades paralelas como a construção civil e o comércio. Acabou a safra de verão. É nesta época que retornam o Telmo e o Wanderlei que durante o resto do ano saem atrás de serviço. É também a época das festas, como já foi da farinhada, quando ainda podiam plantar mandioca e principalmente da safra da tainha.

Os primeiros ventos frios do inverno austral marcam o início das grandes migrações dos cardumes de tainha que saem da região lagunar do Rio Grande do Sul, percorrendo a costa em busca de seus locais de acasalamento e desova (rios e lagoas), até a região de Cabo Frio no Rio de Janeiro, quando por volta do início de julho começam a retornar (arribar), com seus filhotes para as lagoas de onde vieram.

Esta migração é bem conhecida e ansiosamente esperada por todos os pescadores do litoral sul brasileiro, razão do aparecimento e existência de inúmeras vilas da costa sul brasileira. É o momento dos grandes arrastões de praia, da espia e das campanhas, uma das pescarias mais importantes e impressionantes do litoral, espetáculo comum em quase todas estas praias até há poucos anos, antes que o arrasto de parelha, a poluição e a expansão urbana fossem afastando peixes e pescadores.

Embora seja uma das atividades mais importantes para o caiçara, a pesca da tainha na laguna não tem o caráter comunitário e espetacular daquele que ocorre nas praias, onde vilas inteiras são mobiliza-

das na captura de enormes mantas com milhares de peixes. Aqui ela é pescada no silêncio do faixo ou da tarrafa, ou, o que é cada vez mais comum, em rústicas armadilhas de bambu, “cuja concepção e funcionamento são muito semelhantes a aparelhos de pesca de mesmo gênero encontradas em outras partes do mundo”⁸.

Nestes dias praticamente abandonam a pesca de rede (espera, ca-ceio). A fartura da tainha os faz dedicarem-se quase que exclusiva-mente à pesca de cerco, uma das formas mais tradicionais da peque-na pesca rústica. Durante a safra de 1995, por exemplo mantiveram seis em funcionamento, além de mais dois que só foram montados no fim de julho para aproveitar os últimos dias de fartura. São tocados em duplas. “Sócios”⁹.

A Prece

“...e o pensamento alçando-se à meditação dos grandes problemas inacessíveis à sua mesquinhez, curva-se perante o enigma impenetrável do cosmos” (Oliveira Pinto, 1940: 5)¹⁰.

É uma noite fria e clara como costumam ser as noites de inverno por aqui. Durante todo o dia houve uma intensa movimentação de homens, mulheres e crianças. São os preparativos para a fogueira de logo mais, uma fogueira especial, afinal é noite de São João. Familiares e amigos, todos reunidos, felizes e ansiosos.

Como sabe todo pescador é durante a passagem das frentes frias que os cardumes de tainha entram na barra e “ocupam” a laguna. É também o momento em que se reúnem seus predadores. O apareci-

8 . Ramos, Eduardo B., Gallo, Jaques e Verrone, Vicente M.A. “Áreas da Região Lagunar Cananéia-Iguape Suscetíveis de Exploração Pesqueira segundo Diversos Tipos de Tecnologia.1 - Pesca com Cerco Fixo”. *Boletim do Instituto Oceanográfico da USP*, 2, 1980, São Paulo.

9 . Somente em um, o mais recente e também o menos produtivo, anotei o seguinte desempenho. Três despescas renderam quarenta quilos cada, depois uma de cento e vinte, outra de cento e oitenta quilos e outra de cento e cinquenta. Ou seja, pouco mais de quinhentos quilos de tainha em quinze dias, vendidos por um real o quilo para o comprador em Subaúma.

10 . Em prefácio a “Viagem ao Brasil”. Príncipe Maximiliano de Wied Neuwied. Companhia Editora Nacional, 1940.

mento nestes últimos dias de inúmeros botos não deixam dúvidas. Amanhã será dia de despesca. Um dia com certeza tenso, principalmente para Wanderley e Murity. Eles mal conseguem disfarçar a expectativa. Seu cerco, construído há mais de um mês, só recentemente (isto é na última despesca) começou a pescar melhor. Até então tinha fracassado.

Estão conscientes que a safra em breve encontrará termo. Que, em breve, só restarão poucas tainhas (virotas), magras, “de gosto ruim”, que já desovaram e por alguma razão não retornaram para o mar, desprezadas pela qualidade inferior e pelo baixo preço que alcançam no mercado.

Sabem muito bem o que pode significar perder a safra, fracassar. Mas esta não é hora para preocupações. É hora de comer e beber, cantar e festejar. No entanto, e como não poderia deixar de ser, boa parte daquela noite foi gasta em conversas sobre amanhã, sobre a safra, o preço sempre baixo da tainha, a “dura vida de pescador” e, claro, sobre o fracasso daquele cerco.

Em momentos como este eles podem manifestar plenamente, co-participar todo o conhecimento que acumularam e desenvolveram através da experiência e da tradição, aquilo que faz a diferença entre o bom e o mau pescador. O domínio das técnicas, o conhecimento de seu território, dos hábitos e manhas de suas presas, das influências dos ventos e dos astros, do imponderável; mas principalmente, apesar de todas as dificuldades e sacrifícios com os quais “levam a vida”, do enorme prazer que sentem em fazer o que fazem e de ser o que são.

É portanto o momento da argüição: “tem de estar bem alinhado com a margem”. A amarração da malha tem que estar bem feita pois, “se um peixe achar ou forçar uma passagem entre a trama”, todos os outros o seguirão. Pode também estar assoreado, ou então, ou então foi erro na construção da boca, da sala... Inúmeros pormenores ou improváveis falhas que só serviam para narrar seu conhecimento e capacidade de especulação.

Amanhece. Pouco a pouco a festa vai se esvaziando, tornando-se introspectiva. Embriagados de álcool e estrelas deixam final-

mente a fogueira em paz e vão dormir um pouco, afinal “amanhã” é dia de despesca.

O cerco fixo é uma armadilha feita de ripas de taquara (*Philostatis aurea*), sustentada por uma estrutura de paus roliços medindo entre dez e doze braças, dependendo da amplitude das marés no local. Consiste basicamente em um anteparo perpendicular à margem, a espia, que interrompe a trajetória dos cardumes, conduzindo-os através de uma boca estreita onde chega no curral propriamente dito, a casa do peixe, de onde não conseguem mais sair¹¹.

A operação de despesca é realizada normalmente por dois homens que utilizam para isso apenas o auxílio de uma pequena rede de menos de dois metros de comprimento. Como norma é feita a cada três dias, na maré baixa. No entanto, os cercos são constantemente visitados, caso tenha entrado algum cardume durante a última cheia.

Depois de amarrar a canoa em um dos bordos da casa do peixe, sobem no cerco apoiando-se nas travessas apropriadas que rodeiam a sua estrutura. De cima eles percorrem com a rede, um por dentro, outro por fora, todo o interior da armadilha, aprisionando os peixes em um dos cantos, puxando-os para cima com a rede, quando são finalmente atirados à canoa. Como muitos peixes escapam ou pulam da rede durante a operação (principalmente no momento de levantá-los), esta tem que ser repetida três, quatro, cinco vezes. Mesmo assim alguns sempre acabam ficando sendo deixados aí dentro, “pra próxima”.

Saldo da despesca: cerca de cento e sessenta peixes, o que para estes sócios foi muito bom. Após tudo por que passaram nestas últimas semanas e o que ouviram de seus pares na noite passada, era uma indiscutível vitória cujo troféu poderiam exibir orgulhosos. Estavam radiantes. “Que maravilha”. “Eu bem que pedi para São João para que cada fagulha da fogueira fosse uma tainha no cerco”. Não

11 . Este tipo de pescaria não é exclusividade da tainha. Em tese serve para qualquer espécie de peixe, em qualquer época do ano. No entanto como tem vida útil bastante limitada (por volta de quatro meses nesta região onde a água é praticamente “doce”), exigente em manutenção e reparos e como sua construção é demorada e dispendiosa, ele acaba sendo usado apenas nesta época. Em Cananéia onde a safra de verão é muito mais interessante são mantidos durante o ano inteiro.

viam a hora de voltar para casa e comemorar a pescaria. Já no bar do Artur chegaram Telmo e Carlinhos com o resultado deles, quase trezentas tainhas...

Encantando o seu cotidiano com fogueiras, santos e fagulhas, estas pessoas manifestam sua forma particular e mais completa de saber. Unindo sua experiência pessoal com a de seus ancestrais (a tradição), permeando-as com a tentativa de decifrar e domar as imprevisibilidades características da pesca e da própria natureza. Quem sabe não estejam assim de algum modo exorcizando as forças desorganizadoras que colocam em tensão e em risco seu universo e forma de vida, estetizando-as, e quem sabe, apontando para alguma forma de utopia rústica. Quem sabe aqui, nesta dimensão livre de formas, lugares e conceitos e plenas de fluxos desejantes, não esteja a continuidade, ou melhor, a possibilidade da continuidade desta tradição.

Seu Artur, o arqueólogo

Há o velho Artur, nascido aqui mesmo em Barra do Subaúma há setenta e sete anos. Foi pescador, lavrador de arroz e mandioca, é atual reduto da consciência da vila, dono do boteco e “pai” de todos. Velho gaiato, o Artur até que não é baixo para os padrões locais, gordinho e simpático. Conversa horas sobre o mero de cento e oitenta quilos que pegaram há quase vinte anos atrás (“teve que dar dois tiros no olho para poder tirar o bicho do cerco”). A grande glória de um mau pescador. Ri de si próprio como tal. Suas histórias de pescaria são motivo de reuniões e gargalhadas entre seus filhos e sobrinhos, os adultos da vila.

É desta forma “reversa” que ele desempenha o papel que normalmente se espera dos mais velhos, principalmente neste contexto “comunitário”. Longe de se identificar com uma figura grave, quase sagrada, bastião da moral e da sabedoria ancestral, ao contrário, apresenta-se como um velhinho desavergonhado e boêmio, beberrão e mau pescador.

Quis o destino que dentre os adultos de sua época somente ele sobrevivesse. Seu irmão, por exemplo, era o curandeiro de todas as

vilas da região, conhecedor dos ancestrais saberes e fazeres caiçaras, “vinha gente de todo o canto para se tratar com ele”. Isso no entanto não o impediu de exercer o papel de exemplaridade e transmissão de conhecimento (ética), base e fundamento para a construção cotidiana de sua identidade e sobrevivência. Ao contrário parecer ter-lhe dado maior pertinência e singularidade.

As origens desta vila remontam há pelo menos quatro gerações. Vieram para cá em busca de terra para plantar. A pesca só “recentemente” tornou-se economicamente relevante. Havia muita lavoura de arroz e mandioca, e principalmente a extração de cal, retirado dos casqueiros¹² da região, atividade bastante comum por aqui no passado.

Ao peneirar o material extraído do sambaqui com seu pai e avô, para separar as conchas do resto, encontravam utensílios e muitos ossos...” cada coco (crânio) que o senhor tinha que ver...”, “...aquele povo era de gente grande”. Perguntei meio de brincadeira o que eles faziam com esses ossos, se os queimavam junto com as conchas para fazer cal. “Não”, enterravam tudo “direitinho”, respondeu com respeito e um certo temor em sua voz...”o pessoal fala que é coisa de índio, mas não é não, nunca vi índio por aqui. Aquilo é tipo um cemitério dos Antigos.

Suas histórias da vida já são contadas por todos. Histórias de mulheres e cabarés, bebedeiras e confusões de uma época imaginária que sugere uma Iguape e um Artur (desejosamente) mais urbanas do que hoje o são. O passado não é muito valorizado em suas narrativas. Era sim o tempo do peixe farto, abundante, da lavoura, “hoje esse pessoal mais novo não quer mais saber de plantar”..., mas também da vida dura e sacrificada, de poucos recursos, das quatro horas remando para chegar a Iguape. “Oito, se fosse contra a maré”, das dificuldades.

Velhas histórias do tempo dos antigos, época indefinível onde ficam reunidos os fatos ocorridos em sua juventude, como os de seus avós e dos avós de seus avós e assim até “o início dos tempos”, até “antes do dilúvio”. Lembranças imaginárias do vivido e do não-

12 . Um dos nomes dados aos sítios conchíferos.

vivido, onde Homem e Natureza (natural e sobrenatural, ordinário e extraordinário), fazem parte de uma só unidade ao mesmo tempo cenário e personagem desta saga caiçara.

Espécie de arquétipos virtuais, que revelam séries narrativas onde o que é lembrado são as palavras e não os fatos. Escapam desta forma aos grilhões da memória individual tornando-se como fragmentos depositados no tempo, bricolados pela oralidade, construindo uma narrativa (uma temporalidade), não-linear, reversível e, quem sabe, “como reflexos opostos do presente, modelos de exemplaridade para o futuro”¹³

Como verdadeiro arqueólogo da memória, o velho Artur inventa a partir deste passado imaginado um não-lugar onde já não importam datas ou cronologias, fatos ou ficção, construindo seus pequenos mitos fugazes e particulares com os quais aprendem a se tornar pescadores, arturenses, caiçaras, Homens.

Este velho homem assistiu seus filhos e sobrinhos abandonarem a lavoura e dedicarem-se à pesca. Juntos viram o surgimento das multidões urbanas e de seus balneários. Conseguiram as facilidades da lancha e do doutor, mas também sofreram da falta de dinheiro e com a pressão imobiliária. O que ele constata, agora, é a partida de seus netos mais velhos para estudarem e trabalharem na cidade, tornarem-se embarcados ou funcionários. Pressente o fim dos seus dias, angustia-se porque teme que estejam próximos também os dos seus.

O que será do Sítio Artur sem seo Artur? Barra do Subaúma. O que será da laguna sem os pescadores dos inúmeros “sítios Artur” que a povoam? Sem dúvida um lugar mais triste e desencantado.

13 . Carvalho, Edgard de Assis. “Imagens da Tradição”.

Pangéia

“O reencontro inesperado e enriquecedor entre a ciência e as diferentes tradições do mundo permite pensar no aparecimento de uma nova visão da humanidade, fruto de um novo realismo, que poderá conduzir a uma nova perspectiva metafísica.”¹⁴”

Procuramos atualmente por novos modelos de “desenvolvimento”, baseados em tecnologias menos agressivas, em modelos societários também menos agressivos, e em uma visão renovada da natureza¹⁵ como única forma de afastar as ameaças de destruição que pairam sobre a vida no planeta. Sem a compreensão também renovada da tradição e dos ensinamentos que ela pode nos oferecer, este desafio será, sem dúvida, intransponível para a nossa racionalidade tecnocientífica.

É neste sentido que se coloca a importância de uma cultura específica, como é o caso do ilhéu, ou como aqui do caiçara lagunar de Cananéia-Iguape, localmente especializada no conhecimento e exploração de um ecossistema, no desvendamento de suas leis e dinâmica.

No entanto, tais singularidades ecosófica (cujo processo de formação e auto-organização em última análise independem de nossa capacidade de conceituá-la ou mesmo de objetivá-la), não são coisas decifráveis por formulações reducionistas que tendem a transformá-las em identidades fechadas e potencialmente exclusoras, alvos passíveis para olhares relativistas ou como justificativa a pretensas competências burocrático-acadêmicas que se alimentam de uma hiperfragmentação arbitrária e artificial da realidade humana¹⁶.

Algo se revela por dentro, ou nas profundezas destes savoir-faires tradicionais, e que, me parece, escapa à maioria das tentativas, etnocientíficas de capturá-lo. A tradição, qualquer que seja, mesmo

14. *“la rencontre inattendue et enrichissante entre la science et les différentes traditions du monde permet de penser à l'apparition d'une vision nouvelle de l'humanité, voire d'une nouveau rationalisme, qui pourrait conduire à une nouvelle perspective métaphysique”.* (op. cit. p. 276)

15. *“une conception renouvelée de la Nature”.* Déclaration de Venise. annexe 1, pág.275

16 Uma tendência que no limite nos tornaria como os cartógrafos de Borges, cujo mapa desmedido tinha o exato tamanho da coisa representada.

as que por ventura venham a ser inventadas¹⁷, revela, expressa, e é, uma outra forma, polilógica, mágico-racional, de pensar o Homem e a Natureza, de imaginá-los, e simbolizá-los.

Talvez seja exatamente desta imagística da tradição que falte a nossa objetividade instrumental. Talvez esteja aqui, no caiçara, os elementos, ou fragmentos de uma nova utopia, de uma sociedade harmoniosa e solidária, fundada em uma temporalidade outra que não a da mito-ideologia do progresso linear e cumulativo.

Talvez assim possamos entender plenamente a metáfora da ilha (da insularidade dos homens e da cultura), como alegoria de nosso destino comum nesta ilha cósmica em que vivemos e como fundamento ético maior em direção a uma necessária meta-identidade planetária.

“Um dia, talvez, virá um sinal de outro planeta. E, por um efeito de solidariedade, cujos mecanismos o etnólogo estudou em pequena escala, o conjunto do espaço terrestre passará a ser um lugar. Ser terráqueo significará alguma coisa.”¹⁸

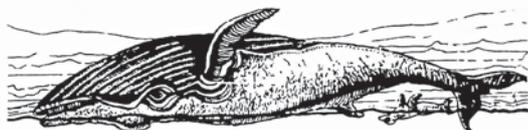
17 . Edgard de Assis Carvalho. “Imagens da Tradição”, 1992:104.

18 . Augé, Marc. “Non-lieux: Introduction à une anthropologie de la surmodernité”. Seuil, 1992.

[REDACTED]

O MATO E OS MANGUEZAIS NA ILHA DO MEL: A PERCEPÇÃO DOS NATIVOS

Lea Maria Tomaz



O PRESENTE TRABALHO apresenta algumas das percepções¹ dos nativos² das vilas de Nova Brasília, Farol e Ponta Oeste³, na Ilha do Mel, sobre a vegetação que cobre essa ilha. Essas considerações são resultado da análise de dados levantados em pesquisa realizada entre maio e novembro de 1995 com o objetivo de levantar a

¹ A percepção, de acordo com o sentido dado por Geertz (1989:317), refere-se aos significados, emoções, conceitos e atitudes, no caso, para com o espaço silvestre da Ilha do Mel.

² Denominação antiga dos habitantes da Ilha do Mel. Eles mesmos assim se chamam quando designam os seus em oposição aos que são de outros lugares. O termo será aqui utilizado de acordo com o Dicionário Aurélio: indivíduo natural de uma terra, de um país (por oposição a um estrangeiro, colono, etc.) (Ferreira 1986).

³ Essa vila, outrora grande povoado pesqueiro, encontra-se extinta e alguns dos últimos moradores mudaram-se recentemente para Nova Brasília.

relação dos nativos com a vegetação da Ilha do Mel e a mesma enquanto área natural protegida⁴.

Com 113 alqueires, a Ilha do Mel (fig. 1) localiza-se na entrada da Baía de Paranaguá, região central da costa paranaense. No formato de um grande oito mal traçado, divide-se em duas áreas bem definidas: sul (formada por vários morros interligados por breves planícies arenosas) e norte (formada por uma extensa planície arenosa, além de dois morros), ligadas por uma estreita faixa arenosa. A cobertura vegetal da Ilha do Mel é bastante heterogênea em relação à sua área pouco extensa. Existem vegetações de influências marinhas (vegetação de praias e dunas, florestas de restinga e vegetação dos costões rochosos), flúvio-marinhas e fluviais (manguezais e caxetais) e vegetação de Floresta Atlântica. Os manguezais são pouco extensos, localizados no mar de dentro, entre Nova Brasília e Farol e outro na parte noroeste, próximo à Ponta Oeste (Silva, 1994: 32).

A população nativa, constituída a partir da miscigenação entre brancos, índios e negros, vivia da pesca artesanal⁵ e agricultura para consumo, plantando no sistema de pousio⁶ principalmente a mandioca para o fabrico de farinha. Em meados de 1970, com a emergência de novas filosofias de vida, valorizando paisagens naturais em áreas pouco habitadas e o surf, o turismo gradativamente ganhou espaço na economia nativa. A partir da década de 1980, com a instalação de uma empresa marítima que faz regularmente a travessia (Pontal do Sul — Ilha do Mel) e a instalação da luz elétrica, o fluxo de turistas aumentou consideravelmente. A população passou a conviver mais

⁴ Athayde, E, 1995. A análise sociológica desses dados resultou no trabalho TOMAZ (1996a) o qual embasa o presente artigo.

⁵ A pesca artesanal caracteriza-se pela simplicidade tecnológica e baixo custo da produção (apesar da introdução atual de alguns elementos mais modernos como o barco a motor e o fio de nylon). Os grupos de trabalho são formados por referenciais de parentesco e a produção é voltada para o consumo e o comércio — geralmente dependendo de intermediários (Maldonado 1986:15).

⁶ Abre-se o campo através de uma queimada, cultiva-se a terra e após a colheita a terra é abandonada por um período variável de 5 a 20 anos.

de perto com a dinâmica social do turismo. Em consequência, ocorreram alterações nas práticas sociais, havendo uma reorganização da base simbólica da sociedade.

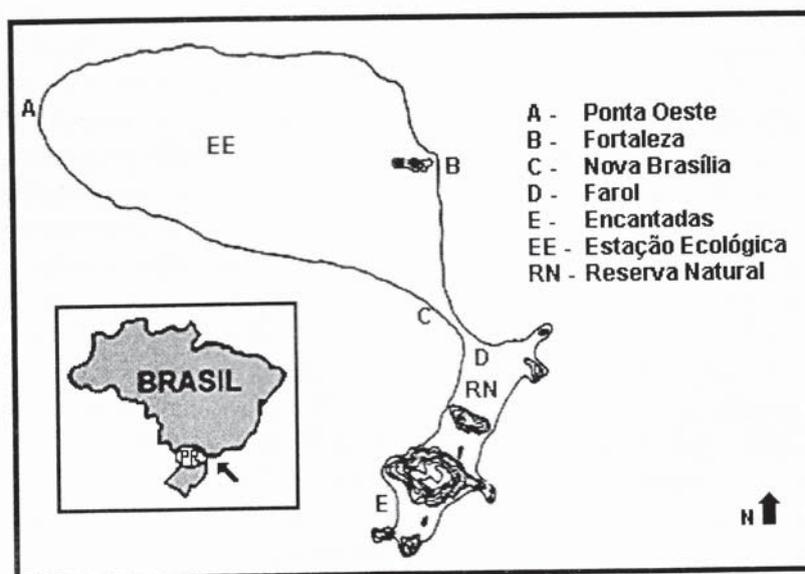


Figura 1 - Povoados e áreas naturais protegidas da Ilha do Mel.
No detalhe, localização da Ilha do Mel no Paraná e Brasil.

Com a aceleração do turismo e a conseqüente expansão terrestre, o Governo do Estado⁷ mobilizou-se com o fim de controlar a ocupação desenfreada do espaço, o superpovoamento, o desmatamento, etc. Para preservar a vegetação nativa foram implantadas áreas de proteção ambiental — a Estação Ecológica, com 2.240,69 ha e a Reserva Natural, com 345,79 ha — áreas que representam 93% do espaço total

⁷ Através do então Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Paraná, ITCF (posteriormente Instituto Ambiental do Paraná, IAP) e do Batalhão da Polícia Florestal do Paraná.

da Ilha. Além de fiscalizar essas áreas, o IAP e a Polícia Florestal controlam a ocupação humana, restringindo vendas, construções ou reformas de casas.

O desenvolvimento turístico proporcionou o aumento das atividades comerciais. Nativos e ex-veranistas montaram negócios na Ilha do Mel. Atualmente, os serviços relacionados ao turismo dominam a economia, acarretando uma sazonalidade específica de turismo litorâneo. A pesca tem importância como complemento alimentar, principalmente no período em que o turismo está em baixa, entre os meses de março a novembro. Cerca de 45% dos nativos são proprietários de estabelecimentos comerciais, tais como campings, pousadas, bares, minimercados; e são locadores de casas ou de carros para transporte de bagagens para turistas. O restante distribui-se em atividades geralmente temporárias ligadas ao turismo: são funcionários de estabelecimentos comerciais (cozinheiros, atendentes, serviços de limpeza, etc.); outros são funcionários públicos (atendentes dos postos de telefonia e de saúde ou coletores de lixo reciclável); puxadores de carro próprio ou locado do dono da frota; barqueiros; e aposentados, geralmente ex-pescadores (Athayde & Tomaz 1995). Cabe lembrar que a maioria dos nativos homens afirmam ser também pescadores, apesar de pescarem para consumo próprio apenas fora da temporada de turismo.

O discurso dos nativos foi analisado tendo como instrumental teórico a noção de Representação Social. Elaborado no processo de constituição das ciências sociais, a partir das discussões sobre representações coletivas (Durkheim, 1978a, 1978b; Mauss, 1974, 1979; Lévi-Strauss, 1967), representação social, enquanto construção intelectual, constitui-se num processo que torna o conceito elaborado e a percepção inicial de determinado objeto de certo modo intercambiáveis por se engendram reciprocamente. No âmbito do conceito, refere-se ao objeto representado, dando-lhe um sentido, simbolizando-o. No âmbito da percepção, refere-se ao próprio objeto, recuperando-o para o nível do entendimento, tornando-o tangível. Responsável pelas transformações entre o que é "tomado" do real e o que é "devolvido"

ao real, esse processo confere materialidade às abstrações, exprimindo uma ordem precisa que se torna autônoma (Moscovici, 1978: 57). São conjuntos dinâmicos de produção de comportamentos e de relações com o ambiente, preparando o indivíduo para a ação na medida em que remodela e reconstitui os elementos do ambiente em que o comportamento deve ter lugar (Spink, 1994:121). Atuam nesse caso como estruturas estruturantes (Bourdieu, 1987). Ao mesmo tempo, conferem um sentido a esse comportamento, integrando-o a uma rede de relações em que está vinculado o objeto representado. Fornecem noções, teorias e os fundos de observação que tornam as relações estáveis e eficazes (Spink, 1994: 121). Agem, nesse sentido, como estruturas estruturadas (Bourdieu, 1987).

Enquanto formas de conhecimento prático que orientam as ações no cotidiano, a elaboração das representações sociais ocorre na interface de duas forças. Por um lado, os conteúdos que circulam na sociedade, e, por outro, as forças decorrentes do processo de interação social e as pressões para definir determinadas situações de modo a confirmar e manter identidades coletivas. Nesses termos, o contexto é formado pela justaposição de dois textos:

“o texto sócio-histórico, remetendo às construções sociais que alimentam a subjetividade; e o texto — discurso, versões funcionais constituintes das relações sociais” (Spink, 1994: 121).

A origem dos conteúdos que circulam na sociedade encontram-se tanto em produções culturais mais remotas, constituintes do imaginário social, quanto em produções locais atuais. Assim, o contexto das representações sociais pode ser definido tanto pelo espaço social em que se desenrola, como a partir de uma perspectiva temporal, que, por sua vez, é marcada por três tempos:

“o tempo curto da interação que tem por foco a funcionalidade das representações; o tempo vivido, que abarca o processo de socialização, o território do habitus⁸ (...); e o tempo longo, domínio das memórias coletivas onde estão depositados os conteúdos culturais cumulativos de nossa sociedade, ou seja, o imaginário social.” (Spink, 1994: 122)

Ao questionarmos a importância do mato e dos manguezais da Ilha do Mel, vimos no discurso dos nativos a presença de uma noção de utilidade prática, relacionada aos antigos usos e costumes dos habitantes da ilha, especificamente às atividades de extração de recursos naturais na terra e no mar.

Nos depoimentos sobre a importância do mato foram levantadas representações sociais que personificam elementos simbólicos constituídos num tempo longo, veiculados no imaginário social. Essas representações sociais participam da criação de significações dando sentido à realidade. São condutoras da expressão simbólica do real e do imaginário social. O simbólico, diferente do signo — cujo significante é arbitrário —, é marcado por uma homogeneidade entre significante e significado, no sentido de um dinamismo que organiza o pensamento simbólico repleto de imagens. Expressa um modo de conhecimento indireto, cuja relação entre o significado e o significante produz uma epifania (Durand, 1988:21). A dicotomia valor de uso e valor simbólico é, no entanto, mais metodológica do que prática, pois para o homem a natureza é dotada de um valor em si, ao mesmo tempo em que confere a ela um valor de uso (Lévi-Strauss, 1976).

Célia (33 anos) comenta: é do mato que a gente sobrevive né, se só tivesse areia aqui não dava pra morar, o mato ajuda a segurar a terra. Entre os diversos sentidos dados à existência do mato, a manutenção do espaço de reprodução da vida dos habitantes da ilha é um deles.

⁸ Para se compreender as práticas sociais há que se levar em conta o “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”, isto é o habitus (Bourdieu 1987: 191), que engloba condições objetivas, ao construir as relações objetivas que estruturam as práticas individuais, e condições fenomenológicas, ao partir da experiência primeira do indivíduo (Ortiz 1983: 8).

A floresta é tomada como um abrigo das adversidades do meio natural, protegendo o solo, as casas e as pessoas da ação do sol, dos ventos e tempestades e, principalmente, da erosão causada pela ação do mar. Jair (25 anos) exemplifica o temor que os nativos possuem em relação ao avanço do mar: com árvore a Ilha fica mais segura, se tirar tudo, fica sem árvore [...], sem árvores o mar destrói a Ilha, o que segura a Ilha são as árvores. O temor do avanço do mar fundamenta-se no movimento marítimo nas ocasiões de “ressacas”, quando marés “de lua”, de alta amplitude, vêm acompanhadas de ventos sul ou sudeste (Paranhos-Filho, 1994: 23). Nesses períodos a erosão é intensificada em vários pontos da Ilha, principalmente no seu istmo, entre Nova Brasília e Farol⁹

Alguns nativos tentam explicar o fenômeno: o mar vai comer a Ilha [...] é a natureza se voltando contra o homem. O autor da frase, Perigoso (59 anos), reproduz uma representação social profundamente simbólica. As forças da natureza comandam as forças do universo, é uma naturalização da divindade, uma hierofania.

Para Mircea Eliade (s/d: 37), a natureza nunca é exclusivamente “natural”, é sempre carregada de valor religioso. O mundo é impregnado de sacralidade, os deuses manifestam as diferentes modalidades do sagrado na própria estrutura do mundo e dos fenômenos cósmicos. Tradições judaico-cristãs descrevem o mar como um símbolo da hostilidade de Deus, que pode suscitar ou acalmar suas tempestades (Jonas 1,4; Mateus 8,23-27 e paralelos). As tormentas simbolizam a intervenção divina e, em especial, a cólera de Deus, podendo também significar as calamidades vingadoras. Com elas se desenrola a ação criadora, os seres nascem do caos num indescritível transtorno cósmico (Chevallier & Cheer, 1992: 888).

⁹ Há registros de erosão no istmo desde 1930 (Figueiredo, 1954). Em 1954 o comprimento do atual istmo era de 152 metros. Entre 1954 e 1992, o mar erodiu em média 3,8 metros por ano, chegando a 4 metros em setembro de 1992. O ritmo erosivo aumentou bastante nos últimos anos de maio de 1991 a maio de 1992 o mar erodiu 20 metros (Paranhos-Filho 1994: 21). Houve a destruição de casas e terrenos em vários pontos dessa região. Atualmente o istmo foi totalmente erodido; durante a maré cheia a água cobre o istmo formando um pequeno canal.

O solo arenoso da Ilha do Mel contribui para a representação de que a floresta é sinônimo de segurança para seus habitantes. Sendo a areia o elemento predominante do solo é fato sabido que a floresta o “sustenta”. Nilo (37 anos) explica:

“sem a vegetação, qualquer lugar que haja mata e seja retirada, o solo perde, enfraquece, fica que é só areia, a árvore depende da terra e a terra depende da árvore”.

A floresta é de grande importância para a manutenção do espaço de reprodução social. Há o reconhecimento de que sem a floresta seria impossível para os nativos viverem na Ilha. A vida dos habitantes é assim condicionada à manutenção da floresta, buscam preservá-la na medida em que ela permite a reprodução de suas vidas nesse espaço. Essa necessidade de preservação é, entretanto, diferente das concepções de preservação da natureza criadas a partir da ciência que personifica a razão (e dessacraliza a natureza). Na definição de princípios éticos-filosóficos que a sociedade deve tomar em relação à natureza, Siqueira (1987: 97) aponta duas vertentes racionalistas, balizadoras da relação homem-natureza: a tendência instrumentalista da investigação científica — iniciada pelos sofistas —, onde a ciência é instrumento para o homem chegar a determinados objetivos; e a tendência finalista — iniciada pela escola socrático-platônica e desenvolvida por Aristóteles —, onde se valoriza a dimensão finalista da investigação científica, ou seja, a ciência tem um valor em si mesma, independente da sua utilidade. No âmbito das discussões sobre conservação ambiental, isso se traduz também em duas vertentes básicas: uma tendência antropocêntrica, onde a natureza é objeto de usufruto dos homens e sua conservação é necessária para o uso futuro do “recurso natural”, atendendo às necessidades dos homens; e a tendência ecocêntrica, onde o mundo natural tem um valor em si mesmo, independente da utilidade que possa ter; a conservação teria então um fim em si mesma, seria destinada a proteger a natureza selvagem dos avanços do crescimento demográfico e da devastação do mundo moderno (Diegues, 1993: 6-7).

A importância da floresta, enquanto necessária para a renovação do ar, foi outra das questões mais lembradas: é um pulmão, purifica o ar, fornece o ar que a gente respira (Inácio, 58 anos). A representação social que parece reproduzir uma ideologia urbana pautada na ciência é também carregada de elementos simbólicos. Enquanto o vento é associado a uma força elementar que pertence aos Titãs, indicando sua violência e cegueira (Chevallier & Cheer, 1992: 935), o elemento ar é simbolicamente associado ao sopro, representa o sutil intermediário entre o céu e a terra, o mundo de expansão que, comentam os chineses, é insuflado pelo sopro necessário à sobrevivência dos seres (Chevallier & Cheer, 1992: 68). Nas tradições bíblicas, o sopro divino é lembrado em vários momentos: dá vida ao primeiro homem (Gênesis 6,3) ou dignifica outros, como Sansão que, ao receber o sopro divino (Juízes 6,34), mata mil filisteus armado de uma queixada de jumento. Fornece a vida, beneficiando o homem espiritual, psíquica e materialmente (Chevallier & Cheer, 1992: 851).

Outra importância é a água potável que verte do interior da floresta, território de muitos seres vivos: o mato ajuda pra ter água [...]. Sem o mato acaba os bichos (Davi, 35 anos). O mato serve pra ter água, pra ter bichos (Perigoso, 59 anos). A floresta é lembrada no seu aspecto simbólico como um centro de vida, uma reserva de frescor, uma fonte de regenerescência (Chevallier & Cheer, 1992: 580). A água que verte da floresta é associada à vida, é origem e veículo dela. Nas tradições judaico-cristãs simboliza a origem da criação e em certas alegorias tântricas representa o sopro vital (Chevallier & Cheer, 1992: 16).

Quanto ao valor de uso, a utilidade dos recursos naturais da floresta era bastante comum antigamente. Isso ficou claro nas diversas conversas com os moradores idosos da Ilha, ao recordarem sobre os diversos usos do mato. Luciano (64 anos) revela:

“Antes, no povoado antigo [Ponta Oeste], as casas eram de palha, do coqueiro jerivá, pegava as folhas pra cobertura das casas de barracão, a madeira do jerivá era pras paredes, aqueles dos mais grossos [...]. Pro ripamento das casas, o palmito maduro dava uma madeira muito boa. Eu usava muito a madeira, às vezes uso

ainda a maçaranduva pra cabo de machado e remo. [...] A caxeta pra reforma de barco, tem muita caxeta, canela na ilha, tem cedro também [...], guanandí tem muito, é boa pra embarcação, pro vigamento das casas, os bichos não comem, mas tem que tirar na lua boa, que é a minguante. [...] é bom porque dá tudo, remédio, madeira [...] os matos pequenos dão plantas medicinais [...] dá palmito também [...], tem o mangue-do-mar [a canapuva] que a gente usava a casca pra curtir o fio da rede, o manguinho [ou mangue-manso] nasce atrás da canapuva, é bom pra madeira, é uma madeira amarela, bom pra casa, pra cabo de machado, remo também [...] e tem a siriúva, tem uma casca branca, essa não tem muita serventia.”

A média de idade entre os que relacionaram a importância da floresta ao uso é de 57 anos. Luciano, entre outros nativos mais velhos, demonstra certa intimidade com o mato e os manguezais, ao apontar diversos tipos de madeira e definir os tipos de árvores predominantes nos manguezais do litoral paranense: a canapuva ou mangue vermelho, a siriúva ou mangue amarelo e o mangue-manso. A casca da canapuva foi muito usada para o tingimento das antigas redes de algodão¹⁰ para aumentar sua durabilidade. Além do fortalecimento das redes, Diamantino (86 anos) lembra de outra antiga utilidade, a siriúva dá até pra encerar a casa, soca a casca, depois esfrega no chão pra conservar a madeira.

O acesso ao consumo industrializado acrescido às proibições impostas pelos órgãos ambientais oficiais contribuíram para a diminuição dessas práticas. Todavia, ainda é comum a extração da madeira para pequenas reformas domésticas e pequenos consertos: pra cerca ainda pode tirar árvore pequena [...] é só pedir que eles deixam cortar um pau, guanandí pra levantar caixa d'água, caxeta, a polícia florestal deixa, afirma um senhor de 55 anos.

Vários entrevistados disseram que os policiais florestais permitem que os nativos mais pobres retirem, eventualmente, madeiras maiores para construir a estrutura de suas casas. Isso foi visto na casa de um pescador que recentemente havia se mudado de Ponta Oeste para Nova Brasília. Em todas as ocasiões os nativos contam com a conivência dos policiais, que orientam a retirada esparsa da madeira:

¹⁰ Esse tipo de rede foi substituída pela rede de fio de nylon, bem mais resistente.

antes até o ITCF fez casa com a madeira da Ilha, hoje, quando a gente precisa, tem uma necessidade e não tem condição, pede permissão pros florestal e eles deixam, dizem pra cortar escondido, sem desmatar, sem fazer clareira, cortar um pau aqui, outro ali..., explica um ex-morador de Ponta Oeste. Os próprios nativos confirmaram, porém, que a extração de qualquer tipo de recurso da floresta é proibida e que os policiais nem sempre agem dessa forma. A orientação recebida é a proibição do aproveitamento de qualquer tipo de recurso natural presente nas áreas de conservação. A conservação das áreas silvestres da Ilha segue a tradição de conservação ecocêntrica. A Estação Ecológica é reserva estadual de conservação permanente, profundamente restritiva quanto à extração de recursos e destinadas fundamentalmente à preservação da biota¹¹ A Reserva Natural é uma área de conservação não oficial; pela particularidade de suas áreas (encosta de morros, vegetação de dunas, etc.) está incluída como área de preservação permanente segundo o Código Florestal (Lei 4771/65).

Segundo Da Matta (1991:17-20), persiste no Brasil a lógica da pessoalidade, das relações jocosas que são englobadoras das relações baseadas na burocracia impessoal das leis das sociedades nacionais, cuja ideologia é individualizante. É a lógica da “casa” e da “rua”¹², onde a primeira “engloba”¹³ a segunda. Diante de certos impasses institucionais ou legais, os brasileiros costumam “englobar a casa na rua”, principalmente quando o elemento mais importante é o “idioma de conciliação”, quando então as questões são tratadas sob um prisma pessoal, familiar, “doméstico”. No caso dos policiais florestais da Ilha do Mel, por conhecerem a realidade local, sentem-se na obrigação de relativizar a impessoalidade das leis de modo a tole-

¹¹ Conjunto de seres animais e vegetais de uma região (Ferreira, 1986).

¹² A “casa” e a “rua” são categorias sociológicas que dão conta das noções através das quais uma sociedade pensa a si mesma e institui como seu código de idéias e valores, sua cosmologia e seu sistema de classificação das coisas do mundo. E também para traduzir aquilo que a sociedade vive e faz concretamente — o seu sistema de ação, referido e embebido nos seus valores (DaMatta, 1991:17)

¹³ Termo usado por Louis Dumont (1985) para definir “uma operação lógica na qual um elemento é capaz de totalizar o outro em certas situações específicas” (Da Matta, 1991:19).

rar a extração de recursos em casos excepcionais, ditados por regras (“tradicionais”) subentendidas. A extração de madeiras por nativos detentores de menos recursos financeiros é normalmente consentida. A caça e a abertura de clareiras para a agricultura, no entanto, são totalmente proibidas. Os policiais refletem o caráter pessoal, “caseiro”, apontado por Da Matta (1991), ao tomarem como pressuposto a realidade local e permitir a burla de leis impessoais, o mundo da “rua”.

Ao questionarmos a importância dos manguezais tivemos acesso à relação dos nativos com os recursos derivados do mar. A maioria dos nativos, homens e mulheres de todas as idades, disseram que os manguezais servem para abrigar peixes, siris, ostras e caranguejos, associando-os a um viveiro de animais marinhos. Os manguezais também foram apontados como espaço propício para a reprodução desses animais. Thamm & Urban (1995) lembram que a grande quantidade de matéria orgânica que se concentra nos manguezais serve de alimento para muitas espécies marinhas. Cerca de 80 a 90% das espécies comerciais brasileiras de pescado dependem dos manguezais. Luciano (64 anos) explica:

“É uma cria de caranguejo, um abrigo pra peixes, tainha, siri, tem muito peixe que vão costeando, costeando, vão se abrigar. [O mangue] dá vida pros caranguejos, quando as marés crescem, os peixes ficam nas raízes do mangue, [...] eles vão costeando, costeando, vão lá pra dormir, pra descansar, pra fugir dos peixes maiores que come eles. Na raiz do mangue tem ostra, as ostras se criam lá na raiz do mangue.”

As dinâmicas de desenvolvimento dos animais são difundidas para todo o grupo, de modo que as representações sociais dos manguezais integram o processo de apreensão e propagação de significados (Doise, 1993; *apud* Duveen, 1994) sobre o universo pesqueiro. A pesca entre os nativos das vilas investigadas¹⁴ cumpre o papel de complementar a alimentação. Os homens pescam com linha e anzol

¹⁴ Segundo alguns nativos, há em Encantadas, povoado da face sul, homens que vivem principalmente da pesca em mar aberto.

nas rochas ou a canoa do lado da baía, havendo poucos proprietários de redes.

Como apontou Spink (1994), as representações sociais são produzidas num contexto definido pelo espaço social e se desenrolam numa perspectiva temporal marcada por três tempos. Os elementos simbólicos relacionados à vegetação fazem parte das memórias coletivas onde se encontram os conteúdos cumulativos da sociedade, constituídos num tempo longo. As utilidades da vegetação fazem parte do habitus, das predisposições adquiridas em função do pertencimento a um determinado grupo social e compreendem o tempo vivido, como pudemos observar nas representações sociais construídas a partir da influência dos nativos mais velhos. E num tempo curto de interação, as representações sociais podem ser vistas através de sua funcionalidade (Spink, 1994). Neste caso, é possível observar as influências dos agentes externos (visitantes esporádicos, veranistas, meios de comunicação, etc.) no discurso dos nativos.

Um exemplo dessas influências são as representações sociais de nativos que se referiram genericamente à floresta: é importante não desmatar por causa da natureza (Titico, 28 anos); é necessário preservar o verde (Marcelo, 23 anos). Diferente dos nativos mais velhos, cujas falas repletas de significados vinculam a importância da preservação da floresta a fatos observados diretamente na natureza, alguns nativos mais jovens apresentam um discurso “decorado”, expressam-se por meio de “chavões”. Chavão significa “sentença ou provérbio muito batido pelo uso” (Ferreira, 1986), é um significante desprovido de significado. Muitos deles expressam-se por meio de gírias, termo que, nascido num determinado grupo social, estende-se por sua expressividade. Os jovens se apropriam desse discurso em maior grau do que os mais velhos por serem mais receptivos aos meios de comunicação e influências externas ao grupo. Transpondo-a para o nível das representações sociais, a gíria é apropriada e reelaborada a partir de percepções tiradas do contexto social dos nativos. Nesse sentido, mesmo o discurso “decorado” dos nativos tem um valor em si mesmo ao expressar uma representação social local, ma-

nipulada segundo as características e informações locais. Baseia-se tanto na experiência da vida cotidiana em contato com a floresta, como nas representações sociais dos mais velhos que já obtiveram seu sustento diretamente da natureza.

As representações sociais adquirem autonomia perante os indivíduos que as produziram, sendo posteriormente disseminadas por toda a sociedade; há um processamento das representações via difusão e propagação (Doise, 1993; apud Duveen, 1994: 263). Deve-se notar, entretanto, que ao passar de um grupo social a outro, as representações sofrem um processo de construção e reconstrução (Moscovici, 1990, apud Duveen, 1994: 263), de modo que informações reificadas são reelaboradas juntamente com outras informações e experiências. Apesar das representações sociais se prestarem a um papel de canalizadoras de influências externas, são elaboradas juntamente com outros tantos elementos captados na sociedade local, conferindo originalidade ao discurso dos nativos.

Bibliografia

- ATHAYDE, S.F. & TOMAZ, L.M. 1995. "Áreas naturais protegidas e comunidades locais da Ilha do Mel - PR". *Nerítica*, nº 9, Curitiba.
- BOURDIEU, P. 1987. *A Economia das trocas simbólicas*, 2a ed. São Paulo, Perspectiva (Série Estudos).
- CHEVALLIER, J. & CHEER, A.B. 1992. *Dicionário de símbolos*, 6a ed. Rio de Janeiro, José Olympo.
- DA MATTA, R. 1991. *A casa e a rua, espaço, cidadania e morte no Brasil*, 4a ed. Rio de Janeiro, Guanabara
- DIEGUES, A.C. 1993. *Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito da natureza intocada*. São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, NUPAUB-USP. (Série: Documentos e Relatórios de Pesquisas)
- DOISE, W. & MUGNY, G. 1984. "Debating social representations". In: DUVEEN, G; CANTER, D. (eds.) *Empirical Approaches to social representations*. Oxford, Oxford University Press
- DUMONT, L. 1985. *O individualismo, uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Rocco
- DURAND, G. 1988. *A imaginação simbólica*. São Paulo, Cultrix/ Edusp
- DURKHEIM, E. 1978a. "As regras do método sociológico". In: GIANNOTTI, J.A. (org). *Durkheim*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores).
- _____. 1978b. "As formas elementares da vida religiosa". In: GIANNOTTI, J.A. (org). *Durkheim*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores).
- DUVEEN, G. 1994. "Crianças enquanto atores sociais: as representações sociais em desenvolvimento". In: JOVCHELOBVITCH, S. & GUARESCHI, P. (orgs.) *Textos em Representações Sociais*. Rio de Janeiro, Ed. Petrópolis.
- FIGUEIREDO, J.C. 1954. *Contribuição à geografia da Ilha do Mel (litoral do Estado do Paraná)*. Curitiba. Tese, UFPR.

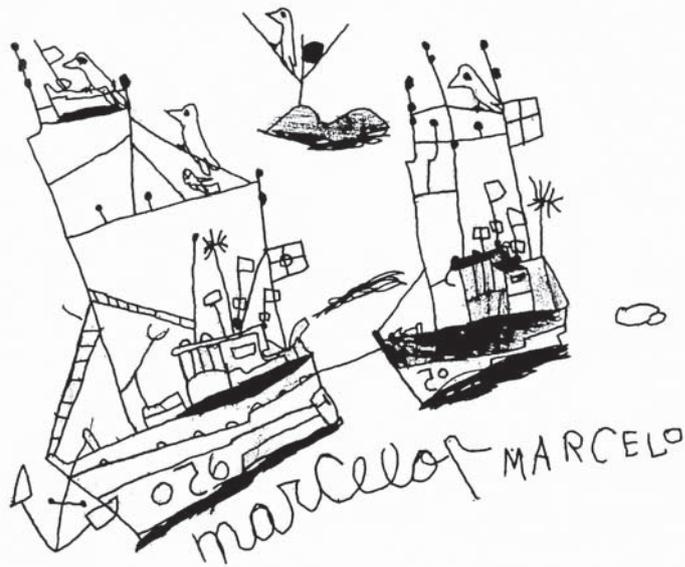
- GEERTZ, C. 1989. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- LÉVI-STRAUSS, C. 1976. "Jean-Jacques Rousseau, o fundador das ciências do homem". In: *Antropologia Estrutural II*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- _____. 1967. "O feiticeiro e sua magia". In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- MALDONADO, S.C. 1986. *Pescadores do mar*. São Paulo, Ática (Série Princípios).
- MAUSS, M. 1979. "A expressão obrigatória dos sentimentos". In: OLIVEIRA, R.C. (org). *Mauss*. São Paulo, Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- _____. 1974. "Os elementos da magia". In: *Sociologia e Antropologia*, vol. 1. São Paulo, EPU/EDUSP.
- MIRCEA ELIADE.s/d. *O sagrado e o profano, a essência das religiões*. Lisboa, Edição Livros do Brasil (Coleção Vida e Cultura).
- MOSCOVICI, S. 1978. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- _____. "Social psychology and developmental psychology: extending the conversation". In: DUVEEN, G. & LLOYD, B. (eds.) *Social representations and the development of knowledge*. Cambridge, Cambridge University Press
- ORTIZ, R. 1983. "A procura de uma sociologia da prática". In: *Pierre Bourdieu*. São Paulo, Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- PARANHOS FILHO, A.C. 1994. "A erosão na Ilha do Mel". In: *Apostila do Curso de Extensão Universitária - Ilha do Mel: História Natural & Conservação*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná/Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (mimeog.).
- SILVA, G.M. 1994. "Solos da Ilha do Mel". In: *Apostila do Curso de Extensão Universitária - Ilha do Mel: História Natural & Conservação*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná/Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (mimeog.).
- SIQUEIRA, J.C. 1987. "Princípios éticos da relação homem-natureza". *Síntese*, n. 39, Belo Horizonte.

SPINK, M.J. 1994. "Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais". In: JOVCHELOBITCH, S. & GUARESCHI, P. (orgs.) *Textos em representações sociais*. Rio de Janeiro, Editora Petrópolis.

THAMM, C.A. & URBAN, T. 1995. *Guaraqueçaba na palma da mão*. Curitiba, SPVS/IBAMA/PNMA.

TOMAZ, L.M. 1996a. "Representações sociais dos nativos da Ilha do Mel - PR". Curitiba. Dissertação monográfica apresentada para obtenção do grau de bacharelado em Ciências Sociais, Depto. de Ciências Humanas Letras e Artes, UFPR.

_____. 1996b. "Os nativos da Ilha do Mel (PR): uma identidade em questão". *Cadernos de Ciências Sociais*, n. 2, DECISO/UFPR, Curitiba (prelo).



♦ *Publicações do NUPAUB* ♦

*O Mito Moderno da
Natureza Intocada*

Autor: Antonio Carlos Diegues
1994 (161pp.)

O Mito Moderno da Natureza Intocada trata das relações simbólicas e do imaginário entre o homem e a natureza, tendo como centro da análise as áreas protegidas. No mundo em que a civilização urbano-industrial desenvolveu conhecimentos científicos, tecnologias e também meios poderosos de devastação da natureza, rompendo antigas alianças que ligavam o homem à natureza, os mitos ainda continuam vivos. Um deles é o mito moderno da natureza intocada. É, sem dúvida, um texto importante para pesquisadores e estudantes preocupados com os problemas sócio-ambientais.

*O Nosso Lugar Virou Parque:
Estudo Sócio-Ambiental do Saco de
Mamangá-Parati-Rio de Janeiro*

Autores: Antonio Carlos Diegues e
Paulo Nogara
1994 (187pp.)

Este trabalho foi realizado como parte de um esforço conjunto de conhecimento da região costeira de Parati - Rio de Janeiro, com o Departamento de Antropologia da Universidade de Laval - Canadá, sob a coordenação dos professores Yvan Breton e Antonio Carlos Diegues. Analisa as relações entre as comunidades caiçaras locais e o mundo natural, suas apreensões e

expectativas no processo de estabelecimento de uma área natural protegida.

*Inventário de Áreas Úmidas do
Brasil* IUCN/ NUPAUB

Autor: Grupo de pesquisa NUPAUB
1990 (450pp.)

O *Inventário de Áreas Úmidas do Brasil* representa um primeiro esforço feito no Brasil de descrever de modo sistemático e sucinto as principais áreas inundáveis brasileiras, tanto no litoral quanto no interior, apresentando, ao final de cada área, uma bibliografia de base. Realizado por uma equipe multidisciplinar, o Inventário é um instrumento de trabalho obrigatório para trabalhos de pesquisa.

*Hidrovia: uma Análise Ambiental
Inicial da Via Fluvial Paraguai-
Paraná*

Autores: E. H. Bucher *et alii*
1994 (73pp.)

O projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná é considerado por muitos como a última grande proposta de desenvolvimento regional deste século para os países da Bacia do Prata. Se o projeto for realizado, não há dúvida que os impactos econômicos, sociais e ambientais serão de grande monta. Até recentemente tem havido pouco debate sobre a viabilidade da construção dessa grande hidrovia e sobretudo sobre seus impactos sócio-ambientais. Nesse sentido, o trabalho elaborado por HUMEDALES PARA LAS

AMERICAS e publicado em colaboração com o NUPAUB tem como objetivo central fornecer subsídios para uma ampla discussão sobre o projeto.

*A Dinâmica Social do
Desmatamento na Amazônia:
Populações e Modos de Vida em
Rondônia e Sudeste do Pará*

Autor: Antonio C. Diegues *et alii*
1994 (153pp.)

Neste livro, publicado em colaboração com o UNRISD (Instituto de Pesquisa sobre o Desenvolvimento Social das Nações Unidas), são analisados os processos sociais de Desmatamento em Rondônia e no sudeste do Pará. Estes estudos de caso revelam que os processos mais amplos de ocupação dessas regiões têm as mesmas causas, mas se configuram historicamente de formas distintas, dependendo de fatores ecológicos, sociais e econômicos regionais.

*Caiçaras e Jangadeiros: Cultura
Marítima e Modernização
no Brasil*

Autor: Luiz Geraldo Silva
1994 (143pp.)

Este trabalho faz uma análise comparativa de duas culturas litorâneas de grande importância no Brasil: a caiçara e a dos jangadeiros. Revela a grande diversidade cultural das populações humanas que se reproduzem a partir de um estreito contato com o mar, e possuem um vasto conhecimento dos ecossistemas naturais em que vivem.

Conhecer essa diversidade ecológica e cultural é o primeiro passo para reconhecer a grande contribuição dessas comunidades para a conservação do meio ambiente costeiro.

*Pesca Artesana : Tradição e
Modernidade. Atas do III Encontro
Ciências Sociais e o Mar.* NUPAUB,
1989 (332 pp.)

Esta coletânea reúne artigos e trabalhos de diversas disciplinas no campo das ciências humanas sobre as relações entre o homem e o mar no Brasil. Esta publicação coloca em evidências o grande conhecimento que as sociedades marítimas têm dos ambientes costeiros e marítimos.

Rios e Mares da Amazônia 1990
(272pp.)

Coletânea do *IV Encontro Ciências Sociais e o Mar*, apresenta vários trabalhos de ciências humanas em torno das relações entre as comunidades humanas litorâneas e ribeirinhas da Amazônia e o meio ambiente aquático.

*Povos e Mares: Leituras em Sócio-
Antropologia Marítima*

Autor: Antonio Carlos Diegues
1995 (270pp.)

Esta coletânea reúne uma série de artigos e trabalhos do autor sobre as comunidades marítimas e costeiras brasileiras, enfocando as questões das relações entre pescadores artesanais e industriais, as práticas sociais e simbólicas dos habitantes do litoral.

Inventory of Brazilian Wetland

(versão resumida em inglês)

UICN/ NUPAUB, 1994.

Inventário das principais áreas inundáveis brasileiras, focalizando de forma sistemática os aspectos ecológicos, econômicos e sociais.

Tradition and Social Change in the Coastal Communities of Brazil. A Reader of Maritime Anthropology

Autor: Antonio C. Diegues (ed.)
1992 (207pp.)

Antologia de vários autores, enfocando os principais temas ecológicos, sociais e simbólicos das comunidades de pescadores artesanais do Brasil.

The Social Dynamics of Deforestation in Brazilian Amazon: An Overview

UNRISD-ONU- NUPAUB. 1992 (45pp.)

Este trabalho analisa os principais processos sócio-econômicos subjacentes ao desmatamento na Amazônia.

Pescando Pescadores

Autor: José Geraldo W. Marques
1995 (285pp.)

Resultado de esforço do NUPAUB e do Laboratório de Etnoecologia da Universidade Federal de Alagoas, este trabalho interdisciplinar tem duas características básicas: estudar a diversidade ecológica e cultural da última várzea importante do baixo São Francisco ainda não atingida pelos grandes projetos de irrigação, e dar subsídios à população local na defesa de "seu lugar" no sentido radical da palavra ecologia. Ademais, representa uma contribuição teórica importante aos estudos de etnociência no Brasil.

The Mata Atlantica Biosphere Reserve: an Overview

UNESCO-MAB /UNITED NATIONS
UNIVERSITY

Autor: Antonio Carlos Diegues
1995 (36pp.)

Uma análise das condições ambientais, sociais e culturais da Mata Atlântica e suas populações tradicionais.

O mundo insular é um símbolo polissêmico, com vários conteúdos e significados que variam de acordo com a História e as sociedades. Mundo em miniatura, imagem completa do cosmos, inferno e paraíso, liberdade e cativo, útero materno e pedaço de terra acossado pelo oceano, são algumas das imagens sempre contraditórias que o homem atribui a esse microcosmo. Para o ilhéu, as ilhas são o espaço de seu viver, no mais das vezes difícil pela precariedade das comunicações. Mundo à parte, mas em contato com o continente, as ilhas do litoral sudeste-sul brasileiro são hoje ameaçadas em sua fauna, flora e modo de vida de seus habitantes e precisam ser melhor conhecidas.



NUPAUB - USP